

oAmoreAMídia

PROBLEMAS
DE LEGITIMAÇÃO
DO ROMANTISMO
TARDIO

Francisco Rüdiger



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

o AmoreA Mídia

PROBLEMAS
DE LEGITIMAÇÃO
DO ROMANTISMO
TARDIO

Francisco Rüdiger

© de Francisco Rüdiger
1ª edição: 2013

Direitos reservados desta edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzato
Revisão: Fernanda Kautzmann
Rosângela de Mello
Editoração eletrônica: Jaqueline Moura

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Francisco Rüdiger é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Leciona nos departamentos de Comunicação e Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Também é autor, entre outros, de *As teorias da comunicação* (Artmed, 2010), *Martin Heidegger e a questão da técnica* (Sulina, 2006) e *Cibercultura e pós-humanismo* (EdiPUCRS, 2008).

R279a Rüdiger, Francisco

O amor e a mídia: problemas de legitimação do romantismo tardio /
Francisco Rüdiger. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
232 p. : il. ; 14x21cm

Inclui figuras.

Inclui referências.

1. Comunicação. 2. Comunicação de massa. 3. Sociologia. 4. Romantismo.
5. Romantismo burguês. 6. Romantismo – Legitimação. 7. Romantismo
democrático – Intimismo terapêutico. 8. Romantismo – Cinema. 9. Erotismo
– Revistas de gênero. 10. Romantismo – Telenovela brasileira. 11. Experiência
amorosa – Literatura de autoajuda. 12. Romantismo – Internet. I. Título.

CDU 659.3

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável - CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0222-4

O nosso amor a gente inventa [...]
E quando acaba, a gente pensa
Que ele nunca existiu.

Cazuza, Meanda e Rebouças

Apresentação | 11

○ amor e o Ocidente
origem, sentido
e problema do romantismo | 25

Arqueologia do amor | 32
○ nascimento do romantismo | 37
○ amor na era burguesa | 41
○ colapso do romantismo burguês | 48
Conclusão | 52

Romantismo democrático
versus intimismo terapêutico
o amor no século XX | 55

A legitimação do romantismo | 57
A reação terapêutica | 67
Conclusão | 74

○ cinema e o amor
romantismo de consumo
e intimidade reflexiva | 79

○ amor no cinema | 82
A fantasmagoria romântica I:
Um homem e uma mulher (1966) | 86
A fantasmagoria romântica II:
9 e 1/2 semanas de amor (1986) | 90
A reação intimista:
Sexo, mentiras e videoteipe (1989) | 95
○ horizonte terapêutico: *Closer* (2005) | 102

○ amor em eclipse
a ascensão do erotismo de massas nas
revistas de gênero | 107

Playboy versus *Nova* | 109
Subjetivismo e paixão | 117
Utopia e experiência | 121
Conclusão | 126

Amor em dois tempos
o romantismo tardio
na telenovela brasileira | 131

Sol de verão versus *Mulheres apaixonadas* | 134
Amar pode dar certo? | 138
Romantismo televisual:
fantasia de consumo de massas | 144

As variedades
da experiência amorosa
na literatura de autoajuda | 149

A contrarreação convencionalista | 152
A ascensão do terapêutico | 159
As atribulações do intimismo | 166
Conclusão | 173

Cyberlove
paixão e poder
na era da cibercultura | 177

A internet e o amor | 178
Subjetivismo e virtualidade | 189
○ amor e a extensão do domínio da luta | 194
Conclusão | 202

Conclusão
romantismo, a utopia subjetivista | 205

Referências | 221



Ilustração do *Luttrell Psalter*, c. 1325-1335.

Fonte: Divulgação.

Apresentação

Originado há cerca de duzentos anos, o romantismo é um fenômeno histórico moderno, um movimento de sentido social utópico, cujos sinais marcaram e ainda se fazem sentir em várias esferas de nosso mundo. A política e a arte são apenas dois dos eixos em que não foi pequena sua influência. Os costumes e a moral, por outro lado, revelam que essa também alcançou a vida cotidiana, impactando de forma muito notável, por exemplo, no campo do amor, das relações afetivas entre os seres humanos, entre homens e mulheres em especial.

Georges Gusdorf nos ajuda a situar o tema em sua grande obra sobre o movimento, observando, relativamente a esse ponto, que:

Os românticos fizeram da experiência amorosa uma de suas preocupações, ao contrário dos filósofos tradicionais, que se contentavam em se desviar desse tópico mal afamado, esta terra mal conhecida, que parecia resistir às suas reduções conceituais. O movimento rompeu com a divisão do trabalho que abandonara esse campo à planície das obras poéticas e literárias e, assim, reduziu sua significação [para o pensamento] (Gusdorf, 1984, p. 224).¹

Este volume reúne estudos cujo objetivo é examinar a fortuna do romantismo como prática do amor profano, chamando atenção para algumas formas e situações que procederam à sua mediação mais massiva durante o último século. A proposta pode parecer leviana ou supérflua, à primeira vista, considerando-se a maneira como o tema que lhe é subjacente, o amor, tem sido tratado pela reflexão mais séria, desde sua origem.

¹ Todas as citações – diretas ou indiretas – extraídas de obras publicadas em língua estrangeira foram por mim traduzidas (tradução livre).

Georg Simmel (1971, p. 235), que, entre os pensadores a abordar o tema, foi um dos maiores, notou que, “talvez, a mais negligenciada de todas as grandes questões vitais tratadas pela filosofia seja o amor, como se esse fosse um tema incidental, uma simples aventura primária da alma, sem nenhum valor para a seriedade e o rigor objetivo dos empreendimentos filosóficos”.

Para ele, ao contrário, porém, é bem isso que se trata, quando nossa referência à história não esquece sua dimensão cotidiana, sempre que a reflexão mais séria não ignora que, embora sendo tal (reflexão), seu sentido último é o discernimento do bem viver no mundo. Portanto, “surpreende que um assunto que representa um papel tão importante na vida humana tenha sido, até agora, tão negligenciado pelos filósofos e ainda se apresente como matéria nova”, conforme disse Schopenhauer (1993, p. 43).

A reunião de ensaios que o leitor tem em mãos, como dito, manifesta interesse em esclarecer mais a matéria, propondo-se a fazer uma reflexão histórica e filosófica sobre a fortuna do romantismo, entendido como prática do amor puro, em meio à era da indústria cultural cada vez mais planetária.

O relacionamento romântico é um fenômeno aparentemente simples que, visto mais de perto, revela-se extremamente problemático ao entendimento histórico e filosófico, para não falar do que já o é em sua vivência cotidiana. O esclarecimento crítico e reflexivo do mesmo esbarra na sua resistência à definição categorial, inclusive partindo do ponto de vista histórico. O romantismo amoroso possui tantas feições quantas têm sua matriz mais ampla e, por isso, como no caso desta última (o movimento romântico), é mais fácil apontá-lo do que lhe dar um conceito, com um agravante: as concepções mais amplas que se usam para entender o romantismo em geral não lhe cabem bem.

Para alguns autores, o romantismo foi ou ainda é um movimento político, estético e social dos tempos modernos, cujos motivos se opõem aos do seu racionalismo (Lefebvre, 1969, p. 277-374; cf., mais amplamente, Gusdorf, 1984). Para outros, seria visto melhor como

uma atitude ética e filosófica, que permeia várias esferas da vida social e que, encontrando-se aqui eco da visão daqueles primeiros, caracteriza-se pela resistência às feições tecnicistas da modernidade (Taylor, 1989, p. 368-393; cf., mais amplamente, Löwy; Sayre, 1995).

O romantismo amoroso não se encaixa bem em nenhuma dessas alternativas, ainda que elas não lhe sejam totalmente estranhas. As circunstâncias mais amplas vincularam-no ao cultivo dos afetos, à promoção da sensibilidade e à procura de gratificação emocional como princípios de sociabilidade (cf. Campbell, 1987). Os fundamentos individualistas nos quais se assenta e a ambiguidade de significado ou valor que sempre o acompanharam, todavia, indicam que seu oposicionismo a nossa era é relativo e que, no entanto, apesar disso, seu processo de posição, ainda hoje, não é indisputável coletivamente.

O problema se complica quando procuramos entender mais a fundo seu fundamento ou referência: o amor.

Quem se propõe a definir o que é o amor, tanto quanto quem já julga sabê-lo, torna-se prisioneiro de sua metafísica, porque, vale a pena notar, o amor não é uma coisa, mas a elaboração histórica de um certo tipo de relacionamento entre os seres humanos. Quanto mais se pretende falar do amor, maiores são os indícios de seu estatuto problemático, menores são as chances de defini-lo positivamente, apesar da intenção em contrário.

Segundo um pretendido especialista brasileiro no assunto, publicista multimídia de renome, por exemplo, “a única certeza que temos a respeito do assunto é a de que o amor é uma condição inerente ao ser humano”. O amor, afirma, é um fato que exala das pessoas, mas em última análise, “ele é algo inexplicável” (Shinyashiki, 1988, p. 32).

Alcunhado de “Dr. Love” (!), Leo Buscaglia teria, segundo seus leitores, devotado toda sua vida à causa do amor. Pode-se esperar, portanto, que tenha feito alguma descoberta conclusiva a seu respeito. Para ele, com efeito, o amor é a solução de todos os nossos problemas. Em última instância, o autor porém concluiu que ele “não tem explicação”: “o amor é o amor” (Buscaglia, 1971, p. 77), dizia ele vinte anos antes da tese ser repetida por Shinyashiki.

Recuando um século, encontramos a mesma conclusão noutro famoso propagandista do assunto, Henri Drummond. Segundo ele, sendo um dom supremo, “o amor jamais pode ser definido” (Drummond, [1890]* 1992, p. 1). Diante disso, pode-se supor que haja razões internas e não apenas externas para os que pretendem falar sobre o amor concluírem, retornando ao final do século recém-findo, que esse se tornou uma mera palavra, “esvaziada dos sentidos anteriores” (Milan, 1983, p. 41), senão se converteu, em sua forma romântica, em um “fenômeno patológico” e “merecedor de condenação”, conforme defende Serge Chaumier (2004, p. 278-279).

Na verdade, acontece que a experiência amorosa fora das instituições (família, sobretudo) sempre se confrontou com uma atitude ambígua por parte de seus contemporâneos. As pessoas sabem que ela é feita de momentos, maiores ou menores, e, assim, não existe de forma permanente, mas o argumento reiterado pela coletividade é o de que “o amor tem que triunfar e, se fracassa, passamos a vivê-lo nostalgicamente, via a síndrome de Casablanca” (Castells; Subirats, 2007, p. 270).

Absolutamente não é de nosso tempo, da contemporaneidade, o fato de que o romance é objeto de uma opinião ou juízo que, por um lado, faz dele algo desejado, esperado como bálsamo por uma população sonhadora, mas ao mesmo tempo o estigmatiza, fazendo dele algo que se fala com distância e desprezo debochado, por uma consciência que o desacredita e, assim, “expõe e isola o sujeito apaixonado” (Barthes, 1985, p. 157).

Convém pensar se parte da explicação para tanto não está no fato desse tipo de amor, exponenciado nos relacionamentos românticos, ser um bem muito raro e frágil que, ambigualmente, desperta ao mesmo tempo desejo, por seus prêmios, e desprezo, devido à sua grande inacessibilidade. Marina Colasanti não abordou o tema com atitude crítica, porém concluiu bem seus comentários, postulando que se entenda o amor menos como fato do que como um problema (Colasanti, 1984, p. 273).

* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Tal indicação é feita na primeira vez em que a obra é citada; nas demais, registra-se apenas a edição utilizada pelo autor (N. de R.).

Contrariamente ao propagado por tantos publicistas que têm abordado o assunto, o amor, sugere a autora, não seria nossa “solução”, mas um dos nossos grandes “problemas”, cujas saídas são várias, se é que, em relação a tal assunto, existem “saídas”. Vendo bem, acertar as equações que lhe subjazem é o que a espécie procura: isso explica porque o amor se tornou campo de interesse da literatura, da arte, da filosofia, da política, das ciências e, salientemos, do mercado.

Chegamos, contudo, a um estágio reflexivo avançado e, por isso, com a autora citada, podemos nos perguntar “se existe mesmo esse amor tão total, tão avassalador, tão completo [por tantos falado]?” Será que, na verdade, esse amor não é algo que nós inventamos arbitrariamente? Quem sabe não acabamos “instituinto a exceção como regra”, ao falar e pensar sobre o amor? (Colasanti, 1984, p. 25).

Conforme tomamos plena consciência na atualidade, assim como as relações entre as pessoas podem ser predominantemente instrumentais, também podem ser em sentido afetivo e estético, embora jamais se encontre casos puros, tanto de umas quanto de outras, fora da abstração. No limite, portanto, os processos que subjazem aos relacionamentos humanos podem ser estruturados de modo a privilegiar esses últimos aspectos, os afetivos, por exemplo. O romantismo amoroso, fenômeno moderno, cremos, é um sinal negativo do aparecimento desse tipo de relação na vida mundana ou, pelo menos, de sua conversão em motivo de preocupação por parte das instituições estabelecidas.

O subjetivismo das relações afetivas costumava ser prevenido pela forma como essas se estruturavam nas formações históricas que precederam ao aparecimento dos tempos modernos, inclusive na comunidade doméstica tradicional. O progresso do individualismo fomentado pela expansão das relações de mercado, todavia, abriu espaço para o avanço do amor livre e, por essa via, para o surgimento de movimentos interessados em sua legitimação institucional. O fenômeno estimula em reação o surgimento de uma vontade de fusão que se manifesta através de toda a forma de conduta regressiva e movimento de personalização, mas também em fórmulas de compromisso entre esses extremos.

O romantismo seria uma delas e pode ser visto como uma emanção comunal e afetiva do individualismo egoísta e racional que emerge com a modernidade. Os elementos morais (coletivos) são, nele, virtualmente inexistentes, impedindo-nos de o caracterizar como uma contrarreacção ao individualismo. O sentido de procura e entrega recíproca ao outro que se detecta em suas expressões, entretanto, contraria as tendências egoístas que esse possui numa dimensão virtualmente muito mais sólida do que pretendem as ideias utilitaristas, formadoras da primeira doutrina moral do capitalismo.

Conforme o individualismo avança e faz pipocar toda uma série de novos conflitos cotidianos, vão surgindo propostas de solução para suas antinomias, fórmulas mais ou menos efetivas de compensar ou tentar minimizar seus prejuízos com algum princípio de intersubjetividade. O mercado em que aquele se articula substitui a comunidade e a família como mecanismo de satisfação das necessidades, minando as bases sociais objetivas para a prática da solidariedade. O resultado é uma virtual luta de todos contra todos, mantida latente menos pelo cálculo racional que lhe fornece instituições reguladoras do que pela correlação de forças subjacente às atividades societárias.

Por outro lado, convém lembrar que esse processo não marcha de forma linear e sem conflitos com outras formas de entendimento prático e espiritual do que deve e vem a ser a vida em coletividade. O comunitarismo cristão, o movimento socialista, o personalismo, o totalitarismo e outros fenômenos assemelhados fornecem-nos provas de que não têm faltado alternativas e contrapesos, às vezes totalmente negativas, ao contratualismo (político e jurídico) aparecido no final do século XVII.

As reações daqueles que não se conformam com seu enquadramento na modernidade, todavia, não se resumem nos projetos de criação de instituições coletivistas fundadas moral ou politicamente, como essas: o fenômeno inclui ainda as de cunho afetivo, como nos dá prova, por exemplo, a utopia compósita do falanstério fourierista tanto quanto a da aventura amorosa românica (cf. Mounier, [1949] 2004; Sorokin, [1954] 2002; Fromm, [1956] 1967; Buscaglia, 1971).

De fato, cremos que não está errado ver no romantismo amoroso uma formação de compromisso entre essas tendências e os impulsos no sentido do individualismo, muito mais do que, como alguns defendem, uma simples emanção cotidiana, para as camadas médias afluentes, da estética da mercadoria que o capitalismo impôs com o passar do século XX.

José Luiz Furtado, apesar de nem sempre coerente em sua obra sobre o assunto, está correto, embora não de todo, cremos, em dizer que “o amor é um mistério abissal”, porque, sempre que é tal, ele “transcende a capacidade de explicação racional, seja reduzindo-o a um fenômeno do ciclo da vida instintiva, a um comportamento naturalmente programado, seja fazendo-o repousar sobre a capacidade e liberdade de escolha” (Furtado, 2008, p. 109).

Por isso, o romantismo amoroso poderia ser bem definido pela procura de uma espécie de comunhão individualista chancelada pela irracionalidade, a sublimação afetiva e a fantasia mais pura do contrato livremente assinado, juridicamente perfeito e igualmente recompensador materialmente para as partes signatárias. Do ponto de vista imanente, o sentido utópico do romantismo não exclui, mas predomina sobre o ideológico, ao contrário do que pode fazer a importante pesquisa de Eva Illouz sobre o assunto.

Segundo essa autora e outras (por exemplo, Boden, 2003), o romantismo foi um dos motivos oriundos da era burguesa apropriado pelo movimento da indústria cultural em seu processo de formação, nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, o fenômeno transitou de sua fase embrionária, espiritualista e patriarcal, para a da maturidade, individual e hedonista, via sua exploração mercadológica. “O consumismo conferiu significados e prazeres congruentes, em vez de antitéticos à fenomenologia do amor romântico” (Illouz, 1997, p. 113).

O capitalismo avançado inseriu o romantismo no campo da economia, relacionando-o com o poder sedutor dos bens de consumo. A progressiva mercantilização das formas de autoexpressão individual ligou-o às empresas interessadas na exploração do lazer e da cultura.

Os costumes burgueses mais tradicionais foram sendo deixados para trás, na medida em que o comércio se vinculou à ideia de romance como fórmula de um novo estilo de vida.

Entre 1900 e 1940, a publicidade e o cinema, as emergentes e poderosas indústrias culturais da época criaram e promoveram a visão do amor como uma utopia na qual o casamento seria eternamente excitante e romântico, se o casal participasse das atividades de lazer [mercantil] (Illouz, 1997, p. 41).

Depois da Primeira Guerra Mundial, as convenções que regulavam o conhecimento e o relacionamento entre os sexos foram passando do registro comunal, religioso e familiar, para o mercantil, hedonista e individual. O foco nos hábitos familiares saiu de cena e em seu lugar começou a se promover os hábitos de lazer e diversão. As suspeitas e restrições à conduta romântica foram sendo postas de lado, em favor de outras, que a embalsamaram, tais como a busca de prazer imediato e o prazer pela aventura de cunho consumista. O ponto extremo foi chegando quando, em tempos mais recentes, passou-se a sugerir “que o romance conjugal só poderia se mantido eternamente se ele recorresse às mercadorias apropriadas” (Illouz, 1997, p. 40).

Durante o período anterior, os relacionamentos estavam sujeitos a forças tradicionais, como o patriarcado e a política de alianças familiares. O romantismo era evitado, por ser fonte de dores e sofrimento. As pessoas estavam de acordo que o amor puro não era base suficiente para um relacionamento legítimo. Conforme o capitalismo se impôs mais amplamente, acabou se exaurindo, também, a visão matrimonial e espiritualizada do amor que a burguesia confeccionara. A emancipação trazida pela expansão das relações de mercado liberou os relacionamentos das amarras tradicionais e, assim, criou terreno para a promoção do romantismo. O preço pago por tanto, porém, foi a subsunção do amor aos regramentos mercantis, um fato que tornou o romantismo uma correia de agenciamento material do consumo e subordinação ideológica das massas ao capitalismo.

O caráter ao mesmo tempo extraordinário e mercantil do romantismo em relação ao cotidiano não apenas acentua essa subordinação como acirra as contradições e antagonismos entre as camadas subalternas, condenadas, por meio dele, não só a desejar um estilo de vida que elas não têm como vivenciar, mas a articular suas emoções recíprocas de acordo com um modelo que, em vez de enriquecer sua vida, rebaixa moralmente suas experiências e, no limite, pode promover condutas e atitudes regressivas.

[No tocante ao romantismo] as esferas da vida privada e da troca mercantil se conectam de formas diversas para as classes médias e a classe trabalhadora. O romance é um bem desigualmente distribuído em nossa estrutura social. O amor fornece liberdade pessoal apenas àqueles que já possuem alguma liberdade no lugar de trabalho (Illouz, 1997, p. 294).

Por isso tudo, crê a autora, o romantismo não é uma categoria utópica, que articula valores alternativos ao capitalismo, sendo antes um fenômeno ideológico, que serve e reproduz de forma ampliada e contraditória os mecanismos e interesses do sistema capitalista.

Nos estudos reunidos aqui, o principal não é contestar a vasta análise empreendida pela autora, mas convém chamar atenção para o fato de que, se é válido não tomar o amor pelo seu valor de face, apontando pois para sua dimensão ideológica, por outro lado se deveria evitar o entendimento do romantismo por esse único aspecto.

Eva Illouz revela bem como o capitalismo promove convergência entre romance e negócio, porém nos parece equívoco reduzir um ao outro. A pretensão de que o primeiro é função do segundo é menos crítica do que ideológica, um reflexo da imposição do sistema inclusive na consciência reflexiva mais crítica e emancipatória. O romantismo se desenvolveu de maneira entrelaçada à indústria cultural, porque o próprio desta última virtualmente abrange toda a vida no capitalismo avançado, mas não coincide integralmente com suas circunstâncias, por ter sua fonte última nas nossas intensidades singulares.

Vendo melhor, o romantismo é menos uma “competência” social estruturada pelo sujeito da indústria, como defende a pesquisadora (Illouz, 1997, p. 286), do que uma “*performance*” que, embora estruturada por aquela, é criadora de um estado de exceção em seu mundo histórico. O relacionamento indicado pelo termo, embora propagandeado como bem de consumo de massas, realmente é um evento extraordinário no âmbito do sistema, qualquer que seja o grupo ou classe social. A consciência se forma em meio ao sistema marcado simultaneamente pelo antagonismo e o ofuscamento e, por isso, de alguma maneira, mesmo que dolorosa, vai aprendendo a distinguir entre a publicidade e a experiência, entre o autêntico e o descartável.

Significa que se, por um lado, como experiência articulada pela mercadoria, o romantismo serve de embreagem ideológica da cultura de consumo, ele, por outro lado, como fato extraordinário, representa menos uma utopia do que seu sinal objetivo em meio ao nosso violento individualismo. Portanto, embora acertado sob um ponto de vista, o exame do problema feito pela autora precisa ser evitado em termos absolutos ou reducionistas, para não se cair na reificação mercantil do amor que o próprio sistema tende a promover em nossa consciência.

O romantismo consumista, estruturado pela indústria cultural, pode e deve ser distinguido conceitualmente, por mais confundido ou misturado que esteja na realidade, da prática do amor puro, improvável e extraordinária socialmente. Apesar de tremendamente frágil e de só raramente o encontrarmos, o verdadeiro amor, ainda que vivido em meio ao sistema, existe como fato metafísico em escala o suficiente para postularmos sua legalidade autônoma, como concluiu em seus escritos tardios um dos mais ferrenhos defensores do determinismo sociológico de período recente, Pierre Bourdieu. Segundo ele, a experiência de exceção que o romance representa compreende um ponto de vista antropológico, em que se suspende a luta pelo poder simbólico (e a reificação mercantil, acrescentaríamos), engendrando um processo de reconhecimento que:

[...] pode levar, em sua perfeita reflexividade, para além das alternativas do egoísmo e do altruísmo, ou até da distinção entre sujeito e objeto, a um estado de fusão e de comunhão, muitas vezes evocado em metáforas próximas às do místico, em que dois seres podem “perder-se um no outro” sem se perder [como indivíduos] (Bourdieu, 1999, p. 132).

Apenas quem, concretamente, privou-se ou foi privado dessa experiência, sempre rara e singular, julgaria que se encontra aí uma emanção teórica da cultura de consumo, por mais que a fórmula possa e seja explorada com finalidades publicitárias pela indústria cultural. A observação do sociólogo acusa o que podemos chamar de amor puro, um processo instituinte excepcional, em que os partícipes mudam de estatuto ontológico, por mais que o corte com o cotidiano seja limitado, precário, provisório e revogável, e cujos critérios, sendo vividos e singulares, só podem ser admitidos pela análise social que, embora atenta e crítica para sua exploração mistificadora, não exclui ou invalida a propriedade dessa dimensão da existência histórica.

Quem diria, Pierre Bourdieu, sociólogo crítico formado objetivista, converge com Francesco Alberoni (1986), o fenomenólogo reflexivo do enamoramento irracional, notando que, “somente com um trabalho de todos os instantes, sem cessar recomeçado, o amor pode ser arrancado das águas frias do cálculo, da violência e do interesse”! Extraordinário e sempre sujeito à trapaça em meio às relações de poder vigentes, o romance ou amor puro é “este mundo fechado e totalmente autárquico, em que se dá toda uma série contínua de milagres”, em especial o milagre ou felicidade de se fazer feliz, “quando nós encontramos no encantamento do outro, sobretudo no encantamento que ele suscita, razões inesgotáveis para ficarmos maravilhados” (Bourdieu, 1999, p. 130-131).

Contra esse juízo, o crítico inflexível, mas equivocado, insistirá que o romance puro assim apontado, senão um artifício retórico de hegemonia, é apenas uma estratégia de distinção social dos setores afluentes, como teria feito, aliás, anos antes, o próprio Bourdieu.

Desde esse ponto de vista, sabe-se, as práticas sociais são sempre função de relações de poder: seu sentido imediato é sempre um epifenômeno de um sistema de dominação mais abrangente. Portanto, o romantismo seria tão somente mais um bem discricionário, cujo real sentido seria manter uma hierarquia social, mascarando-a de diferença entre os felizes e os infelizes no amor.

O ponto de vista nos parece justo, desde que a hipótese não postule, como já arguímos, a necessidade da proposição. O entendimento do processo não deveria ser mecanizado. O amor romântico, sim, pode se prestar não somente a esse tipo de estratégia e princípio de construção de hegemonia mas, sobretudo, como dito, à exploração do fetichismo da mercadoria no âmbito de uma indústria cultural convertida cada vez mais plenamente em sistema. A prática do relacionamento romântico – não se pode ser ingênuo – está sempre mesclada com outras formas de conduta e registros de significação, de modo que um ou outro acento, como os apontados, pode sempre estar presente em seu desenvolvimento.

O principal a notar, porém, é que, nesse caso, o romantismo já está sendo corrompido pelo que, todavia, não é ele mesmo, sendo apenas uma de suas circunstâncias. O amor puro é uma abstração criada com o processo histórico, mas por isso mesmo algo que, na realidade, jamais se encontra posto puramente como tal, e sim mesclado a outras relações do ponto de vista da existência. O crítico só é dialético, portanto, se o logra estudar com esta aporia em vista: isto é, conservando suas reservas sobre as chances de se fazer o bem e ser romântico em meio a um sistema que fomenta a perversão e o antagonismo nas relações entre suas criaturas, sem renunciar a enxergar, ainda que notando os limites, os sinais de algo melhor ou mais promissor, a prática do amor puro, por exemplo, no interior do seu movimento.

A despeito de seu eventual conteúdo de verdade, as condenações e reservas tantas vezes feitas contra o romantismo, após uma época em que chegou mesmo a ser censurado, são indicações de que a espécie de comunhão para a qual o termo aponta, do ponto de vista coletivo, precisa ser vista, sobretudo, como utopia em meio à nossa

sociedade. O romantismo é um fenômeno calçado em motivos irracionais, cuja legitimidade é e, provavelmente, será sempre disputada em meio a uma época dominada pelo cálculo racional, para não falar de tudo o que contém de problemático do ponto de vista ontológico, em meio à humanidade histórica.

Os crentes nessa ideia são tantos quanto os que a desacreditam, e ambos são em número menor ainda, relativamente às pessoas que dela desconfiam. O registro da ideologia não é, pois, o registro em que se estabeleceria o principal de sua experiência, por mais que ele, o romance, concretize-se todos os dias, de maneira precária, mas significativa, desde muitas décadas: em última análise, seu sentido dominante é contrafactual e, portanto, utópico. O pensamento crítico e reflexivo contemporâneo, forçado a renunciar às suas expectativas políticas de criar uma outra ordem social, tendeu a se abrigar com o tempo no âmbito da dimensão estética e isso nos permite projetar o romantismo amoroso em todo um novo contexto de reflexão histórica e sociológica. As páginas reunidas neste volume supõem que, a seu modo, as relações afetivas, não menos ambigualmente, também podem ser uma via de pesquisa sugestiva, mais concreta e cotidiana, para problematizar a paralisia a que foi condenada a práxis política revolucionária com as transformações verificadas na sociedade capitalista no final do século passado.

Resumindo, postulamos que, analiticamente, o romantismo amoroso seria visto melhor como uma problemática da vida cotidiana em meio ao individualismo propagado com o avanço dos tempos modernos. O processo histórico conduziu ambos, cotidiano e individualismo; portanto, a problemática do romantismo para o âmbito da economia de mercado universal, isto é, para o âmbito da indústria cultural. A pesquisa resumida nestas páginas oferece ao leitor um relato sumário desse processo e um conjunto de análises críticas sobre sua mediação reflexiva e estética, sobre a forma como ele é articulado para seus eventuais sujeitos, conforme encontramos essa mediação em alguns exemplos da atividade ficcional e da criação audiovisual no final do século XX e início do XXI.



Jan van Eyck, *O casal Arnolfini*, 1434.

Fonte: Wikipaintings.

O amor e o Ocidente

origem, sentido
e problema do romantismo*

Quem se propusesse a definir abstratamente o romantismo, no sentido restrito da expressão, faria bem em entendê-lo como a prática do relacionamento centrada exclusivamente no amor, como o *ethos* do amor puro ou do “amor absoluto”, conforme disse Simmel. Segundo esse pensador, responsável pela sua legitimação teórica como fenômeno positivo, o romantismo, entendido em sentido puro, é a eliminação de tudo o que é funcional, econômico, político e moral num relacionamento, por obra de uma paixão absolutamente singular entre duas (ou mais) pessoas. Em termos abstratos e no limite, o amor puro, afirma ele, seria “a pretensão do sujeito em relação ao outro que se subtrai à vida da espécie e que permanece no âmbito dessa relação como um sentimento abarcador de sua individualidade e com a meta de alcançar um poder excepcionalmente incondicional [sobre seu corpo e subjetividade]” (Simmel, 2001, p. 180).

Como diria Weber, o romantismo representa um estágio do processo de elaboração da “salvação interior em relação à racionalização da conduta”, que procura e cultiva aquela relação em que uma criatura adquire um significado exclusivo, singular e intenso para uma única outra pessoa de um modo que, reflexivamente, surge um processo ou conexão de afetividade recíproca, incomunicável a todas as outras.

O amante considera-se preso à essência da [sua] verdadeira vida, que é eternamente inacessível a qualquer empresa racional [e a terceiros]. Sabe-se livre das frias mãos ósseas das ordens racionais, tão completamente quanto da banalidade da rotina cotidiana (Weber, [1915] 1974, p. 397).

* Primeira versão publicada em *Identidade e diferença: filosofia e suas interfaces*, obra organizada por Evaldo Antonio Kuiava e Jaqueline Stefani, publicada em Caxias do Sul (EDUCS, 2011).

Sempre que isso não acontece, o amor não pode ser considerado legítimo, porque, conforme prossegue o pensador:

A euforia do amante feliz é *boa*: tem a necessidade cordial de poetizar todo o mundo com características felizes, ou encantar todo o mundo num entusiasmo ingênuo para com a difusão da felicidade (Weber, 1974, p. 398-399).

Quando se deseja ir além disso, desta definição categorial, e examinar o que está em jogo no romantismo, como é nosso caso, é preciso entender, todavia, como se chegou historicamente a tal abstração, muito tempo antes dela ser reproposta por autores como Anthony Giddens. Segundo tudo indica, a noção de amor puro apareceu com a secularização da cosmovisão cristã, na primeira metade do século XVIII. A Cristandade promovera o amor como sentimento espiritual. A reinterpretação do mesmo como procura e valorização da alma alheia através dos sentidos físicos, como essência da paixão carnal, passa a fazer parte da crença de muitos pelo menos desde Vauvenargues ([1746] 1989, p. 49; cf. Le Brun, 2002).

Levar em conta isso para a gênese do romantismo é importante, mas convém evitar a identificação dos dois processos, pois embora pressuponha a secularização da ideia de amor puro, aquele supõe ainda a liberdade e singularidade da paixão, algo que viria um pouco mais tarde. Talvez se possa afirmar que “o amor romântico, como o conhecemos, não aparece até que surja o que é conhecido como renascimento do século XII” (Bloch, 1991, p. 9). Entretanto, o romantismo, entendido como prática do amor puro e singular, é outra coisa: embora já tenha sido empregada em relação aos mais distintos períodos históricos e coordenadas geográficas, a expressão só foi surgindo, cheia de contradições, em fins do século XVIII.

Por isso, o romantismo não só não é um fenômeno atemporal, conforme preconizam alguns, como, uma vez inventado, é um fato social que varia em prática e sentido. Quase no final do século XIX, na Europa, por exemplo, havia gente que não conhecia o amor,

relacionando-se mais proximamente em termos que os observadores não relutavam em caracterizar como relações próximas à animalidade. No caso, os contatos carnavais eram breves e mecânicos. Nas regiões mais remotas, os camponeses não costumavam trocar intimidades, pouco se beijando, por exemplo (Ussel, 1980, p. 150-151).

Sendo assim nessa altura, pode-se ter uma ideia de como essas formas de contato não eram em tempos primitivos. Como notou Weber, o erotismo é estranho ao naturalismo primário do camponês e só surge quando o homem se subtrai ao ciclo orgânico do modo de vida rural e agrário. A conversão do erotismo em “esfera cultivada conscientemente”, resume o autor, supõe o “afastamento gradual do naturalismo ingênuo do sexo” (Weber, 1974, p. 394).

O principal a notar, portanto, é que, quaisquer que sejam os contatos passíveis de inclusão nessa esfera, seria errôneo chamá-los sem mais de *amor* (como o faz, por exemplo, Lobato, 2012), visto que esse só passa a existir quando aparece a palavra que o caracteriza e, assim, define esta e não outra interação entre nossos semelhantes. Os seres humanos, lembremos, criam suas relações e circunstâncias, alterando-as de forma que são elaboradas em sentido/significado pela intervenção da palavra, como nos ensinou Heidegger.

Noutros termos, as pessoas se formam em meio à rede de relações em que circulam e é em meio a elas que se elaboram o que chamamos de seus afetos e sensações. Os contatos, sensações e afetos – sua sensibilidade – variam de acordo com o modo como as relações sensíveis são elaboradas pela coletividade. A coletividade a estrutura e define, prática e conceitualmente, de acordo com suas circunstâncias históricas, conflitos internos e atividade criadora. O amor e o ódio, por exemplo, não são fatos brutos, elementos formadores de qualquer vida social; eles são afetos que só surgem quando os relacionamentos que abstratamente lhes subjazem são recortados e elaborados prática e metafisicamente como amor e ódio por obra de uma ação coletiva, original e criadora. Nesse sentido, representam construções históricas numa acepção profunda e radical, visto que não deveriam ser

extrapolados genericamente para qualquer situação, ainda que se levando em conta suas diferenças de contexto. Afirma-se que “a capacidade de experimentar o amor apaixonado possa ser parte da nossa herança genética como seres humanos”. Por isso, “todas as pessoas de qualquer idade, etnia e grupo social, qualquer que seja o sexo, são capazes de vivê-lo” (Hendrick; Hendrick, 1996, p. 135).

No entanto, verifica-se aí um mal-entendido, porque, durante a maior parte dos tempos conhecidos, as atividades amorosas, se havia, não foram identificadas à parte das demais, de modo que não há sentido em predicar sua existência antes dessa identificação específica, assim como nada assegura que todos estejam destinados a conhecê-las, a partir do momento em que isso acontece.

Conforme relatam os historiadores, a criação do amor é obra do cristianismo, um fenômeno instaurado junto com o seu novo princípio de civilização. As pessoas criaram o amor, começaram a pô-lo no mundo, em meio a esse movimento. O cristianismo se impõe e avança como a religião do amor: o princípio do amai-vos uns aos outros se institui com sua civilização (cf. May, 2013). Os pagãos desconheciam essa ideia e, assim, interagiam segundo outros princípios de relacionamento. Os cristãos reinterpretaram religiosamente a noção grega de ágape, subordinando-a aos princípios teológicos do monoteísmo judaico para criar o amor, “uma espécie de resposta universal [a nossos males], a esperança de uma convivibilidade ideal, a virtualidade de um mundo de relações absolutas” (Baudrillard, 1984, p. 105).

Aline Rousselle (1984) nos ensina que a sociedade romana procedera em sua evolução a uma crescente valorização dos laços conjugais, ajudando a criar as condições para a acolhida neles do modo de vida cristão. Desde o baixo Império, prosperara uma ficção romanesca em que o centro é o encontro apaixonado de dois jovens, que, após aventuras e peripécias, contraíam laços matrimoniais (Grimal, 1991). O cristianismo popularizou esses afetos, definindo a caridade como princípio de relacionamento entre os homens, para, em seguida, vincular a paixão à ideia de amor, quando as circunstâncias

ligaram a noção ao princípio então revolucionário do amai-vos uns aos outros, sob o abrigo do amor de Deus.

A Europa medieval reconhecia no amor, no sentimento de fraternidade religiosa para com o outro, o fundamento moral da vida coletiva, conforme essa era obra e se submetia à vontade do Criador. São Paulo pregara, é certo, que os maridos devem amar suas respectivas mulheres, mas esse amor é o que todo cristão deve ter por seu irmão, pois, neste meio, “a religião salvadora adquire o caráter de uma religião de amor, fraternidade e amor pelo próximo”, como resumiu Weber (1974, p. 397).



Willard Waller



Stendhal

Fonte: Divulgação.



Zygmunt Bauman

A sanção do amor por parte das instituições, por outro lado, não quer dizer que ele fosse praticado à risca pelos cristãos. A existência conhecia ontem como hoje outras ordens ontológicas e era em meio às suas contradições que viviam os homens: sendo assim, o amor não era menos líquido do que o é na atual etapa da história, contrariamente ao que sugere o sociólogo Zygmunt Bauman.

Segundo ele, a contemporaneidade é responsável por uma erosão dos vínculos humanos, todavia caracterizada pelo desejo de, eventualmente, apertarmos os laços que nós, contraditoriamente, tendemos a manter frouxos. As pessoas, afirma Bauman (2004, p. 9), querem

“desfrutar das doces delícias de um relacionamento, evitando, simultaneamente, seus momentos mais amargos e penosos”. Os relacionamentos são avaliados pelas satisfações que podem nos dar, importando assim em uma liquefação dos vínculos afetivos, na criação de um amor líquido. As relações recomendadas pela vanguarda intelectual são objetivas, fluentes e de curta duração. A paixonite descartável se tornou melhor do que a paixão duradoura; a negociação clara e objetiva dos afetos, melhor do que a aventura cega e irresponsável. A liquidez amorosa predomina, em um mundo em que nossas atividades se multiplicam por causa da flexibilidade de horários, e as relações vão se reduzindo a projetos de curta duração. O amor se torna objeto de contínua suspeição, porque todos se veem como eventuais manipuladores, reduzindo-se ao ficar juntos em horas fixas e livremente negociadas, obrigatoriamente prazerosas (Bauman, 2004, p. 54).

Apesar de elas deixarem supor que o amor, em si mesmo, era, no passado, mais sólido, cremos que essas notas são todas bem justas, talvez até acanhadas, diante da crescente colonização do espaço íntimo pela conduta estratégica e vulgar, verificada sobretudo após o colapso do romantismo patriarcal, a partir do final do século XX. Ninguém negará o impacto das condições de vida na forma dos relacionamentos e o quanto elas constituem fatores bloqueadores do envolvimento amoroso. O capitalismo rompeu com as estruturas que regulavam os relacionamentos afetivos em bases familiares, religiosas ou comunitárias, lançando-nos em uma situação cada vez mais anárquica e desregrada e em que é bem difícil não sair arranhado.

Conforme antevisto ainda nos anos 1930 por Willard Waller, as pessoas encontram-se, agora, em uma situação que, remetendo o assunto ao campo do divertimento, de fato favorece a conduta predatória dos afetos e sentimentos. “[Declinando as estruturas morais tradicionais], os relacionamentos estão começando a se tornar objeto de práticas conectadas a um amplo espectro de instituições recreativas de cunho comercial, que convertem os contatos afetivos informais [*courtship*] em simples motivo de diversão e relaxamento orgânico [para os participantes]”, reconheceu com pioneirismo o autor (Waller, [1937] 1970, p. 171; cf. Bloom, 1989, p. 123-192; Lasch, 1983, p. 229-250).

Entretanto, convém não confundir as propriedades de um fenômeno com suas condições de efetivação histórica. As pessoas que se envolvem em paixões ou cultivam casos descartáveis sabem que não estão amando, que a liberação sexual dos interditos tradicionais e a pura e simples procura do prazer são algo distinto do relacionamento romântico. Conforme nos ensinou Stendhal ([1822] 1993), a predisposição para amar alguém, para não falar do interesse em satisfazer paixões egoístas, não se confunde com o amor vivido e compartilhado por dois ou mais indivíduos. A liquidez da primeira atitude deve se cristalizar, passando à segunda, na atitude apaixonada com relação a uma pessoa (ou mais, mas sempre determinadas). O amor só se estabelece, para seus sujeitos, com o que o poeta chamou de cristalização, isto é, a descoberta de que “o objeto de amor também nos ama” e de que, assim, esta pessoa reapresenta “motivos para nova adoração” (Stendhal, 1993, p. 6).

Sendo assim, os relacionamentos amorosos bem podem ser vistos como a cristalização de um clima ou inclinação cujo estado normal seria a liquidez, conforme esse clima é engendrado ou nutrido pela ação social criadora e, mais recentemente, pelas condições de uma indústria cultural convertida em sistema. Bauman eventualmente registra e esclarece um aspecto essencial de nosso tempo, ao sugerir a ideia de amor líquido mas, como é praxe em seus textos, a elaboração do tópico, em geral, não vai além do plano jornalístico. Que as relações sociais da era moderna tendam a ser cada vez mais fluidas, efêmeras e superficiais é algo que se sabe bem, pelo menos, desde Marx e Simmel.

Cada vez mais, a tendência é a do indivíduo se fragmentar em uma rede de relações parciais e circunscritas, agora que a vida acontece como série de atos variados e incongruentes e, por isso, os relacionamentos comprometedores não apenas se enfraquecem mas tendem a ser evitados pelos vários tipos de sobrecarga que podem acarretar aos participantes. As pessoas têm uma credibilidade muito superficial e localizada, quando sua identidade se torna precária e suspeitosa, devido à generalização da consciência estratégica e das

condutas individualistas. Digno de interesse e fator motivador de análise é que, apesar disso, foi nesta era que aparentemente se expandiu, em escala de massas, o desejo de viver um grande amor, algo cujas origens remontam ao século XII.

Arqueologia do amor

Desde o final do século XII, começou, com efeito, a ocorrer uma série de desdobramentos no transfundo que representava o ideal cristão do amor (cf. Rousselot, [1908] 2001). As condutas e apetites carnavais em relação aos outros passaram a ser mais cuidados, sobretudo em meios aos núcleos urbanos que ressurgiam. A espiritualidade não perdeu seus acentos afetivos, nem o amor perdeu seu aspecto comunal e santificado: o que houve foi uma dobra, que acrescentou àqueles acentos um lastro venéreo e, ao amor, uma face imediata e intramundana. Conforme os sistemas de parentesco e critérios de estruturação familiar se foram disciplinando, as relações passaram a ser objeto de controle e regramento pelas devidas autoridades. A espontaneidade começou a ser restringida e convertida em matéria de maior monitoramento, sobretudo entre os estratos superiores da população.

Coube aos trovadores e cancioneiros, como se sabe, conciliar a concupiscência com a espiritualidade, os apetites carnavais com os códigos ideais da cavalaria, elaborando poeticamente as primeiras mediações simbólicas do amor profano ocidental. Os trovadores e cancioneiros começam a celebrar o amor entre os seres humanos em língua românica, começaram a romancear as paixões carnavais que esses estavam passando a explorar com maior foco e interesse, pelo menos entre as camadas urbanas do período. A concepção dos relacionamentos venéreos (*aphrodisia*, em grego), assim posta em marcha e elaborada em mais alto grau pelos meios da poesia romanesca, cumpre notar, todavia “se acha em aberta oposição com o conceito de amor santificado ou vinculado ao sacramento do casamento [oriundo da alta Idade Média]” (Sombart, [1913] 1979, p. 51).

Depois do século XII, estabeleceu-se a convicção vastamente praticada, embora ilegítima, de que o matrimônio e os prazeres venéreos, incluindo o amor, são processos de sentido distinto: a realização dos anseios carnavais é independente do casamento. O matrimônio tem sua razão de ser e legitimidade na reprodução da estirpe, no estabelecimento de alianças familiares, na manutenção do patrimônio, etc. Pierre Legendre (1979, p. 166) nos recorda que era considerado pecaminoso o casal excessivamente devorado pela paixão carnal. Os relacionamentos amorosos, inseridos em um bloco amplo e variado, o dos apetites venéreos, só excepcionalmente tinham vez em seu interior, porque, embora incluindo alguma idealização, visavam o prazer. Enquanto o primeiro é fruto de uma política familiar ou de uma transação econômica, os segundos têm seu próprio sentido e devem ser referencialmente livres em relação ao matrimônio; ambicionam sobretudo o gozo e a beleza.

Desde este instante até o início da era burguesa, o amor livre, antes e depois do casamento, só aumentou, chegando a constituir em todos os círculos sociais o complemento do matrimônio (Sombart, 1979, p. 55).

Durante vários séculos, sempre é bom notar, o amor, contudo, continuou sendo pouco distinto da simples satisfação corporal. Quanto notado, consistia em um fenômeno restrito às camadas superiores da coletividade. Porém, mesmo aí, era visto com ambiguidade, devido ao predomínio das relações patriarcais, sendo, em geral, julgado um mal que acomete o ser humano. Cantado pelos poetas, o amor era visto com suspeição pelos porta-vozes do estamento senhorial. Ainda no século XVI, considerava-se que o amor entre homem e mulher “era causa de grandes males na vida comum, onde comparece às vezes como sereia, outras vezes como fúria” (Bacon, [1597] 1946, p. 52). Elemento incorporado ao código cavaleiresco desde o século XII, o amor era entendido como eventual perigo para seu *ethos* militarista, conforme já era claro em “A arte do amor cortês” (1185), de Andreas Capellanus (2001).

Apenas no curso do século XVI, quando se vai formando o mundo cortesão, é que a ideia vai passando a ser aceita com menos censura e adquire maior legitimidade, apesar de continuar sendo entendida e valorizada como paixão extraconjugal. Como se sabe, na era que então se inaugura, o matrimônio seguiu sendo alheio à união amorosa. Embora pudesse ocorrer, o casamento por amor ainda era objeto de prevenção por todas as camadas da sociedade. A condenação do que, bem mais tarde, viria a ser chamado de romantismo burguês, que fique claro, tinha pouco a ver com qualquer censura ao amor. A fonte dessa atitude era a vontade de impedir relacionamentos sem possibilidade de legitimação numa ordem social dominada pela política de aliança familiar e a ideia de riqueza patrimonial.

Entre os séculos XVI e XVIII, verificou-se, porém, em consonância com a formação dos Estados monárquicos centralizados e o aparecimento das cortes absolutistas, um processo de codificação dos relacionamentos afetivos e corporais das camadas aristocráticas. A transferência de influência sobre o poder religioso da Igreja para o Estado parece ter sido fator importante para fazer do amor sua principal categoria de mediação. A aristocracia começou a se interessar em saber quais eram seus tipos e como se podia explorá-los, transformando o amor em objeto de arte, conforme se constata pela presença do tema nos manuais de cortesia, que começam a ser publicados em toda a Europa.

O casamento, note-se, nem por isso se beneficiou com a situação: a conversão do amor em motivo focal de ação por parte dos estamentos aristocráticos não alterou sua situação periférica na economia emocional desses agrupamentos. Os relacionamentos legítimos eram as alianças matrimoniais entre os membros de uma família, com ou sem amor, ou o caso extraconjugal, com ou sem amor. Os matrimônios eram contratados pela parentalha e feitos de acordo com interesses políticos e econômicos, não visando “a satisfação emocional dos indivíduos” (Stone, 1977, p. 99-105).

A restrição das relações amorosas ao casamento era vista como socialmente descabida, senão imprópria; mas, fora dele, essas relações se tornaram, nessa época, objeto de vários tratados práticos, senão motivo de toda uma arte aristocrática. Os processos de regularização da conduta adequada à sua obtenção e exercício inclusive a redefiniram como uma paixão legítima, ainda que problemática, como detalhou Niklas Luhmann (1991).

Durante o século XVIII, aconteceu paralelamente, porém, a aparição de uma outra atitude em relação ao amor, oriunda agora não da aristocracia cortesã, mas das famílias burguesas. O relacionamento afetivo entre as pessoas das camadas superiores foi se vendo colocado entre dois sistemas de codificação: o da paixão e o do sentimento, o do amor apaixonado e o do amor sentimentalizado. O progresso do capitalismo ensejou a ascensão de novas camadas sociais. Os salões burgueses passaram a competir com as cortes aristocráticas. O sentimentalismo cristão foi retomado em bases seculares e tornado base para uma revalorização espiritual e familiar do amor. O passionalismo amoroso aristocrático passou a ser visto neles não só como imoral, mas como fundado num princípio enganoso. O verdadeiro amor, o amor puro, enfraqueceu como paixão, passando a ser visto, nesse âmbito, sobretudo como sentimento.

Segundo Adam Smith ([1759] 1978), por exemplo, o amor era simpatia mútua ou gosto recíproco equilibrado. A paixão nos causa sofrimento, porque se baseia no excesso e na unilateralidade. O sentimento, ao contrário, tem como nos trazer paz e harmonia. O fundamento do amor não está na excitação dos sentidos, mas na sensibilização das ideias altruísticas (no sentimento). Como o pensador dá sinal, as concepções acerca do amor estavam começando a se alterar, surgindo uma disputa acerca do melhor lugar para praticá-lo, se fora ou dentro do casamento. A crença de que o casamento pressupunha o consentimento mútuo, um consenso mais ou menos livremente acordado, e de que, em sendo espiritual, era possível aos esposos se amarem passou a encontrar propagandistas entre os publicistas burgueses.

Destarte, o prazer carnal perdeu a condição de critério único ou exclusivo para a prática do amor. Os sentimentos interiores se tornaram valorizados. A burguesia passou a postular a submissão do amor ao ideal familiar e conjugal, subordinando a paixão à autenticidade sentimental. O casamento passou a ser valorizado afetivamente, e o amor livre (fora dele) a ser visto com suspeição, antes de passar a ser condenado na esfera pública. Rousseau, apenas para citar outro marco, representa importante estação de partida desse processo de sublimação do amor, que caracterizará sua concepção burguesa. Antes dele, as relações eram função da paixão; depois, elas passarão a exigir “uma posse mais essencial que, sem se prender aos sentidos, ao sexo, à idade, à figura, liga-se a tudo aquilo por meio do que nós mesmos somos, e que não se pode perder senão nos fazendo deixar de ser o que somos” (Rousseau apud Starobinski, 1991, p. 176).



Nicolas Monsieu (1754-1837):
“O primeiro beijo de amor” (Ilustração para
A nova Heloísa, de Rousseau).
Fonte: Divulgação.



Jean-Michel Moreau:
Os sofrimentos do jovem Werther (1809),
de Goethe
Fonte: Divulgação.

O nascimento do romantismo

Conforme diz Robert Solomon ([1988] 1992, p. 43), em contexto um pouco distinto, “nas sociedades onde os casamentos são arrumados, ou, menos formalmente, determinados dentro de padrões estabelecidos de expectativas sociais, religiosas e econômicas, sobra pouco espaço para o amor romântico”. Destarte, não surpreende que esse, ainda que de modo diverso, tenha sido cerceado ou prevenido tanto na corte aristocrática quanto na domesticidade burguesa. Pretensões como as de Alan Macfarlane (1990), segundo quem a presença do amor romântico seria algo atestável desde o século XIII, baseiam-se no equívoco de confundir amor e romantismo. Os romances aristocráticos encontravam-se sob o interdito das regras matrimoniais e os limites das normas de aliança familiares. Os romances burgueses circunscreveram o amor ao registro matrimonial e à prática familiarista e, por isso, só com muita liberdade histórica se pode falar, para contextos como estes, em romantismo.

Depois do século XVIII, também é fato, porém, que a expansão da economia de mercado começou a abalar as estruturas tradicionalistas. O florescimento do individualismo rompeu muitas de suas ataduras. Os compromissos foram se tornando mais voluntários, devido ao alívio nas sanções coletivas e à supressão das penas mais duras pela sua inobservância. O romantismo é uma síndrome epocal que se inscreve nesse tempo e cujo nome se origina do hábito de ler e de escrever romances que apareceu nessa conjuntura.

No final daquele século, com efeito, configurou-se o hábito de ler e escrever romances, consoante a formação de um mercado livreiro mais amplo, em que já se indicia a prática de uma indústria cultural. As famílias burguesas começaram a se dar ao luxo de liberar a mulher do trabalho, dando-lhes a chance de ter uma formação literária que incluía funções de divertimento. O romantismo amoroso surge nesse contexto como senha dada a uma problemática cotidiana e a um conjunto de atitudes que certamente havia antes, mas que vai se tornando mais aguda e mais presente com os avanços do individualismo: originalmente, é o anseio por um amor mais livre, a procura pela liberdade de relacionamento.

Georges Gusdorf observa que românticos foram, na origem, todos aqueles que exaltavam o relacionamento amoroso como forma de manifestação de nossa natureza profundamente cósmica e espiritual e, assim, insurgiam-se contra as convenções vigentes que obstaculizavam nosso desejo de superar a solidão da alma e de nos refundirmos com nossos semelhantes. O movimento se fez crítico do casamento tradicional e reclamou para o amor uma liberdade que, todavia tinha consciência, não podia lhe dar o racionalismo da era moderna. O pensamento que lhe era subjacente tinha fortes acentos místicos, pretendendo, como certos mitos antigos, que a humanidade era originalmente andrógina e que o amor, com suas delícias e desgraças, não é senão uma expressão violenta, contraditória e equívoca da separação que nos individualizou ao longo da história.

A experiência contraditória do amor, seu desejo sempre frustrado de restaurar a unidade perfeita, reconciliando corpo e alma, só pode ser entendida, para eles, em função dessa ruptura fundamental da autêntica forma da vida humana (Gusdorf, 1984, p. 223).

A circunstância de os relatos românticos articularem essa experiência como tragédia é o que nos permite entender o fenômeno menos como um elogio do que como uma pedagogia moral sobre o infortúnio desse tipo de amor no mundo histórico. O espírito que subjaz à literatura romanesca é o do deleite estético com a tragédia que envolve a iniciativa individual e arbitrária numa ordem ainda comunitária e tradicionalista. A fruição é trágica, o gozo é masoquista, embora ambos já assinalem, nos corações, a presença atraente e perturbadora da liberdade e a do individualismo.

Destarte, o romantismo amoroso foi visto, em seu surgimento, como uma encarnação secular do mito repressivo de Tristão e Isolda: o movimento teve uma função estética e didática, ao elaborar os interditos que continuaram pensando sobre o amor livre nas primeiras décadas do século XIX. Na origem, o romantismo foi a síndrome maléfica que a consciência dominante viu na atitude daqueles que

pensavam que podia ser diferente e, sobretudo, na atitude daqueles que cultivavam esse infortúnio. Os publicistas aristocráticos e burgueses acusaram com o termo o mal ou doença a que sucumbiam os que buscavam o amor livre de um e outro entrave, os que o idealizavam, os que desejavam se relacionar à revelia dos critérios de seleção familiar e, sendo o caso, casar-se apenas porque se amavam. Os tratados sobre amor e casamento não por acaso alertavam seus leitores para as ilusões que o primeiro portava, identificando-o muito mais com a devoção e a amizade do que com o prazer e a paixão: nenhum deles deveria ser idealizado.

Apesar de visto como uma utopia sedutora, merecedora de contemplação estética, o romantismo era, então, um fenômeno totalmente negativo do ponto de vista moral e sociológico, uma fonte de destruição da individualidade. O fenômeno era caracterizado socialmente como uma doença, a doença do coração, em cujas causas não por acaso concorriam os hábitos de leitura dos contemporâneos. O público formador de opinião acreditava que os novos anseios amorosos eram “uma atitude romântica que se havia aprendido nos livros” (Ussel, 1980, p. 113).

La Rochefoucauld (1613-1680), por exemplo, afirmava que o amor seria ignorado por muitas pessoas, se elas não tivessem lido a seu respeito. Já Boswell (1740-1795) expressou um juízo corrente, atribuindo aos romances o poder de despertar condutas imitativas. Gilles Lipovetsky (1997, p. 21) resume:

Os romances, diz-se, disciplinam a imaginação da jovem, arruínam a sua inocência, provocam pensamentos secretos e desejos, por isso é imperativo que se controle o que ela lê. Nas famílias burguesas, [ainda bem mais tarde] os pais proíbem as suas filhas a leitura dos romances de Loti, Bourget, Maupassant e Zola. Crentes e ateus unem-se na ideia de que uma moça honesta não lê livros de amor.

Quem lia romances demais e, assim, eventualmente se embriagava, sobretudo sendo jovem, era, vários acreditavam, alvo potencial da

doença que aqueles exploravam. Para entender bem o ponto, precisamos, contudo, revisar a forma como se tem interpretado a literatura romântica. A literatura que porta este título, em tese, originalmente não endossou o romantismo. Pelo contrário, a perspectiva por ela veiculada era a de que o romantismo é fonte de todo o tipo de tragédia e sofrimento.

Vendo bem, Rousseau e Goethe, por exemplo, não teriam cantado o amor: ambigualmente é certo, eles antes ensinam aos seus leitores o quão destrutivo ele pode ser para o indivíduo. Em *Werther* e *A nova Heloísa*, os amantes não apenas têm de sofrer; eles têm também de morrer, pagar um preço pelo seu romantismo. Obras como essas serviram para articular a crença de que o sofrimento era essencial e inevitável no romantismo, uma sensação vastamente difundida por aquela época (Lystra, 1989, p. 50-52). O sucesso que obtiveram, como o de tantas outras obras que lhes seguiram, não teria a ver, portanto, com o endosso moral do amor romântico, mas sim com seus atrativos estéticos e o sentido didático sobre os perigos da paixão por eles revelado.

Durante o século XVIII, os escritores burgueses secularizaram vários motivos dos mitos e epopeias tradicionais, conferindo-lhes contornos mais profanos e ordinários, mas isso não significa que endossaram todas as tendências individualistas. Mesmo Stendhal e Musset, protagonistas maiores do romantismo, estavam convictos de que “o amor [livre] é uma doença da alma” (cf. Gusdorf, 1984). Para ambos, estavam certos os moralistas burgueses, segundo os quais era o romance o *mal do século*, uma expressão cujas conotações negativas eles mesmos endossaram. Na origem, o romantismo, enquanto movimento, não foi, portanto, senão uma tentativa de praticar o amor proibido pela sociedade, um fenômeno que foi visto de forma negativa pelos seus sujeitos, tanto quanto pelos seus observadores. Apesar de assumido por quem se considerava maldito, o termo foi, em última análise, uma expressão criada por seus críticos e só assim, carregado de negatividade, transmitiu-se para o século XX.

O amor na era burguesa

O Ocidente se ergueu como ordem coletiva estabelecendo que as relações firmadas apenas no afeto, nas inclinações e no coração deveriam ser prevenidas, eram irrealizáveis, utópicas, românticas. Durante séculos, ele procurou construir uma barreira contra o chamado individualismo romântico, acusando seu fatalismo trágico em meio à ordem societária. O capitalismo, todavia, encarregou-se de reestruturar esses ordenamentos, acabando por fazer esse tipo de amor superar, ao menos parcialmente, seu entendimento trágico, sua condição de utopia negativa. O movimento da indústria cultural, com o tempo, acabou promovendo uma legitimação do amor como princípio de realização individual, mas solidária do homem contemporâneo, criando um fenômeno que começou com os folhetins e romances populares da virada para o século passado e se consolidou com o cinema de massas do período entreguerras.

Walter Benjamin (2007) nos fala dos novos costumes e personagens que surgem na vida cotidiana das metrópoles burguesas do século XIX como sinais da pré-história do capitalismo de massas que se consolida no século seguinte. O romantismo se converteu de utopia negativa em sonho ambíguo no final desse transcurso, conforme o avanço da economia de mercado foi libertando as pessoas das instituições tradicionais. O progresso das relações mercantis pouco a pouco liberou-as do controle familiar, ao favorecer sua individualização, mas ao mesmo tempo criou entre as pessoas uma distância, cujas chances de supressão foram por sua vez reduzindo-se ao relacionamento amoroso.

Durante as eras de predomínio do tradicionalismo, parece-nos válido supor que as ataduras eram mais sólidas e os compromissos mais responsáveis e duradouros, porque havia coerções bem duras e sanções coletivas à sua inobservância. A expansão da economia de mercado afrouxou esses laços, coincidindo com o florescimento do individualismo. O resultado é uma crescente fluidez e superficialidade em todos os relacionamentos, todavia respondida e, em certos ambientes, equilibrada por movimentos de sentido coletivista. A expansão do

individualismo foi contida e matizada por outras formações históricas e experimentos utópicos, que ainda hoje não esmoreceram completamente, nem sugerem que desaparecerão, como dão sinal os movimentos sociais, os experimentos socialistas, as comunidades anarquistas, os círculos paralelos, as associações independentes, etc.



Eugene Louis Lami, *A noite de maio*, ilustração para *As noites* (1835-1837) de Alfred de Musset.
Fonte: Wikipaintings.

Para nós, o romantismo representa um fenômeno alternativo, que se encaixa nisso tudo como uma espécie de utopia individualista, como um dos motivos mais centrais do que se chamava de procura da felicidade no âmbito do sistema de vida capitalista. O familiarismo burguês foi uma contrarreação aos efeitos deletérios da modernização capitalista, que continuou no romantismo, mas sob as condições de crescente individualismo.

Hegel foi sensível o bastante para perceber a força do amor na criação dos laços sociais na era moderna, apesar de não ter conseguido ultrapassar as convenções da era burguesa em seu entendimento.

Aparentemente, o filósofo foi pioneiro, ao identificar o próprio do amor como sendo uma relação de reconhecimento mútuo baseado no afeto recíproco. Porém, subordinou esse entendimento fundamental à necessidade objetiva dele transcender seu subjetivismo, por meio do contrato nupcial e da formação de um vínculo familiar convencionalizado pelo estado de direito. Apenas com isso e, mais, com a criação da prole, pode o amor evitar a traição pelos sentidos que lhe dá origem, a abstração fugidia, e começar a adquirir, no mundo histórico, a devida concretude que desejam os verdadeiros enamorados.

Conforme resume Honneth, o pensador viu no matrimônio juridicamente perfeito e na criação dos filhos a realização objetiva do amor entre um casal, o meio com que homem e mulher esclarecem sua paixão e concretizam seu relacionamento. “O amor marital encontra na ‘propriedade familiar’ o meio em que pode passar a ser visto como uma ‘possibilidade permanente e contínua de existência’” (Honneth, 1995, p. 39). Durante o curso do século XIX, verifica-se, porém, que o romantismo foi seduzindo vários setores das camadas burguesas, conforme esses grupos consolidavam seu *status* social e aprofundavam o cultivo de sua subjetividade, primeiro nos Estados Unidos (cf. Lystra, 1989) e, bem mais tarde, na Europa (cf. Gay, 1990).

A rejeição de suas práticas e ideais na vida em geral se tornou concommitante à sua assimilação em âmbito matrimonial e em termos espiritualizados, fazendo surgir o que poderíamos chamar de romantismo patriarcal: a convicção prática de que o amor deve ser praticado em âmbito familiar e doméstico, com clara subordinação política da mulher ao homem. O fato é que, embora condenado moralmente, o romantismo acabou abalando a contratação de casamentos baseada em considerações de ordem puramente política e econômica, que os burgueses em parte conservaram da era que precedeu à da sua hegemonia.

O movimento romântico radicalizou o seu sentimentalismo, fomentando entre esses setores a ideia de que as pessoas enamoradas assim o são porque seu encontro as faz tocarem em seu eu mais profundo, no coração. A progressiva redução da família ao casal e filhos

foi um estímulo para que se vissem como parceiros de um mesmo empreendimento institucional. As relações conjugais entre homem e mulher foram-se redimensionando, conforme as novas condições consolidavam a crença de que o contato de seus corpos implicava a fusão de suas almas, em alguma forma de comunhão espiritual, oriunda do final do século XVIII.

A burguesia pretendia que o amor pudesse ser contido nos limites da família e que devesse ser espiritual e firmado através do casamento. As famílias burguesas mais prósperas e esclarecidas podiam admitir um romantismo conjugal. O amor seria, para elas, menos uma paixão do que um sentimento recíproco, que não deveria ser cultivado fora do matrimônio. O casamento, portanto, deveria ser baseado na liberdade de escolha do indivíduo, com o amor tendo lugar dentro dele. A vontade pode ser respeitada e o ideal é que o casamento se baseie no amor recíproco, mas o cunho deste é espiritual. O verdadeiro amor se manifesta conforme os parceiros se aceitam e se revelam via a palavra, já que a sexualidade objetiva essencialmente a reprodução da família (Seidman, 1991, p. 31).

Destarte, a burguesia legitimou o princípio de liberdade de escolha nos relacionamentos, o que nada tem a ver com a promoção do amor livre, porque ela canalizou esse sentimento para o casamento e o subordinou a considerações de ordem material. Os relacionamentos sentimentais não deveriam perder de vista os aspectos utilitários, visto que ao egoísmo dos apaixonados se impunha moralmente o compromisso utilitário do maior bem para a sociedade. O amor legítimo era função dos processos formadores da família; o casamento sancionava racional e sentimentalmente sua condição de antídoto afetivo contra as paixões egoístas que surgiam com o individualismo dos tempos modernos.

Peter Gay registra com riqueza de *nuances* que, ainda durante sua era, a burguesia, ao menos em parte, acabou tendendo a aceitar que, embora variassem muito as situações, “as ligações românticas equilibradas formadas no interior do próprio círculo a que a pessoa pertencia, ou visando apenas a um círculo ligeiramente superior” não eram um “raro luxo emocional”. Apesar disso não poder nos levar

a pensar que “o triunfo do amor tenha sido total”; aconteceu que os casamentos assim contratados “foram se tornando mais comuns e encontraram celebrantes fluentes e entusiasmados”, dando prova “da crescente prosperidade da ideologia do amor a partir de meados do século XIX” (Gay, 1990, p. 89-95).

Entrementes, Schopenhauer elaborou uma síntese mais avançada desse entendimento, fundindo o familiarismo burguês com o naturalismo que prosperou na segunda metade do século XIX. Durante essa época, o sentimentalismo, embora não parasse de avançar, foi se tornando tão problemático quanto o romantismo, pelo menos entre alguns círculos de vanguarda. Ambos foram combatidos pelos médicos higienistas, por exemplo, defensores de uma forma de amor mais realista, contra as concepções românticas dos poetas e literatos, tanto quanto as concepções espiritualizantes dos moralistas burgueses.

Para eles, ambas eram fantasias da imaginação, que faziam as pessoas se entregarem a quimeras. De fato, preconizavam, o amor é face vivida de um instinto que tem por fim a reprodução da espécie. O sentimento é fruto de uma atitude instintiva, irrefletida e indomável. O amor, por isso, deveria ser visto de forma pragmática, e não idealizada ou apaixonada. O combate era menos contra a atitude do que contra as suas fantasias, porque, como atitude, o amor só importa em termos de procriação. Para os higienistas, as famílias deveriam prevenir seus filhos sobre as fantasias do amor, “a que dão sua imaginação exaltada a leitura dos romances e os juramentos de um amante” (José Tavares de Mello [1841] apud Costa, 1979, p. 156).

Schopenhauer legitimou a seu modo esse entendimento, observando que o amor é uma ilusão, cuja essência está no instinto de reprodução da espécie. A natureza predomina sobre a sociedade. A espécie, por conseguinte, predomina sobre o indivíduo. “O amor tem por fundamento um instinto dirigido para a reprodução da espécie” (Schopenhauer, 1993, p. 57). As pessoas o modulam em intensidade e feições, de acordo com sua individualidade. As circunstâncias sociais e as considerações externas o influenciam, em geral negativamente. Em última instância, contudo, o real sentido do amor é a nossa reprodução como seres vivos.

Por isso, o casamento raramente tem um curso eudemônico, seja ele oriundo do amor ou da conveniência: em ambos, o que está em jogo é a preservação da espécie e, secundariamente, o medo da solidão consigo mesmo, com a vivência de nossa pura e simples individualidade. No segundo caso, existem razões que o minam desde a origem. No primeiro, outras que o minam pelos efeitos (prole). Por isso, a situação ideal é obtida apenas com sorte, quando, para consolo dos que se unem por amor, “a paixão eventualmente se associa com um outro sentimento: refiro-me à amizade, baseada na convergência do caráter de cada um, mas que só se declara depois que o gozo carnal pôs fim ao amor” (Schopenhauer, 1993, p. 80).

Vladimir Soloiev nos fornece sinais de que o romantismo patológico, o sentimentalismo conjugal e o naturalismo biológico não foram, porém, os únicos sentidos do amor elaborados no século XIX. Embora o autor entenda o amor profano como parte de um fenômeno mais amplo, que é amor divino, ele o vincula moralmente aos problemas do individualismo de nossa sociedade, afirmando que, “em geral, o sentido do amor humano é *a justificação e a redenção da individualidade via o sacrifício do egoísmo*” (Soloiev, [1892] 1946, p. 41, grifos do autor).

Segundo o autor, o problema do egoísmo de nossa era não é o amor-próprio, mas o fato de que ele atribui uma importância absoluta ao indivíduo que se recusa a reconhecer os direitos alheios. “Quem quer que conserve a razão, admite sempre em sua consciência absoluta e teórica uma igualdade completa de direitos para com o outro”. Acontece que a consciência sensível tende, em virtude do individualismo, a “afirmar uma diferença imensa, uma incomensurabilidade completa entre ele e os outros: ele é um todo em si, os outros nada são” (Soloiev, 1946, p. 41).

De acordo com Soloiev, o amor é o meio de combater e, eventualmente, extirpar o egoísmo de nosso interior e até a raiz:

O egoísmo é uma força não apenas real, mas fundamental, enraizada no centro mais profundo de nossa existência e que, partindo daí, penetra e envolve toda a nossa realidade, constituindo uma força que age sem parar em todas as nossas particularidades e em todos os detalhes de nossa existência (Soloiev, 1946, p. 44).

Vendo bem, continua, o amor representa nossa capacidade de transcender os limites da existência individual e, assim, nossa capacidade de viver não apenas em si, mas junto e por meio de outra pessoa.

O amor abole de forma direta e efetiva a relação indevida que dentro nós surge com o egoísmo, levando-nos a reconhecer a importância absoluta que um outro tem para nós, mas sob a forma de sentimento interno e através de uma vontade vital (Soloiev, 1946, p. 44).

Para ele, portanto, o sentimento amoroso é um impulso utópico no sentido de reconstituir nossa unidade como seres humanos, uma força de combate ao egoísmo que se espalha pela vida moderna. Soloiev, certo, ainda é ambíguo em relação às condições em que o amor se efetiva, não deixando claro em que grau ele depende das instituições matrimoniais e da familiares. Conforme o capitalismo mais avançado foi minando a família, todavia foram se criando as condições para não apenas se esclarecer o seu sentido como, também, para se abstrair a ideia de amor de todas as circunstâncias em que se confundia cotidianamente, como acabará fazendo-o Simmel.

Depois que a economia de mercado liquidou com a economia doméstica, os encargos de reprodução dos sujeitos que ela possuía se esclerosaram. Os processos de socialização, primeiro, deslocaram-se para outras agências, como os serviços públicos, e após, passaram a colonizá-la diretamente, através do pervasivo consumismo dos meios de comunicação. As mulheres, convertidas em rainhas do lar, foram grandes promotoras do processo, enquanto os homens permaneceram presos ao amor paixão, visto que esse era permitido por sua função na ordem econômica.

O fato não deve nos fazer ignorar, contudo, que estava surgindo, aos poucos, uma nova perspectiva de enquadramento do romantismo na sociedade capitalista.

O colapso do romantismo burguês

Depois da Primeira Guerra Mundial, o romantismo, com efeito, foi deixando de ser visto negativamente como uma utopia e começou a perder parte de seu significado suspeito, apesar desse aspecto ainda estar presente em sua definição para a sociedade. A crença de que o amor tem de ser livre e igual em direitos, sem nenhuma restrição, foi legitimada entre vastas camadas sociais. O amor passou a ser postulado como uma espécie de bem universal, junto com sua conversão em bem de consumo via indústria cultural (Morin, 1967, p. 136).

Kierkegaard (1964, cf. Hall, 2002) refletira sobre o amor com o objetivo de elaborar teoricamente as pretensões vanguardistas de sua classe e de sua época em conciliar o casamento burguês com as aspirações românticas. O romantismo patriarcal, com que se tentara promover um compromisso entre suas respectivas exigências, todavia, jamais vingou fora dos círculos da alta burguesia. A concepção que predominou durante sua era foi antes a do casamento racional, embora dele não estivesse excluída por decreto a possibilidade do romance. A sociedade burguesa, contudo, não tardaria a entrar em crise e, com ela, passou a avançar a ideia, originalmente elaborada pelo filósofo, de um romantismo conjugal, em que se pretende combinar a espontaneidade dos afetos e a livre escolha dos cônjuges com a igualdade de direitos e deveres entre os sexos.

Depois de 1917, os ventos, ainda que ambigualmente, sopravam em sentido democrático e revolucionário, fazendo voar alto as expectativas das massas e de quem pretendia ser intérprete de suas aspirações mais elevadas. Para Ernst Bloch, revolucionário e romântico, por exemplo, contida no espírito de utopia estava a convicção de que “O verdadeiro caminho do amor, uma vez trilhado com gravidade, geralmente se impede de terminar anedoticamente, não tem como admitir outra saída senão a aventura prolongada que se chama casamento” (Bloch, 1977, p. 252).

Na verdade, ocorre que os motivos individualistas que presidiram à ascensão dos termos modernos e que criaram as condições para o aparecimento do *ethos* romântico tiveram de se confrontar

por quase dois séculos com o fato, por exemplo, das mulheres só recentemente terem conquistado com mais firmeza e representatividade uma situação econômica que lhes capacita a escolherem livremente seus parceiros, ou com o fato dos homens terem muitas vezes de enfrentar a resistência familiar de seu próprio lado ou do outro, para se relacionar com sua pretendida.

Depois dos anos 1920, entretanto, a emancipação política e, em seguida, econômica, para ser, enfim, a emancipação sexual da mulher convergiu com os efeitos ao mesmo tempo mobilizadores da força de trabalho e desintegradores das instituições tradicionais promovidos pelo novo capitalismo. O casamento burguês, sonho de realização de indivíduos de todas as camadas da sociedade, revelou-se em descompasso prático com as novas condições de existência. A formação da consciência se foi colocando na esfera da indústria cultural, e esta não hesitou em explorar o legado ficcional romântico em seu favor, criando a fantasia de consumo chamada *happy end*.

[Nela, aparentemente] existe apenas um único amor, o amor-paixão, o amor fortemente erotizado, e as características antigas originais do amor conjugal estão abolidas, ou são consideradas obstáculos residuais que retardam o triunfo do amor, um amor único, uma sexualidade única (Ariès, 1985, p. 161).

Conforme relata Edgar Morin, esse processo teve duas fases, pelo menos até o início dos anos 1960. A primeira conservou as marcas do período de condenação do romantismo, sendo representado pela oposição entre os sedutores vis e as virgens inocentes, as *vamps* e os cavalheiros galantes. A segunda coincide com a era dos estúdios, sendo representada pelos melodramas de final feliz. O amor se torna, então, sintético, ao mesmo tempo carnal e espiritual, pelo apelo erótico e o idealismo. Os símbolos disso foram, primeiro, o beijo na boca; mais tarde, a cena de amor na cama.

Destarte, aparece um romantismo de massas, cotidiano, aparentemente legítimo e fácil de realizar, articulado via o consumo de livros, filmes, materiais jornalísticos e programas de televisão. O movimento da indústria cultural converte o amor em princípio de conduta moral altamente desejada, ajustando seu imperialismo mercadológico aos avanços do individualismo. A liberdade para viver o amor como era desejo, aceita desde então, retira do romantismo seu caráter utópico para, todavia, expô-lo como bem de consumo.

A pretensão de que os homens passariam a consumá-lo cotidianamente, contudo, não se confirmou. O romantismo se tornou valor democrático, perdendo parte do cunho negativo e utópico, mas não se converteu em ideologia corrente. A propaganda romântica e o consumo de tudo o que está a ele ligado, segundo tudo indica, mantêm-se em tensão com as ideias e sentimentos que as pessoas possuem sobre o amor e o conhecimento que extraem de seus relacionamentos. A experiência concreta tem se revelado tão forte em motivação dos padrões de interação cotidiana com o amor quanto a promoção mercantil das ideias românticas pela música popular e pelo cinema de bilheteria, onde o amor tudo vence, sempre.

Durante várias décadas, promoveu-se a fórmula do *happy end*, conforme a qual a formação do casal seria o sentido da existência privada; a reunião do par perfeito se tornou “a imagem mitológica integrada e euforizante” por excelência da cultura de massas (Morin, 1967, p. 135). Com o tempo, passou a haver, porém, um equilíbrio entre essa imagem e a do fracasso amoroso. Os amores desfeitos e os problemas do coração passaram a ser igualmente propalados pela ficção, mas também e sobretudo pelos meios jornalísticos. O resultado combinado desses dois movimentos é uma permanente desmistificação do amor, paralela à sua propaganda, cuja unidade aponta para os problemas de legitimação do romantismo em nossa sociedade.

Na verdade, verifica-se que o romantismo, embora alçado à condição de prática aceitável, continuou sendo questionado e mesmo combatido no contexto social mais amplo. A pretensão de que ele pode ser absoluto não o tornou menos relativo e duvidoso entre vários grupos. Ainda durante a década de 1920, quando aquele começou a ser

pregado como fórmula de conduta eudemônica, renovou-se a convicção de que deveria ser outra a base para a contratação de relacionamentos promissores, em especial o casamento.

Na mente dos radicais e dos conservadores, o amor romântico estava associado a ilusões, fantasias perigosas e doenças; às heroínas tísicas, heróis consumidos pelo desejo ardente e despedidas no leito de morte: à música carregada e insalubre. [...] O amor romântico ameaçava tanto a estabilidade física quanto a psíquica [e deveria ser evitado] (Lasch, 1983, p. 34).

Conforme esse autor nos ensina, apareceu na época em tela uma concepção terapêutica de casamento – o companheirismo –, que depois, quando o próprio matrimônio se desvalorizou, se estenderia aos relacionamentos em geral, com o que chamaríamos de intimismo. De acordo com essa concepção, o casamento e o romance significam, pois, processos distintos: enquanto esse tem um cunho afetivo e irracional, aquele remete a uma forma de interação apoiada na moral e na razão. Os manuais de relacionamento nos quais tal concepção se articula são claros em propor que haja uma racionalização da vida afetiva, se quisermos manter a saúde psíquica e o equilíbrio emocional em meio a um relacionamento.

A primeira onda se propôs a salvar o casamento, sobretudo através da admissão e promoção da vida sexual; a segunda, visto a falência da instituição, a ensinar como se criam e se mantêm os relacionamentos. O mito do casal feliz cedeu passo ao da relação convergente e equilibrada, conforme as pessoas foram se tornando mais autônomas e diminuiu o interesse na reprodução, sem que, por isso, se livrassem de suas carências emocionais e desejos eróticos.

Nesse contexto, o companheirismo e o sexo tornaram-se as principais referências dos relacionamentos. O primeiro colocou-os em bases igualitárias e não mais patriarcais. O segundo providenciou o seu ingrediente essencial. Afinal, o principal objetivo, agora, não era mais constituir família e ter filhos, mas alcançar a felicidade individual (Seidman, 1991, p. 73).

A formulação dessa perspectiva, cumpre notar, não tem a ver apenas com a reinscrição terapêutica das objeções tradicionalistas ao romantismo mas, também, com os problemas internos que esse não pode deixar de evidenciar aos seus contemporâneos. A paulatina legitimação do romantismo, a popularização de seus protocolos não importou na facilitação de sua prática. Os fundamentos irracionais da mesma não se tornaram menos desafiadores do que eram antes, com sua admissão pela moralidade hedonista e a atitude consumista da ordem social capitalista.



Georg Simmel
Fonte: Divulgação.

A propagação das ideias românticas assim conduzida colide na prática com as realidades da sociedade de massas, colaborando para revelar o caráter profundamente contraditório, agonístico e eventualmente explosivo do nosso individualismo democrático. A principal fonte do problema deriva, porém, do fato de que, baseando-se num afeto irracional, o amor é, por definição, arbitrário e inconstante, algo que depende sempre de um acaso feliz, como sugeriu seu primeiro grande pensador como categoria autônoma, Georg Simmel.

Conclusão

Simmel, vimos, foi vanguarda ao abstrair o conceito de amor e propor uma teoria legitimadora, mas reflexiva, do romantismo amoroso. Para ele, o amor é uma categoria formadora da existência em geral, merecendo tanta atenção quanto qualquer outra, porque não se origina de outros elementos: constitui uma esfera autônoma (Simmel, 2001, p. 166).

O amor é, por assim dizer, um dinamismo que se gera a partir da autossuficiência da interioridade, um dinamismo que certamente se conduz em referência ao seu objeto exterior, do plano latente para

o manifesto, mas que, em sentido próprio, não pode ser provocado: a alma o possui como um dado último, ou não, não podendo ser relacionado a algum motivo externo ou interno além da sua causa circunstancial: esta é a razão mais profunda pela qual não há nenhum sentido em pretender fundá-lo como direito [universal] (Simmel, 2001, p. 167; cf. Salomon, 1992, p. 38-39).

O filósofo percebeu que, embora tenha caráter ontológico, o amor é uma categoria contingente, suprabiológica, e, portanto, absolutamente individual. A emancipação do amor é obra do que ele chamava os tipos eróticos, sempre limitados, e, por isso, não se pode amar sempre e incondicionalmente. O amor é um processo movido metafisicamente e que, assim, não pode ser provocado por meios técnicos e racionais.

Significa que as pessoas a quem se ama são sempre circunstanciais, absolutamente singulares e, portanto, o enamoramento, em última análise, é sempre dependente de fatores irracionais. A existência de personalidades incapazes de amar, embora possam ser objetos de amor e, inclusive, desejem ser tais objetos é apenas um complicador a mais no movimento de um fenômeno cultural cujo teor último é irracional e metafísico (cf. Simmel, 2001, p. 201).

Sendo assim, pode-se concluir, porém, que, se os fatores econômicos e de classe social, por exemplo, por certo interferem no seu desenvolvimento, em si mesmo o amor e, por extensão, todas as ações de quem ama não podem ser por eles explicados, muito menos a eles reduzidos individualmente. Afetos como o amor são formados historicamente e, por isso, o romantismo, em última instância, depende de uma dinâmica que, provavelmente, sempre carregará problemas de legitimação entre a coletividade moderna, por mais que ele seja aceito e mesmo promovido como padrão de conduta pelo sistema da indústria cultural.



Gravura inglesa do século XVII (apud Fuchs, 1996, Vol. II).

Fonte: Wikimedia.

Romantismo democrático *versus* intimismo terapêutico o amor no século XX*

Durante a maior parte da história, o casamento teve razões predominantemente alheias ao amor, quando era o caso dele, o amor, estar no horizonte do mundo histórico do casamento. No passado mais distante, o propósito que o movia era a reprodução da espécie e das relações de aliança, sem falar na colaboração que seus efeitos importavam para o trabalho doméstico. Posteriormente, tornou-se, para a mulher, a principal forma de sustentação financeira e, para o homem, a realização da fantasia objetiva que era exercer o poder patriarcal. Em geral, “o amor entre os cônjuges devia ser considerado um segredo, de tal forma contrariava o código de civilidade” (Prost; Vincent, 1992, p. 293).

Ainda em meados do século XX, a representação social do relacionamento bem-sucedido entre homem e mulher dominante no mundo ocidental era a do homem provedor e a da mulher domesticada, pois como dizem Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut (1981, p. 121):

O casamento de inclinação é uma conquista recente: somente há pouco tempo é que os parceiros começaram a escolher-se livremente e, deixando de lado qualquer outra preocupação além da sentimental, passaram a casar a partir de um *eu te amo!*

Destarte, entre as massas, o casamento era uma forma das pessoas encontrarem sustento e se auxiliarem. Os valores familiares e patrimoniais contavam mais que os afetos singulares. Os compromissos eram morais e coletivos, mais que psicológicos e individualistas. Os sentimentos

* Primeira versão publicada em *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 149-168, nov. 2012.

afetivos e prazeres físicos não estavam em pauta, e vivenciar um romance era visto menos como uma utopia do que com ceticismo pela maior parte das pessoas. A perspectiva de viver um relacionamento erótico e sentimental autônomo, resumindo, só passou a ser vista de forma mais positiva, para um número maior, após a Primeira Guerra Mundial.

Desde essa época, o romance se coloca mais e mais no centro dos ideais modernos de felicidade, ajustando as expectativas utópicas de uma era individualista, via a exploração cada vez maior das fantasias hedonistas pelo espírito do capitalismo. O caráter fantasioso assumido pelo amor a partir de então, embora não possa ser a tal reduzido, tem a ver com tal fato e ele, sem dúvida, é um dos pontos de apoio do processo que nos tornou sujeitos da indústria cultural com relação à maneira de viver o amor no curso do século XX (cf. Morin, 1967, p. 131-138).

O aparecimento de um cenário favorável à legitimação do romantismo ocorrido assim, entretanto, não significa que os corações a ele sensíveis tenham chegado ao paraíso. As comunicações, sim, desenvolveram, ainda que de forma desigual, a celebração do amor esboçada no período anterior. A perspectiva em que isso foi por elas encaminhada, no entanto, tornou-se mais individualista e menos familiar, apesar de um ou outro sinal em contrário, aguçando a percepção coletiva para os problemas com que o desejo e a vivência do amor têm de se confrontar no mundo contemporâneo.

A crescente subsunção da experiência amorosa aos esquemas da indústria cultural não se deu apenas em chave romântica, revelando uma variedade cujo espectro nos interessa esclarecer neste capítulo. As pessoas não alienaram a sua vivência de todo e, assim, conservam a consciência de que, por essa via, aquela experiência tende à imponderabilidade. A expansão do racionalismo terapêutico como alternativa à condução dos relacionamentos em bases românticas é uma prova disso, por mais que o intimismo promovido por ele também não consiga superar as tensões e conflitos resultantes da matriz aporética em que esses relacionamentos não podem deixar de conter numa era de competição e individualismo.

A legitimação do romantismo

Segundo Anthony Giddens (1993), o progresso dos tempos modernos, a modernidade avançada se caracteriza, entre outros aspectos, pelo surgimento do que ele chama de relacionamentos puros. Isto é, relacionamentos centrados basicamente na vontade soberana e em circunstâncias singulares de seus participantes, cujo exemplo privilegiado seria o das práticas afetivas entre homens e mulheres emergentes no final do século XX.

Nessa conjuntura, ocorreram várias transformações nos fundamentos institucionais da sociedade capitalista. O processo de emancipação feminina, combinado com a crescente flexibilização das relações de mercado, provocou uma erosão dos laços tradicionais, como o casamento, enquanto o esvaziamento valorativo das rotinas e convenções passou a promover uma nova espécie de relacionamento entre os seres humanos.

[O conceito de relacionamento puro] refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com a outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem (Giddens, 1993, p. 69).

Embora o casamento siga existindo, as pessoas preferem mais e mais falar em relacionamentos. Apareceu uma nova linguagem para dar conta dos desejos, contatos e convênios firmados entre homens e mulheres. O foco tornou-se outro. A preocupação com seus vínculos emocionais tomou a dianteira sobre sua natureza jurídica e sociológica. As codificações matrimoniais perderam seu apelo diante da efetividade dos vínculos afetivos, da proximidade sentimental, da capacidade de interação e das gratificações implicadas em seus relacionamentos.

Para Giddens, o processo repercutiu sobre as concepções românticas em que as relações entre homens e mulheres se baseavam. O romantismo pressupunha a projeção recíproca do amor apaixonado,

mas essa seria função de uma hierarquia que o feminismo demoliu. “A projeção criava lá uma sensação de totalidade com o outro”, porém, o fundamento para tanto era uma intensificação “das diferenças estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade, cada uma delas definida em termos de uma antítese [e de uma hierarquia]” (Giddens, 1993, p. 72).

Devido à emancipação da mulher e o resultante nivelamento de funções entre os sexos, esse tipo de visão do amor entrou em tensão com outro, que o autor chama de “confluente”. “O amor confluyente é um amor ativo, contingente” e, por isso, entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da “ideia de amor romântico” (Giddens, 1993, p. 72).

O colapso do patriarcalismo e o esvaziamento valorativo dos relacionamentos convencionais colocaram o plano afetivo e emocional em primeiro lugar, conferindo um cunho igualitário às nossas relações íntimas. A sexualidade dos relacionamentos adquiriu centralidade, conforme foram decaindo as preocupações femininas com a reprodução (fosse ou não voluntária). Os relacionamentos tendem agora a se tornar mais livres, abertos e necessariamente sujeitos à negociação.

O resultado dessa focalização nos benefícios recíprocos que o relacionamento têm de produzir, do surgimento deste amor confluyente seria, para o autor, uma paulatina perda de seu conteúdo romântico. Os relacionamentos românticos se baseariam na crença irracional de que há uma pessoa “certa” para cada um de nós e de que essa pessoa deve esgotar nossas carências afetivas. As concepções terapêuticas que passaram a orientar a conduta nas últimas décadas vêm promovendo sua substituição pela ideia de que, em vez disso, de procurar uma pessoa extraordinária, deveríamos buscar antes um “relacionamento íntimo e especial” em nossas vidas (Giddens, 1993, p. 72).

Conforme se sabe, a perspectiva assim caracterizada não é tão nova, como sugere Anthony Giddens. A expansão da tendência não deve ser confundida com seu momento de emergência. Georg Simmel a elaborou em seus escritos ainda nos primeiros anos do século XX.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o patriarcalismo familiar burguês entrou na linha de tiro de vários segmentos tecnocráticos, à direita e à esquerda. O casamento tradicional passou a ser fortemente criticado entre as camadas mais intelectualizadas da população dos países avançados. “Tudo prova que a instituição está se desmoronando. As pessoas estão consideravelmente cansadas do casamento, porque a sua forma e seu conteúdo já não correspondem ao indivíduo moderno”, dizia Buchow-Homeyer, em 1928 (apud Ussel, 1980, p. 240).

Christopher Lasch (1991) mostrou que os profissionais de saúde, educação e serviços sociais mais progressistas responderam à crise que se abateu sobre essa instituição acirrando as críticas e pregando sua reforma, convergindo, embora noutros termos, com a intelectualidade revolucionária. As motivações para tanto são conhecidas. A família, progressivamente, estava se restringindo, acabando por, de certa forma, fechar-se em torno de si mesma, conforme foi perdendo seu significado econômico e patrimonial no âmbito consumista criado pelo novo capitalismo.

Destarte, o espaço por ela ocupado se abriu às relações sociais mais amplas, sobretudo as de mercado, através de sua colonização pelos veículos da indústria cultural. A família, primeiro, tornou-se seu centro de recepção e, depois, passou a se socializar em meio às suas instituições. Os centros de compras e lazer fecharam o ciclo de formação da consciência individual iniciado pelas revistas, filmes e automóveis, reestruturando as linhas de ação social dos seus sujeitos, de acordo com normas e princípios de cunho mercantil.

Conforme observamos, o romantismo amoroso encontra sua oportunidade de cultivação nesse contexto: ele era uma emanção vanguardista da sociedade burguesa que se, por um lado, colidia com o patriarcalismo conjugal, por outro acabou por tensioná-lo e, eventualmente, alterá-lo, ainda no século XIX. A burguesia foi contaminada com o mal que diagnosticou e, no final de sua era, passou a admitir alguns de seus sintomas como norma de seus institutos matrimoniais (Gay, 1990; Lystra, 1989). O romantismo patriarcal assim

aparecido, todavia, não teve longa vida, ficando apenas em esboço, seja porque só por acaso o amor nascia do casamento negociado, seja, sobretudo, porque, vimos, o patriarcalismo estava entrando em crise como modelo de vida conforme adentrávamos no século XX.

Durante essa época, o capitalismo, com efeito, criou as condições para mais e mais vozes, em parte já sujeitas ao sistema da indústria cultural, advogarem a plena liberdade para o romantismo. Os movimentos de emancipação política da mulher convergiram com sua interpelação como consumidora e o aparecimento de novos modelos para seu assujeitamento à ordem societária. Com o tempo, o vanguardismo dos círculos mais intelectualizados e criadores (cf. Green, 1974, Gadd, 1974, Kern, 1992, Whimster, 1999) repercutiu sobre a coletividade via os novos meios de comunicação, promovendo o avanço do individualismo e um clima mais positivo para a propagação do espírito romântico entre as massas.

Elinor Glyn foi uma entre os/as publicistas da época que denunciaram o casamento patriarcal, postulando a legitimação romântica e democrática do instituto em sua *Filosofia do amor* (1923). Segundo ela, a principal causa para o sucesso do cinema romântico seria fato dele expressar os novos ideais de vida das massas (Glyn, 1923, p. 201-202). O casamento se tornou problemático, porque as pessoas não suportam mais viver sem amor. O problema é que as pessoas ainda o aceitam sem pensá-lo a fundo e, assim, embarcam em aventura geralmente sem perspectiva, que resulta em divórcio (Glyn, 1923, p. 249).

O casamento é um jogo difícil, com os dados todos virando contra os jogadores: ele exige todos os átomos de nossa inteligência para ser vencido, mas [sendo o caso] o prêmio é a *maior felicidade do mundo* (Glyn, 1923, p. 46-47, grifos do autor).

As pessoas se acostumaram a casar por obrigação ou para formar família, mas o fato é que “nenhuma união pode ser perfeita sem igual capacidade de satisfação física por parte do homem e da mulher, tanto quanto igual capacidade de elevação das suas almas [por meio do

cultivo do sentimento]”. O principal da crise por que ele passa tem a ver, por isso, com a falta de amor em sua contratação, com a falta de real fusão do corpo e alma dos parceiros. “Atualmente, o casamento, de fato, é uma barganha na qual ambos [mal] têm a expectativa de poder cumprir com suas obrigações” (Glyn, 1923, p. 17 e 41 respectivamente).

O resultado é a frieza feminina para com o homem e a indiferença masculina para com a mulher, que o condenam ao fracasso. O casamento só pode ser salvo se passar a reunir corpo, mente e alma. A redenção do instituto passa pela sua celebração com base no livre consentimento. A única base do mesmo deve passar a ser o amor. Os convênios matrimoniais precisam pôr de lado os acordos por interesse, porque esses criam as sementes de sua rápida ruína (Glyn, 1923, p. 39-40).



Alexandra Kollontai



Elinor Glyn

Fonte: Wikimedia.

Segundo Glyn, o casamento, visto bem, é um ideal e não uma obrigação; tem de passar a se fundar no amor, na procura da “fusão do corpo e alma em mais alto grau”, e não em hábitos, interesses e convenções, porque esses não têm como criar o seu mistério. O romantismo em que ele precisa se basear, para que se efetive, é um misterioso complexo de forças e ideais que nos atrai para o outro e “sem o qual nenhum amante pode seguir amando” (Glyn, 1923, p. 211).

Para ela, o companheirismo igualitário representa um avanço e o prazer carnal uma necessidade, mas esses só raramente vêm sem

a paixão afetiva. O casamento romântico seria, portanto, “a doce comunhão, na qual os princípios da natureza seriam entendidos e satisfeitos, de modo que deixaria de haver os desejos de se sair dele” (Glyn, 1923, p. 15). A paixão e a admiração recíprocas em que consiste o amor têm de se tornar sua base, para que as núpcias possam sobreviver, para que os parceiros possam honrar suas obrigações.

Na Europa, Alexandra Kollontai resumiu as propostas do feminismo mais à esquerda sobre o assunto, afirmando que o princípio romântico do amor livre é e precisa ser o único princípio de relacionamento válido entre homem e mulher. Porém, para que isso se imponha, sem causar novos prejuízos à mulher, como a sua exploração sexual, a luta pela causa precisa se inserir em uma reforma da sociedade. A libertação do patriarcado imoral e da necessidade econômica são precondições para se poder amar sem prejuízo ou alienação.

Segundo a pensadora e militante marxista, “apenas uma transformação radical das relações de produção pode criar as condições sociais indispensáveis para evitar à mulher os aspectos negativos da fórmula elástica *amor livre*” (Kollontai, [1921] 1982, p. 41, grifos da autora).

Já Simone de Beauvoir, endossando essa perspectiva, pregou uma revolução amorosa todavia possuidora de maior sentido utópico, via uma crítica do que mais tarde, noutra direção, foi chamado de mística feminina, por Betty Friedan. Para a autora, “salvo nos casos bem raros onde o livre engajamento dos amantes se perpetua durante toda uma vida, a mística do amor conduz à catástrofe” (Beauvoir, 1949, p. 411).

O verdadeiro amor só pode ser o fundado socialmente no reconhecimento recíproco da vida própria ou liberdade de cada um dos amantes. A emancipação econômica e política é precondição para tanto, porque o amor não pode ser uma forma de assumir a dependência a qual se está eventualmente condenado.

Contudo, isso não basta: os parceiros precisam, cada um, criar seu próprio projeto existencial, que pode convergir com o do outro, mas será em si mesmo independente e terá de estar aberto para a coletividade, a fim de não sucumbir pela pequenez de significado.

A conquista da independência dará à mulher o privilégio de desfrutar de indivíduos [eventualmente] autônomos e ativos e que, em geral, não serão parasitas em sua vida, não a prenderão, devido à sua fraqueza e necessidades (Beauvoir, 1949, p. 453).

Segundo a pensadora, a reciprocidade no relacionamento não tem de suprimir a singularidade das relações de cada um com seu corpo, seus sonhos e interesses. O amor tem de assumir a forma de uma livre superação da singularidade, e não a da rendição à vida alheia, que forja as cadeias para o infortúnio individual. Os relacionamentos só têm sentido e perspectiva de futuro quando servem para os amantes “revelarem-se a si mesmos pela entrega de um ao outro e [assim contribuírem para] o enriquecimento do universo” (Beauvoir, 1949, p. 413).



Simone de Beauvoir. Foto de Robert Doisneau.

Fonte: Tumblr.

Carmichael Stopes, como essas autoras, defendeu uma concepção romântica antipatriarcal dos relacionamentos, mas foi mais longe, elaborando uma síntese altamente original e bem mais popular, para

a época, entre suas premissas e as ideias pregadas pelos higienistas tecnocráticos. Vivendo o impacto das ideias revolucionárias da conjuntura pós-1917, a escritora e terapeuta formulou a fantasia utópica de reconstruir os laços sociais com base numa comunidade amorosa individualista, seguindo, a seu modo, a ideia que um século antes havia animado o socialista Fourier.

O conhecimento e o amor, crê, podem ajudar a formar não apenas casais mais perfeitos e felizes, mas ajudar a tornar a humanidade menos imperfeita, porque desenvolvendo-os em conjunto, como ela própria prega com seu livro, “o casal se estenderá desde os cimentos físicos de seus corpos até os céus, onde sua cabeça será coroada de estrelas” (Stopes, 1932, p. 190).

Segundo a autora, o homem moderno é um sujeito romântico: “consciente ou inconscientemente deseja a liberdade, a beleza e a aventura” (Stopes, 1932, p. 156). As pessoas todas, das mais prosaicas às mais sofisticadas, têm o desejo de encontrar sua alma gêmea, porque sem isso, todos, inclusive o homem de negócios mais duro, “acabam por viver sob a impressão de que sua alma está separada de seus membros” (Stopes, 1932, p. 9).

Contudo, apenas refundando o casamento sobre uma concepção romântica, igualitária e emancipatória, tanto na vida sexual quanto na vida política e econômica, pode-se, segundo a autora, concretizar sua vocação, que é a de nos dar uma vida plena, mediante a união íntima com um/uma esposo/a para toda a vida (Stopes, 1932, p. 171). O patriarcalismo precisa ser superado, porque contribui para destruir esse desejo, ao submeter a mulher a convenções morais que, em boa parte das vezes, não só ignoram sua liberdade de escolha, mas engendram rotinas que “privam o casal dos encantos mais elevados e mais poéticos da vida” (Stopes, 1932, p. 120).

As preocupações excessivamente domésticas e familiares retiram do casamento e do amor a perfeição da humanidade que com eles se pode desenvolver, porque o amor é o princípio de criação da mais elevada forma de sociedade. O casamento tradicional e patriarcal faz com

que essa capacidade se embote mutuamente de forma cotidiana, mas isso alcança inclusive os que, apesar de amando, desconhecem suas exigências românticas. Os costumes patriarcais impedem a mulher de desenvolver suas capacidades latentes e encantos naturais, privando o homem de ter ao seu lado “uma esposa livre e forte, senão uma amiga desejável e uma companhia intelectual” (Stopes, 1932, p. 170).

O romantismo só pode ser conservado quando as pessoas se lembram que não podem confundir suas vidas e projetá-las todas no ambiente doméstico, ao mesmo tempo indistinto, do ponto de vista do prazer sexual, e subordinado, do ponto de vista da autoridade, ao comando patriarcal. A reforma nos costumes é algo urgente, e o avanço nos conhecimentos disponíveis é boa razão para se pôr esperança nela.

O extraordinário sentido do amor deve ser alentado entre as novas gerações, elas devem ter acesso aos conhecimentos que lhes permitam cultivá-lo, em vez de serem afastadas disso pelas liberdades que pretendem destruí-lo (Stopes, 1932, p. 190).

O casamento se tornou uma experiência excludente e perversa, quando poderia ser algo sublime e capaz de governar uma forma mais avançada de sociedade. As pessoas podem fazer mais quando se unem do que quando estão sós e, por isso, a reforma moral do matrimônio é bom motivo para se ter esperança no seu futuro. A formação de alianças melhores “é o esboço de novas relações entre as unidades individuais que compõem a sociedade” (Stopes, 1932, p. 178).

Para a coletividade, e não só para o indivíduo, é importante que elas sejam prazerosas e bem-sucedidas, porque só “quando nossas relações com a comunidade forem completamente compreendidas, ocorrerá que a saúde, o bem-estar e os poderes que elas infundem em cada indivíduo passarão a dizer respeito não apenas à sua própria vida, mas afetarão também o conjunto do qual cada um deles é integrante” (Stopes, 1932, p. 179).

Resumindo, verifica-se, portanto, que, nas condições instauradas de um individualismo democrático de massas, o romantismo não apenas ingressou em fase de legitimação, parcialmente sustentada pela indústria cultural, mas chegou a se articular como utopia de seu respectivo mundo histórico, conforme indicam, mais do que suas fantasias consumistas, manifestos como os de Kollontai, Glyn, Stopes e Beauvoir.



Maria Carmichael Stopes

Fonte: Wikimedia.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o romantismo foi adquirindo crescente legitimidade entre vários setores da população do mundo ocidental. Sua presença pontual entre as vanguardas burguesas cedeu lugar à sua difusão por todas as camadas da sociedade. Conforme esse mundo continuou a avançar, aconteceu, porém, que as expectativas utópicas em relação ao amor, entretanto, não somente foram perdendo o foco no casamento, mas acabaram se enredando em contexto que lhes trouxe novas complicações.

Os enredamentos patriarcais que o prendiam foram sendo tirados de suas costas, conforme as bandeiras do movimento iam sendo encampadas pela prática da indústria cultural. O capitalismo e o individualismo criaram as condições para o desenvolvimento do romantismo e estimularam sua demanda em escala cada vez maior. O problema é que eles engendram sujeitos cuja tendência é viver de forma antagônica,

senão, no limite, destrutiva e, assim, em sujeitos que enfrentam coletivamente esse romantismo como uma virtual impossibilidade.

Entre as provas disso está o fato de que, embora progressivamente legitimado, sejam poucos os que, em nosso tempo, falem de maneira séria e autônoma sobre suas perspectivas (cf. Solomon, 1992; Costa, 1998). Em geral, o romantismo é objeto de uma fala imiscuída com o cinismo da consciência imediata que caracteriza os contemporâneos. As feministas de várias tendências, por exemplo, o denunciaram como forma de alienação da mulher e exploração política dos afetos entre homens e mulheres por um sistema cujo eixo dominante seria o machismo (cf. Weisser, 2001, p. 113-146). O pensamento mais à esquerda coincidiu com o seu oposto, conservador, ao afirmar, por sua vez, que o romantismo “assemelha-se a uma doença deslumbrante (como a tuberculose), que acaba por se mostrar horrenda em seus estágios derradeiros. Sua patologia é explicitada por sua rigidez: [...] ele se baseia em sonhos e estes são frágeis” (Slater, 1977, p. 105).

No entanto, a reação mais forte e ampla em alcance contra o romantismo que a era do amor livre e da economia de mercado estruturado pela indústria cultural começaram a legitimar foi puxada e articulada pelo pensamento terapêutico.

A reação terapêutica

Desde meados do século XX, o romantismo se tornou uma das principais mediações das relações entre homens e mulheres, promovido que passou a ser pela cultura de consumo. Porém, com isso, não se deve pensar que ele deixou de enfrentar resistência ou se afirmou de modo linear. A conversão do romantismo em moralidade oficiosa dos relacionamentos entre homens e mulheres passou a enfrentar a resistência ideológica que, além do conjugalismo mais tradicional ou do feminismo vanguardista, ofereceu-lhe a nova cultura terapêutica.

Philip Rieff ([1966] 1990) elaborou a expressão e lançou as bases para seu entendimento, desenvolvido a partir de então por vários outros pesquisadores, fazendo-lhe ou não referência, como Robert Castel.

Para este, enquanto conceito crítico, a terapia pode ser entendida como a racionalidade segundo a qual “agir é manipular, aqui e agora, um certo número de variáveis técnicas pessoais numa dinâmica relacional, reduzir as tensões através do desenvolvimento da comunicação, racionalizar os processos de decisão individual, etc.” (Castel; Castel; Lovell, 1979, p. 334; cf. Illouz, 2008).

Visando entender a pertinência do conceito em relação ao ponto que estamos tratando, precisamos lembrar, em primeiro lugar, que o romantismo com que se propunha a viabilizar o amor livre e o fim das cadeias patriarcais não foi bem visto como solução pelos setores tecnocráticos emergentes (cf. Ingenieros, [1925] 1953). Segundo estes últimos, o problema principal consiste nas exigências irrealizáveis que as paixões românticas colocam aos relacionamentos. A resposta para o crescente número de divórcios e o aumento das insatisfações com as relações entre homens e mulheres, preconizavam, deveria limitar-se à liberdade de escolha dos parceiros, ao estabelecimento de relacionamentos transparentes e à plena gratificação da sexualidade (Cott, 1994, p. 95-113).

Contrariamente ao defendido pelos partidários do romantismo, a paixão irracional e a mística fantasiosa não deveriam nos guiar no estabelecimento das relações amorosas e, sobretudo, na pactuação do matrimônio. A perspectiva a ser implementada na construção dos relacionamentos seria menos a da virtual reorganização moral e filosófica dos vínculos sociais mais amplos, do que a da criação de um refúgio psicológico e afetivo num mundo sem coração, como mostrou Christopher Lasch.

A solução para os crescentes problemas de relacionamento afetivo entre homens e mulheres poderia ser lograda com a reorganização do casamento em termos igualitários e a reinterpretção do amor como união sexual em um ambiente de companheirismo, com o que mais tarde seria definido como intimismo. Os reformadores terapêuticos entreviram que o romantismo propagandeado pela cultura de consumo e endossado por alguns publicistas poderia se tornar fonte de novos problemas, sem solucionar os anteriores, algo que

os promotores daquele acusaram conscientemente, sem temer os riscos do irracionalismo, ao afirmarem que “não há romance sem ideais e os ideais são criação do espírito e, assim, algo fundado no mistério” (Glyn, 1923, p. 198).

Os reformadores terapêuticos perceberam como provavelmente desastrosa a adoção do princípio de conduta romântica segundo o qual ninguém pode amar ou deixar de amar de acordo com sua vontade (Glyn, 1923, p. 212), segundo o qual o máximo que se pode tentar fazer é mantê-lo, gerenciando para que não se perca: eles advertiram para sua falta de garantias e sua condição de eventual fonte de sofrimentos. Em seu ver, o amor livre, entendido sem reservas, em vez de fornecer um guia para expressar e articular suas emoções, prejudica, limita ou distorce as possibilidades de relacionamento entre homem e mulher.

Robert Johnson, por exemplo, é apenas um dos herdeiros recentes da longa tradição segundo a qual o romantismo é um dos males da era moderna. Para ele, o amor deve ser resgatado dos “pântanos do romantismo” (Johnson, [1983] 1987, p. 260). Conforme prega o autor, pagamos um preço por fazê-lo a base de nossos relacionamentos afetivos, porque ele produz mais dor e desencanto do que alegria e felicidade. “O amor humano está tão distorcido pelos excessos e pelas perturbações oriundas do romantismo, que quase nunca procuramos o amor pelo amor, e mal sabemos o que procurar quando o buscamos” (Johnson, 1987, p. 255).

Submetendo o mito de Tristão e Isolda a novo comentário, o autor acusa a imagem ocidental do amor, que nos faz perder de vista sua verdadeira dimensão, a de força psicológica capaz de nos fazer transcender o egocentrismo.

O amor é o poder que dentro de nós aceita e valoriza o outro ser humano tal como ele é, que aceita a pessoa que ali está, verdadeiramente, e não a transforma no ser idealizado pela nossa projeção. O amor é o deus interior que abre nossos olhos cegos para a beleza, o valor e as qualidades da outra pessoa (Johnson, 1987, p. 255-256).

Johnson não cogita em nenhum momento que a valorização do outro como ele é não apenas escapa ao que se entende comumente por amor por outro indivíduo, caso em questão, como pode ser algo imoral ou não recomendável, dependendo do indivíduo. Em diversas ocasiões, ele não vê, encontramos-nos na situação de não apenas não podermos externar um juízo moral favorável a outra pessoa, para não cair em falsidade, mas estamos impedidos de fazê-lo, para não cair em imoralidade.

Para ele, “o romance, pela própria natureza, está fadado a degenerar em egoísmo”, mas, vendo melhor, não é certo que isso se origine do fato dele “não ser um amor dirigido a outro ser humano”, porque ele “é sempre dirigido à nossas projeções, às nossas expectativas, às nossas fantasias” (Johnson, 1987, p. 258), visto que nenhuma relação humana existe sem a mediação desses elementos, ainda que não só e, nesse resto que falta, haja corretivos essenciais à sua elaboração.

Quando se afirma que o verdadeiro amor é um meio de ver a pessoa como singularidade e, com ela, construir um relacionamento individualizado (Johnson, 1987, p. 262), postula-se uma máxima moral abstrata e puramente regulatória, que vale para o amor tanto quanto o companheiro numa mesa de jogo. Pode-se concordar que o romantismo tende a ver o amor como uma peça encenada no teatro da vida, mas isso não é privilégio dele: essa fala ignora que essa encenação só pode ser considerada romântica pelos protagonistas se, em vez de representação, houver sentimento de autenticidade recíproca entre os protagonistas.

Johnson não é terapeuta por acaso: ele, com efeito, quer nos prevenir contra o fato de que as paixões não duram para sempre. Por isso, propõe que troquemos a fantasia romântica pela amizade e o compromisso. Como tantos que o precederam, ele supõe que podemos nos livrar dos males do amor seguindo o caminho com que se tentou oferecer, algumas décadas atrás, solução à crise do patriarcalismo. A principal diferença entre ele e seus antecessores é que, no cenário mais recente, não se trata necessariamente de companheirismo conjugal. O casamento não é o mais importante; o mais importante passou a ser a intimidade.

O principal é o vínculo de amizade e o comprometimento afetivo, eventualmente a satisfação sexual: isto é, todo um conjunto de práticas a que se poderia chamar de intimismo, como diz David Shumway (2003).

Dentro dessa perspectiva, verifica-se de todo modo, em resumo, que os romances se tornaram “escravos do outro narrativo, da opinião geral que deprecia toda força excessiva e quer que o sujeito reduza ele próprio o grande turbilhão imaginário, pelo qual é atravessado sem ordem e sem fim, a uma crise dolorosa, mórbida, da qual precisa se curar: a história de amor é o tributo que o enamorado deve pagar ao mundo para se reconciliar com ele” (Barthes, 1985, p. 4).

Apesar de autores como Giddens afirmarem o contrário, cremos, porém, que deve ser relativizado o entendimento de que, na contemporaneidade, o amor confluyente está tomando o lugar do amor romântico. O intimismo não eclipsou o romantismo. Na verdade, o cenário atual seria o de uma convivência ou tensão entre dois registros de relacionamento entre homens e mulheres, como defende Shumway (2003). O componente terapêutico do racionalismo capitalista, vendo bem, está dialeticamente imbricado ao subjetivismo que o sistema não pode deixar de estimular entre os indivíduos, e é em meio a esse antagonismo que se vive e disputa a experiência amorosa contemporânea.

Atualmente, as relações humanas se liquefazem cada vez mais, conforme seus sujeitos vão sendo formados pela dinâmica da mais poderosa delas, a que define o capitalismo. A substância do intimismo é, por isso, tão ilusória quanto a do romantismo, com a importante diferença, contudo, que as ilusões do segundo encontraram maior apoio na economia de mercado e parecem ser mais gratificantes à subjetividade dos contemporâneos, enquanto o primeiro se apoia mais nas reservas de racionalidade que o sistema todavia abriga em seus centros de criação intelectual, ao tentar elaborar mecanismos de proteção para essa mesma subjetividade.

Destarte, a concepção terapêutica das relações afetivas deveria ser entendida como expressão de uma estratégia de defesa do indivíduo contemporâneo diante do subjetivismo de seu próprio tempo.

Como foi notado, nessa concepção, cada parceiro é visto, “por assim dizer, como um escudo contra o isolamento, contra essa solidão que já não se vivencia como distanciamento voluntário, como privacidade, mas como carência, como *ausência da companhia desejada*” (Béjar, 1993, p. 215, grifos meus).

De fato, a racionalidade terapêutica menos se impôs do que coexiste com a consciência ou sentimento romântico de que nossa vida não se esgota em regras e convenções coletivistas, ainda que higiênicas ou mesmo hedonistas. A consciência individual se tornou sabedora de que possui suas próprias circunstâncias e volições e de que é em função de sua relativa irracionalidade em meio ao sistema que ela não se deixa aprisionar por completo nos esquemas que lhe visam dar estabilidade.

A companhia desejada por muitos, senão a maioria, é a companhia romântica, porque é essa a companhia que se forma ou se projeta na conjunção entre o indivíduo e o sistema na era da indústria cultural, embora ao mesmo tempo seja essa que vá se pondo mais longe ou se tornando a mais difícil de conquistar em um mundo dominando pelo individualismo da era capitalista.

O pensamento terapêutico procura nos advertir para o fato de que o amor é algo que precisa ser trabalhado, cuidado, porque registra ou nota que o fundamento dos relacionamentos românticos é um subjetivismo virtualmente insustentável. As pessoas que sentem vontade de amar precisam se dar conta, segundo ele, de que isso depende de vontade e esforço, algo que, aliás, não é estranho ao romantismo. Porém, contrariamente a este, que enfatiza a paixão, a química, a loucura, o intimismo por aquele defendido prega que cuidemos, antes de tudo, do equilíbrio, planejamento e reciprocidade nos relacionamentos.

Para um, o principal é a paixão; para o outro, o companheirismo ou intimidade.

Embora seus respectivos discursos sejam em boa parte distintos, suas diferenças costumam passar despercebidas, porque coexistem lado a lado e a maioria de nós é influenciada por ambos: ambos promovem o paraíso em nome do amor. O romantismo

oferece a aventura, a emoção intensa e a perspectiva de se conhecer o companheiro ideal. O intimismo promete a comunicação profunda, a amizade e o compartilhamento capaz de transcender a paixão romântica (Shumway, 2003, p. 27).

Levando em conta esse diagnóstico, pode-se sustentar a hipótese de que, nesse cenário amoroso, as pessoas virtualmente se encontram em ponto de explosão, porque elas ao mesmo tempo desejam e temem o romance, a exacerbação emocional; elas são sensíveis às suas imagens, vivendo em um mundo frio e racionalizado do ponto de vista da reprodução cotidiana; mas, por serem racionais, sabem dos riscos de sofrimento e dos desafios por ele exigidos, não sendo por isso menos sensíveis à alternativa terapêutica.

O consumismo da intimidade e o terapeutismo do companheirismo são, pela superficialidade ou pelo comedimento, sim, mais recomendáveis racionalmente do que o romance apaixonado, mas esse não perde nada em interesse estético e em eventual experiência vivida, sempre que as situações se apresentam e as paixões convergem de modo a nos fazer perder a razão.

Por isso, parecem-nos equivocados os evangelistas do amor confluyente, segundo os quais os relacionamentos afetivos entre homens e mulheres tendem a ser mais bem-sucedidos com o progresso da racionalidade terapêutica e o arrefecimento da paixão romântica, circunscrita ou não ao consumismo abstrato dos seus meios de comunicação.

Vendo bem, o intimismo não é em nada menos frágil e precário do que o romantismo, e não só porque tem menos apoio do que estas estruturas que sustentam nosso sistema de vida no cotidiano. A propaganda em favor do intimismo se esquece ou ignora que este, o intimismo, não é mais fácil de encontrar e tem tanta fragilidade quanto o romantismo que ele condena. O conjugalismo terapêutico com que se transcendeu o familiarismo não é menos abalado pelo individualismo de nosso tempo quanto o romantismo que este último estimula.

Atualmente, as pessoas são levadas cada vez mais a se arrumar afetivamente sozinhas em termos que, no entanto, precisam ser

racionalizados. O casamento convencional prescrevia papéis; os relacionamentos supõem que eles precisam ser livres e negociados. A ruptura dos padrões de relacionamento convencional, em meio a relações predominantemente mercantis cada vez mais voláteis e flexíveis, lança as pessoas em uma situação vivida com desorientação, e não parece que os meios fornecidos pelo mercado possam, vistos de maneira global, restaurá-lo para as massas, por mais que as pessoas tendam a ser cada vez mais reflexivas e independentes, por mais que os relacionamentos sejam sempre mais avaliados racionalmente.

Entre os sinais que dão prova dessa situação, estão os manuais de relacionamento. Depois dos anos 1960, eles vão se caracterizando menos por promover a codificação terapêutica do que por sugerir que, sem o cultivo dessa postura, o amor não tem muita perspectiva. Desde essa época, os relacionamentos se convertem em objeto que precisa ser investido por certas condutas específicas e devidamente administrado, se quiserem ter futuro. O aconselhamento no sentido sexual não desaparece, mas o reconhecimento da essência problemática das relações entre homens e mulheres, o aprofundamento da guerra dos sexos e seu impacto negativo sobre o poder do amor foram adquirindo proeminência (cf. os capítulos seguintes).

Conclusão

Em síntese, verificamos, portanto, que, se por um lado o romantismo se tornou, em nosso tempo, uma conduta socialmente legítima, por outro, conquistou essa situação porque passou a ser explorado como fluido nos mecanismos da indústria cultural em que mais e mais se transforma o capitalismo. Por isso, a referida legitimação é apenas parcial ou relativa, inclusive entre os seus sujeitos, ao ser vivido como núcleo possuidor de imensos problemas para os que com ele se comprometem.

Os relacionamentos se caracterizavam, sob o patriarcalismo, por uma crescente decepção entre os envolvidos. A entrega submissa da mulher ao homem, via de regra, limitava-se a ter compensações sociais. O romantismo era censurado e, no caso de eclodir, tendia

a ter vida curta, afetando tanto o homem quanto a mulher. A rotina patriarcal se encarregava de trivializar a paixão, promovendo o desprezo pela mulher por parte do homem e o ressentimento com o homem por parte da mulher. O resultado disso era ora alguma forma de ruptura dos laços conjugais, ora a resignação infeliz com o relacionamento. A falta de recompensa pela entrega pessoal, tanto quanto as exigências íntimas por demais absorventes, de parte a parte, tendiam a engendrar um inferno doméstico e cotidiano, embora não se deva fazer um quadro uniforme da situação.

A emancipação econômica da mulher, embora ainda não tão ampla quanto a já conquistada pelo homem, abriu novas perspectivas de relacionamento entre ambos, mas ao mesmo tempo acabou por colocá-los na dependência dos padrões competitivos e consumistas da economia de mercado avançada. O romantismo foi liberado das cadeias que o inibiam e passou a ser parcialmente legitimado pela sociedade, mas em condições que sublinharam, sobretudo, sua capacidade de estímulo à prática da indústria cultural.

Depois da invenção da pílula, com a chegada da fase da emancipação sexual da mulher e a possibilidade de desvincular a vida sexual das salvaguardas que lhe fornecia o casamento, o processo entrou em sua fase máxima. As relações entre os sexos na esfera íntima passaram a se nivelar por força de uma inserção convergente dos seus sujeitos, tanto no mundo do trabalho quanto no da cultura de consumo. O efeito geral disso é o crescente subjetivismo da conduta, que tende a fragilizar os relacionamentos e a minar uma economia cujas bases, sendo afetivas ou irracionais, por isso mesmo, carecem da consistência que, por comparação, encontramos em outras estruturas societárias.

Predomina desde os anos 1970 uma espécie de anarquia nos padrões de relacionamento afetivo entre homens e mulheres, como notam os Beck (1995). As convenções estatutárias, religiosas, familiares e étnicas que os regulavam caíram em desuso. O comércio entre os sexos se tornou mais fácil e imediato, de parte a parte. O romance precisa disputar lugar com novos registros, como a ficada, o caso

descartável e a amizade colorida. A suspeição e a incerteza acerca do estatuto ontológico da relação que está sendo vivida e sobre suas perspectivas de continuidade emergem como novos problemas cotidianos. As pessoas conduzem-nas sem a expectativa de criar uma verdadeira interdependência, visto que, em um mundo onde é sempre mais cada um por si, elas aprendem, é bom, senão essencial estar preparado para a separação e saber viver de forma independente.

Pierre Mérot procede literariamente à construção fenomenológica que ilustra muito bem o ponto em seu romance intitulado *Mamíferos* (2005). Conforme o leitor é levado a pensar por meio do texto, o rompimento das cadeias do patriarcalismo e, em seguida, a relativização dos ideais familiaristas foram, de início, vistos como libertação e motivo de esperanças. Porém, efetivamente, raciocina o personagem principal, o prêmio disso tudo não tem sido a plenitude e felicidade, o triunfo do amor e do romantismo. As fantasias eróticas que se puseram em circulação, via os mais diversos canais, sugere o livro, são a triste mascarada de um crescente deserto afetivo e sentimental. Entre as camadas médias, em geral, universo retratado no romance, sobretudo, a sexualidade ao mesmo tempo inflada, vulgar e vazia é o sucedâneo virtualmente depressivo do desencanto ressentido que surge à medida que as pessoas se descobrem cada vez mais privadas ou distante do amor romântico.

Elaborando reflexivamente a consciência imediata da reificação coletiva em que essas camadas estão sendo jogadas, o personagem, ainda que sem a analisar, revela ao leitor a condição central adquirida pela experiência amorosa na consciência do homem comum, a tal ponto que, segundo suas palavras, prisioneiras da banalidade cotidiana, cada vez mais “as vidas se constroem e se desfazem de acordo com esse eixo [no que tem de excitante]” (Mérot, 2005, p. 39). O problema, pensa, é que a cultura nos levou a crer que se pode e se deve ser livre para amar com liberdade e em profusão, mas aos poucos fica claro que não é assim, isso “é uma mentira”. De fato, “Amar é excepcional. Não amar é a regra”. Por isso, conclui o personagem, conhecer e “aceitar essa regra” poderia, talvez, nos “proporcionar um início de felicidade” (Mérot, 2005, p. 39).

A propaganda em favor do amor promovida por nosso tempo colide com a multiplicação dos nossos sofrimentos afetivos individuais, mantendo em tensão as ilusões sobre o encontro dos corações. A experiência ensina que a facilitação dos encontros e a proliferação dos encontros não trouxeram as satisfações prometidas. Os relacionamentos tendem com o passar do tempo a ser vividos como “suicídios afetivos”. As correspondências são raras, e os contatos em geral se assemelham a transações onde recebemos “notas sem valor”. As pessoas se põem a tentar encontrar alguém, enquanto ainda há tempo, antes que seja tarde, sabendo que, passado um limiar, estarão inúteis para sempre, o que não faz senão aprofundar o desespero com a falta de perspectivas eudemônicas mais concretas na vida cotidiana.

Nessa aventura, o principal ou mais comum, portanto, não é mais a felicidade a dois, mas a descoberta de que o amor só tem força em si mesmo e que, singular a cada um, pode ser inacessível aos outros, senão à nossa própria compreensão, agora que “nenhuma figura nos retém” na “construção incerta” que se tornou a vida, “quando o assunto é o amor” (Mérot, 2005, p. 40). Entre amplos estratos da população, sustenta o personagem, a crença no amor eterno deu lugar à suspeita, senão à convicção de que ninguém pode viver por muito tempo com a mesma pessoa e que “os que o conseguem não são uns santos otimistas”, mas “pessoas de alguma forma problemáticas” (Mérot, 2005, p. 40).

Por isso tudo, para retornar ao eixo textual e concluir, as reservas contra o romantismo, que se continua a presenciar em nossa época, não podem ser vistas como simples sobrevivência da era patriarcal. Oriundas de uma situação afetiva cada vez mais anárquica, elas têm a ver, antes, com o aparecimento de uma racionalidade terapêutica, cujo sentido, cremos que foi bem explicado, é nos preservar ou nos defender dos efeitos de uma desordem emocional potencialmente destrutiva para todos os crentes nos pressupostos metafísicos e promessas de felicidade de um romantismo que se tornou reivindicação democrática de massas.



André Kertész, *Os amantes em Budapest*, 1915.

Fonte: Flickr.

O cinema e o amor

romantismo de consumo e intimidade reflexiva*

Mary-Lou Galician é apenas uma, entre tantas pesquisadoras e pesquisadores, a afirmar que as comunicações podem afetar as expectativas amorosas das pessoas em relação aos seus parceiros. As pessoas seriam ingênuas se pensam que os mundos da mídia e da realidade são distintos. A realidade pode repercutir o que se viu na mídia. As pessoas podem tentar se parecer como na mídia, aceitando padrões e critérios de relacionamento que provavelmente lhes trarão infortúnio, devido ao seu irrealismo.

Existe uma relação entre o uso muito intenso de certos veículos de comunicação e as expectativas irreais que projetamos sobre nossos parceiros, o que gera insatisfação em nossos relacionamentos amorosos (Galician, 2004, p. 5).

Para ela, o romantismo propagandeado pelos meios de comunicação seria responsável por boa parte disso, engendra várias disfunções na conduta, cujos custos são enormes para ambos os sexos, “indo desde a infelicidade até graves danos físicos e emocionais”. O romantismo reiteraria uma atitude fantasiosa em relação aos outros, segundo a qual o amor tem de ser único e para sempre, é algo imediato e predestinado, mas que ocorre por acaso e conta apenas com as circunstâncias, desde que o homem seja ao mesmo tempo meigo e poderoso, e a mulher dócil e bonita.

Para nós, a permanência dos esquemas românticos em meio à indústria cultural deveria ser vista de forma menos mecânica, seria sinal

* Primeira versão publicada na *Revista Alceu*, PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 33-47, jul./dez. 2009.

menos de mistificação do que de alienação das massas, mas de modo algum uma alienação ingênua, tratando-se, no caso, de uma alienação consciente e voluntária. As pessoas aprendem cada vez mais a usar a razão em um mundo onde impera o cálculo e, por isso, desfrutam desses esquemas cada vez mais cinicamente, o que, de outro lado, não significa, porém, que tudo isso seja sem ambiguidade, porque, afinal, é este esquema e não outro que as massas consomem sem parar há décadas, quando se trata de desfrutar esteticamente do amor.

Destarte, a pesquisa pode afirmar, sem temer errar, que o emprego das fórmulas românticas é, sim, o resultado de uma estratégia de *marketing* sempre mais planejada. A explicação da procura pela mesma, contudo, não pode se contentar com isso, sob pena de subscrever uma teoria conspiratória da cultura e da comunicação. As pessoas, certo ou não, gratificam-se com tanto e, assim, demandam-na, porque pertencem a uma constelação histórica bem precisa, em que ambos, o público e o pessoal da mídia, ainda estão sujeitos ao esquema estético romântico que, mais que pela era burguesa, foi criado antes pela própria história do Ocidente.

Sendo assim, também cumpre notar, entretanto, que o referido esquema não pode ser tomado pelo seu valor de face, visto que, se por um lado, este é determinado pelo processo da indústria cultural, por outro e por isso mesmo, ele não está imune à experiência, investindo o amor de todas as suas contradições, como dá sinal o romance *Alta fidelidade*, de Nick Hornby.

Alta fidelidade (1998) retrata uma espécie de educação sentimental do homem comum de nosso tempo, sob a aparência de uma comédia de costumes. Robert é o tipo banal que tem, com caras como ele, uma pequena loja de discos usados. A preocupação maior que domina sua vida é o relacionamento com as mulheres. A cultura toda que o personagem possui é a que lhe deram os jornais, o cinema, a música e os magazines. O confronto entre a realidade imediata dos relacionamentos e o que assimilou a respeito deles nesses meios forma a essência do seu drama, do enredo que o autor entrega ao público.

Robert se descobre prisioneiro de seu relacionamento com Laura, algo que não gosta, mas ao mesmo tempo vai percebendo,

com ambígua resignação, que talvez seja o melhor que a vida pode lhe dar em termos afetivos. O personagem tenta crer que o melhor seria se estivesse esperando a pessoa mais perfeita do mundo aparecer, a qualquer momento, como sugere a mídia. Porém, a crença no amor fulminante se esvaiu, “aquilo tudo se foi, eu acho”, e embora “isso baste para deixar qualquer um zangado”, a relação com a namorada, nas palavras do personagem, “é quem eu sou atualmente, e não adianta fingir que não” (Hornby, 1998, p. 246).

Para ele, resumindo o drama, era “difícil se acostumar com a ideia de que [sua] minha noção de garotinho de romance, sobre *negligés* e jantares à luz de velas em casa e olhares longos e ardentes, não tinha nenhuma base na realidade”. Chegando tardiamente à maturidade, o personagem começa a perceber que as representações do amor que aprendeu com a mídia não se aplicam à sua vida, que “as gatas de James Bond estavam fora de seu alcance”. Depois dos 30 anos, fica claro que “as mulheres nunca olham para nós do jeito que Ursula Andrews olhava para Sean Connery, ou mesmo do jeito que Doris Day olhava para Rock Hudson”. Quando as mulheres na mesma faixa de idade reclamam da imagem que a mídia faz de seu sexo, elas não notam que seus pares também “estão descobrindo que nem todo mundo tem os seios de Bardot, nem o pescoço de Jamie Lee Curtis, nem a bunda de Felicity Kendal” (Hornby, 1998, p. 223).

Apesar disso, as experiências afetivas por que o personagem passa não têm como não ser elaboradas com o que aprendeu nos filmes e discos. O fato é que sua consciência se divide entre o que lhe ensina o teste de realidade e o que não tem como provir senão da pedagogia oferecida pela indústria cultural. Quando sua namorada se separa dele para ficar com outro, o episódio é estruturado para o sujeito conforme ele se acostumou a vê-los no cinema. Então, como lá, medita o personagem, “elas dizem isto: elas sempre dizem que [o fato] não tem nada a ver com outra pessoa” (Hornby, 1998, p. 93).

Claire não é muito diferente de Robert, fazendo rápido a descoberta de que o sujeito pelo qual o trocou, embora aparentemente mais sedutor do que ele, mais próximo dos estereótipos do amante ideal,

é, na realidade, “um desastre de pessoa”. Entrando em mau momento, ela não hesita em voltar para o antigo parceiro, apesar de reconhecer que ele não é “o máximo” e que “nada disto seja muito romântico”. “Preciso estar com alguém, e preciso estar com alguém que eu conheça e com quem eu me dê bem, e você já deixou bem claro que me quer de volta, de modo que...”, ela se limita a dizer para Robert (Hornby, 1998, p. 209).

No final, ambos concordam que “acabou o romantismo” e que as “brigas intensas” vão continuar, mas que, ao mesmo tempo, um gosta do outro, conversam bem e tem “sexo legal”. Em linhas gerais, cada um cuida do outro e se preocupa com o que lhe está acontecendo, de modo que vale a pena ficar juntos. O negócio é continuar arrastando o relacionamento, mas tendo em mente em que chegará a hora de tomar uma decisão sobre seu nível de comprometimento. Afinal, concluem, “só porque é um relacionamento, e se baseia em coisas melosas, isso não significa que você não possa tomar decisões racionais a respeito” (Hornby, 1998, p. 257).

Apontado o drama, deseja-se com este texto marcar dois momentos que, na história do cinema, assinalam, por um lado, a instauração da ideia de amor puro e, em seguida, seu caráter problemático entre o chamado grande público e, por outro, o surgimento do comentário terapêutico sobre suas contradições em meio a uma época que, senão almeja, pelo menos se previne contra os males do romantismo cultivando o intimismo como atitude terapêutica.

O amor no cinema

Segundo Heitor Capuzzo, o cinema se consolidou como veículo propagador das fórmulas românticas no curso dos anos 1930. O filme mudo impedia que seu motivo central se pronunciasse. O falado o liberou, ao permitir a confissão ou declaração amorosa, via o diálogo. Desde então, a trama fílmica se desenvolve a partir de um par amoroso central, o que não era típico nas produções da era do cinema mudo.

O advento do som e a melhor adequação dos diálogos cinematográficos permitiram maior intimidade do público com os personagens. O par romântico central continua pontuando aventuras mirabolantes, comédias ligeiras, *westerns*, e outras modalidades dramáticas, [mas] conquistou um ciclo de produções que centrou tematicamente seus roteiros nas suas complexas trajetórias amorosas (Capuzzo, 1999, p. 72).

Entrando na era de ouro dos estúdios, os filmes foram abandonando a concepção vitoriana segundo a qual os relacionamentos devem obedecer a uma hierarquia patriarcal, para se validarem como forma de realização individual. Característica do filme de massas a partir dessa época é, com efeito, a exploração mercadológica, ao mesmo tempo estética e moral, do princípio de relacionamento em expansão no momento: o romântico. Exceto por obras como *O sheik*, raras, os filmes do período anterior ainda tinham do amor uma visão espiritualizada, propondo parábolas morais sobre as ilusões dos sentidos e a falta de perspectivas do relacionamento de caráter hedonista. O casal se conhece em situação de desigualdade hierárquica, relativizada por um sentimento de simpatia que pode, se bem conduzido, formar um embrião de família, como era o caso em *The White Rose*, de Griffith, 1922 (cf. Xavier, 2003).

O sheik assinala a abertura de via de superação desse romantismo patriarcal, com que flertava o melodrama desde o final do século XIX. O filme explora um romantismo passional, sensualista e democrático, que só muitas décadas depois retomaria ímpeto, em novas e mais favoráveis circunstâncias. Chegada a era do som, com efeito, o melodrama romântico enveredaria pela via do final feliz, redimensionando o sentido predominante na literatura burguesa mais clássica, caracteristicamente trágico. Afinal, enquanto nesta última era, a paixão amorosa era motivo para uma fruição ainda mais apaixonada e intensa pelo drama que conduzia os amantes de volta à ordem, senão à destruição, no melodrama cinematográfico de massas o êxito em seu desejo de se unir se torna como que a redenção dos dramas e peripécias que os mantinha afastados, desde que fizeram o primeiro contato, senão se apaixonaram.

Em ambos, o casal passa por sérias e duras provas, porque não haveria drama e, portanto, motivo para fruição estética, se o cenário em que vivem não lhes fosse adverso. O cotidiano precisa se pautar por normas que conflitam com ou pelo menos complicam a vivência da paixão, se é para haver romance. As principais fontes dessas normas durante muito tempo foram a família e os círculos de amizade dos personagens, mas nada impedia que essas fossem complicadas, com ou sem sua presença, por outras circunstâncias, providas de acontecimentos históricos, como conflitos civis (*E o vento levou*, de Victor Fleming, 1939) ou mesmo guerras mundiais (*Adeus às armas*, de Frank Borzag, 1932).



O sheik



Tarde demais para esquecer

Fonte: Divulgação.

Na primeira metade do século XX, a sociedade ainda era vista menos como uma instância negativa do que como um palco onde os corações apaixonados se confrontam com a incompreensão e hostilidade dos poderes estabelecidos, fossem esses a família tradicional, a riqueza patrimonial ou as autoridades instituídas. O romance procurado pelos amantes era abortado pelos conflitos que lhe eram impostos desde fora, em geral, por essas agências ou por uma adversidade de ordem histórica, quando não era visto como impossível.

Desde seu ingresso no mundo do cinema, o romantismo havia se caracterizado pela submissão à forma melodramática, um princípio de construção das formas estéticas, marcadamente narrativo, em que a exploração da peripécia cotidiana mas também e sobretudo extraordinária

serve de pretexto para a reafirmação da consciência ideológica sobre o assunto abordado. Nesse contexto, o sentido da criação tendia a ser analisar os problemas, ansiedades e tensões do homem comum, visando certificá-lo da propriedade moral de seu tempo e seu mundo, sem expor a risco ou desestabilizar sua subjetividade, porque a razão primeira que a comandava era atender às necessidades do mercado praticando a indústria cultural.

Paradoxalmente, talvez por isso mesmo, o romance em si mesmo não parece ter sido muito focado nos primeiros anos do cinema, não sendo comum sua abstração como motivo central das películas até, pelo menos, meados dos anos 1940. Como vimos, o amor se tornou bem rápido um tema central do cinema de massas. No entanto, via de regra, característico de suas aparições era, como ainda hoje, sua conexão com situações nas quais ele não deveria estar presente. A guerra, a selva, o espaço servem de espaços em que, muito improvável, floresce o amor, em meio à aventura, aos negócios, ao drama político e histórico, como notou Edgar Morin (1967).

Desse paradoxo se origina a separação dos apaixonados, seja ou não agravada pelos seus próprios desentendimentos, porque só assim o filme oferecia o drama capaz de justificar o interesse do público de um modo que, por exemplo, a publicidade não pode dar, por mais que explore os motivos românticos. Ainda em *Love story* (de Arthur Hiller, 1970) e em *Titanic* (de James Cameron, 1997), por mais que o contexto seja todo o outro em termos objetivos, o conflito com a ordem do mundo é o recurso ficcional com que se procura manter a atenção do espectador, até o desfecho, o momento de consumação do romance, não importando tanto saber se positivo ou negativo para os amantes (cf. *Casablanca*, de Michael Curtiz, 1942; *O último tango em Paris*, de Bernardo Bertolucci, 1973).

No melodrama romântico, vale notar, a força do amor impera no sentido do final feliz, mas nada impede que esse falte, como nos casos citados, porque o que importa por sua via é a reiteração da ideia de que, em última análise, não há força maior que o amor. A fruição pretendida independe do sucesso ou desgraça do romance,

apesar da tendência à primeira solução. O principal expediente nele não é o realismo da narrativa, mas o seu interesse estético, algo que não há como crer que fosse diferente até mesmo antes da legitimação do romantismo promovida pela conversão da indústria cultural em sistema, ocorrida após a Primeira Guerra Mundial.

Depois da crise que se abateu sobre a indústria nos anos 1950, em virtude da ruptura com as práticas de cartel e o aparecimento da televisão, os esquemas melodramáticos retomaram força com o cinema de efeitos especiais surgido nos anos 1970. De acordo com isso, o romance continuou a ter lugar cativo no enredo da maior parte da produção cinematográfica. Posto isso, o ponto a notar, porém, é o surgimento de filmes onde o amor passa a ser pensado em termos destoantes daqueles até agora comentados.

Ainda no pós-guerra, começa a ascensão de filmes de maior intensidade dramática, em que a estruturação da problemática relacional, tirada do foco passional, passa a ser entendida em termos de companheirismo (Wexman, 1993). As transformações nos padrões de relacionamento entre homens e mulheres entrementes verificadas repercutiram na produção cinematográfica, sobretudo em filmes onde o romance passa a ser abstraído do melodrama, tornando-se seu ponto focal, como nos dá prova ou marca o início de época *Um homem e uma mulher* (de Claude Lelouch, 1966).

A fantasmagoria romântica I: *Um homem e uma mulher* (1966)

Em termos estéticos, o problema central com o filme é sua banalidade, o fato de que, nele, não se elabora nenhum conflito, propriamente falando. Os personagens são lineares e não se confrontam, nem entre si, nem com o mundo. Com efeito, os problemas com que têm de lidar são os oriundos de seus respectivos passados, sua condição de jovens viúvos, muito superficialmente apontada. Os respingos que isso joga no presente são o máximo que os impede de ficarem juntos imediatamente e, por isso, também, o que proíbe ao filme aceder à autenticidade dramática que lhe daria legitimidade estética e intelectual.

Justas do ponto de vista assinalado, as considerações ignoram a relevância dessa película como documento. Nietzsche falava do nascimento da tragédia do espírito da música. *Um homem e uma mulher* representa uma espécie de envio do romance para o mundo da fantasmagoria publicitária. O filme constitui, em resumo, uma série de clichês, conscientemente editada, que se basta com as imagens e a trilha sonora. A palavra, em geral, e o discurso amoroso, em particular, são, no fundo, tediosos, se não se tornaram puro e simples estereótipo na película. Assim, não há porque se surpreender com o fato dos diálogos serem mostrados sem o seu áudio, todas as imagens serem estereotipadas dos anúncios comerciais e de outros ícones da cultura de consumo.



Cartaz de *Un homme et une femme*. Fonte: Divulgação.

Nesse filme, de extremo acento utópico, a ideologia se reduz ao mínimo, porque tudo é uma fantasia mercantil para consumo. As contradições não são propriamente mascaradas ao final, porque virtualmente inexistem. A falta delas só consegue ser mantida em suspenso pela edição das imagens, a inserção da trilha sonora e os eventuais retratos de um mundo claramente publicitário.

A fotografia em movimento e o jogo de imagens se oferecem como tudo o que basta para preencher a consciência e manter o interesse do público, interpelado como o completo fetichista e, portanto, um sujeito desvinculado da realidade histórica. A alternância de sequências em cores e em preto e branco, sobre a qual tanto se especulou, não é mais que um expediente estético. As locações, os figurinos, os cenários, as tomadas de câmera, etc. – isso e nada mais é o que importa, ao contrário do que havia sido até então o cinema romântico, sobretudo o oriundo de Hollywood.

Depois da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se, com efeito, uma tendência no sentido da celebração do homem comum por meio do cinema romântico. Apareceram em série os filmes ao mesmo tempo mais focados no amor e profanos no enredo. Apesar dessa alteração, a perspectiva continuou sendo melodramática, deslocando-se, no caso, para o âmbito do bovarismo, mesclado ou não com o do drama familiar de classe média.

Tarde demais para esquecer (de Leo McCarey, 1957) marcará como poucos uma inflexão nessa nova tendência, visto estar livre da suspeita tradicional acerca do romance tanto quanto do seu enquadramento no drama de família. Em *Amar foi minha ruína* (de John M. Stahl, 1946), por exemplo, ainda havia eco das velhas reservas patriarcais contra o relacionamento romântico. Richard Harland (Cornel Wilde) e Ellen Berent (Gene Tierney) se conhecem em um trem e se apaixonam. Depois de casados, Harland descobre que esse amor o tornou prisioneiro de uma mulher emocionalmente perturbada, a tal ponto que acaba com sua vida e seu relacionamento. A história de amor é vinculada às tendências antissociais e à destruição do indivíduo. O processo de enamoramento do homem comum é mostrado ao mesmo tempo como fascinante e destrutivo para os relacionamentos familiares, em especial os masculinos.

Leo McCarey procede de todo um outro modo em sua película. Apesar do tom extremo, o romance em foco tem por base a ideia de amor puro, apenas. Nickie Ferrante (Gary Grant) é um esteta e *playboy* que se apaixona pela bela Terry McKay (Deborah Kerr) a bordo do SS Constitution, mas acidentes os afastam, sem fazer desaparecer sua paixão. Passado algum tempo, o acaso os reúne e, embora ela esteja inválida por causa de um acidente, eles ainda se amam, comprometendo-se a ficar juntos para sempre. Desconhece o filme a contextualização familiar que lhe justificaria o drama do relacionamento, como no filme de 1946, ou o bovarismo latente e a má consciência que atravessam a paixão amorosa e eventualmente a abortam em, por exemplo, *Sinfonia interrompida*, de Douglas Sirk (1957).

Como em *Tarde demais para esquecer*, Lelouch também abstrai o amor de suas circunstâncias históricas, que só comparecem na película como cenário, para estruturar a fruição da história de amor por parte de uma audiência mobilizada para assisti-la. Diferentemente daquele, porém, não é mais só ou propriamente narrativa a concepção que seu filme, por meio disso tudo, instaura. Nele, o principal deixa de ser o drama vivido em meio a uma aventura ou tragédia, para se converter, antes, na vivência do caso desfrutável, em que tendem a ser dispensadas maiores exigências de inteligibilidade. A estética da mercadoria, aqui, não se encontra apenas no material filmado, como era, em regra, o caso no anterior, mas também e, sobretudo, na sua formatação cinematográfica.

O princípio que comanda o relacionamento do casal em foco e a sua fruição por parte do público é o do entretenimento gratuito, o do consumo de sensações, em que toda complicação paralela ou personagem coadjuvante deve ser omitida. O conteúdo dramático é muito precariamente elaborado. As complicações da situação, frouxamente narrativa, têm a ver com o stress dos personagens, piloto de corridas, ou com a dúvida quase gélida por parte da mulher se já é tempo de uma viúva amar novamente.

Assumindo as feições de um *spot* publicitário de longa-metragem, a película não sabe dizer se as hesitações dos personagens se originam do que eles fazem ou do que eles vivenciam, até porque isso não importa. O filme se contenta em sugerir que isso ou é fruto do modo de vida moderno ou por meio deste se supera; que isso é tão normal quanto o vazio da palavra, o culto da imagem e o romance consumível. O público é convidado a canalizar sua atenção para o estilo de vida de cada um, senão os bens de consumo que desfrutam, como o sorriso estiloso e o automóvel esportivo, muito mais do que os sentimentos interiores dos personagens.

Anne Gauthier (Anouk Aimée) e Jean-Louis Duroc (Jean-Louis Trintignan), o casal focado pela película, são menos protagonistas do que estereótipos requeridos para dar feição imediata à colagem abstrata de imagens feita pela equipe de produção. O relacionamento de ambos é totalmente idealizado pela estética da mercadoria. A frieza dos personagens, muito mal-analisados, coincide com a dos

manequins de vitrine e das modelos da passarela. A exceção é a cena final, epifania simultaneamente romântica e publicitária. O casal é extirpado do contexto pela trucagem cinematográfica da mesma forma que o público é extirpado do real, para poder fruir esteticamente a fantasmagoria amorosa oferecida pela película.

Para entender essa reviravolta no cinema de amor, convém relembrar seu contexto histórico. Depois dos anos 1960, o relacionamento entre homem e mulher passou por uma liberalização. A mulher começou a ser sujeito sexual legítimo, competente e ativo, em vez de mero objeto nos relacionamentos. O processo iniciado pela juventude no período anterior se estendeu às demais camadas da sociedade. A emancipação sexual da mulher, que seguiu à civil e à econômica, criou as condições para ela se nivelar ao homem também nesse aspecto. A sexualidade foi se desvinculando das preocupações com a procriação, ganhando mais em artifício e significado formadores de mundo.

Um homem e uma mulher se situa nesse meio e assinalaria, em nosso ver, o nascimento do amor puro como fenômeno de cultura de massas; poderia bem ser visto como matriz do romantismo de consumo que, desde então, explora à exaustão os clichês publicitários. A corrida de automóvel em busca do ser amado ainda inseguro de seus sentimentos, como os passeio de mãos dadas do casal pela praia, cão e crianças correndo ao redor, são a encenação acabada do drama de consciência banal e do ideal de felicidade sujeitos ao fetiche da mercadoria. A história do casal muito jovem, que se conhece e vive um amor nascido do luto é, nessa obra não obstante irresistível, apenas o pretexto que o filme precisa para não ser um anúncio de perfume, de moda ou de carro, para não ser, de imediato, denunciado como pura e simples fantasia publicitária.

A fantasmagoria romântica II: *9 e 1/2 semanas de amor* (1986)

Durante os anos 1980, a revolução nos costumes assim assinalada sofreu um golpe, com a propagação da Aids e a onda de conservadorismo, mas esse fato não deveria ser superestimado, ao menos em comparação com outros de maior alcance. Entre estes, a expansão do culto do corpo e a erotização mercantil das relações íntimas deveriam ser contados, para

nós, como dos mais notáveis. Naquela época, efetivamente, ocorreu muito mais que um salto no monitoramento e controle reflexivo das emoções como forma de promoção de respeito e autorrespeito no relacionamento entre sexos, algo que bem observa Wouters (2004, p. 124-139).

De fato, começou a surgir também um novo complicador na dinâmica entre sexos. A liberação da conduta sexual foi seguida do surgimento de exigências estéticas. À beleza do rosto e à elegância do vestir somou-se a preocupação com a forma do corpo, com o corpo da moda. A estética da mercadoria foi além do condicionamento das relações afetivas, começando a interferir na formatação da aparência e no condicionamento da *performance* dos seus protagonistas, como notou, em outro contexto, Alain Ehrenberg (1991).

9 e 1/2 semanas de amor retrata exemplarmente, cremos, os conflitos e impasses resultantes desta nova conjuntura em meios aos relacionamentos, menos por suas virtudes estéticas do que pelo fato de, tendo tido amplo sucesso, registrar esquematicamente um fenômeno social emergente. O filme relata e resolve ficcionalmente, oferecendo comentário, o relacionamento entre um corretor do mercado financeiro e uma funcionária de uma galeria de arte, ambos de Nova York.



9 e 1/2 semanas de amor.
Fonte: Divulgação.

Mickey encarna a figura do *yuppie* rico e entediado com a vida, que, além de investir o dinheiro dos outros, para faturar (bem) o seu, consome o amor que seu potencial de sedução consegue amealhar pelas ruas e lugares da cidade. Lizz é a mulher separada que se tornou independente e que, liberada do trabalho mecânico e das tarefas domésticas, dispõe-se a viver o melhor da vida em meio às pessoas interessantes.

Quando ambos se encontram, trata-se menos de amor à primeira vista do que a curiosidade, interesse e atração mútuas de um homem e uma mulher dispostos a se aventurar pelo que a meca do consumo pode oferecer de intenso e prazeroso àqueles que têm tempo e dinheiro, porque sujeitos da indústria cultural. A comunicação entre eles não segue a linha da autenticidade, nem a das trivialidades, mas a da linguagem cifrada, fortemente simbólica, embora de pouca ou nenhuma densidade, visto ser totalmente formata pela estética da mercadoria. O código da mesma se estrutura em ambientes de consumo e condutas roteirizadas pelo que os seus sujeitos aprenderam com ajuda da publicidade, dos magazines e do cinema erótico.

Destarte, verifica-se sem surpresa porque seus contatos sejam todos intensos, mas sem elaboração ou profundidade. Como no filme de 1966, o principal está em viver o momento e explorar seus prazeres, viver o romance e não pensar em mais nada. Deslocou-se, porém, a ênfase, que é agora, mais do que a simples história de amor, a do erotismo, bem como o foco, que não é mais a gratificação sentimental, mas a sensação corporal. O consumo se erotiza, e o erotismo se pauta pelas diretrizes que este determina. As cenas de sexo são estetizadas não apenas para que o público as veja com mais prazer, mas porque só com essa estetização, promovida com o fetichismo da mercadoria, é que elas parecem ser prazerosas ou fazer jus ao hedonismo cultivado pelos personagens.

Lendo o que se escreveu sobre o filme, encontra-se a referência ao caráter misterioso do personagem masculino, mas esse é um mistério que emana dos fatos que não têm profundidade e, assim, de fatos que só à primeira vista podem ser chamados de misteriosos. *9 e ½ semanas* fascina porque, embora com alguma má consciência, revela de forma plena e clara tudo o que deseja parte da consciência ideal de seus espectadores em relação ao romance: consumo ligeiro e sem compromisso.

John (Mickey Rourke) é a perfeita encarnação do sujeito sistêmico, ou seja, do sujeito cuja consciência se divide entre um núcleo frio, racional e calculista, e outro sensível e pulsional, do sujeito cuja síntese é sempre privada e opera em módulos, um operatório e o outro consumista. Lizz (Kim Basinger) não o é menos, porque o mistério que vê no outro não é senão o do sujeito sistêmico, e o fascínio que sua encarnação lhe provoca é análogo ao do bem de consumo submetido ao feitiço da mercadoria. A paixão que os une é, em sua irracionalidade, inseparável do processo por meio do qual as próprias pessoas se convertem em corpo e imagem sujeitos ao capital.

Que a relação íntima enverede num sentido perverso é uma exigência que o filme se coloca para se firmar como tal, em vez de anúncio publicitário, mas também do fato de seus personagens terem suas vidas totalmente reduzidos à forma mercadoria. A perversidade é especular, porque se o relato não endossa essa evolução, é só explorando-a sem pudor que ele se transubstancia em espetáculo para um público predisposto à mesmerização.

Segundo Lyne, o romance em curso não tem fundamento, mas nada mais do que é mostrado no filme pode ter interesse, como dá sinal a visita, encontro com a sabedoria, da mulher ao velho artista. Em 9 ½, o ponto de vista narrativo não pertence a nenhum dos personagens centrais, mas a terceiros, retratados muito rapidamente pela película, através da presença do ex-marido da personagem e, em geral, dos colegas de trabalho: o resto todo é sempre voyeurístico, é o nosso ponto de vista, estruturado de maneira ao mesmo tempo fascinado e ressentido.

John vive em meio a outros que se parecem com ele e, embora sujeito da ação, não o é da diegese, que tende a focalizá-lo como um manequim charmoso e atraente, posto em exposição. Lizz é sujeito e objeto da ação, mas tem um ex-marido e um amiga de trabalho, em que, parece-nos, o filme se apoia para construir a narrativa e os seus sujeitos para o espectador. Quando se observa com mais detalhe a encenação, a principal impressão que fica dos personagens centrais é a que as vidas de um e de outro seriam triviais e desinteressantes, se não houvesse o relacionamento.

Reflexivamente, contudo, o espectador é interpelado desde o ponto de vista desses personagens totalmente secundários, a ponto

dele coincidir com o do espectador na cena final, mas o que fascina e sustenta o argumento, se assim podemos nos expressar, são as cenas de intimidade para desfrute imediato urdidas pelos protagonistas e em que cada um de nós pode projetar suas fantasias consumistas em relação ao parceiro ideal num mundo totalmente mercantilizado. Por isso, a perversão do filme está menos em explorar a ideia de que um relacionamento perverso e mercantilizado não pode prosperar bem por muito tempo, do que em nos deixar a suspeita de que o que ocorre fora disso não tem a menor graça, o menor *glamour*, o menor encanto sobre nossos desejos e subjetividade.

Lizz acaba a relação perversa com John, relação que, contudo, tanto havia fascinado não só a ela mas ao público. Manipulado mais uma vez pela equipe de produção, este é chamado, após tanto ter desfrutado, a ratificar o juízo óbvio do ponto de vista do cotidiano e segundo o qual o prêmio derradeiro da perversão é, de um modo ou de outro, nosso abandono, senão nossa destruição. O chamamento à comiseração para com os personagens e a esperança de que, uma vez aprendida a lição, eles se corrijam é, porém, indissociável da sensação de que, apesar disso, eles viveram uma grande paixão, tendo sabido aproveitar o que afinal de contas, talvez, seja tudo o que, agora, valha na vida, isto é: bons momentos, ainda que descartáveis.

Maria Rita Kehl cobra do filme o fato de Lizz “recuar sempre que o jogo do prazer ameaça ultrapassar os limites do que se convencionou chamar de amor” (Kehl, 1991, p. 218). O filme não sugere, porém, que a personagem creia que a situação toda é amor. Para ela também, cremos, trata-se de um jogo prazeroso. A frustração não é com o jogo, mas com o fato dele, aos poucos, passar a incomodar a personagem, entrar em descompasso com suas expectativas. O afastamento do amante, no final, deve-se muito mais à sua falta de habilidade em saber jogar do que ao fato deste prazer ter se tornado motivo de decepção ou, mesmo, de sofrimento.

Por isso tudo, *9 e ½ semanas* é só em parte, muito superficial, um filme moralista, ao contrário do que vários observaram, porque, vendo o filme, fica claro que se, no final, a perversão do amor pela consciência sujeita ao fetiche da mercadoria é condenada, como bem notou Kehl, no miolo, o que é celebrado é bem essa sujeição. Como não se trata

de um filme pornô nem de uma peça publicitária, formatos com os quais flerta todo o tempo, mas também, muito menos, não é uma obra reflexiva, e sim um filme de consumo, a ele resta pouca opção senão separar na ficção aquilo que na vida só por exceção será bem resolvido, reafirmando com sua sentença moral, para um público desejoso de ver uma fantasia utópica, o consolo ressentido de que ele está vendo o que lhe resta quando essa se confronta com o cotidiano.

Desde os anos 1980, o companheirismo tanto quanto o romantismo vêm sendo pressionados por novas exigências, que extrapolam bastante a pura e simples liberdade de expressão para os desejos sexuais e/ou reciprocidade de sentimentos autênticos nos relacionamentos. As exigências de competência e *performance* que eles traziam latentes e que já bastavam para lhes provocar problemas, enviando muita gente para a terapia, foram agravadas pelo aparecimento de expectativas em relação à estética dos amantes e à postulação de uma conexão entre esta e as gratificações relacionais.

Conforme sugere o próprio *9 e ½ semanas*, o contexto em que as pretensões românticas se desenvolvem alterou-se de forma que não é mais o amor que nos trás a beleza mas, antes, seu culto mercantil que influencia o romantismo. Desde então, “o panurgismo estético atinge uma força sem precedentes, desenvolvida de tal modo por todos os meios da técnica”, que a escolha do parceiro “depende sempre e sempre menos da aura pessoal, para ser cada vez mais determinada por Hollywood” (Wouters, 2004, p. 198).

Agora, os cuidados mercantis com a forma, saúde e *performance* disciplinam os prazeres. A gratificação sexual é vinculada cada vez mais com técnicas e artefatos, drogas e treinamentos. O sexo se torna motivo de novas ansiedade, convertendo em motivo de preocupação e monitoramento a gratificação nos relacionamentos: isso tudo encontra uma articulação ao mesmo tempo perversa e ressentida em *9 e ½ semanas de amor*.

A reação intimista: *Sexo, mentiras e videoteipe* (1989)

Considerados exclusivamente, os filmes comentados nas seções anteriores representam os extremos da mediação cinematográfica da experiência afetiva do homem contemporâneo, o início e fim de um

ciclo em que as possibilidades mais extremas do relacionamento romântico, entendido como prática do amor puro, esgotam-se.

Lelouch concebeu um filme de claro sentido utópico, em que a falência da família tradicional e suas estratégias conjugais, resolvidas no filme pelo recurso ao mesmo tempo macabro e conveniente do falecimento dos ex-companheiros, projetam os indivíduos em um paraíso de vivências e gratificações românticas.

Lyne sugere que a liberação nos deixa indefesos diante de tantas dúvidas, diante de nosso vazio, diante de nossas expectativas, porque, contrariamente ao que se pensava, a reestruturação de cenário relacional lança as pessoas em uma situação original, na qual se torna ainda mais difícil sustentar as aspirações românticas tradicionais, porque elas mesmas passam por uma metamorfose, tornando-se emocionalmente desafiadoras para os interessados e participantes.

Sendo assim, o principal em relação ao assunto tratado, considerando um ponto de vista histórico, é menos o desenvolvimento de sua trajetória do que o aparecimento de uma série de filmes em que a experiência do amor puro, em vez de agenciada, é antes objeto de uma análise através da qual o público é, em tese, levado a refletir sobre seus desejos, escolhas e decisões em uma era de relacionamentos predominantemente subjetivistas.

Nos anos 1970, Woody Allen começou a expressar, via a comédia de costumes, uma análise dos relacionamentos em que o foco é menos o romance do que os problemas de entendimento e as relações de companheirismo que, em reação a eles, haviam-se posto em marcha no decênio anterior. Comentário irônico dos impasses surgidos com a emancipação da mulher e a falência do casamento moderno, suas películas foram, a seu modo, precursoras, articulando a experiência das camadas médias intelectualizadas com os processos de formação da identidade relacional oriundos do final dos anos 1960 (cf. Shumway, 2003).

Robert Bellah e colaboradores retomam Simmel sem saber ao comentarem que, conforme entramos neles, passamos a viver, cada vez mais, em um tempo no qual o amor se torna simples função das “vicissitudes da nossa subjetividade” (Bellah et al., 1986, p. 90; cf. Beck;

Beck-Gernsheim, 1995). Apesar de toda a liberação ocorrida desde então, a esperada harmonia afetiva entre os sujeitos desse processo não se concretizou. Depois dos anos 1960, observam eles, o entendimento do amor como comprometimento envolvendo obrigações recíprocas e transcendendo os sentimentos imediatos começou a caducar entre as massas. O romantismo familiar, transacionado com o patriarcalismo, cedeu lugar ao subjetivista, no qual o sacrifício está fora de questão e a base deve ser a eventual convergência dos desejos dos indivíduos.

Desde então, o relacionamento, com efeito, tende a existir unicamente como expressão das preferências de sujeitos abstratos: em sua forma pura, não deve se fundar em mais nada além dos desejos, abandonando-se obrigações e compromissos.

O relacionamento deve dar a cada parceiro o que ele precisa, enquanto durar, porque se terminar, pelo menos deve permitir que cada um deles saiba que recebeu algum retorno pelos seus investimentos (Bellah et al., 1986, p. 108).

A concepção de que o amor é definido apenas por sentimentos e que no momento em que esses se dissipam a relação tem motivos para ser rompida o sobrecarrega de expectativas. As obrigações externas oriundas da família, Igreja e outras instituições perderam sua força moral, passando a serem vistas como interferências prejudiciais ao relacionamento amoroso, colocado assim em claro marco romântico.

As pessoas estão rejeitando a linguagem em que a continuidade podia ser fundada em algo mais amado que a simples satisfação fornecida pelo próprio relacionamento (Bellah et al., 1986, p. 107).

Desse subjetivismo extremamente ambíguo e problemático, apenas eventualmente gratificante, nos dão sinal, com valências distintas, filmes como *Um homem e uma mulher* tanto quanto *9 e ½ semanas de amor*, mas também, em chave mais reflexiva, expressões filmicas do racionalismo terapêutico como *Um homem e uma mulher 20 anos depois* (de Lelouch, 1986) e *Sexo, mentiras e videotape* (de Soderbergh, 1989).

Fugindo ao comentário do oportunismo mercadológico e do contraponto entre juventude e maturidade do amor subjacentes à sequência,

podemos nos fixar neste último filme, uma expressão privilegiada da capacidade de autorreflexão coletiva conquistada com a expansão das comunicações em massa no século XX. Conforme se sabe, nessa época, o esclarecimento acabou sequestrado pelo cálculo mercantil, mas isso não bloqueou de todo o processo de emancipação dos indivíduos. A consciência do homem de nosso tempo não tende a ser cada vez mais desencantada em relação às normas e princípios de diversas esferas de existência por acaso. O principal fator para tanto reside na crescente expansão do campo da ação racional e estratégica, um fato cheio em repercussões sobre as relações afetivas entre os seres humanos.

Quanto mais a condução da vida se submete a um sistema no qual a sobrevivência do indivíduo passa a depender da sua capacidade de racionalizar instrumentalmente a existência, mais e mais as paixões puramente afetivas vão se tornando improváveis, apesar de – paradoxalmente, ser em direção a elas que a vida íntima passe a tender ou crie suas expectativas, em virtude da crescente bancarrota das ações reguladas apenas por valores, senão da própria frieza ou aridez do império da ação instrumental e estratégica.

Desse paradoxo, sabe-se, emerge um racionalismo terapêutico, que procura coordenar o subjetivismo mais fundamental da vida moderna com as nossas exigências morais de equilíbrio e estabilidade da consciência e que, relativamente à esfera íntima, sugere-nos que convém explorar os relacionamentos em bases intimistas, em vez de românticas.

Sexo, mentiras e videoteipe



Ann (Andie MacDowell)



Graham (James Spader)

Fonte: Divulgação.

Sexo, mentiras e videoteipe (de Steven Soderbergh, 1989) pode ser visto como uma encarnação desse ponto de vista. A película põe em cena quatro tipos antinômicos mas muito eloquentes para o entendimento da cena amorosa contemporânea. John (Peter Gallagher) é menos o machista tradicional do que o profissional *yuppie* cego e afetivamente alienado, para quem o importante na vida “é fazer algo”. Mulher abonada e tão banal quanto o marido, Ann (Andie MacDowell), sua esposa, sofre de frigidez e é por ele incentivado a procurar um analista, para o qual ela reclama sobretudo da desordem doméstica. Cynthia (Laura San Giacomo), sua irmã, é uma boêmia ressentida e supererotizada, que tem um caso com o cunhado, um sujeito que se julga camarada até no adultério, supondo que a frigidez da esposa o justifica.

Notável no filme é o modo como a produção expressa a obsessão com a sexualidade que se impusera no decênio anterior. Apenas insinuado pelas imagens, o sexo está presente em todo o filme, através da compulsão que todos têm em falar dele. Capta-se com o assunto o eixo em que todas as trajetórias se definem e equilibram, mas a impressão que o filme nos deixa é a de que o sexo se tornou um dos principais fatores de destruição dos relacionamentos, senão da derrocada moral de alguns indivíduos.

Quando Graham (James Spader), ex-colega de John, reaparece na cidade e se aloja em sua casa, começa o drama. Desclassificado e impotente, o personagem estivera fora do lugar por nove anos. John banca o liberal com o visitante, sem saber que sua pessoa se tornara desprezível moralmente para este último. Obcecado pelo desejo que a impotência não lhe permite viver, Graham acaba atraindo a atenção das duas irmãs. Visto pelas mulheres como uma espécie de artista fracassado, essa atração se dá por diversos motivos. Ann se identifica com sua revelada falta de desejo; Cynthia, pelo interesse que ele desperta à irmã: fazendo prova de seu narcisismo e desinibição, ela presta depoimento ao forasteiro diante de um aparelho de videoteipe; sem despertar-lhe o desejo, e a partir daí, tocada pela diferença, começa a se distanciar de John.

Emancipada e liberal, ela vai aos poucos percebendo que precisa confirmar essa condição provocando a irmã e testando seu *sex appeal* exibicionista com Graham. No fundo, porém, ela não ama ninguém, nem o amante, a quem sugere que, entre eles, se trata apenas de sexo: “nada temos a conversar”, ela diz, antes de mandá-lo embora. John reconhece aos outros o cafajeste que sabia ser, depois de seu adultério ser descoberto por Ann. Quando Ann seduz Graham, para se vingar do marido e tentar se redimir, sem deixar de eventualmente salvar o coração do forasteiro, John não se contenta em socá-lo: revela a ele que seduziu sua ex-namorada, quando ele e ela ainda estavam juntos, tirando-lhe a razão para se reapresentar a ela, como pretendia, para se penitenciar das mentiras e desfeitas que lhe aplicara, nove anos antes.

Sexo, mentiras e videoteipe consiste, nesse sentido, num registro do fracasso do casamento como empreendimento emocional e do emprego dos afetos como meio de resolução de conflitos morais entre certos tipos sociais. As confissões revelam que, a despeito das atitudes, todas as pessoas envolvidas na história usam o sexo como meio de se protegerem ou retaliarem os outros. O sexo é objeto de contínuo comentário por personagens que se revelam todos frustrados com a vida íntima que dispõem. A luxúria retórica de uma cultura erotizada é retomada pelo filme para mostrar as insatisfações de seus protagonistas e o sentimento de falta de amor que ela encobre, a superficialidade de um mundo em que a máxima, como diz um dos sujeitos, é: “não se deve aceitar conselho de quem não é íntimo”, em que, como sugere o filme, a solução dos conflitos não está na paixão mas na cultivo da intimidade.

Ann descobre que estava sendo traída apenas para ter certeza de que a relação em que estava metida era uma mentira, apesar de não ter a menor ideia de que outra possa existir e, por isso, aceita o convite para se confessar diante do banal e impotente Graham. Vinga-se do marido fazendo sexo com o ex-amigo, após virar a câmera para ele e, por extensão, para o espectador, como se dissesse que viver é preferível a ver, se isso não fosse menos problemático moralmente para todos, como nos ensina, no filme, a conduta de John.

Graham serve de testemunha viva dessa situação, entregando-se à impotência depois de anos mentindo para obter parceiras de relacionamento sexual. A gratificação obtida com as confissões de seus ex-amantes e outras se torna o consolo daquele cujo desejo perdeu toda e qualquer especificidade, tornou-se tão abstrato que já não se satisfaz com ninguém. Em vez de solução dos seus problemas, o sexo, sugere o filme, é o que pesa na vida dos casais, precisando passar a ser visto de forma menos obsessiva. A película explora o voyeurismo sem sexo explícito; a sensualidade e o clima erótico são sempre abor-
tados, mantendo-se uma ambiguidade analítica.

Por isso, o fascínio todo engendrado pelo filme não está no enredo, mas na curiosidade que ele desperta no espectador, na expectativa sempre frustrada de que algo forte será revelado, de que algo intenso será mostrado. O sexo é ambigualmente retratado como fonte ao mesmo tempo de fuga e redescoberta individual, tornando-se função da autenticidade dos relacionamentos. As situações que o sexo enseja aos seus sujeitos são postas diante de um público que, cada vez mais, só aceita a verdade em videoteipe, no qual, todavia, encontra pouca coisa a mais do que excitação abstrata, fora a pornografia.

Por isso, o principal em termos simbólicos nem é tanto o fato do filme se centrar na conversa sobre o sexo, em vez de mostrá-lo, sugerindo, pelo papel que nele tem o vídeo, que este, o audiovisual, se tornou meio de fazer terapia, ainda que sem perspectiva de cura definitiva. O principal está no fato de a relação sexual entre os que buscam intimidade mais autêntica não ser mostrada ao público: a câmera de vídeo que a registraria para o público, através dos olhos do marido traído, é desligada, tão logo o casal começa a fazer amor, ao contrário do que o filme fizera com as relações puramente carnavais do par adúltero, sugeridas de modo a estimular a curiosidade das audiências.

Manifesto intimista que, para nós, seria equivocado confundir pura e simplesmente com uma reprimenda moral da sexualidade desenfreada nos anos pós-Aids, *Sexo, mentiras e videoteipe* assinala a instauração do racionalismo terapêutico no mundo do cinema.

No final, Graham se deixa envolver por Ann, sabendo que não há paixão entre eles, mas uma cumplicidade afetiva e psicológica. A mensagem que fica é a de que o romance é menos importante do que o companheirismo. Ann desliga a câmera antes de fazer sexo com ele, invertendo os papéis que ele lhe sugerira, para dizer a Graham que com afeto, embora sem paixão, se pode viver uma boa relação íntima, livre das mentiras que jazem sob as imagens do romantismo do século XX.

O horizonte terapêutico: *Closer* (2005)

Germaine Necker, a Madame de Stäel (1766-1817), fez, séculos atrás, a constatação de que o amor é um destes “impulsos que perdem sua naturalidade no momento em que alguém se torna consciente deles” (apud Hofstadter, 1997, p. 39). Conforme vamos adentrando na modernidade, mais e mais isso ganha a consciência das massas, afetando seu modo de ver e agir em relação aos demais em termos emocionais. Por isso, embora o romantismo tenha adquirido legitimidade como princípio de conduta afetiva durante o último século, seria um enorme equívoco pensar que ele, sem mais, tornou-se motivo de prática ou objeto de crença no cinema e fora dele, como nos dá conta a reflexividade sobre seus problemas e alternativas promovida por filmes como *9 e ½ semanas de amor* e *Sexo, mentiras e videoteipe*.

Concluindo, observamos apenas que, apesar disso, seria igual erro supor que o intimismo agenciado por este último tipo de filme, condenado a ser minoritário na produção fílmica por razões mercadológicas, está livre de questionamento por parte do próprio cinema. *Closer* (de Mike Nichols, 2005) é prova disso. Relativamente a *Sexo, mentira e videoteipe*, o filme talvez tenha função análoga a que em relação ao filme de Lelouch tem o de Adrian Lane: a película pode ser vista como limite estrutural de um ciclo que aquele inaugurara, ainda no final dos anos 1980. Quase vinte anos depois, a problemática relacional advinda do avanço da conduta estratégica e subjetivista sobre a esfera íntima se escancara nele como suspeita e incerteza generalizadas sobre o futuro não apenas do romance ou mesmo do intimismo, mas das próprias relações afetivas no capitalismo contemporâneo.



Closer: Dan Woolf (Jude Law) e Alice Ayres (Natalie Portman).

Fonte: Divulgação.

Com efeito, *Closer* merece ser citado não somente por relativizar terapêuticamente o entendimento romântico acerca dos relacionamentos, mas registrar o momento a partir do qual o próprio discurso intimista se torna motivo de dúvida por parte do cinema. A perspectiva terapêutica com que ele retrata os conflitos íntimos e problemas de relacionamento dos seus quatro personagens não endossa a troca do romance pelo intimismo, conservando uma atitude analítica que, se bem insinua a resignação, não deixa de fomentar a reflexão em relação ao que de utópico prometem o amor, a paixão e a intimidade.

Através dele, os encontros e impasses do relacionamento contemporâneo lançam suspeita não apenas sobre os relacionamentos românticos mas sobre os intimistas. A completa ambiguidade da cena final deixa dúvida inclusive se, no novo mundo que ela parece anunciar, supostamente livre dessas obsessões, mas muito mais atômico e narcisista, há de fato perspectivas de realização individual, há chances de vivermos um relacionamento com felicidade.

Dan Woolf (Jude Law) é um romântico de velho estilo que, ambigualmente, porque não sustenta a própria atitude, flertando sempre que pode, exige autenticidade passional de suas companheiras e, assim, preocupa-se mais com isso do que em viver suas relações. O resultado

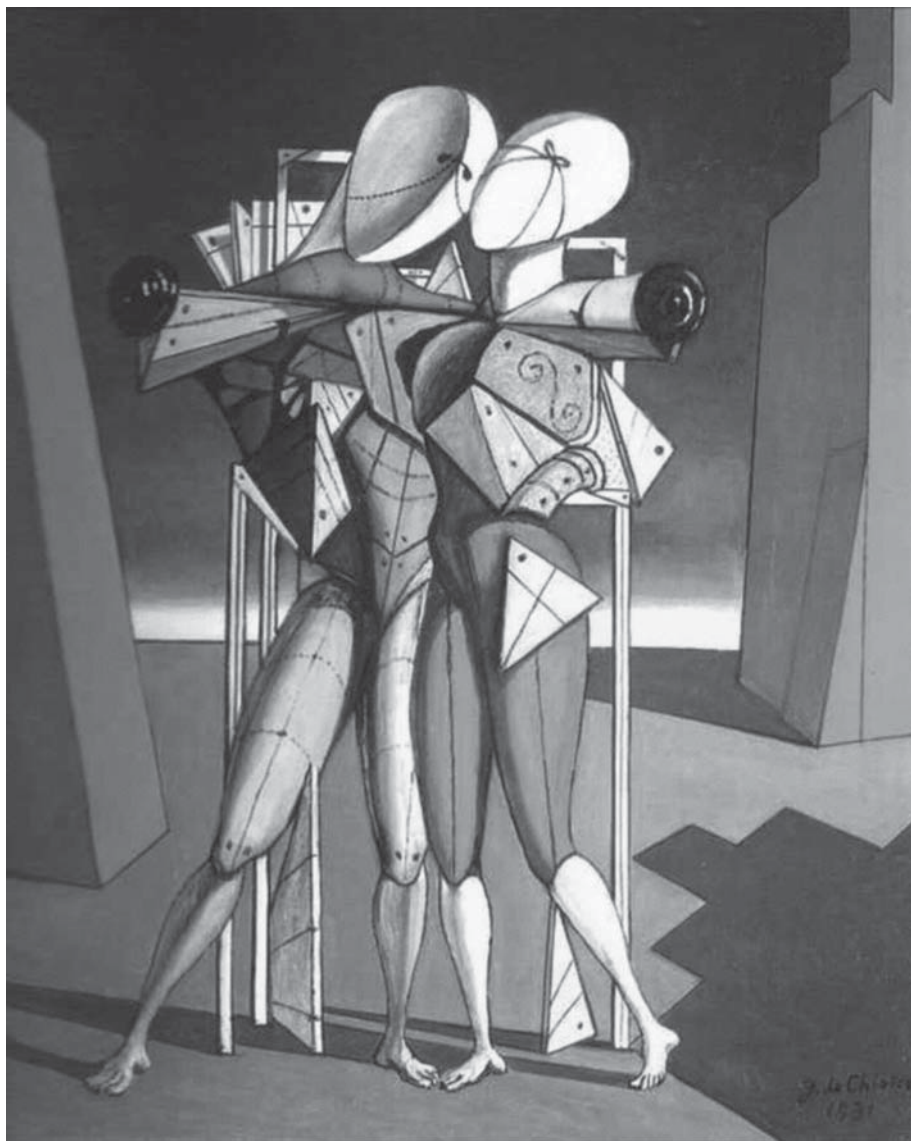
é o fracasso no amor, embora ele logre atrair vários tipos de mulher, sendo um sujeito doce, meigo, afetivo, etc. Larry Gray (Clive Owen), ao contrário, é um machão narcisista e enrustido, que só se preocupa consigo e em manipular suas parceiras de relacionamento. O resultado é que goza mais com fantasias de poder do que com as mulheres que atrai e que, menos por paixão do que por covardia e acomodação, a ele se submetem, como ocorre com Anna Cameron (Julia Roberts).

Tanto ela quanto a jovem Alice Ayres (Natalie Portman) são ambíguas em relação ao amor, crendo nele romanticamente, mas não em termos ingênuos ou abnegados. As mulheres manifestam desejo de viver um grande amor, mas não parecem mais dispostas a se deixar envolver por questões de meio e forma. Aparentemente, elas se cansaram dos dramas de consciência: querem um romantismo leve, sem custos afetivos e sociais, tendo se tornado capazes de, no caso de não poder tê-lo desse modo, optarem pelo relacionamento convencional ou a exploração da liberdade individual.

Em Nichols, o romantismo, portanto, não significa solução, mas prosseguimento de um impasse entre homens e mulheres, sendo preferível optar pelos perigos da liberdade ou mesmo por um arranjo de momento. Porém, solução também não o é o labirinto do intimismo, conveniente apenas para o sujeito mais tosco e manipulador, que sabe explorá-lo em próprio proveito. O enredo, por isso, dá-nos a impressão, ao final, de que essas condutas não mais bastam para equacionar nossos problemas de relacionamento. Os problemas afetivos não se resolverão enquanto permanecermos prisioneiros de seus respectivos ideais, isto é, talvez esteja chegando a hora de adotarmos uma nova perspectiva.

Destarte, a revelação que o filme faz da crise dos relacionamentos e das máscaras com que tentamos encobri-los reduplica o discurso terapêutico, todavia sem oferecer resolução intimista. A sugestão que ele nos deixa é a de que nem por esse lado há saída. A abordagem terapêutica com que se fala para o público tende a assumir uma atitude puramente analítica, em que não se fecha a história: tudo fica para se pensar, para se ver no que dá, como se diz.

Embora menos seletiva em exigência para fruição do que os últimos filmes de Woody Allen (*Melinda e Melinda*, 2005; *Vicky Cristina Barcelona*, 2008), nesta obra, projetada para um público um pouco mais amplo, também, a tendência é a superação do próprio ponto de vista terapêutico, a virtual redução dos problemas de relacionamento a objeto de um comentário analítico, irônico e distanciado, ainda que conservando a pitada de sal utópico do qual parecem ter se livrado os filmes de Allen. A película deixa os espectadores sem lição certa a tirar do que viram e, por isso, dos casos de obras filmadas com sentido terapêutico, esta é, sem dúvida, não apenas uma das mais analíticas de sua época como uma das que, embora sendo pouco popular, talvez, mais anuncie as discussões sobre o amor e os relacionamentos que estão por vir no século XXI.



De Chirico, *Heitor e Andrômaca*, 1917.
Fonte: Wikipaintings.

○ amor em eclipse

a ascensão do erotismo
de massas nas revistas de gênero*

Quando o objetivo é entender a fortuna dos relacionamentos entre homens e mulheres em nosso tempo desde o ponto de vista de suas conexões com o avanço da indústria cultural, revela-se como fenômeno dos mais notáveis a forma como as revistas de gênero expressam socialmente e articulam em nível publicístico as mutações na moral sexual ocorridas em paralelo ao colapso do patriarcalismo, verificado em seguida à Segunda Guerra Mundial.

Oriundo da era romântica, na qual não era aceito, *amor livre* foi noção que remetia à relação puramente afetiva entre homem e mulher, pouco importando se fora ou dentro das instituições. Depois da Guerra, alterou-se, no entanto, o significado do termo. A corrosão das estruturas de relacionamento mais tradicionais, provocada pelo avanço das relações mercantis, liberou as pessoas para viverem-nas romanticamente. A expressão passou, então, a ser usada para designar as relações íntimas sem compromissos, o que, entre nós, também se chama ou já se chamou de transa ou de amizade colorida.

Destarte, verifica-se que o romantismo é apenas um dos registros de inscrição da afetividade liberada com o avanço dos tempos modernos. O colapso do patriarcado burguês e a ascensão do feminismo também ensejaram o aparecimento de uma nova moral sexual, separada das antigas atitudes familiaristas. O processo forma uma unidade sempre variada e desigual com aquele, e em sua base está a expansão das relações de mercado e o desenvolvimento do individualismo.

* Primeira versão publicada em *Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 7-20, 2009.

A paulatina legitimação da conduta romântica é um efeito combinado desse processo, que, todavia, não só engendra vários tipos de reação contrária, mas também acabou ligado à referida reinterpretação do que se entendia por amor livre.

Nesse sentido, o fenômeno é passível de entendimento, mais do que como uma informalização das relações afetivas, como sendo uma radicalização delas e que, embora conectado ao processo de legitimação do romantismo, deve ser dele distinguido, desde um ponto de vista analítico, já que seu foco não é o amor, mas antes os prazeres do sexo, conforme se subordinam ao fetichismo da mercadoria. Afinal, o principal, nele, tem a ver, sobretudo, com o hedonismo mercantilizado, em vez do puro e simples compromisso afetivo ou envolvimento autêntico que definem o relacionamento romântico.

Playboy e *Nova* são, cada uma a seu modo, vanguardas nesse processo, visto sinalizarem a articulação da experiência através da qual se vai esboçando em nossa era uma espécie de erotismo de massas, um campo de relacionamento autônomo centrado na exploração do corpo e sua sensualidade, cujo foco, como dito, antes de ser o amor, é o prazer, e cujo motor, em vez da arte da sedução, é a prática do desejo mercantilizado.

Conforme sugere nossa pesquisa, a primeira revista nunca se preocupou em vincular sexualidade e amor, transcendendo a divisão via a pregação de um estilo de vida hedonista e mercantil. Já a segunda, embora tenha tentado compô-los no mesmo marco, restringe-se cada vez mais em promover o cultivo de um erotismo em que, quase como naquele outro veículo, o romance se reduz a acessório cosmético e situacional.

O presente ensaio tem como objetivo, em suma, esclarecer qual é a relação desses periódicos com o romantismo, mostrando que se, por um lado, eles agenciam a sua superação via um erotismo mercantil que se esboça em escala de massas, eles, de outro, servem para desviar a consciência dos problemas de relacionamento decorrentes de todo esse desenvolvimento. O cerne consiste em examinar as peculiaridades e o sentido disto que poderíamos chamar de relacionamento subjetivista, um padrão surgido na medida em que o romantismo e seus eventuais sujeitos passaram a ser articulados pelas fantasmagorias mercadológicas.

Playboy versus Nova

Denis de Rougemont tornou clássica a tese de que a popularização do romantismo em curso no nosso tempo se caracteriza menos por seu triunfo profano do que pela sua reinterpretação em termos de erotismo mercantilizado. Segundo ele, o romantismo se rebaixa moralmente, vulgariza-se, conforme os obstáculos tradicionalistas interpostos ao livre curso da vida amorosa são abolidos e seus motivos passam a ser encampados pelos meios de comunicação. Tristão e Isolda, como Werther e Júlia, há muito perderam a condição de modelos culturais de paixões e de relacionamento romântico, a julgar pelo que escreveu o autor há cerca de meio século. Decaída a retórica amorosa, e sujeitas a todo tipo de vulgaridades suas pretensões, encontramos-nos numa situação em que, para homens e mulheres, note-se agora, o modelo cultural teria se tornado Don Juan (De Rougemont, [1938/1956] 1968, p. 200).

Para o autor, o colapso das estruturas tradicionais importa numa degradação do amor, ao estabelecer a primazia do romantismo subjetivista; mas o pior mesmo vem com a legitimação do amor livre entre as massas, promovida pelos meios de comunicação. Quando Don Juan se torna modelo unissex e, em vez de mau exemplo, transforma-se em referência de conduta, acontece de o amor se reduzir à quimera motivacional para a possessão carnal e a exploração do prazer sem grandeza. A paixão amorosa é o que resta de aventura na vida do homem comum e o que lhe promete enriquecer de experiência, quando do seu mundo se foi a ordem tradicional e supramundana. A postulação tradicional conforme a qual a paixão romântica consiste numa forma de intoxicação, uma doença do espírito, tornou-se uma fórmula em “que já ninguém quer acreditar”, porque ao se vulgarizar, crê o autor, acabamos todos sendo “intoxicados pelo romantismo” (De Rougemont, 1968, p. 197).

Cremos que, nesse juízo, convém distinguir dois tópicos, confundidos pelo autor: ele reúne em uma mesma ideia o que deveria ser melhor discriminado. De fato, o romantismo ingressou, com o século passado, num processo de legitimação em meio a amplas camadas sociais. O acontecimento, todavia, deveria ser distinguido analiticamente do erotismo de consumo que, pouco a pouco, nesse mesmo contexto,

difunde-se por nossa cultura, evitando-se assim cair em equívoco que foi desenvolvido como tese, algumas décadas mais tarde, por Eva Illouz.

Segundo essa autora, com efeito, embora nossa época levante os estandartes do romantismo, as pessoas raramente acreditam nas fantasias amorosas que carregam seu nome: em geral, elas as tratam “com suspeita, derrisão e distanciamento irônico” (Illouz, 1997, p. 175). Os entrevistados por sua pesquisa afirmam que os romances perfeitos só acontecem nos livros, no cinema e na televisão. As histórias românticas são, afirmam eles, estereótipos ficcionais, que não têm lugar na realidade cotidiana – e assim o é, complementa a autora, devido à reflexividade sobre o assunto que surgiu por intermédio desses veículos mesmos durante o século XX. Empregando uma argumentação de cunho frankfurtiano, a pesquisadora observa que as pessoas mais reflexivas e informadas propendem a vê-lo em termos cínicos, como um expediente retórico, para o que na verdade seria o interesse por relações sexuais, ou uma trapaça astuciosa, para o que seria um simples relacionamento afetivo ou mesmo a eventual contratação matrimonial.

Cremos que esse ponto de vista, como dito, embora expressão da verdade, não a expressa por inteiro ou adequadamente, devendo ser corrigido ou revisado, de modo a evitar seu reducionismo. O romantismo se desenvolveu de maneira objetivamente inseparável da cultura de mercado, mas o fato de se confundir com ela, produto inexorável das circunstâncias, não significa que não possa ser vivido com autenticidade. A crítica assim resumida relativiza a linha de análise apresentada, mas de modo algum pretende negá-la, como inclusive vamos sinalizar nestas páginas.

Playboy e *Nova*, com efeito, são prova da hipótese, ao darem amplos sinais de que a paulatina legitimação do romantismo a que assistimos no último século foi mediada pelo avanço da indústria cultural. Ambas são veículos de um estilo de vida em que, em meio à promoção do consumismo mais sofisticado, a principal forma de lazer se torna o erotismo. Primeiro foi *Playboy*, criação de Hugh Hefner em 1953, publicada para o homem “sensível ao prazer” e que, sem abdicar de sua profissão e responsabilidades, deseja “viver a vida

plenamente”. Depois foi *Nova/Cosmopolitan*, que, desde 1965, sob a direção de Helen Gurley Brown, é publicada para a mulher com “identidade própria” e que, sem abdicar dos interesses no trabalho, sabe que “o amor é realmente importante para ela”.



○ erotismo em revista (*Cosmopolitan* e *Homem*).

Fonte: Divulgação.

Casamento aberto (O'Neill, O'Neill, 1972), *best-seller* mundial, ainda operava com uma perspectiva moralmente libertária, sacramentando a igualdade sexual estabelecida entre homens e mulheres, sem abrir mão da instituição matrimonial, ao postular a legitimidade de relacionamentos paralelos para os cônjuges. A crítica à atitude monogâmica, por maior que fosse a influência dos fatores de época, em especial o ataque da ética do lazer à ética do dever, pautava-se pelo respeito a valores como integridade e desenvolvimento individual.

Em *Playboy* e *Nova*, contrariamente, o erotismo, como dito, é o principal (senão o único) ingrediente a ser considerado em um relacionamento – explorado, na primeira, sobretudo pela imagem e, na segunda, sobretudo pela palavra. A perspectiva em que ambas se colocam é a do caso sexual, muito mais do que a da história romântica. O principal é a paquera, a ficada, o relacionamento mais ou menos rápido e passageiro, em meio ao cultivo de um estilo de vida dominado pelo fetichismo da mercadoria. A condução das situações remete em seu imaginário à capacidade dos sujeitos transacionarem seus afetos e desejos com os termos ditados pelo racionalismo econômico de cunho capitalista.

Em ambas as publicações, o texto se caracteriza pelo emprego da terceira pessoa como forma de interpelação do leitor, embora, num caso, o pressuposto seja o da comunidade, do nós mulheres, e, no outro, o do coletivo, o do cada um solitariamente. O foco é o outro, o homem ou a mulher, embora em uma ele vise promover um sentimento de solidariedade, para analisar e, sobretudo, incentivar o engajamento da leitora em seus relacionamentos, e na outra, na revista masculina, esse outro, a mulher, remeta aos desejos compartilhados por um conjunto de indivíduos dispersos ou carentes de real proximidade.

Subjacente a ambas está o processo que, entre os setores afluentes, separa os relacionamentos da referência ao casamento e à formação de uma nova família, do lar e da domesticidade, para torná-los parte de um estilo de vida excitante e glamoroso, cujo sentido é o do hedonismo mercantilizado. Em ambas, o sujeito que se interpela é o homem interessado em desfrutar uma bela mulher, a mulher que quer encontrar um homem interessante: portanto, o sedutor e a sedutora da era do capitalismo avançado. E isso “o fazem fornecendo materiais capazes de ajudar seus leitores a imaginar eus perfeitos, seja construindo uma sensação de controle, de autoridade, seja fazendo-os sentirem-se *preparados para o caso de algo acontecer*” (Hermes, 1995, p. 64, grifos do autor).

Em *Playboy* isso tudo é bem fácil de constatar, observando que o relacionamento amoroso não consta da pauta da revista, pelo menos à luz de um rápido exame dos materiais. Conferindo as edições anuais de 1979, 1989 e 1999, verifica-se que o tema é objeto de pouca ou nenhuma consideração. Os tratamentos que encontramos são, em regra, jornalísticos, através do relato de pesquisas ou feitura de entrevistas. Os problemas de relacionamento não são objeto de discussão, até porque o subtexto do veículo parece ser o de que seu leitor não os têm e/ou, por qualquer razão, não tem por eles interesse. O veículo se contenta, basicamente, em “oferecer [aos leitores] a imagem de que eles são homens autossuficientes que adotam uma abordagem predominantemente estratégica no que toca aos seus relacionamentos” (Jackson; Stevenson; Brooks, 2001, p. 87).

No limite, a sensação, folheando o periódico, é a de que o motivo para o homem estar com uma mulher, além do desfrute erótico, é “não ter nada melhor para fazer”, porque, exceto pela elaboração refinada pela estética da mercadoria, a perspectiva que se delinea nas páginas da revista em relação ao assunto se reduz à do “animal sexual”, interessado apenas em “gratificação genital completa e repetida”, como alertam às mulheres os autores de *O que os homens não querem que as mulheres saibam* (Smith; Doe, 1998).

O absolutismo da ética do lazer conduz ou chama o leitor a um consumo abstrato de fantasias, ao exercício de poder imaginário e ao sacrifício do intelecto no tocante ao desafio humano e concreto das relações entre homem e mulher. O espírito ou humor que permeia a revista – e que ela pretende compartilhar com os leitores – é o de um cafajestismo leve em relação à mulher, embora vez por outra apareça, jornalisticamente, o que se poderia entender como uma problematização dos relacionamentos.

Em “O homem e a mulher estão com medo da liberdade” (*Playboy*, abril de 1979, p. 74-76 e 126-130), por exemplo, o psicanalista entrevistado anuncia o “fim do desbunde” e a chegada da hora de cada um fazer frente às incertezas morais e dúvidas sobre seu futuro padrão de relacionamento. O aparecimento da mulher liberada e do homem *soft* que a nova era por ele antevista anuncia, todavia, não tem qualquer repercussão na linha editorial do veículo, exceto por uma ou outra ressalva nas várias matérias em que, antes, o que está em foco é o erotismo abstrato.

“Os 10 mandamentos para uma noite de amor” (*Playboy*, agosto de 1979, p. 57-58 e 140-142), embora estruture e planeje os passos de um encontro bem-sucedido, conclui que, “ao amante destes anos 1970 que chegam ao fim, vale lembrar que já está na hora de deixar de lado um pouco todas as teorias sobre sexo e procurar dentro de si mesmo o que a sua sensibilidade diz ser o ideal, para aquele momento, com aquela mulher” (*Playboy*, agosto de 1979, p. 142).

Dez anos depois, “A volta da mulher com péssimas intenções” (*Playboy*, dezembro de 1989) registra, com a malícia cafajeste característica do veículo, que, embora as mulheres tenham retomado seu interesse por constituir um lar estável, as relações entre homens e mulheres

avançaram, porque além da equidade supõem agora a gratificação sensual de parte a parte, sob pena de não se sustentarem. A ressaca com os relacionamentos superficiais e, em tese, decepcionantes é ambigualmente saudada com a notícia de que, apesar da reação, a mulher se tornou mais sensual e o homem menos previsível e convencional.

A preocupação em não problematizar a consciência espontânea do leitor, a fim de não se correr o risco de reduzir o mercado, converge com o reconhecimento coletivo da flexibilização das relações íntimas e dos crescentes problemas de entendimento que afetam os relacionamentos em uma era cada vez mais mercantilizada, via a adoção, pelo periódico, de um tom irônico, semi-humorístico, que “evita oferecer soluções acabadas para estes problemas” (Jackson; Stevenson; Brooks, 2001, p. 130).

Em contraponto, a publicação para a mulher emancipada e moderna representa um caso mais complexo. *Cosmopolitan/Nova* era uma revista feminina bastante tradicional, até passar às mãos da jornalista e escritora Helen Gurley Brown, em 1965. Editada a partir de então para a mulher que trabalha e tem “identidade própria”, começou sua nova fase lembrando que essa mulher sabe que “o amor é realmente importante para ela”. Depois dos anos 1980, verifica-se, no entanto, que essa ideia foi corrigida. O ponto focal de seus esforços editoriais no que diz respeito aos relacionamentos entre homem e mulher passou a ser a vida sexual, em vez do amor.

Até o final dos anos 1980, a principal expectativa fomentada pela revista era, com efeito, a de que, embora difícil, é possível viver um grande amor. Entre as coisas importantes na vida da mulher estava a vivência de um grande romance. O romantismo era visto como essencial à mulher. “Você precisa saber que todas nós – todas as pessoas – precisam de uma coisa, fundamental em nossas vidas, e que é dar e receber amor”, lê-se em “Amor, sexo e a mulher” (*Nova*, fevereiro de 1978, p. 67-82).

Conforme explanavam os redatores, “viver um grande amor significa ser dominada por uma paixão devastadora por um homem que parece ser absolutamente especial (para você) – ainda que aos olhos de todas as outras pessoas ele seja uma pessoa comum” (“Um grande

amor”, *Nova*, julho de 1978, p. 53-57). Apesar disso ter se tornado difícil, a revista reconhece, “a verdade é uma só: todos nós queremos ser amados, todos precisamos mais de amor do que qualquer outra coisa na vida” (“Como ser amada”, *Nova*, novembro de 1978, p. 132-135).

Na época, a convicção era a de que o romance não é algo fácil, exige treino e nos causa decepções. O aprendizado nos permite evitar os tipos infelizes e nos trazer a felicidade amorosa. Os obstáculos existem, e por isso a pessoa precisa se ajudar, mas, em última instância, “é só uma questão de você decidir viver essa aventura” (“Um grande amor”, *Nova*, julho de 1978, p. 54).

Dez anos mais tarde, Marina Colasanti fez soar um sinal de alerta em relação a isso, observando que chegara a hora de vestir o romantismo de trajes novos. As mulheres se iludem se pensam que os contos de fada podem se realizar. Os homens mudaram tanto quanto as mulheres e, estabelecida uma situação de igualdade, é preciso passar a pensá-lo em novos termos. As pessoas devem começar a entender que, mais importante do que crer na magia do romance, é se conhecer e que, para isso, os casais precisam dialogar, estudar, viver experiências e, em certos casos, fazer terapia, se quiserem ser felizes juntas (“O romantismo está de roupa nova”, *Nova*, março de 1989, p. 58-59).

Desde então, o romance não saiu de cartaz, continuou-se a falar dele como fator decisivo em um relacionamento. Porém, multiplicaram-se os fatores responsáveis por sua fragilização, como atesta a presença do discurso cientificista no periódico. Em “O doce e científico mistério chamado amor” (*Nova*, outubro de 1988, p. 181), por exemplo, relata-se pesquisa segundo a qual a paixão amorosa acaba com o tempo. “O amor que não foi feito para durar”, matéria editada no mês seguinte, observa e comenta sua fragilidade cotidiana, sugerindo que a relação baseada no companheirismo é preferível (*Nova*, novembro de 1988, p. 182).

Quanto mais se adentra os anos 1990, verifica-se, contudo, que não foi essa a linha pela qual optou a revista: a escolha foi o erotismo, elemento já integrado a suas páginas, mas que, desde então, assume claro predomínio, se comparado com o sentimental. No entanto, há mais. As estratégias editoriais também passam a investir em um discurso de forte acento

fantasioso, disfarçado de jornalismo de costumes. Noutros termos, as matérias sobre amor e sexo começam a ser escritas com base em depoimentos aparentemente forjados pela redação. O ponto de vista masculino se instaura em meio às páginas da revista como tópico de consumo. A mulher romântica vai perdendo a condição de modelo preferencial da revista, em favor da mulher erotizada. Os relacionamentos passam a ser retratados como encontros superficiais, senão bens de consumo ligeiro.

Desde então, a tônica dos textos e as ilustrações fornecidas pelos redatores tendem a ser menos carregadas de paixão do que de bom humor. O corpo sarado se torna o foco do investimento editorial e, em tudo isso, o que fica é a sensação de que, em última análise, o que conta é o “amor narcísico”. A revista importa para a leitora porque, por meio dela, esta pode descobrir “o bem que faz amar loucamente a sua própria vida” (*Nova*, agosto de 1998, p. 84-85).

Prova disso são, em especial, os testes para a leitora avaliar seu perfil sexual ou sua capacidade de atração, tanto quanto aquelas matérias em que o que se propõe são fantasias para consumo abstrato, como os truques e dicas para fazer contato de “Sintonia do amor” (*Nova*, outubro de 2001, p. 62-64), senão as peças de claro acento ficcional, como as cenas românticas de “Doutora em sedução” (*Nova*, agosto de 1999, p. 104-107).

Em resumo, postularíamos, portanto, que tanto um quanto o outro dos periódicos aqui considerados deveriam ser vistos, sobretudo, como meios de gratificação imaginária, formas de satisfação substitutivas, por mais que também sirvam para articular as expectativas afetivas dos setores médios emergentes ou espiritualmente mais individualistas de nossa sociedade.

Segundo *Playboy*, os relacionamentos entre homem e mulher são um bem de consumo, que deve ser desfrutado enquanto parte de um estilo de vida. Já *Nova* pretende ajudar a leitora a vencer as barreiras, a acertar o passo consigo e com os outros, para fazê-la desfrutar de sua sexualidade. Embora isso fique mais claro no último caso citado, a realidade parece estar ensinando aos leitores que o tipo de poder que almejam não pode ser dado por nenhuma revista e, por isso, o realismo em relação às poucas chances de viver uma história de amor

é, nelas, cada vez mais compensado pela promoção do próprio ego e pelo consumo abstrato de fantasias relacionais por meio da leitura de textos e da gratificação fotográfica.

Subjetivismo e paixão

Miriam Goldenberg resume e comenta pesquisa sobre as tendências em curso nos relacionamentos entre homem e mulher que pode nos servir de ponto de partida para refletir sobre as constatações feitas anteriormente, ao menos em relação ao público que, no caso aqui, diz-lhe respeito: as camadas médias urbanas de nosso país. Conforme assinala a autora, existe hoje uma divergência de perspectiva na maneira dos gêneros abordarem seus relacionamentos. A pesquisa mostra que, se, por um lado, as mulheres procuram ou valorizam, sobretudo, um padrão de relacionamento amoroso firme, simbiótico e companheiro, por outro, os homens preferem vivê-lo com base num modelo baseado na independência e na gratificação sensível.

Para as mulheres, o modelo ideal de relacionamento é aquele resumido na fórmula de dois indivíduos [livres] se tornando um casal, com projetos e interesses comuns, enquanto os homens estão mais próximos da ideia de convivência de dois indivíduos que permanecem com interesses e projetos separados, mesmo vivendo uma relação de compromisso (Goldenberg, 2000, p. 88-89).

Em função disso, provavelmente existe um forte descompasso relacional e afetivo entre homens e mulheres na contemporaneidade. Os relacionamentos se encontram tensionados por uma assimetria entre as expectativas mais características de cada sexo. O principal, porém, é o fato de que ambos os sexos passaram a procurar relacionamentos essencialmente viciados, ao menos para a maioria, na medida em que, se, por um lado, as pessoas desejam vivê-los de forma intensa, mas de algum modo estável e comprometida, por outro, elas também querem manter um mínimo de privacidade doméstica, liberdade individual e independência econômica.

Na cultura narcísica [atualmente em vigência], busca-se uma individualização extrema (autorrealização, autossatisfação, autoprazer, liberdade, espaço) dentro do relacionamento amoroso. Assim, as ideias de que tudo é separado e, ao mesmo tempo, tudo é negociado são potencialmente explosivas para o casal (Goldenberg, 2000, p. 88).

Como *Playboy* e *Nova* se encaixam neste contexto? Para sabê-lo, vale a pena levar em conta a pesquisa pioneira de Denise Alves. Em 1985, a autora procedeu a um estudo comparativo desta espécie de publicação, chegando à conclusão de que, na prática, o efeito delas é moralmente negativo. O sentido dos periódicos seria bem o de promover o que a pesquisa comentada sugeriu, ou seja, a promoção do desencontro ou afastamento entre homens e mulheres, pelo menos em meio aos setores mais afluentes da população.

Segundo Alves, o problema com os veículos de promoção do novo homem e da mulher moderna começa com seu caráter ideológico, com o mascaramento dos desafios mais ordinários com que os homens e as mulheres têm de lidar na vida cotidiana. Os periódicos são prisioneiros do fetichismo da mercadoria, acabando por esquecer ou ignorar que os relacionamentos são construídos concretamente em meio à luta contra todo tipo de adversidades. Neles, ao contrário, os relacionamentos são legitimados por meio da criação de uma personalidade vitoriosa, malhada e independente, e pela formação de um casal descolado, livre e consumista, que sempre supera os desafios da vida moderna e que, com tudo em cima, vive seus casos e, sem maiores compromissos, conquista a sua felicidade (cf. Alves, 1985, p. 160).

Para a autora, os veículos carecem do criticismo que os poderia tornar produtivos entre seus leitores, visto não só precederem ao encobrimento das condições concretas em que ocorrem os relacionamentos, mas porem seu sucesso na conta de sujeitos só em parte convergentes. Segundo sugerem seus respectivos redatores, enquanto as mulheres procuram amor, os homens se bastam com uma aventura sexual, não havendo, pois, maneira de evitar o desencontro de suas aspirações de condutas. Nas suas páginas, o homem se interpela como um caçador oportunista, e a mulher procura um supermacho que com ela se

comprometa: o primeiro deseja uma submissa em casa e uma selvagem na rua, enquanto a segunda deseja erotizar o lar e manter um menino ao mesmo tempo fiel e competente no mundo do trabalho.

Conforme procuramos mostrar anteriormente, o tempo, entretanto, encarregou-se de fazer convergir essas perspectivas, sem dúvida presentes nos veículos, sobretudo no feminino, até os anos 1980. Atualmente, os paradigmas tendem a ser congruentes, na medida em que o ponto de vista masculino acabou sendo assimilado pelo feminino. A perspectiva de um e de outro, a despeito dos eventuais conflitos de interesse entre as partes, entrou em linha de convergência, passando a interpelar seus leitores de acordo com o que ambos almejam, isto é, virtuais objetos de desejo para os outros.

Destarte, a contraposição entre príncipe encantando e mulher-objeto com a qual se poderia pensar em entender os esquemas de relacionamento investidos nas revistas, relativamente válida para o passado, está se tornando cada vez mais inviável, ao menos parcialmente, conforme a condição de objeto se vai igualmente pegando ao gênero masculino.

Apesar de *Nova*, mesmo em sua última fase, ainda se referir ao amor de um modo que não se encontra em *Playboy*, pressupondo-o como sentido de todo relacionamento, o periódico efetivamente converge cada vez mais com o discurso daquele veículo, ao virtualmente reduzi-lo menos ao sexo, como pode parecer, do que a um erotismo atrelado ao fetichismo da mercadoria. Seguindo a matéria “Homens: guia prático para a nova linha” (*Nova*, junho de 1998, p. 128-130), por exemplo, afirma-se que o parceiro ideal da sua leitora, da mulher hedonista e emancipada, não é o casamenteiro, que sempre se revela uma fraude, nem o bonzinho, geralmente um frouxo, ou o perfeitíssimo, cujo capricho o torna insuportável. O recomendável é o sujeito autêntico, confiável e promissor, dependendo do investimento, mas sobretudo uma variante do leitor ideal da revista masculina, o *yuppie regenerado*, aquele “profissional bem-sucedido, que não quer mais farra e procura um relacionamento verdadeiro” (*Nova*, junho de 1998, p. 130).

Em ambas, o romantismo tende a se confundir com o consumo de relacionamentos, mas seria errôneo tomá-las como reflexo da conduta

de seus leitores. Convém que se veja esses periódicos sobretudo como mediações através das quais eles/elas exercitam e consomem suas fantasias a respeito de relacionamentos. Os relacionamentos vividos são, sim, uma mediação do seu processo de leitura, mas nos parece uma extrapolação abusiva pensar que são decalcados dessa experiência.

Os fatos de a mulher ser um objeto sexual na revista masculina ou de que o homem seja tratado como um felino sedutor na feminina são ficções elaboradas para consumo abstrato. A conduta predatória em relação à primeira e as pretensões de imperar sobre o segundo, embora intervenham na realidade, estão, nesta, submetidas a múltiplas mediações. Os sujeitos que objetivamente reúnem as condições para pô-las em prática são sempre em número irrisório diante dos que apenas o desejam, por mais que esse seja incalculavelmente maior do que o dos, no caso, leitores dos magazines.

Playboy e *Nova*, por isso, tenderiam a representar menos uma consciência ideológica do que utópica acerca dos relacionamentos, para empregarmos um referencial analítico caro à crítica da indústria cultural. Expressões do subjetivismo contemporâneo e suas pretensões de liberdade puramente sensível, eles sugerem que a troca do amor pelo erotismo pode ser proveitosa a seus sujeitos. A resolução mercadológica dos problemas que daí se originam para a criação e manutenção de laços estáveis entre os sujeitos é inseparável da projeção utópica de um mundo em que o cerne dos conflitos entre homens e mulheres seria resolvido através do contato carnal, conforme apregoa uma matéria chamada “O sexo pode ser a linguagem mais clara para se chegar ao coração de um homem” (*Nova*, janeiro de 1999, p. 88-91).

Segundo a redatora, as pessoas ainda não se deram conta de que, no caso de ser autêntico, “o sexo ajuda a solucionar, embora não resolva todos os problemas [de relacionamento]” (*Nova*, janeiro de 1999, p. 90). Para ela, teremos dias melhores quando isso ocorrer. A contaminação dessa perspectiva pela primeira, a mercantil, a condena, porém, a ter pouco alcance na vida dos leitores, visto que o enquadramento dos seres humanos em esquemas nos quais não somente se convertem em consumidores mas, também, vão se assemelhando

mais e mais a bens de consumo só pode conduzir ao seu entendimento como bens facilmente descartáveis, dado que, nas condições atuais, estamos todos caindo, passado um tempo, em um contexto relacional que é indissociavelmente afetivo e mercantilizado.

Diante disso, o resultado só pode ser, como aparece nas revistas em consideração, a conversão da história de amor em caso, do romance eventualmente eterno em romance descartável. Afinal, os casos amorosos, vividos em sucessão e como novidades, são uma forma de relação social correlata em pessoa e distinta em intervalo de tempo dos atos de compra que acontecem todos os dias nas situações de consumo. Experiências comparativamente rápidas e fugazes, mais epidérmicas do que do coração, eles tendem a se tornar estas relações em que a paixão despertada pelo outro se confunde com a que nos despertam os objetos de consumo no mundo capitalista.

Utopia e experiência

Aprofundando a análise, convém notar, em primeiro lugar, que os relacionamentos afetivos sempre foram problemáticos; realmente, não há nenhuma razão para supor que, no passado, tenham sido mais ou menos difíceis que atualmente. O verdadeiramente novo, portanto, seria menos a substituição do amor pelo sexo do que sua subsunção ao fetichismo da mercadoria. A convicção de que, passando a conhecer e explorar suas técnicas, podemos conquistar e usufruir quem desejarmos não pode ser dissociada do envolvimento de seus sujeitos e, assim, dessas técnicas em uma dinâmica relacional cada vez mais influenciada pela sua respectiva estética, como destacou Eva Illouz (1997).

Gary Brooks nos fornece sinal eloquente desse processo e dos problemas dele resultantes em *The centerfold syndrome*. Segundo o autor, os problemas de relacionamento atualmente acusados por tantas pessoas têm origem em uma sexualidade alienada, compulsiva, fria e irresponsável. A cultura de consumo, erroneamente erotizada, está promovendo um conjunto de atitudes criador de novos e profundos problemas de relacionamento. Assim como a mulher está cada vez mais interessada no perfil estético do homem, “a cultura atual encoraja

o homem a conservar os padrões de conduta disfuncionais em relação ao corpo da mulher e que podem ser definidos como a Síndrome da Página Central” (Brooks, 1995, p. 66; cf. Hamilton, 2007).

Em resumo, os homens têm sido encorajados a glorificar os aspectos físicos objetivos da mulher e a se relacionar de forma puramente carnal e objetiva, mas isso não lhes deixa imunes, como sujeitos e vítimas, porque, além de por vezes lhes cobrarem o mesmo, também elas estão passando a “acreditar que relações bem-sucedidas com os homens dependem da aceitação dessas realidades”, acabando por se tornarem, ambos, “vítimas de grandes ferimentos físicos e psíquicos” (Brooks, 1995, p. 31).

Segundo o autor, a solução consiste em substituir essa atitude por outra, responsável, solidária e enriquecedora. As mulheres que se engajam em relacionamentos supondo que os fatores estéticos e *performance* sexual bastam para obter amor só podem contar com a sorte. “[Já] Os homens precisam valorizar a mulher não apenas por seus atributos físicos, mas também por sua força moral, talentos e inteligência [sob pena de soçobrar emocionalmente]” (Brooks, 1995, p. 178).

A pregação terapêutica, senão moral, representada por este tipo de discurso, embora significativa em nosso cenário, tem, porém, pouco alcance diante de tendências sociais fomentadas desde o núcleo do processo histórico mais abrangente. O fato é que o corpo e o prazer estão tomando o lugar da alma e do coração como foco de atenção numa relação legítima, conforme ilustram, aliás, os veículos em questão neste capítulo.

Assim, o principal agora é entender que o amor se tornou terreno em que prospera o processo histórico universal de mercantilização dos relacionamentos humanos e que vários dos problemas e desafios com que se defrontam seus sujeitos não são senão um efeito das contradições resultantes dessa subsunção aos esquemas de uma indústria cultural que se converteu em sistema durante o século passado.

Diferentemente de *Nova*, *Playboy*, sim, expressa a consciência masculina segundo a qual o homem já sabe tudo a respeito de como ter sucesso com as mulheres; entretanto, como aquela, situa as relações entre homem e mulher no marco da estética da mercadoria. Por isso, uma e outra têm muito mais a ver com o consumo de sensações

do que com as paixões amorosas entre os seres humanos. Os problemas que esses periódicos nos colocam são, neles, remetidos ao campo de exercício do poder de compra e do saber passível de exploração mercadológica, quando não tendem a ser pura e simplesmente recalcados, como ocorre no caso da revista masculina.

Desses problemas, Louis Ron e David Copeland, escritores de autoajuda, fornecem-nos pistas, ao denunciarem o praticismo da mente masculina em um dos tantos manuais que têm, nos últimos anos, enfrentado os desafios oriundos do avanço dessa nova atitude sobre o campo das relações afetivas. Segundo esses autores, os homens, em geral, não sabem como ser românticos, em meio a uma época na qual, sem isso, é cada vez mais difícil ter uma boa companhia. Porém, o romantismo precisa ser bem entendido pelos interessados em viver um relacionamento: ele tem muito pouco a ver com o coração, é um artifício. Apesar das ideias em contrário, o fato é que, conforme se vai tomando ciência, “os romances raramente acontecem por acaso”. A espontaneidade é um mito, afirmam os autores. Os relacionamentos estão falhando porque muitos homens e muitas mulheres não só pensam que a igualdade jurídica, política e social pode se traduzir afetivamente, mas o romantismo se desenvolve naturalmente.

Noutros termos, apenas boas intenções e ser uma boa pessoa não bastam mais: embora qualidades importantes, elas por si só não ensejam um romance. “Se você quer sucesso com as mulheres, você deve ter a capacidade de romancear”. A perspectiva, como dito, contudo, não implica autenticidade, sugerindo-se inclusive que essa tende a ser prejudicial ao processo de conquista. A sedução consiste em um jogo planejado, baseado na manipulação de bens, pessoas e situações. O êxito nele, entretanto, só se alcança fazendo crer que seus lances são espontâneos, porque, ao contrário do modelo aristocrático, seu sentido agora é finalístico. O romantismo se reduz à manipulação de situações e não passa “de *ticket* para ter acesso ao prato principal: o sexo” (Ron; Copeland, [1995] 2000, p. 180).

Para nós, tudo isso só pode ser bem entendido levando em conta o fato de que, entre as vanguardas e em meio a um mercado de relacionamentos desregulamentado, cada vez mais se impõe a certeza de que

“o amor precisa ser administrado, se é para ter chance de vingar”, como resume a matéria “Só depende de você” (*Nova*, março de 1998, p. 150-153).

Como se afirma num outro manual de conquista, escrito para ambos os sexos, “estamos descobrindo que o amor é uma mistura de química, biologia e psicologia que pode ser definida e calculada em benefício próprio” (Lowndes, 1999, p. 16). Em última análise, assinala bem a autora, cremos, o amor pelo outro depende dos nossos instintos irracionais e dos mandatos do coração, porque viver uma paixão “não é um direito predeterminado desde o nascimento” (Lowndes, 1999, p. 311). Apesar disso, a crença que ela pretende nos vender é a de que sua fórmula é conhecida e de que, por isso, é possível ensinar as técnicas para conquistarmos uma companhia para relacionamento. O fato é que não se pode mais confiar apenas em bons sentimentos, quando aumentam “as complicações da vida moderna”. Agora, o sucesso num relacionamento “requer trabalho duro”. O processo todo, via de regra, não leva a nada, quando posto na dependência da espontaneidade. Sempre que não se trata de mero passatempo, os encontros com esse fim precisam passar a ser entendidos como “entrevistas para se conseguir uma colocação” (Lowndes, 1999, p. 89).

Em suma, as pessoas precisam se desvencilhar da ideia de que o amor é cego, um sentimento irracional. “Embora pareça feio dizer isso, todos temos um valor no mercado. Olhamos uns para os outros como se fôssemos ações. O que tem ali para mim? Para o amor dar certo, este é o princípio básico”, diz Leil Lowndes (1999, p. 152).

Concluindo, notaríamos que os relacionamentos não estão se tornando mais problemáticos do que o foram. O que acontece agora é, antes, uma variação do seu caráter e de suas circunstâncias, pois se, de um lado, eles passaram a depender cada vez mais de situações de mercado, de outro, eles não só estão adquirindo reflexividade como, talvez por isso mesmo, passaram a ser vistos em termos cada vez mais técnicos e estratégicos.

O homem de lazer e a mulher liberada, ainda que em registros distintos, estão ambos à procura de emoções que só são superficiais e descartáveis na medida em que, sempre que lhes falta o extraordinário do amor, um reconhecimento e gratificação emocionais recíprocos

e balanceados, o romance tende a ser vivido como caso ou ficada de vivência efêmera e de consumo ligeiro.

As ansiedades e insatisfações que surgem desses relacionamentos seriam, por isso, resultado, sobretudo, da reificação mercantil que, intermediada, entre outras, por essas publicações, vai atravessando as relações afetivas: crescem em torno delas os novos conflitos interiores e focos de tensão entre os indivíduos, para não falar dos próprios problemas de relacionamento, como registra, à sua maneira, a literatura terapêutica. O fato é que, muito mais do que a atitude predatória ou interesseira, é o fator estético que está se tornando, em período recente, um elemento inibidor do amor e da manutenção dos relacionamentos, pelo menos entre os setores mais afluentes da população.

Aparentemente, a preocupação estética com o corpo está por se converter, hoje, em eventual inibidor de muitos relacionamentos, tendo em vista a elevação do nível de exigências eróticas em muitos dos sujeitos da indústria cultural. A obsessão estética, nem sempre erótica, é, mais do que um retrocesso na emancipação feminina, fator de um crescimento dos enganos, fracassos e decepções entre homens e mulheres. A preocupação com o casamento, em arrumar marido, que passou a acompanhar a mulher com o advento da família nuclear burguesa se metamorfoseia em seu declínio no estímulo ou na compulsão a investir em seu capital erótico por parte de homens e mulheres, para poder enfrentar o novo mercado de relacionamentos.

Balzac se manifestou em seu tempo favorável ao casamento racional, sustentando o entendimento tradicionalista de que amor e matrimônio não combinam. Por outro lado, observou que aquele pode ser objeto de um combate cotidiano, porque sempre envolve questões de patrimônio. De certo modo, os relacionamentos continuam tendo, hoje, o cunho de transação comercial que ele denunciou, mas seu foco, em vez de posições sociais, como era no tempo do matrimônio, deslocou-se para o corpo e suas gratificações. Por isso, conserva a validade sua ideia de que, se há um comicidade na esfera dos relacionamentos, essa “não pode ser apanhada senão pela [atitude] dos homens de negócio” (Balzac, 1949, p. 387).

Conclusão

Júlia e Werther foram em seu tempo figuras emblemáticas do que estava em jogo no romance, paradigmas passionais de uma época cujo tempo, todavia, passou, que tendem a perder todo o sentido que não o de estranhos, em meio à época amorosa como a nossa, em que, combinada com a promoção dos relacionamentos em termos consumistas, verifica-se a retirada dos obstáculos ao exercício da vida amorosa e o esclerosamento das necessidades de procriação. Contudo, seria um erro pensar que, neste novo tempo, os paradigmas teriam passado a ser a de seus antípodas libertinos. Casanova e a Marquesa de Merteuil (Chodelos de Laclos), figuras prototípicas da libertinagem, reivindicavam para si a condução de uma vida filosófica, centrada na descoberta e exploração do prazer com seus corpos e relacionamentos. Entre eles, o amor era tão livre que a paixão se tornara o desenvolvimento da arte da sedução, muito mais do que o desfrute de um relacionamento.

A sedução, todavia, operava sob a forma de uma articulação simbólica, de uma afinidade dualística com a estrutura do outro – o sexo pode ser um resultado adicional, mas não necessariamente: ela seria um desafio à própria existência da ordem sexual, cuja “liberação” apenas aparenta inverter os termos e constituir um desafio vitorioso à ordem da sedução (Baudrillard, 1989, p. 45).

Playboy e *Nova*, vimos, inserem-se em toda uma outra perspectiva, que, sim, tem a ver com a revolução nos costumes mas, também e inseparavelmente, com o impacto do consumismo nas relações afetivas entre homens e mulheres ocorrido a partir da segunda metade do século XX. A procura do prazer com os relacionamentos, neles, não está ligada ao aprendizado e ao exercício de um jogo com outros seres humanos, mas ao consumo de sensações, oferecidas por bens e situações, a começar pelo corpo dos parceiros.

Luhmann se referiu à existência de uma improbabilidade na comunicação que em âmbito algum tem maior propriedade do que no das relações amorosas. Conforme ele mesmo sugeriu, encontramos,

agora, em uma época em que os códigos que regulam a conduta amorosa se tornaram totalmente subjetivos. O romantismo para o homem comum promovido pelos meios de massa, liberado das censuras tradicionais, tende a se esgotar nos contatos sexuais, porque, em condições de vida cada vez mais mecânicas e impessoais, “o que se procura enquanto amor, o que se procura nas relações íntimas é, em primeiro lugar, o seguinte: validação da autorrepresentação [como amante]. Não se trata tanto da sobreavaliação ou até mesmo da idealização do amado feita pelo amante” (Luhmann, 1991, p. 221).

Nesse sentido, os veículos assinalam, ambos, a ascensão da ideia de que o sexo pode ser atividade recreativa, de que ele não tem porque se legitimar apenas como meio de formação de uma família, em meio a uma época marcado pelo aumento geral da riqueza, pelo nivelamento social entre os sexos e pelo crescimento da independência econômica individual. A conversão do romantismo em motivo de indústria cultural é, por essa via, ultrapassada por uma perspectiva de relacionamento em que o amor só eventualmente tem participação. O reconhecimento dos direitos do amor livre, nesse caso, enseja ou pede o livre curso do erotismo, em que, no lugar da história, do romance, resta a ideia de caso, senão da ainda mais passageira ficada, muito difícil de ser distinguida do consumo ligeiro de prazeres, corpos e situações.

No lugar de um único relacionamento virtualmente extensivo a toda a vida, o consumismo nos incentiva a viver o assunto como sequência de relações rápidas e superficiais, entremeada de períodos de solidão, e cuja matriz, entre as vanguardas, pode até vir a se tornar a da relação pornográfica, porque, como se lê na contracapa de manual supostamente redigido pelas *starlets* do ramo, “muitas das técnicas usadas pelos atores e diretores dessa indústria podem ser aplicadas na vida íntima, para lhe ajudar a criar novos e excitantes cenários e a incorporar o elemento da fantasia em sua vida” (The Vivid Girls, 2004, p. xi).

Recordemos que tudo isso, as frustrações causadas pelo egotismo, reforçam um contragolpe, tornando os relacionamentos cada vez mais desafiadores e difíceis. Divididos entre nossa vontade de independência e um anseio em ser aceito pelo outro de nosso desejo, somos escandidos por

forças que ora nos jogam na indiferença, ora nos fazem sucumbir a um completo passionatismo no que diz respeito aos nossos relacionamentos.

O principal, porém, é que, em função disso, conhecer alguém para relacionamento íntimo, em que pese a liberdade existente, está se transformando, para os adultos, em uma empresa custosa e de retorno duvidoso, na qual você deve procurar o outro “como quem trata de encontrar um emprego”, como doutrinam tanto Helen Brown (1982, p. 222) quanto Ron e Copeland (2000).

Seguidor de Veblen, Willard Waller parece ter sido o primeiro a esclarecer em detalhe essa problemática. Procurando entender a crise do matrimônio que se escancarou a partir dos anos 1920, o sociólogo nos ensina que as pessoas aprendem mais ou menos rapidamente que o amor é um jogo cheio de surpresas, sortilégios e desapontamentos. A separação dos amantes é o resultado de uma guerra dos sexos que se mantém mais ou menos latente em todos os relacionamentos, e, partindo do suposto que, mais cedo ou mais tarde, acabamos conhecendo-a, vamos aprendendo com o tempo não só a evitar o pior das relações íntimas mas eventualmente a nos divertirmos com suas fantasias românticas (cf. Waller, 1970, p. 169-232; Waller, [1930] 1967).

Baseando-nos nessa descoberta, é possível concluir que, embora o homem contemporâneo pressinta (e, em sua consciência reflexiva, saiba) o quanto são complicadas, variadas e sutis as relações através das quais o amor acontece, no cotidiano ele prefere fantasiar o oposto. Latente, a conduta predatória e misógina do homem tem contrapartida na conduta vinculadora ou vexatória em relação a eles por parte das mulheres (cf. os filmes *O tédio* [de Cédric Kahn, 1998] e *Na companhia dos homens* [de Neil La Bute, 1997], mas também Waller, 1970, p. 168-192; Bloom, 1989, p. 123-192; Lasch, 1983, p. 229-250). Coletivamente, ambas se originam das decepções vividas no que, em nosso tempo, acabou por se tornar um verdadeiro mercado de relacionamentos. Os problemas do amor emergem do fundo de uma guerra em que os homens, repelidos por carecerem da posição, aparência e aptidão mais desejadas, tendem a agir predatoriamente em relação às mulheres, e elas, prevenindo-se contra esse tipo de conduta por parte dos homens, reatualizam em escala

rotineira (e, via de regra, vulgar) a conduta que um dia foi a da cocote (cf. Simmel, 1988, p. 89-108; ver também Proust, [1913] 2005).

A compulsividade sexual, a carência afetiva e o desejo volátil engendram uma constelação estrutural marcada por todo tipo de desencontro e sofrimento cotidiano que a progressiva informalização dos laços não atenuou – talvez até tenha agravado, com a crescente valorização da beleza estética e de *performance* erótica que se verifica em nossa época. As histórias e canções de amor falam tanto das suas dores porque servem de comentário para experiências que assimilamos de malgrado e, assim, precisam ser aliviadas em meio à oscilação que representa a celebração do amor e seu lamento coletivo, via a música, a poesia, o cinema e a literatura populares de nosso tempo.

Destarte, a consciência e a conduta românticas, o *ethos* amoroso moderno tende a ser cada vez mais irônico, senão cínico. As pessoas consomem os romances como ficção prazerosa, e nada mais, vivendo-os como excitante estético, quando surge a chance e se tem os meios em um relacionamento. As fantasias de consumo mais extraordinárias, sim, podem ser embaladas com seu auxílio, mas não se vai além disso, de um uso cosmético, porque, na nossa cultura, o romantismo, apesar de propagandeado, em última instância “está submetido a um discurso desencantado de desmistificação” (Illouz, 1997, p. 166).

As condutas estratégicas estão passando a se impor nas relações afetivas, sem as salvaguardas tradicionais, e isso de modo cada vez mais nivelado do ponto de vista do gênero, tornando mais tensas e explosivas as situações íntimas, enquanto as exigências morais, estéticas e psicológicas feitas para um e outro sexo as sobrecarregam de expectativas pouco propensas à realização. As transformações na intimidade, que reestruturaram as conexões entre corpo, identidade e relações de gênero, não são, por isso, apenas via de aparecimento de uma nova arte de dar e receber prazer: também são fator responsável pelo surgimento de expectativas relacionais extremamente graves e tensionadoras da subjetividade de todos os interessados em viver uma experiência afetiva rica e gratificante com seu semelhante.



Hopper, *Noite de verão*, 1947.

Fonte: Wikipaintings.

Amor em dois tempos

o romantismo tardio na telenovela brasileira*

Roland Barthes sugeriu, talvez com razão, que os acontecimentos da vida amorosa são tão fúteis e banais que sua expressão ficcional sempre exige um excepcional esforço de elaboração, se não quiser sucumbir ao *kitsch*. A criação estética mais autêntica se retrai diante daquilo que pode “denunciar a própria mediocridade” e, por isso, a matéria em foco costuma se apresentar, sobretudo, através de formas menores, senão mesmo rebaixadas, ainda que populares (Barthes, 1985, p. 81). O comentário parece oportuno quando se coloca como objetivo analisar um dos mais conhecidos esforços, ao menos entre nós, de elaborar esteticamente a banalidade do amor para consumo de massas: as telenovelas.

Duas décadas separam *Sol de verão* de *Mulheres apaixonadas*, telenovelas de Manoel Carlos, exibidas pela Rede Globo em, respectivamente, 1982/1983 e 2003. Dentro do gênero, próprio delas é o fato do principal ser a procura do verdadeiro amor em meio a relacionamentos arruinados, porque, vendo bem, em geral, o romance, antes de ser o foco, costuma ser apenas um aspecto do que foi chamado de *imaginação melodramática*, a categoria estética mais ampla em que, entendemos, inserem-se as telenovelas.

Segundo Peter Brooks (1976), criador da expressão, os tempos modernos, com efeito, caracterizam-se pela hegemonia de um princípio de construção das formas estéticas, marcadamente narrativo, em que a exploração da peripécia cotidiana serve de pretexto para

* Texto originalmente apresentado no XVIII Encontro da Compós, Belo Horizonte, MG, junho de 2009, sob o título “Amor em dois tempos: o romantismo tardio em *Sol de verão* e *Mulheres apaixonadas*”.

a reafirmação da consciência ideológica acerca do assunto ou matéria nelas abordado. Desde o final do século XVIII, a literatura, o teatro, o cinema, o rádio e a televisão, por ordem, vêm sendo alvo de um investimento ficcional cujo sentido é analisar os problemas, as ansiedades e as tensões do homem comum, visando certificá-lo da propriedade moral de seu tempo e seu mundo, sem expor a risco ou desestabilizar sua subjetividade.

Do ponto de vista poético, preponderou durante séculos uma visão trágica do homem ocidental; chegada a era burguesa, entronizou-se a visão melodramática, que segue, com variações e novidades, dominando até a contemporaneidade (Xavier, 2003). A primeira visão se baseava na postulação suprrracional de nossa incapacidade de dominar os mistérios do mundo e no exame de como nossas ações fazem sua maquinaria desandar sobre a existência. A segunda, ao contrário, articula, estética e pedagogicamente para seus sujeitos, a convicção de que os problemas da vida não apenas têm um começo, meio e fim, mas que o mundo possui um sentido inteligível para a consciência imediata.

A concepção trágica oferecia uma gratificação baseada na elaboração do horror e espanto com vistas à catarse, enquanto sua sucessora, falando de maneira esquemática, fornece-a em termos de evasão e conformismo, porque tende a se bastar com o consumo terapêutico. O receptor se envolve com uma experiência ao mesmo tempo excitante aos sentidos e inteligível à razão para ter, no final, a satisfação de que tudo que lhe fora prometido aconteceu, seja a vitória do bem, seja o triunfo do mal, mas jamais algo que, positiva ou negativamente, extrapole o registro previsível da moralidade e, por essa via, o que está estipulado pela ordem que comanda sua existência.

Nico Vink foi apenas um entre vários estudiosos do gênero a mostrar que, nas telenovelas, o amor funciona como explicação universal e solução ideológica para, virtualmente, todos os conflitos humanos e sociais. Nos folhetins eletrônicos, o afeto é mais importante do que as regras morais. O íntimo tem mais relevância do que o político.

Os problemas do mundo se reduzem ao plano moral e, embora tentem, não têm força o bastante para vencer a paixão amorosa. Nas telenovelas, o romantismo significa, portanto, a vitória do amor sobre os problemas de ordem mais geral que afetam os seres humanos, o predomínio do coração e do afeto sobre as demais forças da existência, embora isso nem sempre importe em conformismo social e econômico (Vink, 1988; Munford, 1995).

Por outro lado, convém lembrar, também, que a progressiva substituição da forma trágica pela melodramática não significa a eliminação de elementos de continuidade entre ambas. O emprego do amor, sobretudo o amor entre homem e mulher, como motivo estético é um dos principais. Os relatos tendo por foco o assunto ou, mais geralmente, explorando-o como ingrediente estão presentes em nossa sensibilidade estética há muitos séculos. A época burguesa os tornou hegemônicos, e nada indica que perderão essa condição em tempo prognosticável. Os romances converteram o amor em motivo de fruição ao se tornarem a mais importante forma de literatura, e sua sobrevivência em meio a formas mais recentes de ficção, como as novelas e seriados de televisão, para não falar do cinema, tem a ver com o fato dessas últimas não fazerem senão desenvolvê-lo como matriz do que se chamou anteriormente de imaginação melodramática.

Em virtude disso, a ficção moderna, entendida como tipo, sempre foi, em algum grau, romântica, não só no sentido de tender para o melodrama, mas também no sentido de compor estilisticamente os chamados motivos amorosos. Como diz Morin (1967, p. 131),

[...] o amor é um tema obsessional da cultura de massas: esta o faz aparecer em situações nas quais normalmente não deveria nem estar implicado. O aventureiro, o *cowboy*, o xerife, sempre encontram na floresta virgem, na savana, no deserto, nas grandes planícies o amor de uma heroína maquiada [e cheia de paixão].

Interessa-nos, neste capítulo, comentar brevemente o significado histórico das telenovelas indicadas em relação a esse tópico, salientando

que, se pudéssemos tomá-las como indicador privilegiado, o que não é o caso, concluiríamos que há um relativo desajuste entre as tendências da conduta amorosa na ficção, na mídia e na realidade brasileiras do final do século XX.

Sol de verão versus Mulheres apaixonadas

Sol de verão (de Manoel Carlos, 1982/1983; cf. Leal, 1986) foi escrita e exibida em tempo de reavaliação dos costumes, provocada pelo ciclo de modernização institucional ocorrido em nosso país desde o final dos anos 1960. A novela explora várias tramas e problemáticas, como é próprio do gênero. O ponto que nos interessa aqui é a trajetória da sua personagem central. Raquel é a mulher de classe média que se descobre frustrada com um casamento que não lhe traz mais satisfação emocional, depois de alguns anos de existência, com o endinheirado, mas trivial, Virgílio. Acontece a separação entre o casal e o envolvimento da professora com um sujeito passional, o dono de oficina mecânica Heitor.

Malu mulher, exibida pela Rede Globo pouco antes, em 1979/1980, transformara em motivo de reflexão pública mais ampla a crise da família de classe média e os problemas do casal moderno em uma sociedade impactada por profundas mudanças econômicas (cf. Pereira; Miranda, 1983, p. 64-69). Desde então, porém, as histórias de amor passaram a estar em xeque na televisão. O êxito da série revelou que o público estava ficando maduro para ver o outro lado das relações triangulares, cuja exploração essencialmente passional, em meio ao rocambolesco do gênero, por mais denso que fosse o caso, circunscrevia o tratamento das relações amorosas em nossas telenovelas. Os problemas que vitimam os relacionamentos afetivos começam, com a minissérie, a ser examinados de maneira mais profunda e contraditória pelo melodrama, levando para esse lado o processo de modernização do folhetim eletrônico iniciado nos anos 1970 (cf. Hamburg, 2005).

Em *Sol de verão*, Heitor, retratado sem a aura do personagem galante, sente uma paixão primária por Raquel que, claramente,

mescla-se com um certo bovarismo, da mesma forma que ela, embora possuída por forte atração, revela um certo constrangimento de classe por se envolver com alguém muito próximo do que se chama, entre nós, por costume, de *povão*. As gratificações emocionais de um e de outro são, por isso, entrecortadas pelo desgosto com seus hábitos e estilo de vida, permanecendo tensionadas de lado a lado ao longo da história. O resultado dessa situação é uma série de brigas de amantes, entrecortada por explosões irracionais de paixão, mas também, no caso da mulher, pelo picante do retorno ocasional à companhia íntima do ex-marido, socialmente bem-sucedido.

Dividida entre seu desejo de viver a vida com mais satisfação íntima e o preconceito de classe contra o homem passional, mas desclassificado, a personagem propõe a ele o que se chamava à época de amizade colorida, isto é, um relacionamento íntimo estável, mas não comprometido, que ele recusa, em função dos valores machistas e tradicionais. Diante disso, ela parece ouvir a voz da razão e rompe o romance, começando a estudar outras possibilidades de relacionamento.

Consta no *site* oficial da obra (memoriaglobo.globo.com) que o autor do texto pretendia promover o reatamento dos personagens, concluindo a novela com o típico final feliz, via uma viagem romântica do casal para a Holanda. O falecimento do ator e a mudança de roteirista importaram, contudo, em outra solução, com a personagem, separada, ficando por optar entre velhos admiradores, de mesmo nível social e por quem sentia carinho, embora faltasse verdadeira paixão: o morno e correto Horácio ou o trivial e conformista Virgílio.

Se em *Sol de verão* o emotivismo da personagem principal a leva a romper com uma situação institucional bem consolidada apenas para pôr dúvidas sobre sua compatibilidade como indivíduo com um romantismo de corte mais machista e patriarcal, que não pode lhe oferecer as gratificações prometidas, fazendo, pois, com que ceda à tentação do contrato ou repactuação terapêutica, é ainda mais incerta, em sua aparência retrógrada, a solução do problema da felicidade íntima que nos revela *Mulheres apaixonadas* (de Manoel Carlos, 2003; cf. Simões, 2004).



As novelas nas capas de revista (*Amiga* e *Veja*).
Fonte: Divulgação.

Helena, a personagem principal, está também, no começo da novela, insatisfeita com o casamento que mantém há alguns anos com Teo, embora não falte esforço por parte dele em manter a situação. Quer se sentir mais viva do que está, e isso significa ter mais emoções, o que não encontra na companhia do marido. Descobre essa possibilidade em César, uma antiga paixão, que traíra durante a juventude, apesar de fazê-lo se separar da esposa. Acontece a separação com Teo, e, peripécias à parte, a mulher recobra o coração do homem que a amava, apesar de ele ter se convertido, desde que ocorrera a traição, em um novo Don Juan.

Contrariamente à novela de 1982/1983, cheia de ambiguidades, o enredo explora o mito romântico de massas, agenciado originalmente via indústria cultural e segundo o qual há uma pessoa certa para cada coração, para o qual, apesar de todos os acidentes da existência, não há como viver um grande amor sem o encontro desse indivíduo. A perspectiva não deve nos cegar, porém, para as peculiaridades da construção dessa narrativa, cujo interesse está menos nas complicações que, para manter o interesse do público, adiam a solução de seus diferendos do que na ambiguidade dos inícios e dos prospectos de seu relacionamento.

César amava Helena, mas ela o traiu e o trocou por outro; isso, aparentemente, corrompeu seu coração, fazendo-o passar a descrever no amor autêntico e duradouro, conforme revela a série de mulheres que ele desfrutava, de forma tipicamente ao mesmo tempo romântica e hedonista, ao longo da novela. Helena decide reconquistar César em meio à desilusão romântica com o marido que um dia, todavia, amou, resolvendo sua situação com a ambiguidade da mulher que deseja provar, na vida afetiva, a capacidade de profissional bem-sucedida que revelara no mundo do trabalho.

Destarte, no final da história, pode-se ficar com a suspeita de que, embora se celebre o casamento apoteótico, nada garante que o romance vá prosseguir sem sobressaltos e, muito menos, eternamente. César dera vários sinais de ter se tornado um Don Juan, embora tenha redescoberto o romantismo conjugal. Já Helena se casa com ele sabendo de tudo isso, que seu parceiro pode ter a mulher que quiser, isto é, consciente de que não pode apostar numa visão do amor possessivo e com pretensões de eternidade. Para ambos, sugere-se assim, o projeto que estão pretendendo construir juntos será o do amor cotidiano, de uma paixão muito forte e compromissada, mas sempre sujeita às incertezas da paixão e aos riscos da liberdade.

Em ambas as novelas, portanto, a mulher é retratada em termos de heroína romântica, que luta pelos seus desejos, pela plenitude afetiva e sentimental, embora aceitando os erros de julgamento e aberta à reavaliação de suas decisões tanto quanto a novas experimentações amorosas. Por sua vez, o romantismo masculino é vislumbrado em atitude de suspeita, quer por, em sendo excessivo, sufocar a vida alheia ou, em sendo frágil e cosmético, não mais poder servir de base para a construção de um relacionamento.

De outra parte, contudo, são bem distintos seus respectivos desfechos como obras de arte de massas. A conservação da mulher como foco estruturador da narrativa, um ponto que se tornou regra nos melodramas, não importa, numa e noutra, igual solução para seus problemas e necessidades de relacionamento.

Na peça mais antiga, a sugestão oferecida ao espectador é a de que o romantismo está se tornando insustentável, porque, com uma pitada de conformismo, o texto afirma que o relacionamento apaixonado e irracional, por mais gratificante do ponto de vista sentimental, não é preferível ao racional e equilibrado. A conduta terapêutica e intimista é preferível ao amor passionai, embora inviável afetiva e socialmente. Na mais recente, ao contrário, pretende-se que os sentimentos irracionais de amor são mais fortes do que as demais síndromes afetivas e disposições de personalidade. As pessoas devem seguir suas intuições afetivas e lutar para realizar seus desejos, mesmo sem certezas ou garantias, porque sem isso não terão a devida felicidade amorosa.

Posto isso, desejamos contextualizar mais concretamente esses enredos, sublinhando a forma como essas construções ficcionais se inserem nas mutações estruturais ocorridas nos padrões de relacionamento das últimas décadas em nosso país.

Amar pode dar certo?

Durante a maior parte do século XX, entre nós, continuou predominando o patriarcalismo como padrão de relacionamento entre os sexos. “A esposa era antes de tudo o complemento do marido no cotidiano doméstico” (Del Piore, 2006, p. 314). Os homens tratavam as mulheres que viam a situação de forma distinta como pessoas para serem “usadas e jogadas fora”. Conforme programas como *Alô, doce! doce!* (de Cassiano Gabus Mendes, exibida pela TV Tupi no período 1953-1964) e revistas como a *Jornal das Moças* (1914-1965) documentam, até os anos 1960, as relações entre os sexos seguiam hierárquicas, em favor do homem, celebrando a família patriarcal. “Na prática, isso quer dizer que a sociedade outorgava àquele o direito de controle e dominação sobre as mulheres”, embora isso não signifique que “esta situação se desse sem conflitos de interesses, disputas e negociações”, nota Carla Bassanezi (1996, p. 19).

A superioridade masculina aparecia no pensamento dominante como a única situação possível, encobrendo conflitos, contradições e questionamentos, para, em última instância, legitimar as desigualdades entre homens e mulheres (Bassanezi, 1996, p. 19-20).

Na época do milagre econômico, verifica-se, contudo, que essa peça rapidamente saiu de cena, conforme anunciava a obra de Rose Muraro (1970). O casamento foi deixando de ser fonte de sobrevivência para as mulheres. A conquista de postos de trabalho importantes nivelou-as economicamente aos homens. O processo de modernização institucional por que passava o país, enfim, incentivou a liberalização dos costumes, apesar do regime político ditatorial. As relações ente homens e mulheres foram se tornando mais afetivas, informais e igualitárias. A expansão dos mercados e a formação de uma cultura de consumo foram promovendo o aparecimento de novos tipos sociais, mais sensíveis ao seu subjetivismo, fomentado pelo capital (cf. Salem, 1980).

Nesse contexto, a família e o casamento perderam caráter hierárquico e convencional, mas ao mesmo tempo se tornaram potencialmente mais frágeis em fundamento. Os relacionamentos começaram a se tornar mais livres e fluidos, mas por isso mesmo mais sujeitos a armadilhas, na medida em que se passou a pensar que bastavam os afetos para poder fundá-los.

De todo modo, o romantismo foi saindo do mundo da fantasia para se tornar o campo de exercício cotidiano, como apontou em seu tempo Flávio Gikovate. Porta-voz dessa reviravolta no entendimento e na proposta dos relacionamentos, o psicólogo registrou nossa chegada à “era do prazer”, no início dos anos 1980.

Podemos reconhecer isso pela menor disposição que temos para aceitar restrições às nossas vontades, a menos que estejam muito bem justificadas. Amor é prazer gratuito da companhia de uma determinada pessoa que nos encanta. Casamento é uma série de regras que regem a vida em comum, construídas com base na ideia

de que a relação é necessária. Hoje essas regras ofendem os direitos individuais das pessoas, que já estão em condições de viver mais de acordo com a busca do prazer (Gikovate, 1984, p. 20).

Figura bastante popular nos meios de comunicação durante vários anos, para o autor, os relacionamentos precisam passar a ser pensados em função do que de fato eles devem nos oferecer, isto é, prazer no convívio com o outro. As relações convencionais cada vez nos preenchem menos, em uma época em que a mulher está em vias de estabelecer completa emancipação e igualdade perante o homem. Provém dos anos 1970, ele registra, a crença de que as pessoas podem e devem se relacionar sem se comprometer convencionalmente, desde o namoro sem compromisso até a “amizade colorida” (convívio sexual esporádico).

As pessoas vivem juntas, se conhecem em todos os sentidos, passam um tempo juntas e para aquelas que estão convictas de que viver só é bom, as coisas ficam assim mesmo; ou seja, se vive o prazer da agradável companhia sem que haja a tendência para a divisão do cotidiano, dos problemas, da vida financeira, etc. Quando o encantamento se esvazia, se separaram e cada um vai à procura de novos parceiros, de novos amigos, de novas aventuras (Gikovate, 1984, p. 62).

Desse modo, porém, não há razão para se espantar com o fato de que, desde então, as perspectivas de satisfação que os relacionamentos nos podem fornecer a mais longo prazo, em um meio cada vez mais igualitário e individualista, começassem a ser vistas com maior rigor e grau de expectativas (cf. Vaitsman, 1994). A paulatina abolição do patriarcalismo foi vista como libertação, projetou-nos numa situação possuidora de muito mais liberdade de expressão, mas não menos problemática, cujos indícios remontam aos anos 1960.

Nessa época, realmente, começaram a aparecer entre nós os sinais de um *racionalismo terapêutico* (cf. Illouz, 2008). Avançado marco disso, no plano da indústria cultural, parece-nos ter sido, em seu lançamento e anos iniciais, a revista *Ele & Ela* (1969). Vanguarda

à época, o periódico, convertido mais tarde em publicação erótica para homens, caracterizava-se então como “uma revista para ler a dois” (cf. Monteiro, 2000). Carmen Silva, todavia, já pregava seus ideais à mulher desde alguns anos antes, na coluna que escrevia para a revista *Cláudia*. Para ela, chegara a hora de rearticular o relacionamento entre homem e mulher, como resume Carla Bassanezi (1996, p. 439, grifo da autora):

Conveniência, imposições sociais, necessidade de amparo econômico ou moral, atitudes de submissão, simulações e meias palavras são elementos “espúrios”, que transformam o amor em paródia, e constituem-se em verdadeiros obstáculos à felicidade, porque o que mais aproxima homem e mulher, proporcionando uma “intimidade real”, uma “genuína compreensão”, um vínculo espontâneo, é o *diálogo* autêntico e profundo entre ambos.

Os problemas afetivos emergentes com a rápida instauração de uma situação de mercado para os relacionamentos íntimos entre homem e mulher, entretanto, não tiveram a sorte ou condição de encontrar mediação nesse racionalismo. O colapso do patriarcado foi brusco entre nós e projetou rapidamente os sujeitos sociais em um contexto em que a única alternativa ao emotivismo subjetivista de nosso tempo era uma concepção hollywoodiana do amor, que acabou “contribuindo para a dita crise do casamento [aparecida em seguida]”, como disse um contemporâneo (Jabloski, 1991, p. 80).

Roberto Shinyashiki verbalizou com sucesso a fantasmagoria mercantil surgida em resposta a essa nova situação e segundo a qual o relacionamento amoroso admite fórmula. Para o autor, apesar das dificuldades de relacionamento, “o amor pode dar certo”. O publicista foi sensível ao fato de que as relações amorosas não se tornaram menos problemáticas com o colapso das estruturas patriarcais, escrevendo obra que se tornou sucesso de vendas. Para ele, porém, o problema nada tem a ver com o reenquadramento das relações entre homens e mulheres num novo contexto histórico, marcado pelo subjetivismo da consciência e pelo avanço generalizado do individualismo.

Em *Amar pode dar certo*, mais de um milhão e meio de exemplares vendidos desde o lançamento (1988), o autor afirma que amar é difícil apenas porque precisa ser aprendido (o que, embora nos parecendo correto, já é uma inflexão em seu entendimento romântico). Aprender a amar, por sua vez, não é senão treinar para viver junto de modo a formar uma unidade. Quando isso é assimilado, posto em prática e concretizado, descobre-se que amar é “saber se divertir a dois, até conseguir viver o momento em que não há mais o homem e a mulher, mas o ‘nós’” (Shinyashiki, 1988, p. 13).

Sol de verão, aparecida antes, não se deixa levar por doutrina tão simplória, apesar de ser obra ficcional, sugerindo que a aventura e diversão que pode ser o amor, no final das contas, vale menos do que o comodismo de uma relação íntima com um companheiro mais morno, mas mais equilibrado e bem estabelecido. As contradições de um relacionamento entre uma mulher de classe média e um homem do povo, entre o bovarismo apaixonado deste e a atração pelo passionismo primário daquela, são canceladas de forma conformista, adotando-se uma atitude familiarista.

Já *Mulheres apaixonadas*, surgida depois, embora endosse o entendimento de que amar é se envolver a fundo com outro, sugere antes que a fusão entre os parceiros, em vez de anulação das singularidades, é apenas mais um motivo, embora especial e intenso, de divertimento individual em meio às incertezas da vida afetiva. As pretensões de totalização da existência individual na forma do par amoroso do romantismo mais tradicional são, ainda que levemente, relativizadas por uma tonalidade narrativa mais cínica e individualista.

Baseando-nos no excelente estudo de Jeni Vaitsman, afirmaríamos que o principal resultado das mudanças a que essas obras dão expressão é que, na conjuntura, os relacionamentos, embora respingados por um discurso promocional, passaram a abdicar da pretensão de se legitimarem por complementaridade e romantismo. Nos anos 1990, apareceu uma concepção estratégica e oportunista dos relacionamentos, em que os elementos românticos e idealizados foram se tornando cada vez mais cosméticos.

[Desde então] a visão pragmática que marca os discursos sobre o outro e sobre as relações em geral não sinaliza o fim do amor, do afeto ou da paixão. Apenas reconhece a impossibilidade de interação de duas individualidades numa singularidade (Vaitsman, 1994, p. 182)

Noutros termos, a conjuntura assinala o surgimento, entre as camadas médias urbanas, de uma concepção predominantemente subjetivista dos relacionamentos que, sem esconder, todavia, abriga mal-estar e desejos insatisfeitos e cujos sinais, pouco notáveis em *Sol de verão*, podem ser bem detectados no texto de *Mulheres apaixonadas*. Os relacionamentos são vividos em meio a várias tensões, nem sempre latentes, que as pessoas envolvidas procuram enfrentar sem maiores perspectivas de solução definitiva e inquestionável.

Nessas obras, a perspectiva de uma solução final para os problemas de relacionamento é posta de lado. Por um lado, as pessoas vão se tornando mais exigentes e seletivas em relação ao que não querem, conforme vão tendo mais experiência. De outro, porém, tornam-se menos sonhadoras, passando a aceitar outras alternativas de relacionamento que não as previstas pelo modelo romântico mais clássico. A redução de expectativas em relação ao outro cresce, na medida em que a vida lhes vai ensinando que não é mais possível pensar em grandes comprometimentos.

Como confessa uma das entrevistadas de Vaitsman, cujas palavras, ainda que com amargura, convergem para as da mensagem final de *Mulheres apaixonadas*:

Eu não tenho mais idealizações, não idealizo mais, não tenho nenhuma relação que tem de ser assim [como eu quero], [em que] fulano tem que ser assim, quer dizer, [na qual] o meu par tem de ser assim [como eu quero], para eu poder viver com ele[: vivo de acordo com o possível] (Vaitsman, 1994, p. 184).

Queiramos ou não, a sensação é de que, conforme chegamos mais perto do presente, instaura-se entre as camadas médias, ao menos,

uma razão cínica em relação aos relacionamentos. Ivan Ângelo nos fornece registro literário disso em *Amor?* (1995). No romance, o sofrimento que um executivo de meia-idade sofre pela perda da jovem amante dura mais ou menos um mês. Diante de um Brasil sem perspectivas, afirma o personagem, “Eu já não idealizava política, casamento, amizade, trabalho”. Restava-lhe, em meio à bancarrota política, social e moral do país, apenas o amor de Vidinha. Quando ela se envolveu com outro, continua o narrador, “caiu o último valor confiável” (Ângelo, 1995, p. 25). Cerca de um mês mais tarde, porém, a luzidez lhe voltara à consciência e ele estava “pronto para outra aventura”, concluindo que “se ela fosse mesmo o grande amor de sua vida, ele não o teria vivido assim, exprimido entre espaços e horas roubadas [à família e ao trabalho]” (Ângelo, 1995, p. 19).

Romantismo televisual: fantasia de consumo de massas

André Lázaro tem razão em afirmar que, se, na literatura consciente das limitações que o mundo impõe ao homem, o amor tende a ser trágico, “no modo para as massas o amor é o caminho da integração entre o indivíduo e a sociedade, a possibilidade de realizar aquelas promessas que o mundo da competição econômica, da desintegração social e do controle individual havia suprimido” (Lázaro, 1996, p. 215). Ainda que enunciadas sob a forma de proposições histórico-culturais, conviria, contudo, evitar a aplicação de extrapolações teóricas como essa em exame de casos, sempre que não se perde o foco neles e eles, claro, não só detalham mas corrigem e, eventualmente, refutam perspectivas genéricas, enriquecendo nosso conhecimento. Afinal, verificamos com os estudos feitos nesse capítulo que, conforme as realidades dos relacionamentos impõem ao indivíduo a consciência de sua inviabilidade, o romance como projeto de vida para todo o sempre aparentemente pode ser posto de lado de forma muito rápida de suas expectativas.

Efetivamente, *Sol de verão* e *Mulheres apaixonadas*, ainda que de modo seletivo, não deixam de ser exemplos desses pacotes de

comentário ficcional e discussão televisual da situação nacional para as massas, que se tornaram marca registrada da sua produção desde o início dos anos 1970. O específico, o próprio delas está, contudo, em centrar a narrativa no exame dos problemas e vicissitudes do relacionamento amoroso, em analisar e comentar ficcionalmente os rumos e a situação do amor romântico no Brasil.

Desde esse ponto de vista – e considerando que não foram muitas mais, se houve, as telenovelas da Rede Globo a assumirem enfaticamente essa tarefa –, verifica-se que, quando analisado e discutido em detalhe, o amor, nessas novelas, cede em força ideológica diante do que seria, nelas, a realidade dos relacionamentos. Nos anos 1980, Raquel embarcou na aventura romântica oferecida pelo tosco Heitor apenas para, resignada, é certo, acabar, comparativamente, reconhecendo as vantagens emocionais do intimismo terapêutico proposto por Horácio e Virgílio. Vinte anos depois, Helena explora as vias do romantismo por vocação, mas menos como crente na certeza dos sentimentos do que como uma cliente interessada, entrando em acordo com um consumidor de relacionamentos para provar até que ponto ambos foram feitos um para outro, até que ponto ele é mesmo o homem de sua vida, e ela é a mulher da vida de César.

Como Laura Munford (1995), Andrade (2003, p. 83) não está errada em afirmar que “as representações de amor elaboradas nas telenovelas fornecem modelos, estruturas que refletem um ‘dever ser’ das relações amorosas entre homens e mulheres”. Decerto, nelas, o amor tende a ser uma força mágica e associal, senão alienante, como dizem as autoras. Contudo, sem ressalvas, parece-nos equivocado dizer que “elas impõem um discurso verídico sobre a natureza do amor, construindo uma concepção das paixões como um dom eterno e imutável” (Andrade, 2003, p. 83). Válida em geral, como guia de pesquisa, a proposição nem sempre resiste à análise em detalhe, como é, cremos, neste caso, em que de modo algum “o sucesso da relação dependerá da monogamia e de sua durabilidade” (Andrade, 2003, p. 84).

Na verdade, pesquisas de recepção como a que conduziu a autora indicam, embora seus responsáveis não notem, que as novelas são parte do vasto texto, costurado ao longo da história ocidental, com que as pessoas exploram seus conhecimentos a respeito do amor: elas nos permitem exercitar as competências sobre o assunto que aprendemos em nosso cotidiano ou com a ajuda de algum saber especializado. Por isso mesmo, seus espectadores não se portam diante delas apenas como pessoas interessadas pelo assunto (cf. Almeida, 2003, p. 225): eles se portam ainda como pessoas que, na prática, conhecem os labirintos do amor, a tal ponto que, exceto talvez pelos bem jovens, em vez da credulidade, a atitude com que fazem acompanhar o prazer do texto eventualmente dado pela novela é o cinismo (cf. Andrade, 2003, p. 84).

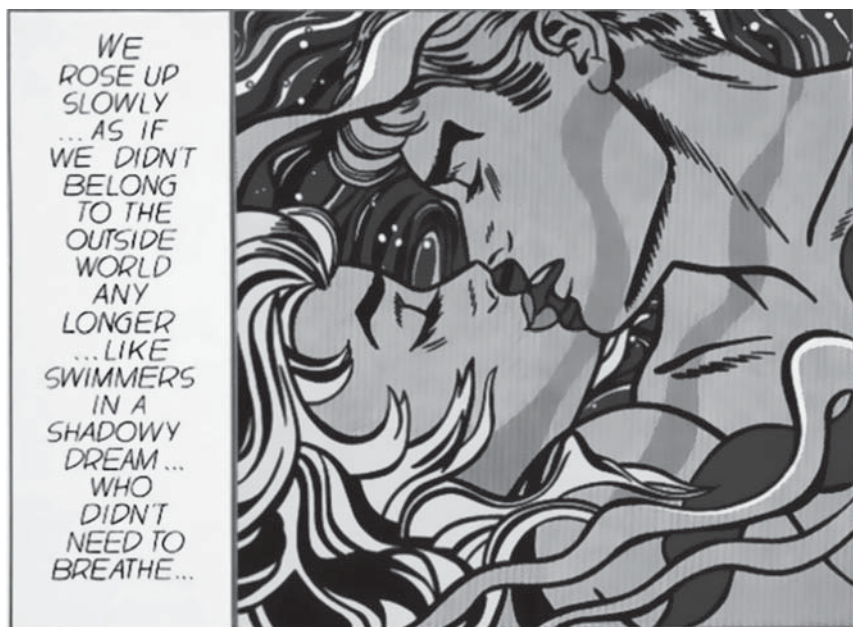
As pessoas – mulheres, sobretudo – apreciam em bom número as histórias de amor que as novelas lhes oferecem: eventualmente sonham, torcem e se emocionam com os dramas e com as alegrias dos personagens, mas isso não quer dizer que as confundam com a vida. O romance é objeto de crença, enquanto está diante dos olhos, porque sem essa crença ele não poderia ser desfrutado esteticamente. A consciência prática, desligada por uns momentos, contudo, retoma todos os seus direitos tão logo isso não mais importe, tão logo seja necessário, por exemplo, orientar-se em relação ao companheiro afetivamente relapso ou sugerir uma conduta para a filha ou amigo enamorados, salvo, é certo, se essa consciência for turvada por alguma paixão... Em *Sol de verão* e *Mulheres apaixonadas*, embora não se deva exagerar em força a afirmação, nem seria esse, porém, o caso, porque nelas o romance principal só se concebe ou conduz com reservas. O prazer do texto que a história de amor pode proporcionar é mais denso e elaborado relativamente às convenções do gênero, sugerindo um avanço em reflexividade na consciência social a respeito do amor e do romantismo.

Conforme essas novelas mesmas evidenciam, isso tudo não quer dizer, contudo, e vamos reiterar, que o romantismo tenha perdido a capacidade de gratificação estética como elemento de exploração mercadológica. A realidade adversa à procura de realização dos

ideais românticos não tirou das pessoas a capacidade de sonhar, e isso elas o fazem de forma eventualmente prazerosa com ajuda das imagens e fantasmagorias agenciadas via a indústria cultural.

Em conclusão, afirmaríamos, portanto, que o pragmatismo amoroso instaurado com o colapso dos padrões de relacionamento tradicionais e com a perda de força dos ideais românticos se impõe por exigência da vida, relativizando o alcance de nossas referências sentimentais e contextualizando suas decisões concretas, embora tudo isso possa ser consumido de modo absoluto na ficção. A experiência ensina às pessoas, contra a vontade, muitas vezes, que os relacionamentos se baseiam em vínculos fracos e superficiais e que, diante disso, é preciso ser flexível, eclético e racional, como às vezes nos dão sinais os personagens das novelas, como nos dá prova Raquel, em *Sol de verão*.

Mulheres apaixonadas, César e seus casos em especial, sinalizam, porém, que o romantismo não está sendo pura e simplesmente descartado de nossa consciência sensível e horizonte espiritual. O folhetim revela que ele está passando a ser entendido como fantasia vicária possuidora de seu próprio valor, nostálgico ou estético, conservando, contudo, a possibilidade de, eventualmente, transformar-se em atitude passível de ser posta em prática na experiência concreta, como caso confluyente, em geral consumível senão mesmo descartável passado breve período de tempo, em vez de história unificada com algum sentido de permanência (cf. Beck; Beck-Gernsheim, 1995).



Lichtenstein, *We rose up slowly*, 1964.
Fonte: Wikipaintings.

As variedades da experiência amorosa na literatura de autoajuda*

Em *Del amor* (1998), Alain de Botton nos fornece, mais do que um exame das incertezas e flutuações do subjetivismo amoroso, uma espécie de relato fenomenológico do relacionamento romântico na atualidade. O narrador, anônimo, representa a consciência reflexiva do sujeito amoroso após o fim do patriarcado. O cenário por ele vivido é este em que se solapam as bases para se conduzir o amor de acordo com os velhos modelos, em que são muito poucas as condições limitadoras dos desejos e relacionamentos. O fato é que, para ele, tornara-se claro que “palavras como amor, devoção ou entrelaçamento estavam esgotadas pelo peso de sucessivas histórias de amor, pelas camadas que o uso lhe havia imposto ao longo do tempo” (Botton, 1998, p. 123).

Durante seu relacionamento com Chloe, fruto de um amor à primeira vista, mas totalmente banal, ele vai descobrindo “momentos de grande reducionismo, zonas que não podia compreender pela simples falta de empatia ou maturidade”. Desse modo, embora a tenha por amante, ele se descobre participando de sua vida “como um estranho, cuja vida interior ela podia imaginar, mas não viver”. Ciente de sua própria singularidade e da falta de transparência do relacionamento, o personagem conclui que um e outro continuava sendo, “no final das contas, outro ser humano, com todo o mistério e a distância que isso contém” (Botton, 1998, p. 166).

* Primeira versão publicada sob o título “A experiência amorosa na literatura de autoajuda: terapia e intimismo” em *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, p. 129-141, 2010.

Parte disso é, sem dúvida, função do contexto fluido e fungível em que nos lança a vida numa economia de oferta e procura que de tudo tomou conta. O personagem estava feliz com seu amor pela companheira, mas sentia isso como uma limitação. O sentimento assim nascido lhe sugeria, por sua vez, que talvez seu amor pudesse estar declinando. A razão para tanto, ele cogita, “talvez, se ache na incômoda ideia de que, ao satisfazer nossa necessidade de amor, pode ser que nem sempre consigamos satisfazer nossa necessidade de estarmos desejando” (Botton, 1998, p. 172).

Destarte, o personagem começa a notar que, se seus sentimentos mudavam, era porque a própria mulher com que se relacionava “não era um ser inalterável, mas uma conjunção de significados em perpétua mutação”. As situações românticas eram inseparáveis das cotidianas: “Havia uma Chloe com seus pais, e outra com seu amante, uma sorridente e outra limpando os dentes com fio dental” (Botton, 1998, p. 174). Por isso, conclui para o leitor, seu amor se assemelhava muito mais ao “fluxo turbulento de uma torrente” do que ao “plácido fluir das estações”. O desejo que, segundo o narrador, tira-nos do fluxo da vida cotidiana é o mesmo que “poderia nos separar da pessoa amada por obra e graça de outro hormônio, em uma data posterior” (Botton, 1998, p. 176).

Alternando o registro literário entre situações que, para seus sujeitos, ora ensejam a paixão, ora beiram a náusea com o outro, mas também a angústia com a solidão, o romance analisa, sem oferecer resposta, este estado da história em que “as pessoas sugerem umas às outras certa volubilidade de sentimentos”, mas que o personagem principal, como tantos de nossos semelhantes, “prefere evitar” (Botton, 1998, p. 183), mantendo, embora em contínua dúvida sobre o sentido, a luta pelo amor, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os personagens principais dos romances de Michel Houellebecq.

Diante desse subjetivismo que se impõe em seus relacionamentos e do crescente mal-estar em seu meio, não surpreende que, à falta de outros recursos, as pessoas por ele envolvidas, fora ou dentro da ficção, elaborem e recorram ao que foi chamado por Philip Rieff

(1990) de terapia. Pelo termo, pode-se entender uma fórmula de governo ou codificação das relações de poder entre os seres humanos que emerge com o progresso do individualismo e com o declínio das disciplinas e que encontra um de seus principais veículos na literatura de autoajuda, um gênero que entrou para a história no século XX (Meyer, 1988; McGee, 2005).

Desde seus meados, prospera entre os modernos uma atitude em relação ao outro em que a condição de sujeito que lhes pede sua ordem social vai deixando de ter por ênfase sua submissão mecânica tanto quanto uma doutrinação ideológica. Com a expansão das relações de mercado, as pessoas começaram a ser estimuladas a tomarem elas mesmas em suas mãos o encargo de se converterem e se aperfeiçoarem como sujeitos do sistema, através de vários mecanismos e processos que, por outro lado, foram tornando democrático o individualismo.

Entre os veículos desses processos e mecanismos, relevância bastante notável teve a literatura de autoajuda (Rüdiger, 1996), um gênero que pouco a pouco começou a se inserir, prática e doutrinariamente, no campo das relações amorosas entre homens e mulheres. Depois da Segunda Guerra Mundial, com efeito, verificou-se o paulatino crescimento de uma literatura de aconselhamento baseada nas propostas dos defensores da reforma do casamento tradicional e que ajudou a converter suas ideias terapêuticas em princípio de estruturação pragmática da subjetividade das camadas emergentes no mundo capitalista.

O fenômeno, note-se, expande-se em várias frentes, sendo principal a promotora do relacionamento intimista e do amor confluyente. Entretanto, sendo muito significativa para compreender o relativismo da condição romântica em nosso tempo e seus problemas, conforme indicou nosso preâmbulo, também vale a pena referir e comentar, antes de se entrar no ponto indicado, a forma como, neste contexto, vem se manifestando a reação tradicionalista ao subjetivismo das relações amorosas entre homem e mulher que se instaura com o avanço do século XX.

A contrarreação convencionalista

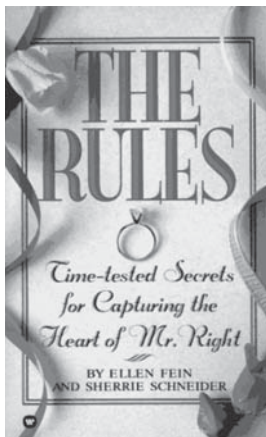
Em 2007, *O segredo* virou fenômeno mundial de vendas requeitando ideias de autoajuda essencialmente iguais às publicadas por Wallace Wattles em 1910. Como de regra, também esse é o procedimento de um dos manuais de relacionamentos mais polêmicos dos últimos tempos: *The rules*, de Ellen Fein e Sherrie Schneider, publicado no Brasil em 1995 sob o título *As 35 regras para conquistar o homem perfeito*. Escrito por leigas astutas e interessadas em faturar com o temor da solidão e com o sentimento de fracasso afetivo, o livro foi alvo de fortes ataques por parte dos críticos culturais e das intelectuais feministas.

Acusaram-no, sobretudo, pelo que ele pretende: ensinar à mulher as regras sobre como arrumar um marido. Cuide de sua aparência: alimente-se de acordo, vista-se de forma sedutora, perfume-se e ponha uma boa maquiagem, sem sugerir que é vulgar e oferecida. Com isso, você estará pronta para começar a pôr em práticas as regras, visto que, para a leitora da obra, subentende-se: “gratificação é um homem chamando você, correndo atrás e pedindo-lhe em casamento” (Fein; Schneider, 1995, p. 35).

Reivindicando uma sabedoria que, intuem corretamente, remonta ao começo do século passado, as autoras afirmam que escreveram a obra porque, embora não queiram abrir mão da liberdade, também não querem, após um dia de trabalho, “voltar para casas que estão vazias”. Para elas, “assim como as feministas amam ser poderosas em seus negócios, para a maioria de nós, isso só não é o bastante. Como nossas mães e avós antes, também queremos maridos que sejam nossos melhores amigos” (Fein; Schneider, 1995, p. 2).



Ellen Fein e Sherrie Schneider.



Capa de *The rules*.

Fonte: Divulgação.

The rules prega, em resumo, que a mulher que deseja prender ou cativar um homem, tornando-o marido ou fiel companheiro, deve investir no visual, aceitar a investida do interessado que lhe agradou, manter um ar de mistério em sua volta, sorrir com simpatia sem falar muito, retornar os telefonemas com muita economia e, assim, fazer com que o homem sempre esteja correndo atrás dela, até que se comprometa seriamente.

A principal regra para obtê-lo é a de que, embora seja difícil e paradoxal, se você quiser manter uma relação ou arrumar um marido, você deve manipular a relação de modo a fazer com que o homem a deseje cada vez mais. O comportamento masculino, creem, baseia-se na resposta a provocações e desafios: se você souber jogar com isso, terá o homem em suas mãos e “não precisará mais pagar terapia” (Fein; Schneider, 1995, p. 7).

Conforme observado, o taticismo que, nesse registro, disciplina a própria paixão, manipula o desejo alheio e, enfim, subordina o romantismo à conduta estratégica, focando o processo em como evitar a solidão e em se assegurar de companhia, não é novo, tendo sido elaborado por Doris Langley Moore, no entreguerras (1928), em *A técnica do amor*.

Antes de remontar a essa formulação clássica, vale a pena situar o contexto em que ela emerge e adquire a devida significação. Durante o século XVIII, as mulheres começaram a se dividir em dois grupos, do ponto de vista sociológico. Apareceu, de um lado, uma minoria aburguesada, que comandava a casa e dirigia os cuidados com as crianças. De outro, surgiu uma maioria, que foi aos poucos transitando do trabalho na comunidade doméstica para os postos de trabalho que se abriam na nova economia urbana e industrial. As primeiras, simplificando, tornaram-se donas de casa; as segundas foram trabalhar e ser exploradas economicamente nas fábricas.

A figura social da solteirona existia, certo, há muito tempo, mas a partir dessa época ela passou a transcender o registro folclórico, tornando-se motivo de forte preocupação social, sobretudo entre as mulheres das camadas dominantes. A solteirice passou a ser vista como uma espécie de estigma, porque privava a mulher do *status* que ela podia alcançar como dona de casa. O casamento passou a ser algo tão desejável nessas condições que, “inclusive rejeitar um mau casamento, tornou-se um grande ato de coragem”, como notou MacIntyre (1984, p. 240), comentando um romance de Jane Austen.

Seidman é outro a salientar o problema, observando que, em vista da situação, o casamento continuou sendo considerado por muitas mulheres como o máximo de autorrealização durante a maior parte do século XX. A formação de uma família e o comando de uma casa não deixaram de ser bens valorizados, especialmente entre as que careciam de independência econômica e desejavam evitar as incertezas e o estigma de se tornarem solteironas. O matrimônio representava para esse grupo segurança econômica e *status* social:

A despeito das fantasias românticas da literatura de seu tempo, muitas mulheres nela embebidas viam o casamento de uma forma muito prática. O amor era, aí, muitas vezes, uma consideração secundária, comparando com as preocupações econômicas ou o desejo de ser uma esposa e mãe e manter um lar (Seidman, 1991, p. 105).

Origina-se dessa circunstância uma subcultura feminina que foi tomando forma no século XIX e acabou sendo sistematizada em plena era da emancipação feminina por Doris Langley Moore. Moore era uma jovem britânica, de formação literária, que, mais tarde, tornou-se conhecida estilista e viveu sob influência intelectual de seu amigo George Bernard Shaw. O livro em tela é um diálogo entre uma mulher calejada pelas relações com o sexo oposto e uma jovem interessada em aprender seus segredos, refletindo e elaborando a seu modo e em seu campo o que foi chamado por Peter Sloterdijk de razão cínica.

Segundo Sloterdijk (1988), a consciência ilustrada moderna ingressou, no século passado, numa nova etapa, em que os ideais burgueses passam, devido às circunstâncias, a ser objeto de manipulação puramente instrumental. O capitalismo difundiu sua racionalidade técnica para os demais campos da vida, sobretudo a política, desde muito parcialmente desencantada, privando seus atores mais conscientes das condições para continuar crendo nas ideias. A reflexividade instaurada nessas condições se caracteriza por empregar linguagem cada vez mais fria e realista, passando a tratar ideias, cenas e pessoas de forma primordialmente estratégicas, na medida em que, para ela, as primeiras se reduzem à ideologia ou ao palavrório feito para mistificação.

Depois da Primeira Guerra Mundial, a crescente emancipação das mulheres as colocou numa situação ao mesmo tempo mais igualitária moralmente com os homens e mais competitiva em relação a eles, dentro do seu gênero, o feminino. Apareceram uma nova escala de valores e a necessidade de se aparelhar de novos meios de relacionamento, mais informais e hedonísticos. Noutros termos, o mercado matrimonial foi desregulamentado do ponto de vista das convenções familiares, passando a se articular de maneira mais livre, informal e individualista, pelo menos entre as camadas mais altas da sociedade.

Moore começou a articular cinicamente toda essa situação, defendendo que o amor deve ser manejado de forma artística pela mulher, para ela chegar ao seu objetivo mais nobre: o relacionamento matrimonial. O aventureirismo do homem tem impelido as mulheres a levar

uma vida obscura, insulsa e aborrecida, quando ela, em vez disso, deveria ser digna e agradável. Para Moore, a conversão do amor de fim em meio, através do aprendizado de certos princípios de relacionamento, pode ajudá-las a reverter esse quadro, a se tornarem grandes amantes. O começo de tudo é entender que “as aventuras amorosas não precisam ser necessariamente sérias e profundas, sendo antes, se bem manejadas, em si mesmas uma arte genial e delicada” (Moore, 1940, p. 20).

Escrito em forma de diálogo, a obra explica que as pessoas sempre devem almejar e reconhecer com satisfação graus mais elevados de engenho, talento, virtude e inteligência numa comunidade. Os contatos afetivos podem se tornar obras de arte e, assim, proporcionar-nos prazer, se passarem a ser vistos com menos gravidade e só eventualmente como meios para o estabelecimento de um relacionamento amoroso mais consolidado (Moore, 1940, p. 140).

“Querida Saccharissa! Deixa de lado essas ideias antiquadas que nossos antepassados pregaram com vistas particulares e que incontáveis exemplos rebatem”, diz Cipriana à jovem pupila, preparando-a para entender como se seduz um homem e se encaminha um casamento (Moore, 1940, p. 24). “O Amor com maiúscula, essa paixão celebrada pelos poetas, se existe”, continua ela, “não tem lugar neste manual da técnica do amor” (Moore, 1940, p. 24). A comunhão de dois espíritos em perfeita harmonia – que brota espontâneo do coração, afirma-se com o olhar e se derrama poderoso em abundância – é, crê, algo cuja realidade é difícil demonstrar que exista “fora da imaginação dos romancistas, dos jovens enamorados e da mente dos ocultistas” (Moore, 1940, p. 32).

O romantismo é trabalhado por eles como um dos processos mais nobres e menos egoístas de que somos capazes, mas de fato, esclarece a autora, ele consiste na satisfação de um desejo de posse de uma pessoa por outra, do afeto que nasce da atração física e da admiração intelectual. A paixão mais ou menos intensa que chamamos de amor é apenas a forma como esse desejo surge entre as pessoas inocentes e cheias de pudores. A conduta desatinada em que ela se baseia e a raridade com

que acontece são as principais razões para a evitarmos, exceto se não tememos o fracasso. “Nas raras ocasiões em que esta paixão consegue seu propósito, se sacia logo, deixando lugar ao afeto, à indiferença ou, com mais frequência, ao aborrecimento” (Moore, 1940, p. 34).

Os parágrafos que a autora dedica aos infortúnios da aventura romântica são notáveis pela clareza e pelo realismo, chamando atenção para o fato de que, quando não se cura o mal, o romantismo divide as pessoas em dois grupos: “aqueles cuja juventude terminou e que se sentem incapazes de substituir o amor perdido ou de despertar novos interesses; e os que se retiram para mosteiros, conventos e outros lugares isolados do mundo, com o propósito de cultivar a sua dor e cuja vida solitária os impedem de se refazer [como pessoas]” (Moore, 1940, p. 37).

O casamento pode ser por amor, correndo esses riscos, mas pode ser visto também como parte de um jogo da mulher com os homens, visto que esses, por natureza, não veem muito sentido em se comprometer nupcialmente; em que aquela, valendo-se mais do artifício do que a da paixão, desperta nele o desejo de posse a tal ponto que, “atrás do esforço para conseguir seu fim, seja frequente que venha o afeto e o verdadeiro amor” (Moore, 1940, p. 38).

A natureza nos fez polígamos, mas a vida social não aceita esse fato e, por isso, embora ninguém possa prometer fidelidade eterna a ninguém, as pessoas se comprometem e casam, inclusive quando não estão apaixonadas. Os homens tendem mais a fugir desses grilhões, mas as mulheres precisam deles para manter seu sentimento de valor próprio. A emancipação das mulheres é positiva, mas não as tornou iguais a eles, porque elas desejam ter filhos, por exemplo. O feminismo, por isso, não deveria ser manejado para esconder o fato de que, na consciência da mulher, a independência adquirida não serve de consolo para “a falta de maridos” (Moore, 1940, p. 9).

Às mulheres convém que aprendam a conhecer e explorar tanto seus talentos e capitais quanto os homens e suas preferências, evitando os relacionamentos sem perspectiva, seja para não perderem outras

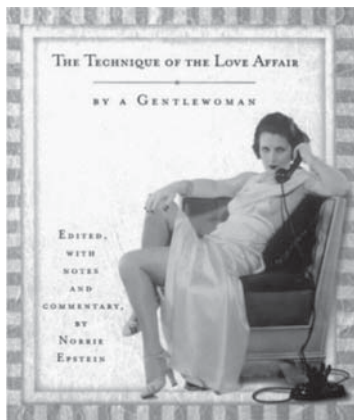
oportunidades, seja para não perderem a dignidade e o autorrespeito. A técnica e o artifício, acessíveis a todas que não são anormais ou perdidamente românticas, podem torná-las invencíveis na conquista de seus objetivos, fazê-las amadas por toda a vida, defende Moore (1940, p. 13).

Nesse sentido, o principal é cultivar a independência espiritual e, assim, “não se entregar com demasiada facilidade, nem tampouco se apresentar como uma coisa intangível” (Moore, 1940, p. 91). O relacionamento amoroso jamais pode ser autêntico, nunca pode ser privado de máscaras, ao contrário do que pregaram os defensores do esquema terapêutico, tanto quanto o irracionalismo romântico. A mulher não pode pensar que chega um momento em que o rosto que se esconde atrás das máscaras, sejam quais forem, pode ser mostrado. “Este momento jamais deve chegar, embora se deva mostrar certa bondade, certo sentimento de honradez e de capacidade para a amizade, sem chegar a extremos desconcertantes” (Moore, 1940, p. 93).

Os relacionamentos mais promissores para a mulher se baseiam na conquista da confiança e da admiração masculinas, algo que não deve ser sobrepujado pelo enamoramento. A paixão raramente constrói uma relação firme e duradoura. As emoções pessoais e alheias devem ser controladas e controláveis pela mulher, se ela realmente quiser conquistar o sexo masculino. O homem jamais deve pensar que possui seu objeto de desejo, sob pena de ele deixar de ser o homem de uma mulher, e toda a técnica do amor por parte dela consiste em saber escolher o homem que pode possuí-la, em eliciar aquele desejo de maneira eficaz e, finalmente, mantê-lo vivo mas controlado depois do casamento. “A arma mais forte e segura da mulher é a ânsia da posse que ela desperta no homem” (Moore, 1940, p. 121).

Por isso, recomenda a conselheira à sua pupila, “não te dê ao luxo de pensar romanticamente”, sucumbindo ao emocionalismo primário e aos ideais de plena devoção que exige o coração. “Essas ilusões só produzem infelicidade”. A mulher precisa antes aprender a saber escolher e a não se deixar enganar por pretendentes cheios de ardor e encantos: eles a decepcionarão. O romantismo conduz

ao sofrimento, porque “ignora a arte de reter permanentemente o homem”: quando ela falta, o homem se afasta e “elas sofrem horrores, porque se tinham convencido que nenhum outro homem no mundo as poderia mais satisfazer” (Moore, 1940, p. 43).



Capa da versão em inglês de *A técnica do amor*. Fonte: Divulgação.

Resumindo, *A técnica do amor* expressou de maneira sistemática, para articulá-la cinicamente, uma atitude que, provavelmente, não era nova mas que, de todo modo, continuou prosperando, sob altos e baixos, ao longo do século passado, como indica o sucesso, mais de meio século mais tarde, de *The rules*. Reação à crescente legitimação do relacionamento romântico e suas armadilhas, essas obras se caracterizam por elaborar uma postura defensiva e tradicionalista em relação a ele que, alcance

do que a ambigüamente representada pelo racionalismo terapêutico, como se verá em seguida.

A ascensão do terapêutico

Depois de 1930, a literatura de aconselhamento afetivo e relacional passou por uma reorientação, ajudando a elaborar uma nova forma de mediação da conduta amorosa. Embora o foco tenha permanecido o casamento, o centro passou a ser a valorização da sexualidade e do companheirismo. O romantismo não parou de se propagar, mediado e promovido pelo espírito mercantil, mas, como vimos, não saiu do índice, transferindo-se da consciência patriarcal burguesa para o novo *ethos* terapêutico.

O processo de surgimento do que, no final das contas, podemos chamar de intimismo passou por várias fases. A primeira, focada na renovação salvadora da família, é a da legitimação dos princípios

da liberdade de escolha e do prazer sexual no âmbito do matrimônio. O casamento deveria ser livremente decidido e menos espiritualizado, visando adquirir um caráter mais cúmplice, íntimo e hedonista. A sexualidade passou a ser um bem legítimo por si, independente de suas funções reprodutivas.

Eustace Chesser (*Love without fear*, 1947) assinala a consolidação desse entendimento como perspectiva dos relacionamentos do mundo do pós-guerra, chamando atenção para os perigos e para as ilusões de fundar esse processo no romantismo, tornado ainda mais presente na cultura de massas com o avanço da indústria cultural após os anos 1920. Para ele, conservador, o casamento e a família seguem correndo perigo, se as pessoas se deixarem levar pelo amor romântico. Em Chesser, resumidamente, o companheirismo familiar, sexual e eventualmente profissional começa a ser visto menos como base ontológica do que como escolha racional ou opção pragmática para a formação dos casais diante de um mundo inclinado à anarquia relacional.

Enquanto os escritores anteriores sugeriam que um pouco de educação sexual poderia resolver os problemas familiares e pôr a sociedade de volta no caminho certo, Chesser enfatiza que o casamento bem-sucedido não era uma simples questão de ajustamento, mas a contínua luta por uma vida compartilhada (Starker, 2002, p. 88).

Essa conversão do companheirismo intimista em matéria de escolha ou projeto de vida na reflexão publicística da época tem a ver, sem dúvida, com o ingresso em massa da mulher de classe média no mercado de trabalho. A crescente incorporação das camadas médias femininas ao mundo profissional, aportando-lhe renda própria, ampliou sua independência. Os relacionamentos continuaram sendo orientados na direção do casamento, mas seu sentido deixou de ser patriarcal para se tornar a camaradagem: não haveria mais rígida separação das tarefas e responsabilidades, nem preponderância emocional ou financeira de um sexo sobre o outro.

Dentro do discurso intimista, a autonomia é tornada parte do processo de relacionamento. Uma relação totalmente íntima ou integrada é a que reconhece a autonomia individual, as diferenças e identidades separadas de cada um dos participantes (Shumway, 2003, p. 145).

Depois dos anos 1960, porém, a escalada do individualismo e o completo abandono das instituições patriarcais, agenciado pelo igualitarismo promovido pela terceira onda do movimento feminista em meio ao triunfo da cultura de consumo capitalista, completaram a projeção das relações de gênero no subjetivismo moderno. Betty Friedan ([1963] 1971) criticou a mística que prendera o processo de emancipação da mulher ao casal sexualizado e à família consumista, acusando suas frustrações e seu baixo retorno do ponto de vista psíquico. A ruptura desse tecido esgarçado que ela anunciou, caso não houvesse uma reoxigenação política e moral da vida doméstica, não tardou a se manifestar, atingindo a família mas não o consumismo que ela acusara, conforme fomos adentrando nos anos 1970.

Conforme os anos 1960 iam ficando para trás, as perspectivas de criação dos relacionamentos começaram, com efeito, a depender de condições bastante alteradas, em que a moral sexual foi passando a ser agenciada pelos mecanismos da indústria cultural. O primeiro efeito desse processo foi, como esperado, a retomada da tendência ao esclerosamento do matrimônio, ensejando a pesquisa e o experimento com novas formas de relacionamento (cf. Lefaucheur, 1994, p. 479-484). O segundo foi, como vimos, o acirramento da guerra entre os sexos e, assim, dos problemas de relacionamento e das divergências de perspectiva entre homens e mulheres (Lasch, 1991, p. 229-282).

A reorientação da literatura de aconselhamento no sentido de uma literatura de autoajuda focada na resolução de problemas e na promoção do intimismo, consolidada a partir dessa época, tem a ver com essas novas circunstâncias. A corrente mais antiga pressupunha que as convenções sociais e a atração dos sujeitos bastavam para fundar um relacionamento. Os problemas consistiam em como saber mantê-lo forte e sadio, com alguma perspectiva de continuidade

e consolidação. A mais nova não ignora esse ponto, assumindo a gestão de seu legado, mas revela que o aspecto antes citado deixara de ser pressuposto para se tornar eixo de seu reagenciamento.

Queremos dizer com isso que, no período, os problemas de relacionamento deixaram de ser postos apenas em sua manutenção. O estabelecimento mesmo dos vínculos afetivos entre homens e mulheres se colocou na agenda. Noutros termos, o próprio amor, romântico ou não, tornou-SE objeto problemático, matéria carente de esclarecimento para o sujeito contemporâneo. Dentro de um novo ciclo de expansão individualista, o amor passou a ser visto como assunto de cuidado técnico, porque “consiste em um processo extremamente problemático” (Kiev, [1979] 1985, p. 14).

A capacidade que todos teríamos de vivê-lo só se viabilizaria em uns poucos, devido às concepções errôneas a seu respeito, passaram a afirmar os filósofos populares:

A verdade dos fatos é que enquanto a recompensa do amor parece não ter preço, custa alguma coisa alcançá-lo. Bons relacionamentos não acontecem simplesmente: são o resultado de esforços e trabalho conscientes. Boa intenção não é suficiente. Para que se desenvolva uma relação rica e completa é necessário uma postura mais ativa. O amor requer uma noção clara do que é preciso para fazer nosso amor feliz e pleno (Cowan; Kinder, [1987] 1988, p. 239).

Para nós, o problema todo tem a ver com a maneira como o amor passou a ser instituído em nossa sociedade durante o século passado. O emprego do romantismo como fórmula de promoção do consumo vem explorando, desde que apareceu, uma fantasia individual que transcende a ótica do sujeito social requerido pelo capital. A prática carrega consigo um desejo cuja realização, todavia, o próprio sistema refreia, ao fomentar o subjetivismo e programar nossa conduta de forma racional e individualista. O sujeito é virtualmente mantido em extrema tensão nesse ponto, e, embora isso não poupe ninguém, aparentemente são as mulheres que mais sofrem seus efeitos, abrindo mercado para os interesses e para as intervenções terapêuticas.

A emancipação econômica, política e sexual colocou as mulheres mais e mais em situação de igualdade com os homens, mas há sinais de que seu ingresso no mercado de relacionamentos desregulamentado, surgido nesse novo contexto, tem sido duro, senão muitas vezes cruel, para gerações que ainda não se livraram do Complexo de Cinderela e da Síndrome de Peter Pan. O processo de nivelamento econômico e profissional com os demais, por si só custoso, expôs as mulheres de forma mais crua ou menos matizada, como ocorre com os homens, à competição sexual com as outras mulheres. A situação se traduz, para quem entra no jogo, num aumento das pressões para criar e investir em capital humano, a fim de colher e manter bons relacionamentos.

A conversão dos manuais de casamento em manuais de relacionamento se insere nesse contexto: seria uma forma popular e barata de diagnosticar problemas, articular conceitos e promover as competências para enfrentar essa situação, conforme uma perspectiva que desde a origem foi predominantemente terapêutica. Os primeiros textos, notemos, eram fruto de um mercado regulado por convenções costumeiras e, assim, baixas expectativas de *performance* diferenciadas. Os últimos representam, ao contrário, expedientes de sentido defensivo, que articulam reativamente um contexto de competição selvagem e individualismo triunfante, marcado por uma forte liquidez e subjetivismo que se instaura a partir do final dos anos 1970.

Durante o período anterior, havia surgido a ideia de que a mulher pode não apenas consumir e trabalhar, cooperando com a manutenção da família, mas, enquanto essa não se forma, trabalhar para ganhar seu dinheiro e ir desfrutando da vida com o consumismo. Nos anos 1980, começou um processo de radicalização dessa tendência, com o aparecimento da ideia de que, além disso, a mulher também pode e deve ter tanto sucesso quanto o que perseguem e conseguem os homens. Helen Brown saudou essa mulher em livro de sucesso (1982), caracterizando sua conduta pelo egoísmo, ao invés do altruísmo; ambição, ao invés de modéstia; apetite sexual, ao invés de vergonha; porque essa mulher “deseja tudo e está disposta a pagar

o preço: deseja vantagens materiais bem como profunda satisfação emocional; deseja que a vida seja rica e cheia, em vez de pobre e vazia” (Brown, 1982, p. 14; cf. Kassorla, 1986).

Visando explicar esse processo, essencial é chamar atenção para o fato de que o colapso dos fundamentos que sustentavam o estado de bem-estar e o correlato retorno às práticas de capitalismo selvagem liberaram os mecanismos de mercado de muitos freios, atraindo novos perfis de sujeitos, oriundos, entre outros, do mundo feminino.

A disciplina ascética que o capitalista de antigamente aplicava à sua conta bancária a mulher do final do século XX aplica ao seu desejo, ao seu corpo, ao seu amor. O compromisso com o chamado que aquele aplicava em si para ganhar dinheiro a mulher de nossos dias aplica nela mesma para *ter tudo!* (Hochschild, 1995, p. 13, grifos do autor).

A formidável expansão no culto mercantil do corpo que se verifica a partir desse momento é uma das facetas cotidianas desse acontecimento, um processo que encontrou apoio na atitude de competição que a economia de mercado estimula e explica por que, desde então, o enfretamento dos relacionamentos amorosos mais e mais envolve preocupações estéticas, e eles próprios começam a despontar como índices problemáticos na vida do indivíduo contemporâneo.

Em contraponto, a transformação da capacidade de comunicação em fator fundamental para o desenvolvimento e para a manutenção dos relacionamentos, seu endosso e promoção por parte das agências terapêuticas, pode ser visto como um dos principais sinais de reação a todo esse movimento. O reconhecimento do subjetivismo levou a consciência reflexiva mais imediata a concluir que, num relacionamento, a paixão irracional é secundária ou não preferível em comparação ao cultivo racional dos afetos e à decisão de se comprometer eticamente com o outro.

Segundo Ari Kiev (1985, p. 118), por exemplo, o fundamento do relacionamento se tornou puramente hedonista: o homem e a mulher precisam um do outro para desfrutarem da alegria de viver.

As pessoas têm o poder de amar, isto é, criar relacionamentos produtivos, fortes e prazerosos e, assim, o poder para serem felizes. Porém, a falência das estruturas tradicionais e seus correspondentes padrões de relacionamento acirraram as tensões entre aceitação e rejeição na interação entre homem e mulher. O pior, ainda, é que, agora, as soluções para tanto precisam provir “mais frequentemente das próprias pessoas do que do apoio de estruturas sociais tais como a família e a religião organizada” (Kiev, 1985, p. 83).

O romantismo estimulou a crença de que os relacionamentos seguem no sentido da crescente superação dos problemas, rumo a um estado final, no qual os amantes passariam, enfim, a viver felizes e sem sobressaltos para sempre. A realidade, todavia, é outra. Os relacionamentos amorosos estão, como toda a vida, sujeitos a constante oscilação e incerteza, algo que precisa ser continuamente administrado por meio do desenvolvimento de uma boa comunicação. A comunicação é o instrumento para se manter e promover o amor, porque é o único meio legítimo de se transacionar nossos sentimentos e desejos com os outros, numa era de individualismo democrático (Kiev, 1985, p. 107).

Quem ama ou quer amar precisa entender que isso é um poder que devemos exercer sem expectativas de retorno, e que esse só tem chance de ocorrer quando, apesar de tudo, não abdicamos de praticá-lo. Quanto mais gente se convencer disso, maior será o amor entre as pessoas. Os relacionamentos emperram e fracassam por causa das concepções errôneas a seu respeito, tanto quanto por causa da incapacidade de nos comunicarmos. As pessoas precisam se convencer, portanto, de que o amor não pode ser esperado, mas criado e doado aos outros. A perspectiva mais certa para quem deseja evitar o fracasso ou sobreviver a seus desastres é aprender a dar, e não a obter amor.

Para amar, o texto prossegue, você precisa aprender a aceitar o outro e saber se comunicar com ele, assumindo uma atitude aberta e ativa. Os relacionamentos fracassam quando você é intransigente e passivo. O caráter mutável das situações exige de nós iniciativa, consciência e flexibilidade. Os relacionamentos que mantêm bloqueadas

as linhas de comunicação não prosperam. “Um relacionamento deste tipo pouca chance dará para o mútuo crescimento, pois não pode haver mudança ou desenvolvimento na relação sem uma boa comunicação” (Kiev, 1985, p. 85).

O tratado pressupõe que os fracassos são inevitáveis mas que, sendo ativo, o amante pode sobreviver e seguir adiante, sem ficar nisso. “Acredito, afirma o autor, que todos possamos aprender a amar de maneira ativa. Todo mundo pode experimentar o poder do amor. É uma pena que tão poucos trabalhem com afinco para tal” (Kiev, 1985, p. 119). As pessoas têm o poder de amar umas às outras, e isso pode lhes trazer energia criativa, mas só se aprenderem a desenvolver corretamente essa capacidade: era essa a tônica do racionalismo terapêutico até os anos 1970.

As atribulações do intimismo

Ari Kiev ainda se propõe a esclarecer a base das relações amorosas e pregar seu cânone aos interessados, visando aprimorar seu desenvolvimento, tanto quanto esclarecer sua devida natureza, dando início à onda de manuais que ainda não se esgotou (Purnell, [1988] 1996; Page, [1997] 1998; Litvinoff, 2001; Bushong, 2004). Nos anos 1980, a tônica passou, porém, a ser o enfrentamento dos problemas que vitimam os relacionamentos num ambiente muito mais tensionado, como dão sinal inúmeros *best-sellers* surgidos desde esse período.

A reflexividade sobre a pouca competência para se relacionar e a falta de sorte no amor, fundada no caráter subjetivista de seu entendimento por parte da coletividade, tornaram mais aguda a sensação de escassez de experiências afetivas realmente gratificantes entre muitos sujeitos. A pequena capacidade de investimento, a estreiteza de vantagens competitivas, o fracasso em muitas apostas e a carência criada por um mundo sem coração começaram a ensejar o aparecimento de conselhos psicológicos desestruturantes e situações relacionais extremas, em que muitos sentem que estão sucumbindo como indivíduos.

John Gray resumiu boa parte da literatura surgida para enfrentar essa nova conjuntura em seu conhecido *best-seller* *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus* (1992) (cf. Salerno, 2005, p. 51-54). Publicado em 43 línguas, a obra vendeu quinze milhões de exemplares, ficando mais de um ano na lista dos mais comercializados nos Estados Unidos. Segundo o autor, o livro deveria ser lido como um “manual para relacionamentos amorosos nos anos 1990” (Gray, 1992, p. 11).

As relações entram em crise, afirma, ao gerarem frustrações cuja fonte são os erros de condução. O manual pretende ser a solução para esse problema, ensinando a lidar com as diferenças e, assim, a prevenir os desentendimentos entre os casais. O objetivo da obra é ensinar o leitor a vencer esse problema, por meio da predicação de “estratégias para reduzir a tensão nos relacionamentos e criar mais amor, através, em primeiro lugar, do reconhecimento detalhado de como homem e mulher são diferentes” (Gray, 1992, p. 15).

Chegamos num tempo, registra o autor, em que só o amar não basta: os relacionamentos precisam ser trabalhados, se é para vencermos a crescente insatisfação que os está envolvendo, para prevenirmos o fim da magia e termos mais chance de sucesso (Gray, 1992, p. 301). Paradoxalmente, o envolvimento amoroso traz à tona nossos problemas e sentimentos não resolvidos, de modo que, num dia, o sentimos; noutro, não temos certeza a respeito, abalando-se com isso a “consciência amorosa” (Gray, 1992, p. 290).

A conscientização a respeito do que de fato engendra essa situação, a profunda diferença de gênero entre homens e mulheres, junto com o aprendizado de certas técnicas de relacionamento, que visam ensinar como saber cartografar os conflitos afetivos ou escrever cartas de amor, permitem não apenas racionalizar os problemas, mas readequar a conduta para seu enfrentamento positivo. “Os relacionamentos são exaustivos até aprendermos como direcionar nossas energias para uma forma que nosso(a) parceiro(a) possa apreciar completamente [nossa companhia]” (Gray, 1992, p. 222).

Connel Cowan e Melvyn Kinder explicitaram o problema de fundo a que reagiu essa literatura poucos anos antes, chamando atenção para o fato de que os relacionamentos românticos, embora atraentes e intensos, costumam ser fonte de problemas e engendram mais dissabores que outros, fundados num compromisso com o que estamos chamando aqui de atitude intimista e racionalidade terapêutica.

Os autores registram, a seu modo, os efeitos do individualismo sobre os relacionamentos amorosos, notando como eles são minados pelas expectativas irreais e desmedidas de uns em relação aos outros, pelas atitudes socialmente intimidantes que se dirigem de forma mútua os parceiros, pelas fantasias de controle sobre a vida alheia que o comércio afetivo ensaja e, enfim, pelo sentimentalismo unilateral e exacerbado eventualmente criado e nutrido pelo nosso egocentrismo.

Para eles, os relacionamentos são produtos da soma total de como agimos em relação aos outros e, por isso, não há surpresa em saber que seu resultado tende a ser o esvaziamento das paixões e a escassez de bons relacionamentos.

O curso de uma relação nunca é determinado por sorte ou destino: é o resultado de decisões contínuas pelas quais cada parceiro é responsável. Mesmo quando o homem e a mulher não têm ciência do impacto do que eles fazem ou deixam de fazer, estas ações e a falta de ações moldam e alteram os laços entre eles” (Cowan; Kinder, 1988, p. 239).

Atualmente, creem, “homens e mulheres querem que seus compromissos tenham significado, que sejam sinceros em vez de superficiais e que durem em vez de se desintegrarem” (Cowan; Kinder, 1988, p. 152). Por isso, embora o romantismo deva ser cultivado, apoiar-se unicamente nele não é inteligente, se é para haver continuidade em um relacionamento. O romantismo, ou amor apaixonado, é um estágio de todo relacionamento afetivo e tem sua importância na formação de vínculos, mas ignorar sua relatividade no tempo e seu inevitável esgotamento nos põe em uma cilada. Quando “liberamos

desejos primitivos e expectativas inconscientes e deixamos que elas dominem nosso comportamento”, ela estoura e termina com o amor. Por isso que “Expectativas realistas sobre os ciclos naturais de um relacionamento, ao contrário, podem prevenir melodramas tristes e dolorosos” (Cowan; Kinder, 1988, p. 147).

Em *Mulheres inteligentes, escolhas insensatas*, Cowan e Kinder (1986) haviam posto a responsabilidade do fracasso dos relacionamentos na conta da personalidade emocionalmente problemática da mulher moderna e emancipada. Em *Mulheres que atraem os homens e mulheres que os afastam*, publicado em seguida (1987), esse juízo é revisado: os fracassos no amor são vistos como resultado de certos padrões de conduta e relacionamento equivocados, que vitimam igualmente homens e mulheres, embora o livro se dirija apenas às últimas.

O cenário em que se projeta a problemática relacional é, segundo os autores, a do crescente desencanto com a emancipação feminina, com o nivelamento dos sexos e com o fato de que o processo não trouxe as compensações sentimentais que eram esperadas para nenhum dos sexos. As pessoas reclamam que o amor está desaparecendo e que, quando aparece, não dura muito tempo, estando elas cheias de desejo em intensificar seu poder de atração e aprofundar os seus comprometimentos. As perspectivas de viverem um grande amor, porém, não são promissoras para “homens e mulheres que nunca se sentem vivos ou com energia, se não estão envolvidos no drama de um romance ou em busca de amor [...] convertido por si só num emocionante objetivo [existencial]” (Cowan; Kinder, 1988, p. 117).

Segundo os publicistas, a principal razão para o fracasso relacional e afetivo é a expansão de certas personalidades e condutas que nos afastam das pessoas e que precisam ser revistas, se o objetivo for construir laços firmes e promissores. A guerra dos sexos que explodiu há poucas décadas se originou, segundo eles, das diferenças na maneira de ver o amor e a intimidade. “O primeiro passo para enfrentar o problema”, portanto, seria revisar nosso modo de vê-los, para adquirir novas atitudes e condutas, aceitando “que informação e aprendizado podem alterar a direção do amor” (Cowan; Kinder, 1988, p. 13).

O romance e a paixão são recompensadores, mas não podem durar para sempre, de modo que, se quisermos que uma relação permaneça, precisamos não só saber disso, mas nos estruturarmos para agir de acordo com esse fato. O romantismo, embora essencial para manter aceso o desejo entre os amantes, precisa ser manejado com sabedoria, senão cálculo consciente, se é para não morrer rapidamente. As pessoas enamoradas precisam saber que elas são partes de um jogo que se pode e se deve aprender a jogar, muito mais do que uma simples reação emocional de uma a outra. Os sujeitos que conseguem descobrir isso acabam obtendo muito mais benefícios em seus relacionamentos, porque isso resulta em “atitudes mais amorosas, atenciosas e apaixonadas” (Cowan; Kinder, 1988, p. 200).

Afinal, lembram os autores, a essência do amor não está no romance, e sim na intimidade, nas “situações de grande vínculo emocional caracterizadas pela troca e compreensão [recíprocas]”. A revelação mútua que nos oferece o conhecimento recíproco nos gratifica e consolida nossos relacionamentos. A falta disso nos conserva estranhos uns aos outros, fomentando as sensações de estarmos isolados e distantes dos nossos amantes e companheiros. “A capacidade para a intimidade é a chave em relacionamentos, pois define os últimos limites ou ponto máximo da habilidade que alguém tem para amar” (Cowan; Kinder, 1988, p. 26).

Destarte, verifica-se, assim, que a emancipação sexual da mulher, o nivelamento das relações de gênero e a liberalização dos costumes, moralmente progressistas, também promoveram o aparecimento de novos problemas de relacionamentos. Porém, ocorre que não é só isso. A recapitulação da literatura de aconselhamento revela que, sujeita às pressões de uma ordem cada vez mais competitiva e individualista, a conjuntura também assistiu ao aparecimento de sujeitos altamente problemáticos do ponto de vista do estabelecimento e da manutenção dos seus relacionamentos.

As reservas tradicionais contra a promiscuidade, que se mantêm entre os adultos, ao menos, junto com as censuras ao uso dos serviços de prostituição, mais as fantasias maternais e o desejo de viver em família criam constelações altamente explosivas para o indivíduo num contexto marcado por nova expansão da competição individual e por um forte avanço do capitalismo. A perspectiva de uma completa

perda do controle emocional, da eventual destruição de suas competências relacionais no campo amoroso se evidencia quando, em meio a essa situação, os relacionamentos se tornam sobrecarregados.

Susan Forward e Joan Torres examinaram uma face dessa problemática, o relacionamento amoroso com sujeitos misóginos, em *Homens que odeiam suas mulheres e as mulheres que os amam* ([1986] 1989). A abordagem do problema começa com um ataque ao romantismo: “Durante toda vida nos dizem que o amor romântico tem poderes mágicos para nos tornar plenas e felizes como mulheres. A literatura, a televisão e o cinema ajudam a reforçar essa convicção” (Forward; Torres, 1989, p. 31). Porém, isso pode ser uma terrível armadilha, ao cegá-las para a realidade e, assim, colocar em segundo plano “qualquer informação que possa enevoar ou estragar a imagem romântica” (Forward; Torres, 1989, p. 35).

O problema da misoginia é um exemplo disso, porque, nesse caso, o amor serve de isca para o homem exercer violência emocional contra a mulher. O sujeito manipula o sentimento amoroso alheio em proveito próprio, emocional ou outro, promovendo-o como vício, do qual a mulher se torna dependente (Forward; Torres, 1989, p. 3, 95).

Segundo as autoras, o romantismo pode ser recompensador, mas o mais desejável do ponto de vista moral e psicológico seria assumir uma conduta terapêutica em relação a si e ao outro, seria “encontrar equilíbrio como mulher”: só assim há real chance para ela “viver um amor” e desfrutar de “um bom relacionamento” (Forward; Torres, 1989, p. 277).

Conforme situações problemáticas como essas foram se avolumando, no início dos anos 1980, o conjunto começou a ser identificado pelos interesses terapêuticos, através de linguagem para a qual já chamamos atenção, mencionando Peter Pan e Cinderela. Em 1986, Eva Margolies e Louis Genevie, por exemplo, chamaram de Complexo de Sansão a fonte de problemas que representa para as mulheres o relacionamento com homens que as temem, que reagem às suas inseguranças diante delas com condutas machistas. Depois, o foco foi afinado, e para a fonte de praticamente todos os problemas relacionais do tipo apareceu a expressão Síndrome da Dependência.

Com o conceito, a lógica do intercâmbio mercantil se ofereceu como solução da dinâmica privada das relações pessoais. Ofertar-se ao outro, visto como entrada numa folha de cálculo, precisa ser algo equilibrado. As mulheres que dão muito ou amam demais não podem “ter tudo” [como poderiam]. Em vez disso, sua generosidade as coloca numa situação negativa e numa vida sem verdadeira realização [começam a pregar os gurus do aconselhamento] (McGee, 2005, p. 88).

Kiev dera sinal do problema ainda no final dos anos 1970, lembrando que o amor não pode ser visto como tábua de salvação para o indivíduo. O compartilhamento equilibrado de outros objetivos na vida por parte dos interessados é um princípio básico para a criação e a manutenção de um bom relacionamento.

Os relacionamentos evoluem de modo mais positivo, quando você não está unicamente centrado em sua própria pessoa – de modo a não deixar espaço para as necessidades do parceiro – e nem tão inconsciente sobre suas próprias necessidades, a ponto de perder sua identidade para satisfazer as exigências do parceiro (Kiev, 1985, p. 109).

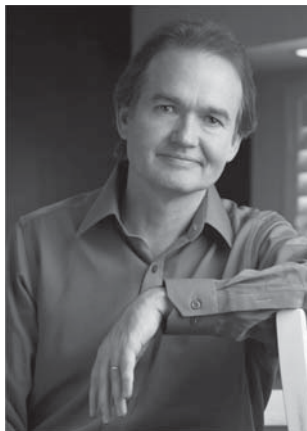
Robin Norwood foi uma das primeiras a sistematizar esse padrão de conduta como problema do excesso de amor, da absorção doentia do outro, articulando-o terapeuticamente ao que passou a ser chamado de Síndrome da Codependência (cf. Kaminer, 1993), ainda que sem usar o título, em *Mulheres que amam demais* ([1985] 1998). Segundo ela, os relacionamentos amorosos podem se tornar drogas nocivas para as mulheres, na medida em que as tornam dependentes afetivamente dos companheiros (Norwood, 1998, p. 38). As pessoas carentes, inseguras ou controladoras põem a perder suas relações, ao tornarem ou deixarem que se tornem sua única ou principal preocupação existencial. A solução do problema e a preservação dos relacionamentos consistem, paradoxalmente, em se tornar mais egoísta.

Você [se qualifica para um bom relacionamento quando] coloca seu bem-estar, seus desejos, seu trabalho, seu divertimento, planos e atividades em primeiro lugar, e não em último: antes de satisfazer as necessidades de qualquer outra pessoa, e não depois (Norwood, 1998, p. 273).

Posteriormente, apareceram em série vários manuais do que chamáramos de autodefesa contra os homens perigosos em termos de relacionamento. Dory Hollander (1997), por exemplo, salientou como as tendências de comportamento romântico facilitam uma característica da conduta masculina nos relacionamentos, que seria o emprego da mentira com vistas à obtenção de vantagens estratégicas. O principal ponto, porém, dali por diante, é a promoção da ideia de que, embora a emancipação feminina tenha criado um tipo de mulher autônoma e vencedora, ainda há, entre elas, entraves morais e resquícios de atitudes emocionais enganosas que, em suma, fazem as mulheres amarem homens errados e problemáticos, embora charmosos, eventualmente (cf. Grish, 2007) .



Capa de *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus*



John Gray

Fonte: Divulgação.

Conclusão

Fugindo dos esquemas românticos mais convencionais, baseados na procura do grande amor pela mulher ou no seu encontro inesperado por parte do homem, não obstante presentes em suas margens (Kingma, [2001] 2008), o principal da literatura comentada neste texto está em elaborar e discutir os sonhos, os papéis e os problemas

do relacionamento amoroso a partir do final do século XX. Nela, aparece a crença no amor como força capaz de unir pessoas perdidas, no encontro criador do amor, mas também e cada vez mais as suspeitas de que ela esconde ou encobre problemas relacionais de difícil solução em nosso contexto histórico, devendo pôr de lado as fantasias românticas, se quiser ter chances de bom desenvolvimento.

Para nós, o motivo mais imediato para tanto parece ser o fato de entrarmos numa época na qual, passada a adolescência, os relacionamentos afetivos vão caindo no âmbito de um ou de mais processos reflexivos que os privam da força original, senão os sufocam totalmente, dependendo das circunstâncias, abrindo espaço para sua exploração pela indústria cultural, mas também – e em complemento – para uma situação em que, apesar de tudo, à falta de melhor opção, o amor conserva, para um grande número, o sentido de imago de salvação.

As tensões entre as formas de amor romântico e companheiro, entre aventureirismo e terapia, entrevistas na literatura aqui anotada seriam, por isso, as que, em meio à ofuscação promovida pela estética da mercadoria, projetam-se sobre um cenário em que desponta o caráter consumista do sujeito contemporâneo, em que as fantasias amorosas se mesclam com as mercadológicas.

O progresso do individualismo mais e mais separa os seres humanos. Por isso, cresce entre eles a curiosidade com o estranho, a atração pelo encontro com o outro e, eventualmente, a vontade de viver o amor, por mais que, em virtude desse mesmo processo, do aprofundamento das condições para a racionalização da conduta, aquele se vá tornando mais improvável e, assim, recomende aos seus eventuais sujeitos a adoção de uma atitude terapêutica.

Literatura de autoajuda e aconselhamento consultada

BROWN, Helen. *A mulher de hoje*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

BUSHONG, Carolyn. *Como manter acesa a chama do seu relacionamento*. São Paulo: Edicta, 2004.

COWAN, Conell; KINDER, Melvyn. *Mulheres inteligentes, escolhas insensatas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

COWAN, Connel; KINDER, Melvyn. *Mulheres que atraem os homens e mulheres que os afastam*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [Edição original: 1987].

DENGEL, Verônica. *Agarre seu homem*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1951 [Edição original: 1945].

DOWNLING, Colette. *Complexo de Cinderela*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

FEIN, Ellen; SCHNEIDER, Sherrie. *As 35 regras para conquistar o homem perfeito*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FORWARD, Susan; TORRES, Joan. *Homens que odeiam suas mulheres e as mulheres que os amam*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989 [Edição original: 1986].

GRAY, John. *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRISH, Kristina. *Mulheres certas que amam homens errados*. São Paulo: Gente, 2007.

HEITLER, Susan. *A arte do relacionamento*. São Paulo: Best Seller, 2000.

HOLLANDER, Dory. *101 mentiras que os homens contam para as mulheres*. São Paulo: Ediouro, 1997.

HUFFMAN, Felicity; WOLFF, Patricia. *Guia prático para um namorado perfeito*. São Paulo: Gente, 2007.

JOHNSON, Robert. *We*. São Paulo: Mercuryo, 1987 [Edição original: 1983].

KASSORLA, Irene. *Vá em frente: como vencer na vida, no amor e no trabalho*. São Paulo: EPU, 1986.

KILEY, Dan. *Síndrome de Peter Pan*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

KINGMA, Daphne. *Para viver um grande amor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008 [Edição original: 2001].

LITVINOFF, Sarah. *Guia para um relacionamento duradouro*. São Paulo: Gente, 2001.

MARGOLIES, Eva; GENEVIE, Louis. *O complexo de Sansão e Dalila*. Rio de Janeiro: Globo, 1987 [Edição original: 1986].

MOORE, Doris Langley. *A técnica do amor*. São Paulo: Cultura Moderna, 1940 [Primeira edição: 1928].

NORWOOD, Robin. *Mulheres que amam demais*. São Paulo: Siciliano, 1998 [Edição original: 1995].

PAGE, Susan. *Como tornar o relacionamento agradável*. São Paulo: Mandarim, 1998 [Edição original: 1997].

PEASE, Allan. *Será que a gente combina?* São Paulo: GMT, 2006.

PURNELL, D. *Como construir relacionamento duradouro*. São Paulo: Candeia, 1996 [Edição original: 1988].



Imagem do filme *The Lawnmower Man*, de Brett Leonard, 1992.
Fonte: Divulgação.

Cyberlove

paixão e poder
na era da cibercultura*

O Ocidente criou e difundiu o princípio segundo o qual não apenas devemos amar uns aos outros, mas esse amor difuso pode e deve ser cultivado e vivido em profundidade e de maneira recíproca com outra pessoa em especial. A circunstância de o amor ser algo sobre o qual precisamos nos manifestar, algo com o que nos expressamos como coletividade, porém, remete agora não apenas para a exploração mercantil do qual é alvo, mas também para o fato de ele haver passado a ser agenciado como mercado em escala ainda mais avançada com o advento da internet.

A internet, com efeito, está estimulando o desenvolvimento e a elaboração de nossas capacidades expressivas, relacionais e emocionais, ao mesmo tempo em que tende a provocar abalo nas estruturas que, até agora, impediam ou dificultavam sua sujeição mais direta aos protocolos mercantis. A rede facilita o contato, poupa os esforços e reúne os interessados, mas os coloca na dependência do subjetivismo de uma vida social dominada pelo fetiche da mercadoria. Com ela, o campo do relacionamento afetivo se revela mais dinâmico e tenderá a ser cada vez mais competitivo, fazendo com que seja sempre mais difícil tirar vantagens baseadas em situações de monopólio, ao multiplicar oportunidades e desenvolver nossas capacidades relacionais.

* Trabalho originalmente apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Cibercultura, realizado na PUC-SP, em 2008. Primeira versão publicada em *Galáxia*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 61-77, 2008, sob o título “*Love on-line*: paixão e poder no mundo da cibercultura”.

A hipótese na qual se pode passar a pensar é a de que, com isso, haverá não apenas uma racionalização dos contatos e das condutas amorosas, mas também uma fragilização das estruturas relacionais, visto que a expansão tecnológica dos mecanismos de mercado surgida com a revolução sexual do final do século provavelmente conduzirá a uma crescente dificuldade em manter a estabilidade emocional ou o equilíbrio interior em relação a tudo isso, sobretudo entre as pessoas que se dizem ou que já estão afetivamente comprometidas.

Posto isso, o objetivo do que segue é explorar essa perspectiva como chave de leitura do que ocorre nos serviços de relacionamento surgidos com a internet, tomando como exemplo o *site* brasileiro Par Perfeito (match.com). Em primeiro lugar, resumiremos a observação da correspondência enviada pelos seus usuários à conselheira sentimental do serviço de relacionamentos, Dra. Thaís Oliveira. Em segundo, contextualizaremos o fenômeno em meio à desordem amorosa impulsionada pela expansão da economia de mercado e seu correlato individualismo. Por fim, pretendemos elaborar uma interpretação sobre o seu significado, chamando a atenção para a forma como os relacionamentos afetivos estão se tornando um sistema de coações sociais que se articula mediante sua inserção nos mecanismos daquela economia e se agencia de forma exponencial nos *sites* de relacionamento da internet.

A internet e o amor

Aparentemente, as primeiras manifestações do fenômeno – enquanto expressão de cibercultura –, assim como o folclore a seu respeito, surgiram em meados dos anos 1980, com as páginas de recados veiculadas em redes como a Compuservice, nos Estados Unidos, e a Minitel, na França. Em seguida, o processo encontrou um canal mais informal, com o surgimento das salas de bate-papo, especializadas ou não na temática (cf., por exemplo, Levis, 2005). Segundo Miriam Beiseler (2004), pesquisa de audiência alemã verificou que, em 2004, dos cerca de mil entrevistados com envolvimento amoroso, 12 % tinham conhecido seus parceiros via internet.

Desde que foi dada a largada para a expansão da internet, o campo se tornou alvo de empresas especializadas, interessadas em explorá-la economicamente, como é o caso da Match. A empresa começou a operar de forma independente nos Estados Unidos em 1995. Dois anos depois, passou a fazer parte de um conglomerado multimídia de pequeno porte. A expansão do negócio levou a sua fusão com outras empresas, o que resultou na criação do grupo InterActive, em 2002. Operando no Brasil desde 2001 com várias marcas (Par Perfeito, Combine, Yahoo Encontros, etc.), o serviço de relacionamento explorado pelo grupo se instalou em 37 países e, afirma-se, tem, no mínimo, 15 milhões de assinantes em todo o mundo. Menos de 10 %, todavia, são pagantes, segundo informa Jupiter Research, uma empresa de pesquisa de mercado.

No Brasil, os primeiros serviços do gênero foram criados pelos maiores portais em 1997. O Terra criou o Almas Gêmeas, e o Uol lançou o Amigos Virtuais, ambos integrados mais tarde ao controlador local do Match. A primeira empresa nacional independente, a Comovai, começou a funcionar como pequeno negócio em 2000. Entre 2002 e 2008, seu cadastro teria passado dos 200 para os 450 mil usuários, e os casamentos – sabe-se lá como descobriram –, de 60 para 500.

Fazendo serviço de porta-voz desse negócio, a revista *Veja* especulou, em 2002, que 10 % dos solteiros do nosso país faziam uso dessa ferramenta. Naquele ano, o número de *sites* e/ou marcas chegou a 20, o quádruplo em relação a 2000. Ainda segundo o veículo, dois terços dos usuários tinham curso superior. Além disso, como o serviço havia entrado na moda, isso permitiu às empresas do setor faturarem alto – 1 milhão de reais, o grupo Match (Pinheiro, 2002).

Segundo Joe Tracy, responsável por uma publicação especializada (www.onlinedatingmagazine.com), o mercado é enorme, mas os custos para o usuário são muitos altos e o serviço é de baixa qualidade, o que impede sua devida exploração. Porém, acrescentamos, não é só isso. Consultando a correspondência enviada ao seu *site*, ficamos sabendo que várias empresas incorrem em práticas lesivas ao usuário, quando não é o caso de seus *sites* servirem de plataforma para operações mafiosas.

Em linhas gerais, os serviços funcionam da seguinte maneira: a pessoa interessada preenche uma ficha com uma série de dados individuais e sobre a pessoa a quem procura, para ser publicada no *site* da empresa. O cadastramento serve de passe para ela pesquisar e ser pesquisada por outras, com o fito de avaliar convergências e perspectivas. Os contatos são feitos por mensagens eletrônicas, inclusive em tempo real, embora só os usuários pagantes tenham como fazer a leitura da correspondência.

No Par Perfeito e bandeiras associadas, existe também um serviço de aconselhamento, de responsabilidade da psicanalista Thaís Oliveira. A função da terapeuta é responder às perguntas, ouvir as reclamações e, eventualmente, tirar as dúvidas dos usuários. Em média, são respondidas cinco cartas por semana. Julgamos que esse material é uma boa base para examinarmos esse fenômeno de cibercultura de forma menos descritiva e, portanto, sem ingenuidade intelectual. Os documentos que pudemos observar compreendem um período de oito anos, chegando a, aproximadamente, 3.100 o total de mensagens.² Desse intervalo de tempo, selecionamos para exame os textos publicados no seu início, meio e término, isto é: nos anos de 2001, 2003 e 2007.

Em resumo, as situações relatadas nessa documentação, cartas e páginas pessoais, caracterizam-se por um cunho bem rotineiro, constituído por vários elementos e passos que lembram os de um ritual sem liturgia. Entre os 18 e 50 anos está concentrada a faixa etária dos usuários, e até seis salários mínimos é sua faixa de renda principal. As pessoas primeiramente pesquisam as fichas dos usuários, usando critérios que variam segundo o gênero. As mulheres valorizam o companheirismo em primeiro lugar e selecionam possíveis interessados com base em aspectos como profissão, renda e grau de instrução, fixando-se em seguida na sua imagem fotográfica, se há. Os homens, em vez disso, fixam-se nesse último ponto e na descrição do corpo das usuárias, valorizando sobretudo a aparência física.

2 O leitor pode consultar o texto das cartas acessando a seção correspondente no endereço www.parperfeito.com.br. O acesso durante a pesquisa ocorreu no terceiro trimestre de 2007.

Conforme notam Erika Ramalho e outras estudiosas do assunto, os relacionamentos são, com efeito, nesse (e, acrescentaríamos, em qualquer outro) espaço, entendidos de maneira distinta por homens e mulheres. O principal objetivo deles ao recorrerem a esse serviço é conhecer mulheres para relacionamento sexual. João (25 anos), entrevistado por Ramalho (2005, p. 67), resume: “O que eu queria era transar com mulheres interessantes”. As mulheres que escrevem para os *sites* confirmam isso, reclamando que, além de “só quererem sexo” (2 out. 2007),* eles “querem estar cada dia com uma diferente” (20 nov. 2007).

Em contraponto, o principal objetivo das mulheres é, em vez disso, conhecer homens para amizade e eventualmente relacionamento afetivo íntimo e duradouro. Como os homens, porém, elas costumam ignorar aqueles que carecem de atrativo físico, senão aqueles que se recusam a exibir ou a trocar fotos, e se afastam rápido de quem lhes desagrada. Manuela, 23 anos, arquiteta, sumaria (apud Ramalho, 2005, p. 71): “Caso a pessoa me desagrade, corto o cara de minha lista de contatos em menos de dez minutos e bloqueio”.

Em geral, os contatos que frutificam costumam ser mais por *e-mail* do que por mensagem instantânea, ao menos de início, caracterizando-se pela fugacidade e pelo insucesso. Os usuários apontam que suas mensagens não obtêm resposta ou então que elas não justificam o prosseguimento dos contatos. Os casos que prosperam seguem as seguintes etapas: a primeira é a da troca de mais mensagens eletrônicas, durante tempo variável; a segunda é a da conversa em tempo real, por meio eletrônico e, depois, telefônico, algo que às vezes dura semanas, quando não meses.

Segundo alguns informantes, as sensações que a internet lhes proporciona podem ser equiparadas à das drogas, sendo, portanto, potencialmente viciosas, tanto no sentido de fazer daquela uma forma de encaminhar relacionamentos quanto no sentido de se tornar a única forma de se satisfazer com eles. Meire, 36 anos, por exemplo, afirma que surgiu uma “outra maneira de gostar”:

* A correspondência enviada aos *sites* será identificada pela sua data de postagem (N. de R.).

Vivo uma história muito louca. Há 7 meses mantenho um relacionamento virtual. Trocamos e-mails todos os dias. Já chegamos a enviar até 5 num dia, só para um contar do seu dia para o outro. Falamos por telefone até 4 vezes por semana. Sentimos muita saudade um do outro. Namoro virtual é uma outra maneira bem deliciosa de gostar, de curtir uma história. Pretendemos um dia ficar juntos, mas só Deus sabe (Comentário intitulado “Uma outra maneira de gostar”, disponível em: <http://www.digestivocultural.com/comentarios/default.asp?codigo=8396&titulo=Uma_outra_maneira_de_gostar>, de 3 out. 2006).*

Depois dos primeiros contatos, o passo seguinte consiste no encontro real, motivo de todo um folclore sobre enganos e desfeitas, embora também haja relatos de experiências felizes. Os depoimentos que pudemos compulsar dão conta de que, desses encontros, podem nascer relacionamentos bem-sucedidos, sejam amizades ou namoros, mas também que isso pode ser apenas aparente, porque o tempo pode mostrar, sobretudo às mulheres, que, sob a aparência de uma paixão, havia um ou outro tipo de trapaça. É o que relata a internauta Luciene:

Conheci um homem que parecia maravilhoso, eu tinha acabado de sair de uma história de 5 anos, ele foi um amor comigo, até q depois começou a mostrar sua verdadeira face deu vários golpes em minha cidade e agora ninguém localiza ele. Portanto [...] cuidado pessoal, o relacionamento tradicional ainda e o melhor, zele pelo seu bem estar afetivo. Cuidado com os príncipes encatados virtuais, pois eles podem se tornar verdadeiros sapos... (Comentário intitulado “Cuidado com o amor virtual”, disponível em <http://www.digestivocultural.com/comentarios/default.asp?codigo=3894&titulo=Cuidado_com_o_amor_virtual>, de 6 jul. 2003).

Por esse e outros motivos os serviços de relacionamento são vistos com ambiguidade pelos usuários, ao menos levando em conta sua legitimidade. Os relatos sobre mentiras e tentativas de abuso no *site* são muito

* Conservou-se a grafia original dos textos das correspondências (N. de R.).

comuns, atesta a documentação consultada. A conduta predatória do sentimento alheio, facilitada pela virtualidade, é, de resto, comum a ambos os sexos, embora mais frequente e ofensiva de parte dos homens.

De qualquer modo, o fato é que, se, por um lado, os serviços *on-line* se encaixam nas expectativas dos seus sujeitos pelo aspecto da ação instrumental, por outro ainda despertam suspeitas pelo aspecto axiológico. A plataforma virtual em que se sustentam confere aos seus contatos peculiaridades que os distinguem do que ocorre em ambientes similares em finalidade, mas de outro cunho ontológico, como as praças públicas de pequenas cidades ou os bares, as boates e os salões de festa dos grandes municípios.

Para muitos usuários, as emoções que se vivem na rede, como diz um deles, “são as mesmas dos encontros ao vivo”: “Quem combina encontrar-se online com alguém fica ansioso quando a hora se aproxima, o coração bate mais acelerado, se o outro se atrasa surge logo o medo da rejeição e quando ele entra no chat vem o sentimento de exaltação”. A principal razão para tanto, continua o depoente, seria que:

Apaixonar-se pela internet também é muito parecido com a vida real. Não estamos acostumados a idealizar e projetar na pessoa que acabamos de conhecer tudo o que desejamos? Não é comum inventar alguém que não existe e só com a convivência enxergar a pessoa real? Qual a diferença então da internet? (Depoimento intitulado “Sexualidade e paixão”, disponível em: <www.usuarios.unincor.br/luisfranope>).

A proposição pensada é válida em parte, contudo, porque está claro que há uma efetiva diferença entre as duas situações: enquanto os contatos virtuais tendem, não necessariamente, ao princípio do prazer, os outros sempre dependem do teste de realidade. Os relatos de pesquisa sobre o assunto, por outro lado, sugerem que a sensibilidade ou predisposição para se apaixonar virtualmente varia de um contexto nacional para outro, tanto quanto no peso que esse momento tem no conjunto do processo de eventual envolvimento (Sveningsson, 2002).



Imagens do site Par Perfeito. Fonte: Divulgação.

De qualquer modo, verifica-se, com a ascensão das plataformas de relacionamento virtual, o surgimento de uma conduta caracterizada por um duplo eixo: por um lado, o relacionamento via ciberespaço favorece a desinibição e multiplica as chances de contato, reduzindo o papel da coragem, sem deixar de estimular a iniciativa. As censuras e convenções podem ser negociadas de acordo com as circunstâncias e as peculiaridades individuais, em vez de se pautarem por normas oriundas de contextos institucionais muito periféricos. Por outro lado, contudo, o ciberespaço fomenta a conduta pragmática, rápida e superficial, para não falar das reservas que desperta do ponto de vista do ajuizamento moral da personalidade dos usuários. O recurso ao virtual com o objetivo de relacionamento é visto por muitos usuários, mas também pelos que elaboram reflexivamente o fenômeno, como uma conduta problemática, vergonhosa ou sem legitimidade: existe um sentimento prático e reflexivo de desconfiança abstrata em relação aos namoros virtuais e aos contatos daí originados (cf. carta de 12 jun. 2007; Sampaio, 2002).

O favorecimento da conduta estratégica propende a bloquear os processos de cognição recíproca orientados moralmente, que exigem ambientes concretos e menos restritos, podendo contribuir para abortar processos de crescimento e interação que, de outro modo, talvez fossem mais promissores.

Enquanto alimento as fantasias eróticas sou perfeita, e ficam aos meus pés, mas se por algum motivo quero falar de assuntos diversos ou se estou com a libido um pouco menos estimulada, (ninguém é um vulcão 24 horas), sou tratada como se os tivesse ofendido, como se fosse algo intencional, ficam literalmente magoados [e somem] (Pergunta intitulada “Desentendimentos entre homens e mulheres”, disponível em: <<http://msnencontros.parperfeito.com.br/Responde/opshow/answerid9022/p-1/f-1/n-1/?orig=1468&id=375910>>).

As recomendações e os cuidados sugeridos pelo *site* aos usuários são um sinal desta reflexividade instrumental que, de resto, institui-se a partir de outros veículos, dos fóruns da internet à literatura de aconselhamento, da conversa cotidiana aos *blogs* especializados. Os serviços de relacionamento são mais do que recurso ou equipamento coletivo explorado empresarialmente, ao se tornarem objeto de toda uma cibercultura. As pessoas que aí interagem tendem a aprender não apenas um código de conduta, uma netiqueta de como devem se apresentar no *site*, mas uma espécie de casuística moral e psicológica a respeito das condutas que devem ser observadas quando se ingressa nesse universo.

Os jornais relatam um bom número de casos de pessoas que foram enganadas, enfiaram-se em confusões, por causa de relacionamentos iniciados via internet, propagando como mal do veículo o que sempre esteve em meio a nós como maldição do cotidiano. A viagem embalada pelo espírito romântico para outro país que acaba em desilusão, a extorsão disfarçada de compaixão amorosa, o abandono do lar por um amor que se revela às vezes fugidio e o crime de sangue originado de paixões desencontradas nada têm de novo, senão a origem de seu agenciamento, quando os pensamos em relação à internet.

Por isso, recomendações razoáveis – como a de se tomar a iniciativa nos relacionamentos ou o conselho óbvio para as pessoas não se envolverem de modo cego e para os carentes evitarem o uso do serviço – que se encontram a respeito dos namoros virtuais, excetuada a popularidade adquirida graças às novas tecnologias de comunicação,

igualmente pouco têm de novo. Inclusive a lembrança de que “a realidade nem sempre é tão sedutora quanto a virtualidade” (Silvia Malamud, “Amores na internet”, disponível em <www.ultraportal.com.br>, acesso em 14 dez. 2006) tem algo de acadiana, se considerarmos que não é de hoje a advertência para não confundirmos a fantasia com a realidade. A confusão entre essas ordens, todavia, acontece, é fato; assim, é preciso concordar que, à diferença de outros ambientes, o ciberespaço fomenta um tipo de vivência que, pelo seu caráter abstrato mas compartilhado, vibra num campo ontológico próprio, nem real, nem imaginário. A prova disse, no caso em estudo, encontra-se, por exemplo, no fato de algumas pessoas, ainda que vivendo conflito moral, bastarem-se afetivamente com a virtualidade (cf. carta de 16 nov. 2001). As cartas dão conta de que há pessoas que se contentam apenas com relacionamentos virtuais (cf. correspondência de 11 set. 2007).

Esperava mais romantismo, algo especial. Mas só encontrei homens comprometidos em maioria, querendo fazer sexo pela webcam. Ainda sofro, não só pela afeição a um homem específico, mas também na ansiedade que toma conta de mim, em querer ler os emails, entrar nos chats e encontrar a pessoa que gosto. Sofro porque sei ser impossível realizar uma relação verdadeira com essa pessoa que gosto. Mas sinto que preciso amadurecer para a vida, ter uma visão mais realista do amor, das pessoas e da vida. Espero conseguir isso, se Deus quiser (Comentário intitulado “Sobre amor e sexo virtual”, disponível em: <http://www.digestivocultural.com/comentarios/default.asp?codigo=9629&titulo=sobre_amor_e_sexo_virtual>, de 6 mar. 2007).

Em contraponto, verifica-se que a rejeição afetiva ou a falta de simpatia recíproca que se encontra no real não está ausente do mundo virtual (cartas de 7 e 8 ago. 2001, 19 out. 2001, 22 nov. 2001, 5 jan. 2003, 16 fev. 2003, 23 mar. 2003, 5 abr. 2003, 21 jun. 2003). Os usuários observam, sentem e reclamam do desprezo, da indiferença ou da falta de retorno que encontram no *site*. O problema pode servir de base para introduzirmos nossa discussão sobre o que esses serviços

de relacionamento significam do ponto de vista crítico, histórico e humano. As várias cartas escritas à moderadora sobre a dificuldade em encontrar a “pessoa certa” ou sobre a “falta de sorte no amor” revelam os eixos de problematização dos relacionamentos no âmbito do ciber mundo.

O primeiro se refere às incertezas dos próprios usuários acerca de seus sentimentos e desejos, para não falar dos desejos e sentimentos que eles conseguem perceber nos outros, ao menos *on-line* (carta de 21 jun. 2003). As pessoas revelam dúvidas e incertezas sobre seu perfil, sobre seu modo de ser e o dos outros, inclusive nos casos em que os textos são detalhados e fotografias são mostradas (carta de 20 nov. 2007). Em correspondência datada de 2 de janeiro de 2007, por exemplo, um usuário sugeriu que a moderadora passasse a avaliar os perfis, a fim de serem aperfeiçoadas as fichas e, assim, aumentar as chances de obtenção de bons resultados.

O segundo eixo, e mais presente, relaciona-se com o primeiro e remete à “falta de estética” dos outros usuários, sejam homens ou mulheres. O ponto gira em torno da suspeita, por eles mesmos levantada, de que há algo errado consigo (cartas de 8 e 23 nov. 2001) e de que, junto com a falta de dinheiro (cartas de 30 mar. 2003, 5 abr. 2003, 4 maio 2003) e de curso superior (carta de 5 dez. 2007), a indiferença acusada tem a ver com a falta de juventude e de beleza das pessoas (correspondência de 21 e 26 nov. 2001, 5 jul. 2003, 26 fev. 2003 – o caso relatado nesta última carta é até cômico: a mulher despreza os mais velhos, mas não entende por que os homens mais jovens, que a interessam, desejam as mais moças).

De acordo com alguns usuários, o principal problema enfrentado nos *sites*, com efeito, é que “a busca se restringe a top models e Bill Gates, pois as pessoas só enxergam beleza e dinheiro” (carta de 23 jul. 2001). Para outros, porém, ele consiste no fato de que o serviço parece ser a “salvação das pessoas feias”, um juízo feito por pessoas de ambos os sexos. O coquetismo feminino é proporcional à indiferença masculina, a esnobação não exclui nenhum gênero (cf. cartas

de 9 mar. 2003, 28 jun. 2003, 5 jul. 2003). “Escrevo, jogo charme, peço fotos... e quando chegam é sempre [de um] canhão”, resume um usuário que se identifica como Naddo (carta de 30 out. 2001; cf. correspondência de 26 jan. 2003, 9 fev. 2003) .

As centenas de cartas pedindo avaliação dos perfis, perguntando o que há de errado com eles (ver, por exemplo, carta de 21 jun. 2003) têm sem dúvida a ver com essa consciência não apenas de que a imagem individual se tornou foco da interação dos sujeitos, de que o amor há muito deixou de ser cego – se é que foi um dia – mas, também e sobretudo, de que essa imagem se tornou objeto de gerenciamento e exploração mercadológicos (ver, por exemplo, as cartas de 12 jan. 2003 e 2 fev. 2003), apesar das sugestões em sentido contrário a tanto, sublinhando aspectos cognitivos, morais e intelectuais, dadas pela moderadora do serviço, Thaís Oliveira.

Diante desse tipo de situação, a conselheira parece não ter outro recurso senão pedir aos reclamantes, alguns revelando claros sinais de inveja (correspondência de 26 jan. 2003 e 17 mar. 2003), “um pouco mais de paciência” e que eles “sejam tolerantes com esse estado de coisas” (carta de 23 jul. 2003), porque, embora o problema seja – como as suspeitas em relação ao valor moral do serviço – expressão de um preconceito caduco contra a forma e “o conceito moderno de se relacionar”, o “*site* par perfeito é democrático” (carta de 30 out. 2001). Conforme ela escreve em um artigo postado no *site*, o fato é que “os serviços de relacionamento se aperfeiçoaram do ponto de vista técnico mais rapidamente do que as ideias a seu respeito [e o modo de usá-los por parte de muitas pessoas]” (“Sites de relacionamento”, [200-]).

Diante da pergunta se, em função disto, das exigências de um sensualismo desenfreado, por exemplo, os relacionamentos não estariam em extinção, à conselheira só resta lembrar que “sempre existe um lírio no meio do lodo” e que a recomendação, para quem acusa o mal, é “resistir, não tentar se encaixar em nada disso”, neste “carnaval funesto que estamos vivendo” (carta de 29 nov. 2001). Os conflitos sentimentais e os desencontros amorosos se multiplicam porque,

segundo ela, as pessoas estão mais preocupadas em se encaixar na moda, vestindo máscaras que, em vez de facilitar, “causam confusão e desencontro [entre os indivíduos]” (carta de 5 dez. 2001).

Gostaríamos, no que segue, de tentar explicar porque isso só excepcionalmente pode ser diferente com os relacionamentos, a partir do momento em que eles vão se tornando objeto desse tipo de esquematização e motivo de toda uma cibercultura.

Subjetivismo e virtualidade

Marcio Souza Gonçalves (2000, p. 41) afirma corretamente que, se, por um lado, “os relacionamentos virtuais são mais um artifício na longa lista de artifícios que permitiram que os seres humanos se relacionassem amorosamente entre si”, de outro, eles representam uma novidade radical, ao libertar o amor de todas as obrigações que lhe fixavam um sentido estranho às suas próprias circunstâncias. Como nota o autor, os cenários *on-line* representam um território em que prospera a aventura banal, algo do qual os romances virtuais podem ser exemplo. O romantismo sempre teve um acento aventureiro, que o ciberespaço atualiza e promove em meio às condições de vida de uma era burocrática e consumista, como se pode notar, aliás, nas declarações dos seus sujeitos.

Vivo um intenso amor [virtual], como não imaginaria mais ser possível. Se vai dar em algo ou não, pouco importa... Ele me dá hoje tudo que não tive em dois casamentos... Que essa tecnologia seja nossa aliada, que nos faça repensar nossas atitudes e valores, que nos incomode muito! (Comentário intitulado “Vivo um intenso amor”, disponível em: <http://www.digestivocultural.com/comentarios/default.asp?codigo=6426&titulo=Vivo_um_intenso_amor>, de 8 jan. 2006).

Em nossos termos, postularíamos que o ciberespaço promove uma abstração mediada tecnicamente do amor, sobretudo entre os jovens, servindo de poderosa experiência de aprendizado para a vida

adulta, uma vez que, trabalhando com a ideia, não há como julgar adulta a pessoa que segue se relacionando unicamente através do ciberespaço. A paquera platônica pode ser – e, sem dúvida, será daqui por diante –, para muitos, a fortuna de seus desejos amorosos, mas esse não é um destino que se possa explicar apenas endogenamente, por uma pura e simples fixação do desejo no campo virtual e seus prazeres, como pretendem alguns intérpretes do fenômeno. O processo precisa ser explicado em função da unidade dialética que o ciberespaço forma com o cotidiano imediato (um âmbito no qual as relações amorosas vão se pondo cada vez mais na dependência da fantasia negativa hobbesiana).

Nesse sentido, a paquera virtual seria julgada apropriadamente como o último estágio de um processo que começou com a progressiva informalização dos contatos afetivos que acompanhou o declínio da era burguesa, como uma emanção eletrônica do processo de paulatina desregulamentação do mercado de relacionamentos ocorrida ao longo do século XX. O cultivo de contatos eletrônicos com objetivos afetivos deveria ser visto como uma racionalização tecnológica da conduta afetiva, racionalização essa promovida pelo interesse econômico capitalista, a despeito do seu discurso benevolente.

A emancipação econômica e política da mulher e o aparecimento de uma cultura juvenil autônoma retiraram a conduta desses grupos das tutelas familiares e patriarcais. A revolução sexual, por sua vez, completou o processo, ao promover um nivelamento de conduta entre homens e mulheres. Os acontecimentos, por um lado, puseram fim ou alteraram profundamente o controle e a supervisão dos relacionamentos pela família, mas, por outro, arrebataram com as convenções e com os regramentos que, bem ou mal, forneciam-lhe salvaguardas institucionais. O resultado mais geral disso tudo é a inserção dos relacionamentos em um contexto que se estrutura como mercado e que, nessa situação, coloca-os mais e mais na dependência do subjetivismo dos seus atores e protagonistas.

Segundo as criadoras do Comovai, a motivação para montar a empresa não era ganhar dinheiro, embora ela já faturasse 300 mil reais por mês em 2002. O problema era a dificuldade em encontrar o tipo de pessoa que cada uma delas procurava:

Tínhamos pouco tempo livre e ir a barzinhos nunca fez muito a nossa cabeça. [...] A internet nos motivou e chegamos a conhecer algumas pessoas interessantes através de chats, mas o processo é meio lento e contém muitos empecilhos: conversávamos durante horas e quando perguntávamos mais sobre a pessoa que estava do outro lado do micro, descobríamos que não tinha nada a ver com a gente. Então, baseadas em sites americanos – que dão muito certo –, resolvemos criar um site para brasileiros se conhecerem via internet (Depoimento disponível em: <www.comovai.com.br>).

O exame da exploração econômica a que deu lugar a procura de soluções para esse tipo de problema via internet reconhece que ela está promovendo uma racionalização funcional da conduta afetiva, mas essa não se limita a desbloquear e expandir as chances de relacionamentos, como muitos pensam ingenuamente. A reestruturação dos padrões de conduta afetiva de acordo com a codificação ao mesmo tempo mercantil e instrumental possibilitada pela exploração do mecanismo resulta ainda na formação de um mercado para eles e na mercantilização dos padrões de contato afetivo entre as pessoas em meio à cibercultura.

O conhecimento e a reflexividade estimulados a se desenvolvem durante esse processo não podem ser dissociados da reificação mercantil da conduta dos seus sujeitos, algo que começa, por exemplo, com a ideia de que, assinando o serviço, está-se fazendo um investimento e de que, no contexto, o saber aplicável a si e aos outros precisa ou deve ter um forte acento mercadológico. O ponto é revelado no depoimento dado por um usuário à reportagem de *Veja*:

Na minha opinião, o mais interessante da internet é a possibilidade de você praticamente encomendar alguém. Há tantos filtros para chegar a um perfil que seja compatível com o que você espera [...] (RB, 30 anos, publicitário apud Pinheiro, 2002).

A ambiguidade ainda presente nesse depoimento é dissipada em seu pano de fundo com as palavras de AB, empresário de 32 anos (apud Pinheiro, 2002). Segundo ele, o sistema dos *sites* é fascinante, porque permite à pessoa encontrar uma mulher a cada dia da semana, constituindo uma experiência similar à da ida até um *shopping center*: “Você vai vendo aquelas fotos, lendo aqueles perfis e escolhendo. Parece que está indo às compras. Descarta essa, guarda aquela [...] acho a engrenagem fascinante. É quase entretenimento”.

Nas páginas de *Veja* e nos vários manuais publicados com o objetivo de ajudar as pessoas a intervir nessa situação de namoro *on-line* é ressaltada a vantagem do sistema em relação às formas usuais de conhecer pessoas e tentar mexer com os corações. Os serviços, lê-se, facilitam a seleção e privilegiam a objetividade, oferecendo segurança, comodidade, variedade e quantidade. Do ponto de vista crítico, porém, o principal vai muito além disso, da facilitação dos contatos e da multiplicação dos encontros, como dizem seus mantenedores, para não falar do que pensam os usuários. Claramente, o que está em jogo é uma reestruturação da conduta afetiva de acordo com os princípios de uma economia de mercado e do pequeno empreendedorismo desregulamentado.

Aaron Ben-Ze'ev (2004, p. 218) parece-nos ter razão, por isso, ao afirmar que “as relações *on-line* parecem ser o principal e mais sério desafio que os relacionamentos românticos enfrentarão a longo prazo”. A internet é em si mesma uma fonte de experiência emocional, que tanto pode gratificar quanto pode nos causar sofrimento (rejeição). O principal ponto a notar, porém, segundo nosso ponto de vista, é que, assim como o amor *on-line* pode ajudar nos relacionamentos, ele também pode conduzi-los a violenta instabilidade e fragilização. As facilidades que o meio cria para conhecer alguém interessante são as mesmas para buscar algumas pessoas mais, porque ninguém pode dizer que limites tem o que para nós interessa. O fato é que a oferta abstrata de amor está se tornando virtualmente inesgotável, rebaixando as condições gerais de relacionamento.

As possibilidades que a internet abre para se fugir da solidão ou das tensões relacionais são em princípio as mesmas que ela tem de nos fazer criar outras novas ou se resignar com o abandono afetivo por parte dos demais. A pesquisa mostra que esse perigo tem origem não apenas na conduta predatória de muitos sujeitos, mas no fato de que o cunho lúdico do meio e das relações que ele enseja abrem a porta de trás para o aparecimento de novos interesses eróticos e sentimentais. À ressalva dita para si mesmo, de início, de que tudo não passa de brincadeira com algo irreal se segue a consciência de se pode fazer uso irrefreável do meio para fazer contatos e namorar quantas pessoas se puder, com evidente prejuízo para os possuidores de menor capital romântico.

Deb Levine (1998, p. 167-174), redatora de um manual de relacionamentos virtuais, sugere, por isso, que se você, por exemplo, tem um parceiro bacana e não quer se incomodar, deve evitar a internet ou então, no caso de ela se tornar irresistível, pelo menos evitar o pior, aceitando certas regras de conduta. Segundo a autora, o casal não negará a si o acesso à rede, mas o fará: a) namorando conjuntamente pelo ciberespaço; b) evitando contatos fortes, quando estiver separado; c) concordando em jamais aceitar a conversa ao telefone; d) trocando intimidades entre si antes de acessar a rede; e) mantendo o computador ao alcance do outro.

Em razão de tudo isso, parece-nos trivial demais concluir, conforme fazem alguns estudiosos do fenômeno, que o ciberespaço, embora específico, consiste apenas em mais um espaço para se fazer contatos e buscar relacionamentos amorosos. Os contatos não são em essência diversos do que se encontra em outras situações, sim, mas convém ter cautela e esclarecer bem o que se está dizendo ao afirmar que “os relacionamentos continuam sendo os mesmos [neste contexto]” (Sveningsson, 2002, p. 75).

A perspectiva é toda outra, se, em vez levarmos em conta apenas os meios de interação, considerarmos também e principalmente o contexto global em que esses e os referidos contatos se desenvolvem. A ressalva nos permite endossar a postulação desses outros autores,

segundo os quais “a internet muda dramaticamente o campo do romantismo” e, ademais, “isso é algo que vai se acelerar daqui por diante” (Ben-Ze'ev, 2004, p. 247).

Vendo bem, o fato é que, fora da abstração, a rede não é neutra e está se tornando um elemento complicador da vida amorosa. A plataforma está ensejando o surgimento de situações a que todos precisaremos nos readequar, à medida que nos inserimos nela. O processo que ela estrutura tecnicamente, desejemos ou não, exigirá uma considerável relativização das noções de fidelidade e traição.

Desse ângulo, o moral, o cenário parece catastrófico, mas assim o é só se esquecemos o contexto histórico mais amplo que de fato o limita, pelo menos até o capital e a técnica não viabilizarem a utopia do sexo ciborgue anunciada pelos propagandistas da cibercultura (cf. Levy, 2007). Como veremos, o pandemônio amoroso entrevisto com a ascensão da libertinagem eletrônica provavelmente esbarrá por muito tempo ainda nos efeitos deletérios mas, talvez, sobretudo, perversos do mercado de relacionamentos que está se articulando via internet.

Como observam os usuários dos *sites* de relacionamento, a experiência *on-line* ensina que, no virtual, não é mais fácil encontrar um amor do que no cotidiano imediato (cf. carta de 9 jan. 2007). A facilidade de acesso e a multiplicidade de contatos por meio dela viabilizadas ampliam nossas margens de escolha e comparação. A liberdade de escolha e ação se expande mas, por outro lado, também nos expõe a riscos e competição que podem fragilizar os relativamente menos vocacionados e minar muitos relacionamentos.

O amor e a extensão do domínio da luta

Michel Houellebecq não é cientista ou teórico social, mas tem o mérito de chamar atenção para o processo que, em nossa época, funde o desejo e a economia, a paixão e a forma-mercadoria, sem reduzir o amor a um mito nostálgico ou resto pós-moderno de ideologia burguesa, como é o caso de muitos outros (Lyotard, 1974; Illouz, 1997). O escritor foi visto por bom tempo como um pornógrafo enrustido, em vez do moralista extenuado e romântico terminal que sua ficção, uma

vez lida com melhor cuidado, de fato acusa. *Extensão do domínio da luta* é sinal disso, ao registrar, elaborar e comentar de forma antecipatória boa parte da fortuna que talvez seja a do relacionamento afetivo agenciado no âmbito da cibercultura. Enredo, cenário e personagens, ligados ao mundo da informática, constituem uma situação literária que serve bastante bem para introduzir nossa reflexão crítica sobre as peculiaridades da sociabilidade amorosa que se articula em meio à expansão dessa tecnologia pelo nosso mundo histórico.

Durante sua ascensão, a burguesia elaborou reflexivamente suas circunstâncias, consumindo romances de formação. Com o passar do tempo, a sociedade que ela ajudou a criar acabou alijando essa classe da história, e à literatura mais autêntica não restou alternativa senão analisar a desintegração do indivíduo. No texto em foco, singular é o fato de o sujeito não ser mais o burguês, passando a encontrar representação no profissional anônimo da economia de serviços: é nele que o autor enxerta sua consciência reflexiva, a fim de comentar a sorte do amor em meio a uma ordem tecnocrática e capitalista.

Debaixo dos nossos olhos, o mundo se uniformiza; os meios de comunicação avançam; o interior dos apartamentos se enriquece de novos equipamentos. As relações humanas tornam-se progressivamente impossíveis, o que reduz, na mesma proporção, a quantidade de peripécias de que se compõe uma vida. E, aos poucos, o rosto da morte aparece, em todo o seu esplendor. O terceiro milênio mostra a sua cara (Houellebecq, 2002, p. 18).

Como em outras obras do autor, o personagem principal encarna a figura do romântico desesperado, condenado à completa destruição emocional, num tempo em que o fator humano perdeu a densidade, e a vida se divide entre a busca frenética de prazer e a rotina burocrática na atividade empresarial. Analista de sistemas, 30 anos, anônimo, ele se dá conta que, nessa era, a liberdade se reduziu à possibilidade de estabelecer conexões com os outros, mas, diante disso, ao entusiasmo de uns se contrapõe o niilismo de outros, como o seu próprio, porque a muitos não há chance de sucesso.

Para Houellebecq (2002, p. 82), o conceito de amor misteriosamente conserva uma potência operatória, a despeito de sua fragilidade ontológica: “o desejo de amor é profundo no homem”. Disso se origina nossa infelicidade, porque, em seu modo de ver, a convergência da atitude tecnocrática capitalista com o sensualismo hedonista que emerge com o fim das instituições tradicionais inviabiliza a manutenção de boas relações humanas. Finda a era do amor familiar, o liberalismo econômico com que se pode associar esse fato assistiu ao desdobramento das suas leis de mercado para o campo dos relacionamentos afetivos, de modo que há agora dois sistemas de diferenciação: o profissional e o sexual.

O resultado disso, no romance em foco, é a exposição da desintegração moral como pessoa do sujeito amoroso sem os recursos adequados para fazer valer suas pretensões no mercado, é a elaboração literária de uma situação que as cartas enviadas ao *site* de relacionamentos que estamos analisando documentam exaustivamente: a exclusão das pessoas sem capital erótico do mercado de relacionamentos; a exploração sexual, às vezes acompanhada de espoliação econômica, das mulheres sem vantagens estéticas competitivas; a humilhação ou o desprezo dos homens simples, sem atrativo estético – mas, também e reiterando um dado tradicional, sem *status* social e econômico.

Nesse contexto, acontece de alguns abdicarem da luta, baixarem os braços e se voltarem para outros objetivos, tentando esquecer a ideia de ser feliz. Também há os que insistem e continuam a buscar seu sonho, conservando “a luta, o desejo e a vontade de lutar [pelo amor]”. Porém, outros enfrentam os fracassos inevitáveis e “definham com seus insucessos” (Houellebecq, 2002, p. 109). Diante de um mercado desregulado e predatório, responsável por uma crescente dificuldade em criar e – ainda mais – manter os laços afetivos e relacionamentos amorosos, prospera, entre muitos, o sentimento de que a solidão talvez seja “inevitável”. Pior ainda, a suspeita ou convicção de que “somos todos descartáveis”, como escreve um usuário do *site* match.com (carta de 9 jan. 2007).

Entre os vários méritos de Houellebecq está o de acusar o fato de que isso não vitima apenas o sexo feminino: também os homens sofrem com essa situação, conforme ilustra, no romance, a caminhada depressiva rumo ao nada do personagem principal, como também o destino de seu colega Tisserand. Também especialista em informática, esse último, ao contrário do primeiro, recusa-se a aceitar as regras do mercado amoroso, que condena à infelicidade os desprovidos de capital erótico, enfrentando o sofrimento vivido por quem não consegue encontrar outros objetivos que não o afetivo em meio a uma ordem ao mesmo tempo hedonista e tecnoburocrática.

Como Fréhaut, seu chefe, Tisserand “sentia-se, com razão, ator da revolução telemática. Vibrava, realmente, a cada novo salto do poder informático. Experimentava cada passo rumo à globalização da rede como uma vitória pessoal” (Houellebecq, 2002, p. 38). Diferentemente dele, contudo, não se sentia feliz, despojado que era de beleza física e charme individual, sabedor de que não correspondia às prioridades e aos critérios de escolha das mulheres de seu universo. Depois de nova decepção, ratificadora de sua falta de competência para os relacionamentos, e de um ataque de ressentimento, revelador da mediocridade de seus sentimentos, bateu com seu automóvel em um caminhão e morreu na estrada. Segundo as palavras do narrador, morreu, todavia, com o desejo de lutar contra a amargura e o abandono, “com a luta [pelo amor] no coração” (Houellebecq, 2002, p. 109).

Registro dessa situação é típico nos *sites* de relacionamento: neles se verifica que as exigências de juventude e beleza feitas às mulheres pelos homens têm contrapartida não apenas nas exigências de *status* social e patrocínio pecuniário apresentadas aos homens pelas mulheres (correspondência de 2 maio 2007, 5 dez. 2007). Várias vezes encontramos relatos de homens que se dizem objeto de brincadeira perversa por parte de mulheres inescrupulosas, sejam ou apenas aparentem ser atraentes, pelo fato de eles não terem encantos (cartas de 21 nov. 2001, 21 jun. 2007).

Lendo a carta a seguir transcrita, isso tudo é deixado bem claro, porque, como afirma a chamada, agora “somos todos mercadorias”:

Estou neste site há alguns anos, mas às vezes me sinto como um produto à venda nele. As pessoas parecem olhar só o físico e deixam o conteúdo. Basta olhar ou mandar um e-mail que nos bloqueiam e, até mesmo sem ler o recado, só consideram a foto. Eu acho que a maioria fica encalhada pois exige muito e dá muito pouco. Não é fácil aceitar os filhos das outras e ainda ter que sustentá-los, pagar viagens, vinhos, etc. Sou como no meu perfil, homem íntegro e de caráter, zelo por um elo de confiança e de boa educação, mas o que vejo neste site é como no dito popular, laranja madura na beira da estrada ou ta bichada ou tem marimbondo no pé. Essa química entre os homens e mulheres não passa de sexo, o belo passa e o feio é descartado. Será que sou tão feio assim? (Pergunta intitulada “Somos meras mercadorias”, disponível em: <<http://estrelaguia.parperfeito.com.br/Responde/opshow/answerid9057/p-1/f-1/n-1/?orig=24>>).

Conclui com razão, portanto, um observador segundo o qual “a harmonia de fato é mais exceção que regra [nos relacionamentos virtuais]; abundam na rede agressões, abusos e coações, o desencanto, muita loucura contida, que encontra válvula de escape muitas vezes marcante” (Levis, 2005, p. 91). O protesto feminino contra o hedonismo primário visado pelos homens, interessados apenas em ter sexo, virtual ou não, é correlato às reclamações masculinas quanto à indiferença, ao silêncio ou, como é frequente se ler, ao “sumiço” das mulheres. Reconhecendo que “desencontros e decepções ocorrem em ambos os sexos”, a moderadora pouco mais tem a dizer senão que, diante de toda essa situação, o melhor é aceitar que “é preciso ser paciente” (carta de 21 jan. 2001).

No Ocidente, ao menos, a valorização do elemento estético, estará certo quem notar, não é algo novo: num ou noutro sentido, ele sempre foi fator levado em conta no agenciamento das relações entre homens e mulheres. A novidade, no caso, é sua subsunção

às circunstâncias cada vez mais liberais e mercantis, sua inclusão no âmbito do mercado universal, capilarizado e instantâneo em que se vai tornando a internet.

Como diz Houellebecq (2002, p. 90), originalmente, o liberalismo econômico foi uma extensão do domínio da luta, a sua extensão a todas as idades da vida e a todas as classes da sociedade por meio do surgimento das relações mercantis. Da mesma forma, o liberalismo sexual em curso no nosso tempo seria, antes de mais nada, a extensão desse domínio, em todas as idades e em todas as classes, ao campo das relações amorosas entre os seres humanos.

Depois dos anos 1960, a escalada do individualismo e o completo abandono das instituições patriarcais, agenciados pelo igualitarismo promovido pela terceira onda do movimento feminista em meio ao triunfo da cultura de consumo capitalista, completaram a projeção das relações de gênero no subjetivismo moderno. Conforme esperado, o primeiro efeito desse processo foi a retomada da tendência ao esclerosamento do matrimônio, ensejando a pesquisa e o experimento com novas formas de relacionamento (cf. Lefaucheur, 1994). O segundo foi o acirramento da guerra entre os sexos e, assim, dos problemas de relacionamento e das divergências de perspectiva entre homens e mulheres (Lasch, 1983). Dentro de um novo ciclo de expansão individualista, o amor passou a ser visto como “um processo extremamente problemático” (Kiev, 1985, p. 14).

Como pergunta um usuário: será que o romantismo acabou? Em sua opinião:

A vida de competição e de valores diferentes fez com que a maioria das pessoas tenha se tornado pragmática e utilitarista. Todos se comparam com todos e há sempre o desejo de ser igual a fulana ou de possuir tudo aquilo que beltrano tem. As mulheres são pressionadas a se tornarem magras, esbeltas, se quiserem conseguir um namorado, rico, de preferência: com um carrão, uma posição econômica sólida e uma bela e atraente aparência (Pergunta intitulada “Romantismo”, disponível em: <<http://br.match.com/Responde/opshow/answerid9018/p-1/f-1/n-1/?orig=0>>).

Depois da Segunda Guerra Mundial, encetou-se lento, mas firme, processo de conversão do eu em mercadoria, que já não se restringe mais às celebridades dos meios de comunicação, passando a tentar e a cair no campo de experimentação de setores sociais bem mais amplos, conforme, inclusive, os novos recursos telemáticos se vão popularizando. A formidável expansão do culto mercantil ao corpo, em curso faz algum tempo, é um processo que encontrou apoio na atitude de competição que a economia de mercado estimula e explica porque, agora, o enfrentamento dos relacionamentos amorosos mais e mais envolve preocupações estéticas e, mais e mais, eles despontam como índices problemáticos na vida do indivíduo contemporâneo.

Platão ligava o amor à beleza, entendendo que a perfeição estética é menos uma característica do objeto amado do que um valor a ele conferido por quem ama. Para ele, a beleza não assegura o amor. O amor é que torna belo o seu objeto. De Rougemont (1968, p. 57), todavia, nota que o Ocidente moderno desvirtuou essa ideia, na medida em que nos prendeu à crença de que o amor depende da beleza física. Nesse âmbito, o amor tende a ser definido pela aparência do objeto. Acontece que, conforme o capitalismo se expandiu, essa crença se tornou motivo de uma indústria cultural. A crescente autonomia do elemento erótico e, com isso, de suas tensões, reforçadas por uma situação marcada pelo avanço do individualismo, passou a gravar os relacionamentos. Agora, a sexualidade começa a se desvincular do entendimento segundo o qual ela é um processo natural que diz respeito aos sentimentos e, entre grupos pequenos – mas formadores de opinião –, vai se convertendo em função de certos talentos e de capital cultural, em um potencial a ser explorado mercantilmente e investido com artifício, sobretudo no corpo.

Entre esses grupos, ao menos, o erotismo, eventualmente, começa, com efeito, a suplantar a mera sexualidade: só ela, parece, já não basta para atender às expectativas dos sujeitos. As relações entre homens e mulheres vão caindo no campo de um jogo sofisticado, que é sempre mais difícil e exigente em termos de forma estética, *performance* atlética e satisfação carnal. O avanço do hedonismo

pós-moderno é, por isso, correlato ao surgimento de uma forma de ansiedade permanente, que repercute na consciência dos menos vocacionados, conforme se pode ouvir tanto nas cartas de lamento enviadas por gente banal aos *sites* de relacionamento quanto nas páginas de obras literárias bem acabadas escritas por gente culta.

Diego Levis (2005, p. 56) salienta que “A internet pode ser vista como um novo espaço de conquista no qual para atrair alguém e seduzi-lo não é imprescindível ter corpo de modelo ou de atleta, nem vestir a moda, ter olhos bonitos ou um sorriso de estrela, como tampouco beber, tomar comprimidos ou qualquer outra substância desinibidora”. Porém, isso só para alguns de seus ambientes, não sendo bem o caso dos *sites* de relacionamento. Os usuários do serviço que estamos estudando vão aos poucos percebendo, por exemplo, que suas imagens sensíveis são um fator estratégico importante na criação de relacionamentos. As orientações que recebem ou solicitam à moderadora sobre isso alertam para o fato de que os processos de aceitação e rechaço das pessoas funcionam como os da oferta e da procura (correspondência de 29 nov. 2001, 12 jan. 2003, 21 jun. 2003, 3 abr. 2007, 26 maio 2007, 20 nov. 2007).

Conforme escreve uma usuária, “nós, mulheres de mais de 50, estamos condenadas a ficar fora do mercado”. A experiência a fez tirar a conclusão desencantada de que apenas as jovens e atraentes são valorizadas. “Sinto o peso cultural dominante dentro e fora do site e [isso] é muito perverso”, resume (cartas de 28 ago. 2007, 26 jan. 2003, 23 out. 2001). Obviamente, a reclamação nem sempre é justa ou equilibrada, visto que, muitas vezes, foi observado, ela não se faz acompanhar da relativização das exigências ou expectativas em relação aos outros por parte de seus autores. Segundo outra usuária, reclamam da falta de parceiros apenas as muito exigentes, porque, para quem não se importa com os detalhes e rebaixa as expectativas, não faltam interessados, contatos e relacionamentos – ela mesma fez a experiência (carta de 11 set. 2007).

As exigências de competência e *performance* que os relacionamentos sempre trazem latentes e que já bastam para lhes provocar

problemas, enviando muita gente para a terapia, estão sendo agravadas pelo aparecimento de expectativas em relação à estética dos amantes e à postulação de uma conexão entre ela e as gratificações relacionais. Isso bloqueia ou tensiona as tendências à desordem amorosa antes citadas de forma que, todavia, de modo algum pode servir de consolo para a consciência.

Para muitos, a conclusão tirada da experiência com o romantismo digital é a de que o amor não passa de “uma utopia”, como pensa Anne⁵⁴⁵ (pergunta intitulada “Será que o amor é uma utopia?”, disponível em: <<http://www.parperfeito.com.br/Responde/opshow/answerid8994/p-1/f-1/n-1/?orig=5>>, de 8 out. 2007). O fato é que os cuidados com a forma e com a saúde parecem estar submetendo os prazeres a uma disciplina fortemente mercantilizada. A satisfação afetiva se vincula mais e mais a técnicas e artefatos, drogas e treinamentos. O corpo e o sexo estão se tornando motivo de novas ansiedades e preocupações, pondo os relacionamentos sob o risco ou o fantasma da falta de gratificação (cf. Wouters, 2004, p. 209).

Conclusão

A internet está se tornando base para a expansão de uma forma popular e barata de esquematizar relacionamentos íntimos. A plataforma permite a articulação das estratégias e competências exigidas pela problemática afetiva e relacional criada com a crescente sujeição do desejo amoroso à lógica do mercado. Os relacionamentos afetivos já foram regulados pela comunidade, pela classe, pela família, pela consciência moral. As expectativas de *performances* individuais diferenciadas eram então, contudo, bastante baixas em comparação com as atuais. Agora, o panorama se altera, cada um precisa fazer valer seus desejos através da luta econômica: as convenções costumeiras não mais regulam as relações amorosas, subsumidas que elas estão sendo a um mercado ao mesmo tempo deletério e altamente competitivo.

As pessoas, mais e mais, não apenas se entendem e se expõem como mercadorias, mas interagem competitivamente como tais no mundo do trabalho, assim como no das relações afetivas. O progresso dos padrões de

conduta individualistas entre as massas e o correspondente nivelamento entre os sexos produzido pelas condições da era democrática moderna fomentam uma racionalização dos processos de escolha e o aumento do potencial cognitivo nos relacionamentos entre os seus sujeitos.

O acontecimento nos parece um progresso do ponto de vista moral, porque assim o indivíduo é levado a esclarecer seus objetivos e a se conhecer mais, incluindo aí o que ele pretende para sua vida afetiva, se quiser ter chances de desenvolver ou desfrutar de um bom relacionamento. O sujeito, passando a se relacionar em situações fortemente formatadas, mas cada vez mais numerosas e variadas, encontra mais possibilidades de desenvolver suas capacidades cognitivas em relação a si e aos outros. O conhecimento ao mesmo tempo mais abrangente da pessoa do outro pode, em tese, trazer-nos mais chances de melhor desfrutar nossos relacionamentos amorosos.

O fato, por outro lado, constitui um fator de tensionamento nas relações entre os sexos e na própria relação do sujeito consigo mesmo, porque essa racionalização do processo de criação dos afetos está ligada à formação de um mercado de relacionamentos que tende a excluir ou marginalizar os sujeitos menos competentes e/ou com menos capital relacional. A sensação de miséria afetiva que se percebe lendo a correspondência escrita aos *sites* de relacionamento revela que o preço pago pela liberdade universal de relacionamentos que conquistamos é, entre muitos, extremamente custoso do ponto de vista moral. As condições de um mercado cuja oferta se caracteriza pelo empreendedorismo individual e que, por isso, contém um alto nível de irracionalidade estouram dolorosamente sobre a consciência e os sentimentos de um vasto número de indivíduos (cf. Ilouz, 2008, p. 197-237).

Por isso, apesar de os avanços que a internet representa para tornar o amor mais livre, transparente e gratificante não poderem ser ignorados, convém conservar em mente que, provavelmente, tão importante quanto isso seja a base de apoio dado por ela para uma espécie de relançamento das práticas predatórias e vexatórias no relacionamento afetivo entre os sujeitos. É algo que, do ponto de vista moral, nada tem de novo, mas surpreende, ao vermos o quanto retoma força com a ajuda de uma tecnologia futurista como a internet.



René Magritte, *Os amantes*, 1928.

Fonte: Divulgação.

Conclusão

romantismo, a utopia subjetivista

O Ocidente concebeu a figura histórica e social chamada amor e sugeriu que um dos modos mais vivos e intensos de praticá-lo é romanticamente, isto é, mediante um relacionamento afetivo e carnal em si mesmo, desvinculado de qualquer outra instituição que não aquela singularmente criada pelas sensações, pelos atos e pelas ideias de seus protagonistas. Embora seja preconceito dizer que, efetivamente, o romantismo “não foi algo pensado para o trabalhador ou para a empregada doméstica”, ele, concordamos, “porém, é uma ideia altamente seletiva no que diz respeito às orientações pressupostas [e às exigências feitas aos sujeitos]”, como escreve Luhmann (1991, p. 184).

Conforme nos sugere sua reflexão, os problemas de legitimação do romantismo e suas respectivas síndromes negativas se originam menos de fatores contextuais, embora não se possa negar sua influência, do que há nele de essencialmente problemático. Explorando as pegadas deixadas por Kierkegaard (1964), o autor lembra que o romantismo é uma relação humana de natureza passional e lúdica que, passado certo limiar, exclui de seu âmbito a consciência ingênua e as pessoas a quem falta vocação, no sentido de astúcia e sabedoria. A paixão amorosa que o romantismo encarna está sempre sujeita aos perigos da rotinização, muito mais do que ao “eterno retorno de um desejo sempre frustrado”, como pensava Denis de Rougemont (1968, p. 235).

Falando de modo geral, o romantismo, sempre que aflora, baseia-se numa codificação ideal da conduta ou regime de práticas em que o real e o ideal coexistem em tensão insuperável. O enfrentamento desse conflito exige uma criatividade recíproca ou inteligência conjunta extraordinárias. A crença de que apenas a convergência de sentimentos o anima, embora formadora do fenômeno, não basta para sustentá-lo.

Para mantê-lo, parece preciso saber desenvolver uma arte rara e sofisticada, saber elaborar um jogo muito fino que inclui, por exemplo, criar situações para renovar o desejo e elevar esse desejo para o plano de uma relação intensa e interessante para ambos os protagonistas.

O principal, entretanto, nem nos parece ser isso, quando se trata de lançar uma conclusão sobre os vários estudos que enfeixamos neste volume.

Apesar de se prestar a vários tipos de exploração e depender de fatores mais ou menos exclusivos do ponto de vista do grupo ou da camada societária, o essencial seria ver que a paixão amorosa não só tem o poder de criar certas realidades, mas é ela mesma uma criação irracional da interação dual e afetiva, que, apesar de ser sempre única, revelou-se, como forma seletiva, apropriada às condições de vida da era moderna e do seu correspondente individualismo.

Seguindo as crendices que o positivismo começou a espalhar, envergonhado é certo, ainda no século XIX, a psicologia evolucionista dos últimos tempos tem sustentado com cara aberta e brilho nos olhos que o amor nada tem de complexo, místico, misterioso ou inexplicável. Seria apenas um mecanismo que nos facilita escolher os melhores parceiros para replicação genética e assegurar as condições para reproduzir a espécie (cf. Walsh, 1995; Lampert 1997; Lewis, Amini, Lannon, 2001; Marazziti, 2007).

Quem pretende falar sem ilusões sobre o amor, contudo, não pode perder de vista que ele, não se reduzindo ao sexo, muito menos ao de tipo procriativo, não é um dado objetivo, tecnicamente calculável ou empiricamente determinável mas, antes, uma mediação poética e metafísica do mundo que chamamos de Ocidente. Afirmar que ele é metafísico não significa, é claro, negar sua existência, mas esclarecer seu devido registro do ponto de vista crítico e histórico. Enquanto houver amor haverá um combate não só para se tentar vivê-lo, mas para conhecê-lo em sua verdade, porque, sendo uma entidade poética, ele é, em última instância, um problema insolúvel, a respeito do qual ninguém sabe, detém ou pode dizer a verdade.

Nenhuma fórmula é capaz de definir o que é o amor, porque ele não é um alvo que possa ser esgotado por nenhum tipo de proposição, porque não se pode falar com propriedade de algo que em si mesmo não ocupa lugar no tempo e no espaço, como diria Kant. O processo de posição do amor no mundo é poético e, portanto, ele escapa a todas as tentativas de definição que não cansamos de lhe dar, visando nos apoderarmos de seus benefícios, de nos livrarmos da solidão e por aí afora. A preocupação é, em essência, insolvente, não há modo de acabar com a incerteza que, em si mesmo, é o amor. Afirmar o contrário é “projeção desatinada de um princípio universal de atração e equilíbrio que não passa de fantasmagoria” (Baudrillard, 1984, p. 106).

O capitalismo de massas surgido há cerca de um século criou as condições para esse fato singular e excepcional se converter em crença cotidiana, explorando-a mercadologicamente em meio a uma vida social cada vez mais atomizada por obra das circunstâncias que ele mesmo, o capital, engendra. O pensamento de que o amor é um processo natural e um valor universal entre os seres humanos que assim se propagou, todavia, nem por isso se converteu em ideologia. A rápida e profunda desregulamentação do mercado de relacionamentos ocorrida nas últimas décadas acentuou a suspeita tradicional de que o amor não é um bem fácil de obter e, uma vez conhecido, é ainda mais difícil de viver e de desfrutar, criando, esses fatores, uma barreira ou antídoto à sua completa e efetiva legitimação cotidiana.

Coincidiu com a ascensão do casamento movido pelo romance o avanço de um subjetivismo individualista, cujos efeitos destrutivos na manutenção dos laços afetivos e morais minam cada vez mais suas chances de sucesso e, assim, sua pretensão de ser instituição amorosa e romântica. A sociedade capitalista deseja crer que o amor é um fenômeno trivial e que se pode vivê-lo em grande estilo com um pouco de sorte e muito dinheiro, porque é essa uma das formas de remediar os prejuízos de nosso individualismo, mas de fato seus sujeitos acabam aprendendo que esse amor, por essa razão mesma

(o individualismo), é escasso ou rarefeito. Pelos mais diversos motivos, “sempre s[er]ão raros os outros que [efetivamente] me assombram o suficiente para que eu vibre com a infinitude deles”, notam bem Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut (1981, p. 108).

Charles Fourier foi um dos primeiros a entrever esse fato, convertido por ele em premissa para a construção de sua utopia amorosa coletivista. Conforme notou o filósofo, relativamente ao amor, “um dos nossos principais erros é exigir sentimento naqueles que não estão em condições de o praticar” (Fourier, 1973, p. 85). Recentemente, Harry Frankfurt (2005, p. 55) esclareceu um pouco mais o assunto, escrevendo que “não existem necessidades lógicas ou racionais que imponham o que ou quem se deve amar”:

Quem define o que amamos são as exigências universais da vida humana, juntamente com outras necessidades e interesses que derivam, em última instância, da experiência e características individuais. É impossível estipular de maneira definitiva se algo deve ser objeto de nosso amor, seja através da aplicação de um método apriori, seja através da abstração das qualidades intrínsecas do objeto em questão.

Porém, ficar nisso não basta, precisamos avançar e reconhecer que, além de arbitrário do ponto de vista das escolhas, o amor é, do ponto de vista conceitual, contingente: as pessoas podem viver sem amar, sem que isso importe necessariamente em prejuízo para seu equilíbrio individual ou realização societária. Como ensinou Ortega y Gasset, ([1926] 1974, p. 61), numa época em que havia menos condições para amar, mas mais chances de ver o problema com clareza, porque o clima afetivo que lhe é próprio ainda não estava tão difuso e, assim, empanado pelo fetichismo da mercadoria e pela reificação da ação estratégica capitalista:

O amor [romântico] é um fato pouco frequente e um sentimento que apenas certas almas podem chegar a sentir: a rigor, é um talento que alguns poucos possuem e que, ordinariamente, ocorre junto com outros, embora possa ocorrer isolado e sem eles.

Contrariamente ao pretendido pelo seu discurso oficial nos meios de comunicação, o amor não é uma força espontânea e universal, mas um registro de relacionamento possível entre alguns seres humanos, que se cria e se altera de acordo com suas sucessivas e complicadas articulações por parte das instituições. A metafísica que com esse termo o cristianismo criou e, mais tarde, em meio ao capitalismo, o individualismo converteu em resposta coletiva às suas tendências mais deletérias é algo que, pela própria interpretação que lhes deram os modernos, jamais poderá se converter em bem universal.

Conforme tudo indica, a sabedoria antiga segundo a qual ninguém pode ser feliz sozinho não perdeu sua validade. Porém, nada obriga que seja o romance a fórmula de sua solução universal. A experiência ou a singularidade fazem com que alguns tenham, por exemplo, a convicção de que amor algum proporciona felicidade duradoura, enquanto em outros ele pode ser, inclusive, um sentimento desconhecido.

Como diz Camus (1989, p. 93), costumamos chamar de amor um laço que nos foi definido por um modo de ver acionado pelas lendas e pelo livros – mais tarde explorado à exaustão via indústria cultural, acrescentamos –, mas essa mescla de saber, desejo e sentimento varia de indivíduo para indivíduo: “Esse composto [que ele é para mim] não é o mesmo para um outro” e, por isso, quando é o caso, “não tenho o direito de estender a todas essas experiências o mesmo nome [de amor que ele pode possuir para mim]”.

Os problemas do romantismo, todavia, não param aí, como dissemos, porque a reflexão prática sobre a própria experiência dos nossos relacionamentos nesse contexto ensina que a espécie de amor a que ele visa, devido às suas origens irracionais, é um bem de fortuna de que poucos se apropriam positivamente e com plenitude durante sua existência. A reflexividade intelectual que acompanhou a propagação fortemente mercantilizada dos ideais românticos ajudou a impedir sua plena legitimação, como se pode constatar no vários registros indicados neste volume.

Quando, por exemplo, Lionel Ritchie e Diana Ross cantam *Endless Love* (1981) e, com isso, provocam o encantamento de milhões em todo o mundo, seria errôneo, em nosso julgamento, ver aí, neste feitiço, o efeito de uma crença cotidiana bem solidificada na propriedade do relacionamento romântico. Conviria que não se visse em termos realistas a contemplação desse clássico popular, como de outros, para não falar nos filmes e romances adocicados que se consome massivamente. Em geral, fenômenos como esses não são formas de expressar uma crença que as pessoas poriam em prática ordinariamente. A prática do amor puro em condições de liberdade (subjativa), o romantismo, é um mito, motivo de uma fala e de uma atenção desejantes amplamente disseminadas – mas isso não significa que as pessoas, em geral, creiam nela em bases realistas e cotidianas.

Como tantos outros similares, o êxito dessas manifestações todas tem antes a ver com a gratificação emocional oriunda do nosso contato com a forma sensível de um horizonte utópico passível de fruição estética e de forte apelo afetivo em uma ordem social racional e individualista. As pessoas sabem que, em uma situação na qual os relacionamentos se libertaram das convenções tradicionais, baseadas em laços de etnia, credo, família e vizinhança, o mais razoável que se pode ter em relação às outras é a expectativa de ambos ficarem juntos. No romantismo de consumo veiculado pelos meios de comunicação, “o que está em jogo é [antes de tudo] uma *demand*a de amor, de afeto, de paixão, em uma época na qual sua necessidade se faz sentir cruelmente” (Baudrillard, 1984, p. 107, grifo meu).

Quando assistimos às novelas e comédias românticas, lemos as histórias de amor ou procuramos nos informar sobre ele com a ajuda de especialistas e de algum meio de comunicação, experimentamos de maneira vicária um romantismo que, via de regra, nosso racionalismo reprime ou cerceia na prática e que, no entanto, muitos de nós desejariam que fosse parte de sua experiência de vida, não acabasse sendo ele, para a maioria, uma utopia, o sonho acordado dos membros de uma coletividade cujos integrantes carregam em si as marcas de um modo de vida cada vez mais conflagrado, competitivo e racionalizado (cf. Bruckner, 2012).

Gostemos ou não, a tendência objetiva entre nós é a das relações afetivas se revestirem de um cunho banal, vulgar e predatório, que paradoxalmente se beneficia da maior fluidez do amor existente em nossa vida social devido à sua promoção mercantil. O surgimento de inúmeros taticismos defensivos em nossos relacionamentos, conforme se pôde ver em alguns capítulos deste volume, não é senão uma contrapartida a esse movimento. Os relacionamentos afetivos com o outro, salvo exceções, serão sempre objeto de cuidado secundário, em comparação com a procura de satisfação egoísta, em meio a uma ordem social individualista liberada das amarras éticas tradicionais.

Embora manuais de autoajuda mais recentes deem sinal de que a consciência ordinária começa a perceber que os relacionamentos afetivos exigem arte, para valer como objeto de realização, isso, por essa razão mesma, ainda está longe de se tornar fato cotidiano. A mitologia sintética em que o romantismo se tornou, por outro lado, não deve ser reduzida a um expediente de consumo emocional que foi racionalizado, visto que ele ainda pode ser e, de fato, é vivido – extraordinariamente, é certo – por muitas pessoas no âmbito do mundo histórico originado do Ocidente.

Destarte, o romantismo seria bem entendido se visto também como uma utopia individualista, cuja singularidade é seu subjetivismo e cujas motivações se conectam, embora não se reduzam à expansão do sistema em que consiste a indústria cultural. Conforme notou Foucault, entramos numa época em que inclusive imaginar um outro mundo se tornou parte do sistema que eventualmente estamos contestando. Assim, se, em outro tempo, a oposição ao sistema apelou para alguma utopia universal, agora talvez não nos reste senão lutar tentando fazer experimentos alternativos com comunidades, estilos de vida, formas de subjetivação e padrões de relacionamento (Foucault, 1977, p. 231).

Embora o romantismo não tenha caráter socialmente contestador, visto ser uma emanção do mundo capitalista, convém não reduzi-lo em significado, pois, enquanto fenômeno coletivo, ainda que seletivo,

também pode ser entendido como uma de suas experimentações utópicas. Entre os méritos da obra de Francesco Alberoni sobre o enamoramento está o de explorar essa perspectiva. O autor evita definir o indefinível e, em seu texto, não fornece receitas prontas para o que só pode ser descoberto singularmente, porque está sempre se reinventando. Seguindo uma abordagem fenomenológica e tomando como parâmetro o processo de criação social das instituições, sua obra propõe que se entenda o amor como um estado extraordinário, cuja dinâmica, todavia, depende ainda menos do mundo externo.

O estado nascente [ou relacionamento romântico] é uma tentativa de refazer o mundo a partir desse modo diferente de pensar e de viver; de realizar no mundo essa experiência de compreensão absoluta e de, finalmente, acabar com toda alienação e toda futilidade. Por isso, ele parte do desejável em si, que nunca se dá completamente no mundo, constituindo uma tentativa de realizar neste o máximo possível daquela solidariedade absoluta da qual se deve experiência. Por isso, é uma exploração do possível a partir do impossível, um esforço de realizar o estatuto paradisíaco na Terra (Alberoni, 1986, p. 41).

Dentre os prejuízos de sua obra, por outro lado, está menos a falta de crítica para notar que a prática do romantismo é atravessada por problemas econômicos, religiosos, estéticos, sexuais e outros, algo que ocorre, do que postular que o amor puro é algo que “todos conhecemos”, visto que “todos já estivemos nele, todos já o perdemos, todos sabemos reconhecê-lo” (Alberoni, 1986, p. 41). O entendimento de suas considerações como construção de um tipo ideal do que está em jogo no relacionamento romântico, contudo, serve bem para dar conta teoricamente do que é essa experiência. A contribuição do autor, noutros termos, permite-nos conceituar esse relacionamento com o que foi chamado de zona autônoma temporária, porque, com esse conceito, igualmente se “imagina uma intensificação da vida cotidiana ou, como diriam os surrealistas, a penetração do maravilhoso na vida” (Bey, 2001, p. 35).

Como uma dessas zonas de sentido utópico, o romantismo amoroso, com efeito, não se preocupa principalmente com o que foi ou com o que será, mas antes com a vivência imediata e suas possibilidades de realização para o indivíduo. A exemplo daquelas, os relacionamentos constituídos em seu marco representam um ataque à realidade consensual instituída, visando chegar a patamares de vida mais altos e intensos para os participantes. Embora proceda à mediação do sistema, o romantismo esboça *in nuce* aquilo que esse não pode oferecer em massa: a realização plena, imediata e compartilhada “de nossas aspirações pelas coisas boas e pelo maravilhoso” (Bey, 2001, p. 64). Supondo que uma zona temporária autônoma só pode existir “se já nos considerarmos seres livres”, a contribuição que o romantismo pode dar ao seu desenvolvimento, cremos, é lembrar a seus sujeitos que, sem a consciência da felicidade compartilhada, ela jamais poderá se concretizar como “império inteiro de desejos gratificantes” (Bey, 2001, p. 74).

Por outro lado, convém recordar que os romances não só são contrafatuais, como, via de regra, estão sujeitos a prazo de validade. O racionalismo do cosmos capitalista e as tendências ao egocentrismo que este fomenta influenciam negativamente o seu desenvolvimento. O individualismo que cria as condições para sua demanda também o tensiona com exigências de gratificação emocional constantes e crescentes, a que poucos têm como corresponder por muito tempo. Os relacionamentos se esgotam, quando a troca de afetos se exaure em atrativo, conduzindo os mais exigentes ao tédio.

Esse esgotamento completa com perfeição a convicção narcisista de que, sejam quais forem as recompensas que se esteja recebendo no momento, elas não são tudo o que se poderia receber, ou, inversamente, que não se está efetivamente sentindo o suficiente para que o relacionamento seja *real* (Sennett, 1988, p. 24, grifo do autor).

Queiramos ou não, os relacionamentos amorosos contêm em si mesmos a tendência a se desfazerem, porque ocorre que seus sujeitos se modificam durante suas vidas e o que era objeto de paixão poder

deixar de ser, afastando ou não socialmente seus protagonistas. Embora sempre se possam conceber exceções (ponto de vista que escapa à bem informada análise crítica de Chaumier, 2004, p. 213-252), o romance um dia acaba. As pessoas, tendo se modificado em seu significado para as outras, transitam para um novo registro. A solução pode ser o convívio harmonioso em um espaço doméstico, isto é, uma amizade conjugal, por exemplo. O caminho, contudo, também pode ser a pura e simples separação desencantada. O comum é a evolução recíproca implicar perda da paixão e, assim, redefinição do que antes era o mundo para os envolvidos. Conforme a relação vai se tornando cada vez mais rotineira e cotidiana, por obra do mundo, ou o outro adquire novo significado existencial, por força das mudanças sobrevindas aos indivíduos, ou a paixão amorosa acaba, e o que era uma zona autônoma de relacionamento, salvo em casos excepcionallíssimos, revela seu estatuto temporário, como diria Hakim Bey.

Diante disso, conviria que tomássemos maior consciência e passássemos a ver com olhos menos preconceituosos que existem vários modos de viver o amor e que, embora o companheirismo possa dar a muitas pessoas a maior satisfação, outras podem preferir alternativas, como tem sido o caso, em especial, a partir dos anos 1960. Desde essa época, com efeito, pipocam aqui e ali sinais de uma desordem amorosa: as pessoas estão começando a explorar alternativas e a buscar soluções menos para os problemas do modelo conjugal do que para sua incapacidade de vivenciá-lo prazerosamente. Crescem os sinais de que a noção de um único ideal amoroso está perdendo a credibilidade e de que o aparecimento de muitos desejos novos, marchando lado a lado com os costumeiros, poderá, no futuro, acabar com a supremacia dos modelos romântico e terapêutico (cf. Bruckner, Finkelkraut, 1981; Chaumier, 2004).

Conforme escreve este último autor, os contemporâneos desejam a permanência e a novidade em suas relações, o que torna o romantismo fonte de contradições insustentáveis. A procura de estabilidade e de aprofundamento contrasta com sua necessidade de mudança

e renovação. O resultado é a sua vivência sob a forma cada vez mais característica de uma sucessão de uniões precárias e efêmeras, em que a figura do casal ensimesmado numa paixão absorvente vai caindo em descrédito e se abre “espaço para a invenção de novas formas de viver o amor”. O romantismo está cedendo terreno para a polivalência amorosa, agora que “viver em conjunto e existir plenamente a dois supõe que reformemos nossos esquemas mentais, inventemos novos códigos de relacionamento, que nos beneficiemos de novas representações para nos ressocializarmos amorosamente” (Chaumier, 2004, p. 346).

Posto isso, convém que nos convençamos, portanto, que o romantismo é apenas uma das várias vias do amor, junto com a ficada, o triolismo, o *swing*, o falanstério, a comuna sexual, o casamento tradicional, o relacionamento flutuante ou a amizade colorida: ele é o modo da fatalidade que impede de tomar um pelo outro, da paixão fulminante que institui o extraordinário, da adoração que põe de lado a azaração, da fixação que sucede à deriva, da cristalização que suspende a fluidez.

O fenômeno é, sem dúvida, como os outros, uma emanção do capital e de suas contradições, mas, falando especificamente agora, conviria observar também que não são só os seus prejuízos que se refletem nele: ele é também uma das forças que, contra as próprias tendências antissociais daquele, permite aos seus sujeitos vivenciar, mesmo que efemeramente, na maior parte das vezes, uma forma de sociabilidade que relativiza o seu individualismo. O movimento, sim, abastece o sistema com as imagens com que muitos se assujeitam de forma abstrata ao sistema, mas suas energias nascem de outras fontes que o racionalismo dominante no mundo capitalista.

Como vão descobrindo seus sujeitos, o amor não tem verdade, não conhece regras únicas, fixas e duradouras, muito menos se mantém com a rotina ou, mesmo, com a simples espontaneidade. Os amores dependem de regras singulares e criadoras, que nem sempre são acordadas e convergentes, sejam ou não românticos. A prática do amor romântico, por isso, é, em última instância, sempre irracional,

porque só se dá, se é para acontecer, mediante sua própria reinvenção, como todas as demais formas de amor, ao contrário do que pensam os críticos lúcidos mas apressados daquele primeiro (pensamos aqui, sobretudo, em Chaumier, 2004).

Destarte, cremos que não basta apenas afirmar que ele é “a (re) criação da nossa identidade mais pessoal” (Solomon, 1992, p. 372), se, embalando o coro de seus críticos com outros tons, não se adverte para o fato de que essa recriação é contingente e irracional, não deve se transformar em motivo de legitimação do amor em geral, nem muito menos, é claro, de sua mistificação coletiva.

O romantismo, sim, acabou por se tornar um princípio de codificação da ordem amorosa, mas não se deve superestimar sua legitimidade, a capacidade de intimidação recíproca que ela consegue mobilizar entre as pessoas. A sua influência na estruturação dos relacionamentos é bastante restrita. A moralidade oficial, mercadológica, não é o todo da conduta praticada, pelo menos neste caso. O romantismo ocupa hoje uma posição hegemônica na dinâmica da indústria cultural, mas na prática cotidiana é apenas uma, entre outras, das alternativas de relacionamento existentes entre os seres humanos. A propaganda o sustenta como modelo e com ele embala o consumo de nossa imago relacional mais íntima, mas ele talvez não tenha tanta presença cotidiana quanto porventura a tenham o relacionamento terapêutico ou mesmo as práticas de envolvimento tradicionalistas.

Assim sendo, embora o romantismo precise ser desmistificado, porque não serve de fórmula universal, também não deveria, contudo, ser pura e simplesmente invalidado em favor de um intimismo não menos problemático. Vale o mesmo, por exemplo, para o conjugalismo retrógrado, que precisa ser criticado, pela sua inutilidade extemporânea, embora não haja razão para condenar quem deseja ser e conseguir ser feliz com o casamento convencional. As relações amorosas raramente são puras, porque as pessoas sentem de modos distintos e, muitas, nem mesmo o amor vêm a viver de forma concreta, comunicando-se reciprocamente em meio às mais variadas formas de composição da sua afetividade.

O romantismo pode ser visto, por isso, como um dos sinais da aventura ao mesmo tempo sofrida e sedutora que a pessoa pode viver a partir do momento em que é interpelada de maneira individualista. A probabilidade de sucesso, havendo interação, é, nele, sempre mínima, tendo em vista a singularidade dos protagonistas. Os relacionamentos cotidianos em um mundo como o nosso se protegem dos rompantes do afeto irracional tanto quanto do racionalismo puramente finalístico derivado da ação estratégica. A cooperação entre seres adultos é, em geral, obtida por estatutos societários, sempre passíveis de sanção em caso de inobservância, salvo nos casos em que intervém grande necessidade.

Conforme os tempos modernos vão imprimindo sua marca em nossas relações, as separações interiores entre nós e os outros não só aumentam, mas se tornam motivo de crescentes complicações. Os processos de subjetivação que visam compensar esse problema revelam pouco efeito, porque ou carregam os vícios do mundo que origina essas últimas e/ou não têm a força necessária para fazer frente às tendências em que ele se sustenta.

A sabedoria abstrata dos modernos não é merecedora do título, se eles a reivindicam, porque ignora que, em vários momentos da existência, o que decide tudo é nossa singularidade – e, para lidar com isso, de nada adianta a regra geral e o princípio universalista. O princípio de que a lei é igual para todos e o postulado da igualdade de direitos entre todos os seres humanos foram importantes conquistas do ponto de vista emancipatório, mas raramente implicam benefício, quando sua aplicação cotidiana é feita de forma compulsória e indiferenciada por alguma burocracia, ou, embora sendo aceitos de forma livre e eventualmente variada, tornam-se presas do fetichismo da mercadoria.

Quando se conserva em mente esse ponto, só se pode sorrir diante das postulações tantas vezes repetidas de que somos todos capazes de amar, de que o amor é uma espécie de bem universal. Quando não se esquece o quanto são diferentes os indivíduos, só se pode desprezar a cantilena aborrecida sobre o que se deve e o que não se deve fazer para conquistar e manter um relacionamento rico e criativo.

Devido à progressiva e constante desintegração das estruturas comunitárias, o homem moderno carrega consigo a consciência latente de uma solidão essencial que, quando falta a poeira da indústria cultural, passa-lhe o sentimento de ser um estranho às coisas da vida, inclusive entre aqueles que lhe são mais próximos, e explica porque ele é tão sensível à utopia romântica.

Contrariamente ao que postula Simmel, afirmaríamos, para concluir, que o elemento mais curioso e singular do romantismo moderno se encontra no fato de ele, embora sendo uma emanção do individualismo, *não* reconhecer a postulação subjacente a este último e segundo a qual possuímos uma dimensão existencial irredutível ao interesse alheio, absolutamente singular e, no limite, incomunicável com a de nenhum outro. Como o filósofo mesmo disse, na modernidade, “o absolutismo do eu individual ergue tal muro entre os seres humanos, que nada, nem mesmo o desejo mais apaixonado que [eles eventualmente] compartilham, pode remover”, o que torna ilusória toda pretensão de posse do outro que não seja apenas o desejo e, eventualmente, alguma sensação de “estar sendo amado de volta por ele” (Simmel, 2001, p. 246).

Ainda assim, o amor entre dois seres adultos, que no todo da vida nunca passa de um momento menor, todavia, pode ser um momento decisivo e transformador, porque, em um meio incapaz de resolver globalmente seus conflitos e antagonismos, esse momento, utopia singular e, via de regra, efêmera, é o da visão do paraíso mundano, o de nossa salvação, ainda que temporária, numa formação profana capaz de transcender a condição egocêntrica e o nosso respectivo individualismo.



De Chirico, *Os arqueólogos*, 1968.
Fonte: Wikipaintings.

Referências

- ABRAMS, Meyer H. *The mirror and the lamp*. Oxford: Oxford University Press, 1971.
- ACKERMAN, Diane. *Uma história natural do amor*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- AKASS, Kim; MCCABE, Janet (Org.). *Reading 'Sex and the city'*. New York: Palgrave, 2004.
- ALBERONI, Francesco. *Enamoramento e amor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero*. Bauru: Edusc, 2003.
- ALVES, Denise. *O desencontro marcado*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALVES, Vera Lucia. *Receitas para a conjugalidade*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.
- ANDRADE, Roberta Manuela Barros de. *O fascínio de Scherazade*. São Paulo: Annablume, 2003.
- ÂNGELO, Ivan. *Amor?* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ARIÈS, Philippe. O amor no casamento. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARMSTRONG, Nancy. *Desire and Domestic Fiction*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- BABCOCK, Marguerite; MCKAY, Christine (Org.). *Codependency: feminist critiques*. Toronto: Toronto University, 1995.
- BACON, Francis. *Ensayos sobre moral y política*. Buenos Aires: Lautaro, 1946 [Edição original: 1597].
- BALZAC, Honoré de. *O contrato de casamento*. Porto Alegre: Globo, 1949.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *De la seducción*. Madrid: Cátedra, 1989.

- BAUDRILLARD, Jean. *Las estratégias fatales*. Barcelona: Anagrama, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *The normal chaos of love*. Oxford: Blackwell, 1995.
- BEISELER, Miriam. *Internet para o amor*. 2004. Disponível em: <<http://www.dw.de/internet-para-o-amor/a-1220241>>.
- BÉJAR, Helena. *La cultura del yo*. Madrid: Alianza, 1993.
- BELLAH, Robert et al. *Habits of the heart*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- BEN-ZE'EV, Aaron. *Love online*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.
- BLOCH, Ernst. *L'esprit de l'utopie*. Paris: Gallimard, 1977.
- BLOCH, R. Howard. *Medieval misogyny and the invention of western romance*. Chicago: UCP, 1991.
- BLOOM, Allan. *O declínio da cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1989.
- BODEN, Sharon. *Consumerism, romance and the wedding experience*. London: Palgrave, 2003.
- BOTTON, Alain de. *Del amor*. Barcelona: Ediciones B, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BROOKS, Gary. *The centerfold syndrome*. San Francisco: Jossey-Bass, 1995.
- BROOKS, Peter. *The melodramatic imagination*. New Haven: Yale University Press, 1976.
- BROWN, Helen. *A mulher de hoje*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- BRUCKNER, Pascal. *The paradox of love*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. *A nova desordem amorosa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BUSCAGLIA, Leo. *Amor*. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- CAMPBELL, Colin. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Blackwell, 1987.
- CAMUS, Marcel. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- CANCIAN, Francesca. *Love in America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CAPELLANUS, Andreas. The art of courtly love (c. 1185). In: WEISSER, Susan (Org.). *Women and romance*. New York: New York University, 2001.

CAPUZZO, Heitor. *Lágrimas de luz*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

CASTEL, Robert; CASTEL, Françoise; LOVELL, Anne. *La société psychiatrique avancée*. Paris: Grasset, 1979.

CASTELLS, Manuel; SUBIRATS, Marina. *Hombres y mujeres: un amor imposible?* Madrid: Alianza, 2007.

CHAUMIER, Serge. *L'amour fissionnel*. Paris: Fayard, 2004.

CHESSER, Eustace. *Love without fear*. New York: Signet, 1947.

COLASANTI, Marina. *E por falar em amor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

COSTA, Cristiane. *Eu compro essa mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Sem fraude nem favor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COTT, Nancy. A mulher moderna. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

DE ROUGEMONT, Denis. *O amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968 [Obra composta em 1938; 1. ed: 1956].

DEL PIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

DOWD, James; PALLOTA, Nicole. The end of romance: the desmystification of love in the postmodern age. *Sociological perspectives*, University of California Press, v. 43, n. 4, p. 549-580, 2000.

DRUMMOND, Henri. *O dom supremo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992 [Edição original: 1890].

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5.

EHRENBERG, Alain. *Le culte de la performance*. Paris: Hachette, 1991.

ELIAS, Norbert. *La sociedad cortesana*. México: FCE, 1988.

_____. *La soledad de los moribundos*. México: FCE, 1987.

EVERSON, William. *Love in the film*. Secaucus (NJ): Citadel, 1979.

FEATHERSTONE, Mike (Org.). Special issue on Love and Eroticism. *Theory, Culture & Society*, v. 15, n. 3, 1998.

- FORNÄS, Johan et al. (Ed.). *Digital borderlands*. New York: Peter Lang, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Language, counter-memory, practice*. Ithaca: Cornell University Press, 1977.
- FOURIER, Charles. *O novo mundo industrial e societário*. Porto: Textos, 1973.
- FRANKFURT, Harry. *Le ragioni dell'amore*. Roma: Donzelli, 2005.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971 [Edição original: 1963].
- FROMM, Erich. *A arte de amar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [Edição original: 1956].
- FUCHS, Eduard. *Historia ilustrada de la moral sexual*. Madrid: Alianza, 1996. Vol. II.
- FURTADO, José Luiz. *Amor*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- GADD, David. *The lovers friends*. London: Hogarth, 1974.
- GALICIAN, Mary-Lou. *Sex, love and romance in the mass media*. Criskill (NJ): Lawrence Erbaul, 2004.
- GALIMBERTI, Umberto. *Le cose dell'amore*. Milão: Feltrinelli, 2004.
- GAY, Peter. *A paixão terna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- GIDDENS, Anthony. *As transformações da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GIKOVATE, Flávio. *O amor nos anos 80*. São Paulo: MG, 1984.
- GLYN, Elinor. *The philosophy of love*. Auburn: Author's Press, 1923.
- GOLDENBERG, Miriam. *Os novos desejos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES, Márcio Souza. *Comunicação virtual e amor na sociedade contemporânea*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- GREEN, Martin. *The Von Richthofen sisters*. New York: Basic Books, 1974.
- GRIMAL, Pierre. *O amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUSDORF, Georges. *L'homme romantique*. Paris: Payot, 1984.
- GWINNELL, Esther. *El amor en internet*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- HALL, Amy Laura. *Kierkegaard and the treachery of love*. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- HAMBURG, Ester. *O Brasil antenado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- HAMILTON, Maggie. *O que os homens não revelam*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.
- HARVEY, James. *Romantic comedy in Hollywood*. New York: Da Capo, 1987.

HENDRICK, Clayde; HENDRICK, Susan. Gender and the experience of heterosexual love. In: WOOD, Julia (Org.). *Gendered relationships*. Mountain View (CA): Mayfield, 1996.

HERMES, Joke. *Reading women's magazines*. London: Polity, 1995.

HOCHSCHILD, Arlie. Commercial spirit of intimate life. In: BABCOCK, Marguerite; MCKAY, Christine (Ed.). *Challenging codependency: feminist critiques*. Toronto: University of Toronto Press, 1995.

HODSON, Phillip. *Os machões*. São Paulo: Nobel, 1986.

HOFSTADTER, Dan. *O caso de amor como obra de arte*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HONNETH, Axel. *The struggle for recognition*. Oxford: Polity, 1995.

HORNBY, Nick. *Alta fidelidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

HOUELLEBECQ, Michel. *Extensão do domínio da luta*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ILLOUZ, Eva. *Consuming the romantic utopia*. Berkeley: California University Press, 1997.

_____. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *Saving the modern soul*. Berkeley: UCLA, 2008.

INGENIEROS, Jose. *Tratado del amor*. Buenos Aires: Meridion, 1953 [Edição original: 1925].

JABLOSKI, Bernardo. *Até que a vida nos separe*. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

JACKSON, Peter; STEVENSON, Nick; BROOKS, Kate. *Making sense of men's magazines*. Cambridge: Polity, 2001.

JOHNSON, Robert. *We*. São Paulo: Mercuryo, 1987 [Edição original: 1983].

KAMINER, Wendy. *I'm dysfunctional, you're dysfunctional*. New York: Vintage, 1993.

KEHL, Maria Rita. Nove e meia semanas de amor. In: LABAKI, Amir (Org.). *O cinema dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KELLNER, Douglas; RYAN, Michael. *Camera politica*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

KERN, Stephen. *The culture of love*. Cambridge: Harvard University, 1992.

KIERKEGAARD, Sören. *Estética del matrimonio*. Buenos Aires: Dédalo, 1960 [Edição original: 1843].

_____. *Works of love*. New York: Harper, 1964.

KIEV, Ari. *O poder de amar*. São Paulo: Summus, 1985 [Edição original: 1979].

- KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo: Global, 1982 [Edição original: 1921].
- LA BRUYERE, Jean de. *Les caracteres*. Paris: Bokking, 1993 [Edição original: 1688].
- LABAKI, Amir (Org.). *O cinema dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LAMPERT, Ada. *The evolution of love*. Westport: Greenwood, 1997.
- LAPSLEY, Robert; WESTLAKE, Michael. From Casablanca to Pretty Woman. *Screen*, v. 33, n. 1, p. 27-49, 1992.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- _____. *Refúgio num mundo sem coração*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LAURENT, Alain. *Histoire de l'individualisme*. Paris: PUF, 1993.
- LÁZARO, André. *Amor, do mito ao mercado*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LE BRUN, Jacques. *Le pur amour*. Paris: Seuil, 2002.
- LEAL, Ondina. *Leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEFAUCHEUR, Nadine. Modernidade, família e Estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEGENDRE, Pierre. *El amor del censor*. Barcelona: Anagrama, 1979.
- LEVINE, Deb. *The joy of cybersex*. New York: Ballantine, 1998.
- LEVINE, Donald (Org.). *Simmel on individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago, 1971.
- LEVIS, Diego. *Amores en red*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- LEVY, David. *Love + sex with the robots*. New York: Harper, 2007.
- LEWIS, Thomas; AMINI, Fari; LANNON, Richard. *A general theory of love*. New York: Vintage, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- LOBATO, Josefina. *Antropologia do amor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- LOWNDES, Leil. *Como fazer qualquer pessoa se apaixonar por você*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUHMANN, Niklas. *Amor como paixão*. Rio de Janeiro: Difel, 1991.
- LYOTARD, Jean François. *Economie libidinale*. Paris: Minuit, 1974.

- LYSTRA, Karen. *Searching the heart*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MACHADO, Carlos Eduardo. *As formas e a vida*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- MACINTYRE, Alasdair. *After virtue*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1984.
- MÁRAI, Sandor. *De verdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- MARAZZITI, Donatella. *A natureza do amor*. São Paulo: Atheneu, 2007.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Homem & Mulher: uma comunicação impossível?* São Paulo: Annablume, 2010.
- MAY, Simon. *Amor, uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MCCONNELL, Frank. *The spoken seen*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975.
- MC GEE, Micki. *Self-help, Inc*. New York: Oxford University Press, 2005.
- MCNAIR, Brian. *Striptease culture*. London: Routledge, 2002.
- MÉROT, Pierre. *Mamíferos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- MEYER, Donald. *The positive thinkers*. Middletown: Wesleyan University, 1988.
- MILAN, Betty. *O que é amor*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MONTEIRO, Markus. *Tenham piedade de mim!* Juiz de Fora: Feme, 2000.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. São Paulo: Centauro, 2004 [Edição original: 1949].
- MUNFORD, Laura. *Love and ideology in the afternoon*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- MURARO, Rose. *A liberdade sexual da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NUSSBAUM, Martha. *Love's knowledge*. New York: Oxford University Press, 1990.
- O'NEILL, Nena; O'NEILL, George. *Casamento aberto*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Estudos sobre o amor*. São Paulo: Ibero-Americano, 1974 [Edição original: 1926].
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- OSHERSON, Samuel. *Os homens e o amor*. São Paulo: Best Seller, 1992.
- PACKARD, Vance. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- PAGLIA, Camille. *Sexo, arte e cultura americana*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- PEREIRA, Carlos Alberto; MIRANDA, Ricardo. *Televisão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PINHEIRO, Daniela. O amante do Mossad. *Piauí*, São Paulo, n. 24, p. 16-21, set. 2008.
- _____. Tecla comigo, vai... *Veja*, São Paulo, n. 1.778, 20 nov. 2002.
- PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 5.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 5.
- PROUST, Marcel. *Um amor de Swann*. Porto Alegre: L&PM, 2005 [Edição original: 1913].
- QUIRK, Lawrence. *The great romantic films*. New York: Citadel, 1974.
- RADWAY, Janice. *Reading the romance*. London: Verso, 1987.
- RAMALHO, Erika. *Par perfeito*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- RIEFF, Philip. *O triunfo do terapêutico*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [Edição original: 1966].
- RON, Louis; COPELAND, David. *Como se dar bem com as mulheres*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [Edição original: 1995].
- ROUSSELLE, Aline. *Porneia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROUSSELOT, Pierre. *The problem of love in the middle ages*. Milwaukee: Marquette University, 2001 [Edição original: 1908].
- RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- SALEM, Tânia. *O velho e o novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SALERNO, Steve. *Self-help and the actualization movement*. New York: Crown, 2005.
- SAMPAIO, Alice. *Amor na internet*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SCHOEPFLIN, M. *O amor segundo os filósofos*. Bauru: Edusc, 2004.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *El amor, las mujeres y la muerte*. Madrid: Edaf, 1993.

- SEIDMAN, Steven. *Romantic longings*. New York: Routledge, 1991.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHINYASHIKI, Roberto. *Amar pode dar certo*. São Paulo: Gente, 1988.
- SHUMWAY, David. *Modern love*. New York: New York University Press, 2003.
- SILVA, Carmen. *A arte de ser mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SIMMEL, Georg. Eros, platonic and modern. In: LEVINE, Donald (Org.). *Simmel on individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago, 1971.
- _____. *Filosofia dell'amore*. Roma: Donzelli, 2001.
- _____. *Sobre la aventura*. Barcelona: Península, 1988.
- SIMÕES, Paula. *Mulheres apaixonadas e outras histórias*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SINGER, Irving. *The nature of love*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- SLATER, Phillip. *A busca da solidão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SLOTERDIJK, Peter. *Critique of cynical reason*. London: Verso, 1988.
- SMITH, Adam. *Teoria de los sentimientos morales*. México: FCE, 1978 [Edição original: 1759].
- SMITH, M.; DOE, B. *O que os homens não querem que as mulheres saibam*. São Paulo: Harbra, 1998.
- SOLOIEV, Vladimir. *Le sens de l'amour*. Paris: Aubier, 1946 [Edição original: 1892].
- SOLOMON, Robert C. *O amor: reinventando o romance em nossos dias*. São Paulo: Saraiva, 1992 [Edição original: 1988].
- SOMBART, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Alianza, 1979 [Edição original: 1913].
- SOROKIN, Pitirim. *The ways and power of love*. West Conshohocken (PA): Templeton, 2002 [Edição original: 1954].
- SPRINGER, Claudia. *Electronic Eros*. Austin: University of Texas Press, 1996.
- STARKER, Steven. *Oracle at the supermarket*. New York: Transaction, 2002.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- STENDHAL. *Do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [Edição original: 1822].

- STONE, Lawrence. *The family, sex and marriage in England, 1500-1800*. New York: Harper, 1977.
- STOPES, Maria Carmichael. *El amor y el matrimonio*. Buenos Aires: Ombu, 1932.
- SVENINGSSON, Malin. Cyberlove: creating romantic relationships on the net. In: FORNÄS, Johan et al. *Digital borderlands*. New York: Peter Lang, 2002. p. 48-78.
- TAYLOR, Charles. *Sources of the self*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- THE VIVID GIRLS. *How to have a xxx sex life*. New York: Regan, 2004.
- TRACY, Destutt de. *De l'amour*. Paris: Vrin, 2006 [Obra composta em 1815; 1. ed.: 1822].
- USSEL, Jos van. *Repressão sexual*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VAUVENARGUES. *Das leis do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [Edição original: 1746].
- VEYNE, Paul. *Elegia erótica romana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VINK, Nico. *The telenovela and emancipation*. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1988.
- WALLER, Willard. *The old love and the new*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967 [Edição original: 1930].
- _____. The rating and dating complex [1937]. In: _____. *On the family, education, and war*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970. p. 169-180.
- WALSH, Anthony. *The science of love*. Amherst (NY): Prometheus, 1995.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 [Edição original: 1915].
- WEISSER, Susan (Org.). *Women and romance*. New York: New York University, 2001.
- WEXMAN, Virginia. *Creating the couple*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- WHIMSTER, Sam. *Max Weber and the culture of anarchy*. London: Macmillan, 1999.
- WOOD, Julia (Org.). *Gendered relationships*. Mountain View (CA): Mayfield, 1996.
- WOUTERS, Cas. *Sex and manners*. London: Sage, 2004.
- XAVIER, Ismail. *O olhar e a cena*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

O Ocidente vive, há mais de um século, em meio a uma espécie de contínuo atmosférico de sentido romântico, promovido cotidianamente através dos mais variados meios de comunicação.

Os estudos reunidos nesta obra se propõem a revisar as origens dessa experiência e, procedendo à análise de casos, evidenciar os eixos em que ela se problematiza para as modernas massas metropolitanas.

O Amor e a Mídia

O amor e a mídia ilumina uma questão central da contemporaneidade: a relação entre romantismo e mídia. Consegue apresentar um tratamento erudito e transparente para um texto relevante a partir de objetos da indústria cultural. Traz um entendimento novo para velhos problemas.

JUREMIR MACHADO DA SILVA